



Regina Lucia Silveira Martins

**Anália Franco e o Liceu da Associação
Beneficente Instrutiva de São Paulo (1902-
1917)**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Educação do Departamento de Educação do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Jefferson da Costa Soares

Rio de Janeiro
Fevereiro de 2024



Regina Lucia Silveira Martins

**Anália Franco e o Liceu da Associação
Beneficente Instrutiva de São Paulo (1902-
1917)**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Educação do Departamento de Educação do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Jefferson da Costa Soares

Orientador

Departamento de Educação - PUC-Rio

Profa. Claudia Panizollo

UNIFESP

Prof. José Claudio Sooma

UFRJ

Profa. Patricia Coelho da Costa

Departamento de Educação - PUC-Rio

Profa. Alexandra Coelho Pena

Departamento de Educação - PUC-Rio

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2024.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Regina Lucia Silveira Martins

Graduou-se em Pedagogia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-RIO (1980). Kursou a Pós-graduação Avaliação Educacional na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ (2000) e Filosofia Contemporânea na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC – Rio (2004-2006). Mestrado em Representações Sociais na Universidade Estácio de Sá, UNESA (2011-2013). No Doutorado em Educação na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC - RIO, apresentou a tese “Anália Franco e o Liceu da Associação Benficiente Instrutiva de São Paulo (1902-1917).

Ficha Catalográfica

Martins, Regina Lucia Silveira

Anália Franco e o Liceu da Associação Benficiente Instrutiva de São Paulo (1902-1917) / Regina Lucia Silveira Martins; orientador: Jefferson da Costa Soares. – 2024.

248 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, 2024.

Inclui bibliografia

1. Educação – Teses. 2. História da Educação. 3. Formação Docente. 4. Anália Franco. 5. Associação Feminina Benficiente Instrutiva de São Paulo. 6. Liceu Feminino I. Soares, Jefferson da Costa. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Educação. III. Título.

CDD: 370

Ao meu pai Roberto Silveira

AGRADECIMENTOS

Difícil tarefa essa de citar tudo e todos que tiveram participação neste processo. Sempre ficará o receio de ter ficado alguém de fora. Foram quatro anos de pesquisa, frequentando ambientes diversos e neste tempo, quanto aprendizado, quantos contatos, pessoas que estiveram conosco, e alguns que se tornaram amigos. Mas vamos lá!

Primeiramente agradecer a Deus, força propulsora que dirige o universo e toda a natureza presente em cada um de nós. O que era um desejo se realizou, se concretizou! Depois a família. Agradeço aos meus pais pelo que trago em mim, meu desenvolvimento emocional e intelectual. Agradeço aos meus filhos pelo apoio, pelo estímulo e pela alegria de tê-los por perto, compartilhando minha vida própria, além da maternidade. As minhas noras queridinhas, sempre querendo saber como ia a escrita e o que tinha sido descoberto.

Ao meu orientador Professor Doutor Jefferson da Costa Soares pela aceitação logo de início do projeto, pela confiança, pela paciência em rever os textos, o incentivo e pelo cuidado na condução do trabalho.

À professora Doutora Claudia Panizzolo, que feliz encontro! A ela agradeço as aulas da disciplina História da Educação Brasileira: da colonização às primeiras décadas republicanas, curso on line na UNIFESP como matéria eletiva da Pós. Quantas descobertas! Aprendi tudo sobre São Paulo, a ela devo as indicações bibliográficas, as sugestões de leitura de teses e dissertações sobre o contexto político e social de São Paulo na época de Anália Franco. Mais do que uma professora se tornou uma amiga, incentivando a pesquisa e a minha trajetória acadêmica.

Ao professor Doutor José Claudio Sooma, como esquecer sua generosidade ao me aceitar como aluna de sua disciplina em História da Educação, em 2015, na UFRJ mesmo ainda sem estar vinculada a nenhum programa de Pós-graduação. Agradeço a ele as primeiras noções sobre essa nova História, os autores, as discussões tão relevantes para iniciar um projeto na área. E posteriormente como professor de minha banca indicando sugestões de leitura para a escrita desta tese.

À professora Doutora Tisuko Morchida Kishimoto, minha gratidão por me acolher no início da pesquisa. Por sugestão da Prof. Claudia Panizzolo e recebendo dela seu contato fui recebida em sua residência. Suas dicas sobre a pesquisa foram importantes para me situar sobre o que tinha pela frente. Além é claro da tese e de seu livro, sobre as pré-escolas de São Paulo no período de 1877 a 1940.

Ao professor Doutor Carlos Roberto da Silva Monarcha, meus agradecimentos. Através do contato dado pela professora Claudia Panizzolo estive em sua residência aprendendo sobre o período histórico elencado. Suas pesquisas e livros publicados foram referências para o trabalho.

Ao Sr. Eligier Silveira Cunha da maçonaria do Rio de Janeiro que nos disponibilizou os contatos da Loja Maçônica em Ribeirão Preto

Ao Sr. Julio Bim da Loja Maçônica Estrella D'Oeste em Ribeirão Preto, pela forma com que me recebeu na cidade, após os emails trocados para nossa visita. Pelo carinho e pela atenção, pelo lanche oferecido e pelo acesso aos documentos e atas do Lar Anália Franco, hoje Complexo Anália Franco, meu muito obrigada. Também gostaríamos de agradecer a mesma acolhida feita pelos Srs. Marco Antonio de Carvalho, atual presidente do complexo Anália Franco e o Sr Ademar Nacaratto Triga.

À secretária do Lar Anália Franco de Jundiaí, Sra. Daiane Caroline Araujo Silva, por nos ter recebido e disponibilizado as atas da fundação do Lar e sua história.

Ao Sr. Rodrigo Furtado Borges Neto, presidente do Conselho Municipal de Educação e Assessor de Relações Institucionais da Secretaria Municipal de Educação de Itapetininga que me atendeu por telefone em diversas ocasiões, prestando informações importantes sobre o fechamento da AFBI e possibilidades de contatos para a pesquisa.

À amiga paulista/carioca Marcia Nezzi pelo incentivo à pesquisa, pelo seu interesse no tema, mesmo sendo engenheira naval. Sua companhia durante a visita de campo a São Paulo, durante a pesquisa em 2022 foi um grande estímulo.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

À PUC-RIO e seus funcionários, de todos os setores e segmentos, pelo primado do cuidado com o outro. Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Rio, pela excelência do trabalho desenvolvido nas aulas.

À professora Doutora Cynthia Paes de Carvalho, coordenadora da Pós-graduação da PUC no ano de 2022 que junto com meu orientador me propiciaram a pesquisa de campo em São Paulo, através de bolsa CAPES cedida pelo departamento.

E por fim, ao meu marido pelo incentivo, companheirismo e parceria, mesmo nos momentos mais difíceis de sua saúde durante o período da pesquisa.

Resumo

Martins, Regina Lucia Silveira, Jefferson da Costa Soares (Orientador). **Anália Franco e o Liceu da Associação Beneficente Instrutiva de São Paulo (1902-1917)**. Rio de Janeiro, 2024. 248 p. Tese de Doutorado – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta tese tem como objeto o Liceu Feminino da Associação Feminina Beneficente Instrutiva de São Paulo, a AFBI, criado por Anália Franco. Um estudo sobre o curso de formação de professoras que tinha como objetivo encaminhá-las para as casas maternais fundadas pela Associação na cidade e no interior de São Paulo, na primeira década do século XX. A pesquisa analisou a trajetória de Anália Franco como professora e diretora da AFBI, o curso, o programa, aspectos relacionados à formação do professor para as escolas maternais, identificando os objetivos, avanços e as dificuldades encontradas por Anália Franco na manutenção do curso. O recorte temporal adotado é o período que se estende de 1902 até 1917 de acordo com as fontes encontradas, o que nos permitiu relacionar o curso junto a um momento promissor de implementação de diversas reformas instrutivas diretamente relacionadas aos ideais republicanos de civilidade e regeneração. A metodologia utilizada foi a análise documental das diferentes fontes: os periódicos encontrados no acervo digital da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, as revistas *Album das Meninas* e *A Voz Maternal* publicadas por Anália Franco, o Manual para professores e o Manual para mães, além de alguns Relatórios da AFBI, digitalizados no site da Fundação Carlos Chagas. Ainda fizeram parte da documentação analisada, os Anuários do Ensino encontrados no Arquivo do Estado de São Paulo e a obra esgotada de memórias de uma ex-aluna da Associação, editada em 1959, além das produções acadêmicas, as teses e dissertações sobre a educadora e sua associação que antecederam esta tese. Através da análise entrecruzada das fontes consultadas foi possível verificamos que, com o Liceu, Anália Franco objetivou atender as casas maternais com professores formados para o segmento da educação infantil. Enfrentou problemas de ordem econômica, relacionados à subvenção da obra, ao pouco interesse vocacional das asiladas em serem professoras, à dificuldade de materiais pedagógicos para o curso, além de alunas que precisavam

ser alfabetizadas durante o curso, fatores que prejudicavam a demanda da formação urgente para compor o quadro de professoras para as casas maternais e que a fizeram criar estratégias de solução, priorizando outra condução que não o da formação técnica, inicialmente planejada. Um anúncio convocando candidatas interessadas para serem professoras substitutas foi o indicativo de solução que encontramos na pesquisa, indicando que a formação passaria a ser através de orientações e manuais. Através da pesquisa localizamos algumas ex-alunas que concluíram o curso e foram professoras da rede de escolas da AFBI. Mapear parte da obra educacional da educadora Anália Franco, concentrando a pesquisa na formação pedagógica de professoras para as casas maternais da AFBI pode configurar uma contribuição para os estudos sobre a profissionalização docente de um corpo profissional especial – o magistério primário e o das casas maternais, estudo relevante para o campo da história da educação, em especial para a história da profissão docente.

Palavras-chave:

História da Educação; Formação Docente; Anália Franco; Associação Feminina Beneficente Instrutiva de São Paulo; Liceu Feminino

Abstract

Martins, Regina Lucia Silveira, Jefferson da Costa Soares (Advisor). **Anália Franco and the Lyceum of the Instructional Beneficent Association of São Paulo (1902-1917)**. Rio de Janeiro, 2024. 248 p. Doctoral Thesis - Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This thesis has as its object the Women's High School of the Associação Feminina Beneficente Instructiva de São Paulo, AFBI, created by Anália Franco. A study on the teacher training course that aimed to send them to the nursery schools founded by the Association in the city and countryside of São Paulo, in the first decade of the 20th century. The research analyzed Anália Franco's trajectory as a teacher and director of AFBI, the course, the program, aspects related to teacher training for nursery schools, identifying the objectives, advances and difficulties encountered by Anália Franco in maintaining the course. The time frame adopted is the period that extends from 1902 to 1917 according to the sources found, which allowed us to relate the course to a promising moment of implementation of several instructive reforms directly related to the republican ideals of civility and regeneration. The methodology used was the documentary analysis of different sources: the periodicals found in the digital collection of the Hemeroteca of the National Library, the magazines *Album das Meninas* and *A Voz Maternal* published by Anália Franco, the Manual for teachers and the Manual for mothers, in addition to some AFBI reports, digitized on the Carlos Chagas Foundation website. Also, part of the analyzed documentation were the Teaching Yearbooks found in the São Paulo State Archive and the out-of-print memoir of a former student of the Association, published in 1959, in addition to the academic productions, the theses and dissertations about the educator and their association that preceded this thesis. Through a cross-analysis of the sources consulted, it was possible to verify that, with the Liceu, Anália Franco aimed to serve nursery homes with teachers trained for the early childhood segment. She faced economic problems, related to the subsidy for the work, the low vocational interest of the asylum seekers in becoming teachers, the difficulty in pedagogical materials for the course, in addition to students who needed to be literate during the course, factors that hindered the

demand for urgent training to compose the teaching staff for the nursery schools and which made her create solution strategies, prioritizing another approach other than technical training, initially planned. An advertisement calling for interested candidates to be substitute teachers was the indication of a solution we found in the research, indicating that training would be through guidelines and manuals. Through research, we located some former students who completed the course and were teachers in the AFBI school network. Mapping part of the educational work of educator Anália Franco, focusing the research on the pedagogical training of teachers for the AFBI nursery schools, can constitute a contribution to studies on the teaching professionalization of a special professional body – primary teaching and nursery schools, study relevant to the field of history of education, especially to the history of the teaching profession.

Keywords:

History of Education; Teacher Training; Anália Franco; Women's Instructional Charitable Association of São Paulo; Women's High School

Résumé

Martins, Regina Lucia Silveira, Jefferson da Costa Soares (Conseiller). **Anália Franco et le Lycée de l'Association Bienfaitrice Instructive de São Paulo (1902-1917)**. Rio de Janeiro, 2024. 248 p. Thèse de Doctorat – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Cette thèse a pour objet le Lycée des Femmes de l'Associação Feminina Beneficente Instructiva de São Paulo, AFBI, créé par Anália Franco. Une étude sur la formation des enseignants qui visait à les envoyer dans les écoles maternelles fondées par l'Association dans la ville et l'intérieur de São Paulo, dans la première décennie du XXe siècle. La recherche a analysé le parcours d'Anália Franco en tant qu'enseignante et directrice de l'AFBI, le cours, le programme, les aspects liés à la formation des enseignants des écoles maternelles, en identifiant les objectifs, les avancées et les difficultés rencontrées par Anália Franco dans le maintien du cours. La temporalité adoptée est la période qui s'étend de 1902 à 1917 selon les sources trouvées, ce qui a permis de relier le cours à un moment prometteur de mise en œuvre de plusieurs réformes instructives directement liées aux idéaux républicains de civilité et de régénération. La méthodologie utilisée a été l'analyse documentaire de différentes sources: les périodiques trouvés dans la collection numérique de l'Hemeroteca de la Bibliothèque Nationale, les revues *Album das Meninas* et *A Voz Maternal* publiées par Anália Franco, le Manuel pour les enseignants et le Manuel pour les mères, en plus de quelques rapports AFBI, numérisés sur le site de la Fondation Carlos Chagas. Font également partie de la documentation analysée les Annuaire d'Enseignement trouvés dans les Archives de l'État de São Paulo et les mémoires épuisés d'un ancien élève de l'Association, publiés en 1959, en plus des productions académiques, des thèses et des mémoires sur le éducateur et leur association qui ont précédé cette thèse. Grâce à une analyse croisée des sources consultées, il a été possible de vérifier qu'avec le Liceu, Anália Franco visait à desservir les crèches avec des enseignants formés pour le segment de la petite enfance. Elle a été confrontée à des problèmes économiques, liés à la subvention pour le travail, au faible intérêt professionnel des demandeurs d'asile pour devenir enseignants, à la difficulté d'avoir du matériel pédagogique pour le cours, en plus

du fait que les étudiants devaient être alphabétisés pendant le cours, facteurs qui l'ont empêché la demande urgente de formation pour composer le personnel enseignant des écoles maternelles et qui l'a amenée à élaborer des stratégies de solutions, en privilégiant une autre approche que la formation technique, initialement prévue. Une annonce appelant des candidats intéressés à devenir enseignants suppléants était l'indication d'une solution que nous avons trouvée dans la recherche, indiquant que la formation se ferait au moyen de lignes directrices et de manuels. Grâce à des recherches, nous avons localisé certains anciens élèves qui ont suivi le cours et qui étaient enseignants dans le réseau scolaire AFBI. Cartographier une partie du travail éducatif de l'éducatrice Anália Franco, en concentrant la recherche sur la formation pédagogique des enseignants des écoles maternelles AFBI, peut constituer une contribution aux études sur la professionnalisation pédagogique d'un corps professionnel spécial – enseignement primaire et écoles maternelles, étude pertinente pour le domaine de l'histoire de l'éducation, en particulier pour l'histoire de la profession enseignante.

Mots-clés:

Histoire de l'éducation ; Formation des enseignants ; Anália Franco ; Association caritative pédagogique des femmes de São Paulo ; Lycée pour femmes

Sumário

1 Introdução: A fotografia de uma época?	21
1.1 Conexão com a pesquisa	22
1.2 A revisão bibliográfica e a delimitação do tema	26
1.3 O tema e o problema da pesquisa	36
1.4 As fontes e os procedimentos de análise dos documentos	43
1.5 Organização do trabalho	50
2 Anália Franco – Recortes Biográficos – as influências, onde circulou, com quem dialogou	52
2.1 A ambiência sociopolítica em São Paulo nos tempos de Anália Franco – as influências em vida	61
2.2 A Reforma Instrutiva Pública de São Paulo	76
3 As instituições de assistência à criança desamparada - as diferentes identidades e o projeto diferenciado de atendimento pedagógico das casas maternais da AFBI	89
3.1 Educação maternal – seu conceito e evolução	98
3.2 A ideia toma forma – A Associação Feminina Beneficente Instrutiva	104
4 O Liceu Feminino da Associação Feminina Beneficente Instrutiva – os alicerces de sua fundação	142
4.1 O Curso normal em São Paulo	142
4.2 A Fundação do Liceu Feminino e seus objetivos	155
4.3 O currículo do Liceu	165
4.4 Os padrões de mulher e da professora na visão de Anália Franco – características de uma época	173
4.5 As dificuldades do Liceu da AFBI na “voz” de Anália Franco	176
4.6. Identificando nomes de professores da AFBI e as alunas que foram professoras.	179
5 Considerações Finais	183

6 Referências Bibliográficas	191
7 Apêndices	202
7.1 Apêndice A - Quadro com descrição de fontes primárias	202
7.2 Apêndice B - Quadro com os nomes das professoras, cargos e locais de trabalho:	204
7.3 Apêndice C - Relação dos emails enviados e que foram respondidos, às prefeituras e, ouvidorias ou secretarias de educação das cidades onde havia as sucursais das casas maternais da AFBI.	217
8 Anexos	225
8.1 Anexo A - Estatuto da AFBI, manuscrito	225
8.2 Anexo B - Capa, Prefácio e Sumário do livro de Maria Cândida Silveira Barros ed. 1982	246

Lista de Figuras

Figura 1– Nota de falecimento de Anália Franco em 23 de jan de 1919	52
Figura 2 – Foto da lápide do túmulo da família Salles (Julio Salles, cunhado de Anália Franco, onde se encontra o corpo de Anália Franco na Q62 do cemitério da Consolação)	53
Figura 3- Notícia sobre o brilhante desempenho de Anália Franco como aluna da Escola Normal de São Paulo em 1877.	57
Figura 4 - Conferência pedagógica em Agudos	61
Figura 5- Gráfico da população do Estado de São Paulo entre 1890 e 1950	63
Figura 6- Ferrovias de São Paulo em fins do século XIX	68
Figura 7- Foto dos alunos da primeira escola mantida pela loja maçônica sete de setembro, dirigida por Anália Franco	74
Figura 8- Foto da página do anuário de 1908 com a equipe dos professores do Grupo Escolar do Arouche	82
Figura 9- 1º do Estatuto da Associação Feminina Beneficente Instrutiva do Estado de São Paulo. Aprovado em Assembleia Geral aos 17 de novembro de 1901	96
Figura 10 - Foto da propaganda de jornal sobre Escolas Maternais	102
Figura 11 - Fachada da atual universidade Cruzeiro do Sul, antiga sede da AFBI	105
Figura 12 - Foto da matéria de jornal sobre a notícia da eleição da diretoria da AFBI de São Paulo	106
Figura 13 - Estabelecimentos subvencionados pelo governo de São Paulo no anuário de 1907-1908	109
Figura 14 - Solicitação de assinaturas para o jornal A Voz Maternal	110
Figura 15 - A relação dos senhores e senhoras fizeram donativos para a AFBI em 1904	110
Figura 16 - Solicitação de isenção de imposto para aluguel de local do bazar da AFBI	111
Figura 17 - Noticia do espetáculo do grupo dramático-musical D.Anália Franco, em Ribeirão Preto, Jornal da Sessão Tellegrammas	113

Figura 18 - Notícia sobre mudança de local da AFBI	115
Figura 19 - Original manuscrito do Estatuto da AFBI	117
Figura 20 - Grupo escolar de Casas Maternais	120
Figura 21 - Mapa das Ferrovias que ligavam a cidade de São Paulo às cidades do interior do Estado (século XIX).	123
Figura 22 - Notícia da inauguração de uma escola maternal sucursal da AFBI, em Campinas	124
Figura 23 - Foto da fachada externa do lar Anália Franco de Jundiaí	125
Figura 24 - Foto do livro da Instituição apresentando o frontal do prédio antigo do lar Anália Franco de Ribeirão Preto.	130
Figura 25 - Foto do livro da Instituição apresentando a destruição do telhado que desabou, por causa do incêndio no velho prédio do lar Anália Franco de Ribeirão Preto.	130
Figura 26 - Foto do frontal do novo prédio do complexo Anália Franco em Ribeirão Preto	131
Figura 27 - A AFBI nacionalizando crianças imigrantes	135
Figura 28 - Para o enorme benefício à pátria dar o ensino da língua vernácula.	136
Figura 29 - Visitas de pessoas ilustres na AFBI	138
Figura 30 - Notícia da inauguração de uma Associação Feminina Beneficente Instrutiva no Rio De Janeiro, que seria filial da AFBI de São Paulo	139
Figura 31 - Continuação da notícia apresentando o local da Associação Feminina Beneficente Instrutiva em Madureira no Rio De Janeiro, constando o quadro de diretores	140
Figura 32 - Notícia de uma iniciativa de organização de uma Associação Feminina Beneficente Instrutiva no Rio Grande Do Sul, nos moldes da AFBISP	141
Figura 33 - Foto da capa do livro de pedagogia de Daliguault. 1870	150
Figura 34 - Notícias sobre prêmios para crianças que se distinguirem nos exames finais	153
Figura 35 - A notícia da inauguração do Liceu Feminino da AFBI	156
Figura 36 - Manuscrito do Estatuto da AFBI apresentando o capítulo II sobre os fins do Liceu	157

Figura 37 - Parte da ata dos exames das alunas do 3º ano do Liceu .	161
Figura 38 - Notícia sobre a abertura de matrículas do Liceu.	161
Figura 39 - Foto do corpo docente do asilo junto à diretora Anália Franco.	165
Figura 40 - Foto da primeira página do conto.	172
Figura 41 - Notícia sobre a necessidade de professoras para as sucursais	178
Figura 42 - Notícias sobre uma diretora que foi ex aluna da AFBI	180
Figura 43 - Notícia sobre exames e formaturas da AFBI tendo o nome de Esther Monteiro como aluna da AFBI	181

Lista de Quadros

Quadro 1 - Teses e dissertações sobre Anália Franco e a AFBI	27
Quadro 2 - Registro de citações das palavras-chaves nos jornais impressos no país, de 1900 a 1919	44
Quadro 3 - Associações abolicionistas no Brasil – 1860 a 1871	71
Quadro 4 - Vencimento dos professores em contos de réis	87
Quadro 5 - Estabelecimentos assistenciais infantis de São Paulo (1825 e 1897)	93
Quadro 6- Organizado por Perez (2012) sobre o programa de pontos extraordinários aprovado pela Congregação da Escola Normal. Instrução Pública 28/08/1877	155
Quadro 7- Quantitativo de matrículas no Liceu no ano de 1904	163
Quadro 8- Nome das professoras do Liceu em 1908	164
Quadro 9- Registro comparativo dos programas de ensino das casas maternais e do jardim de infância de 1896, feito pela autora.	169

Lista de Siglas e abreviaturas

AFBISP – Associação Feminina Beneficente Instrutiva de São Paulo

BDTD - Banco de Dados da Capes, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

BN – Biblioteca Nacional

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

DATASUS – Departamento de Informática do Sistema Integrado de Saúde

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

IBC – Instituto Benjamin Constant

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PPGE – Programa de Pós-graduação em Educação

SAERJ – Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro

SAERJINHO – Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro em etapas bimestrais

SNA – Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNICEF - *United Nations Children's Fundation* ou Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância

1

Introdução: A fotografia de uma época?

É grande o número de crianças abandonadas à ignorância e desmazelo que adormecem à beira do perigo e se precipitam na voragem dos vícios, sem ter quem se importe com elas no mundo. É o que há de mais triste, é que estes espetáculos se oferecem aos nossos olhos e não nos ofendem. (Franco, 1906, p. 6)

Existe, creio eu, n'esta capital uma sociedade de protecção aos animaes. E, não me consta que haja uma identica de protecção e instrucção ás creanças abandonadas á ignorancia e vagabundagem. Pois valerão ellas menos do que os animaes? (Franco, 1904, p. 9).¹

As afirmações acima registradas foram escritas por Anália Franco, no início do século XX. Hoje, segundo relatório da UNICEF (2019), de 1990 a 2019², o percentual de crianças com idade escolar obrigatória fora da escola caiu de 19,6% para 3,7% (IBGE, 2019). Apesar deste avanço, em 2019, 1,5 milhão de meninos e meninas ainda estavam fora da escola, de acordo com informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2019 (PNAD Contínua – IBGE, 2019). E quem ainda permanece fora da escola? A população mais pobre, os negros, os indígenas e os quilombolas. Também parte desse número representa o quantitativo de alunos com algum tipo de deficiência, que mesmo após a lei de inclusão, a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, permanecem fora da escola regular.

Além do desafio de acesso escolar, há outras questões. De acordo com Veiga (2017) a escola obrigatória pairou de modo artificial sobre os diferentes grupos sociais. As desigualdades sociais se balizam e repercutem na qualidade de ensino, avaliada pelos indicativos de proficiência, caracterizando a desigualdade escolar de alunos de classes menos favorecidas, que estão nas escolas sem aprender. O sistema de educação público brasileiro não tem sido capaz de garantir oportunidades iguais de aprendizagem aos estudantes, os índices de evasão escolar são expressivos, aprofundam o fosso social e estão vinculados ao índice de faltas e reprovações que reforçam o abandono escolar.

Em 2018, 6,4 milhões de estudantes das escolas estaduais e municipais tinham dois ou mais anos de atraso escolar. Além da violência sofrida por quem está fora da escola, a face mais trágica das violações de direitos que afetam meninos

¹ As citações ao longo do texto estão escritas com os caracteres da época.

² Optamos por trabalhar com os dados de 2018 e 2019 como parâmetro de comparação, devido à pandemia de Covid-19 em 2020 e 2021. Os dados de pesquisa educacional certamente estarão sujeitos ao *lockdown* de exigência sanitária no período.

e meninas no Brasil são os homicídios de adolescentes: a cada hora, alguém entre 10 e 19 anos de idade é assassinado no país (estimativa do UNICEF baseada em dados do DATASUS, 2018) – quase todos os meninos são negros, pobres, moradores de favelas ou periferias. A violência também está dentro da família, segundo dados estatísticos de 2015 a julho de 2021, obtidos pelo Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) e disponibilizados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Em 2021, deram entrada em serviços de acolhimento no país, 18,7 mil crianças e adolescentes entre 0 e 18 anos com o motivo: “abandono pelos pais ou responsáveis”. Ao todo, o país apresentava o quantitativo de 29,2 mil crianças e adolescentes abandonados.

As afirmativas de Anália Franco citadas acima e que a ofendiam eram “esses espetáculos” que aconteciam no cenário republicano educacional da primeira década do século XX, em São Paulo, em meio a uma reforma instrutiva iniciada no estado anos antes, de sua obra inclusiva. “Espetáculos” que ainda nos desafiam na busca da qualidade da Educação Básica em nosso país. Anália Franco foi protagonista e precursora de um projeto pedagógico de inclusão social. A infância desamparada, as crianças órfãs, negras e pobres estavam fora deste programa e o aparato jurídico-assistencial encetavam seu destino.

Anália Franco, ao criar em 1901 uma Associação Beneficente que foi responsável por fundar diversas casas maternais na cidade e no interior, procurou configurar um novo modelo de assistência às crianças desamparadas, privilegiando uma atuação pedagógica de desenvolvimento infantil, para melhor prepará-las para a vida, tirando-as das ruas, integrando-as a um projeto socioeducacional.

1.1

Conexão com a pesquisa

O nome de Anália Franco apareceu “por acaso” em minha trajetória inicial de profissionalização no magistério. Nos tempos da graduação em educação, realizada na PUC-Rio, experimentei a frustração de não poder exercer a profissão de professora concomitante ao período do curso de pedagogia. Não havia feito o curso normal e não tinha a habilitação exigida para o exercício do magistério nos

primeiros anos do ensino fundamental. As colegas da universidade, em sua maioria, já lecionavam e traziam contribuições importantes para as aulas teóricas.

Diante desse impedimento, a indicação de um abrigo para órfãos na Zona Norte, no bairro de Rocha, surgiu como uma oportunidade de trabalho voluntário na área pedagógica. A instituição tinha por nome: “Lar Anália Franco”³ e era uma escola de reforço, separada em turmas e séries, que contribuiu para que obtivesse certa prática profissional. Ali, pude vivenciar o que era uma escola, o que era ser professora. Mesmo sendo um abrigo de meninas órfãs, havia um departamento escolar com um planejamento pedagógico, cujo objetivo era o de oferecer um reforço escolar às alunas que cursavam a educação básica numa escola do município. Com práticas e rotinas escolares similares a de uma escola formal, como diário, planos de aula, conselhos de classe. Éramos todas voluntárias, supervisionadas por uma orientadora pedagógica que sistematizava o acompanhamento escolar em reuniões agendadas, visando direcionar a atuação pedagógica junto às internas que estudavam na Escola Municipal Pareto.

Nunca havia ouvido falar de “Anália Franco”, que dava o nome ao lar, pensando tratar-se do nome de algum familiar homenageado de qualquer sócio ou do diretor da instituição. Posteriormente um dos diretores esclareceu de quem se tratava.

A opção pela investigação sobre essa professora não reconhecida passou a fazer parte de um projeto de pesquisa que tinha como mote a inquietação referente à formação e profissionalização docente. Tais inquietações estavam ligadas à origem de minha escolha profissional. A minha opção pelo magistério, a princípio, foi contestada pela família, de médicos, com as justificativas de ser o professor primário uma profissão não reconhecida socialmente e por preocupações relativas à independência financeira.

As escolhas de trabalho no percurso acadêmico vieram dialogando com questões sobre a profissão docente. O primeiro trabalho acadêmico que desenvolvi foi uma monografia de final do curso de Pós-graduação em Avaliação Educacional (UFRJ/UERJ). Nesta pesquisa analisamos as políticas públicas de avaliação educacional e a relação de interferência no trabalho docente. O Exame Nacional do

³ Lar Anália Franco está situado na Avenida Marechal Rondon, 875 – Bairro Rocha, Rio de Janeiro-RJ. Fundado em 22 de outubro de 1922, por Francisco Bastos, viúvo de Anália Franco. *Site* disponível em: <https://www.laranaliafrancorj.org.br/>

Ensino Médio (ENEM) trouxe, no início de sua implementação, mudanças no currículo e nos instrumentos avaliativos desse segmento da educação básica. Os conteúdos de visão interdisciplinar, as questões das provas, abordando conceitos comuns entre disciplinas, aprofundando uma maior crítica e interpretação aos conteúdos, influenciavam as práticas avaliativas dos professores na escola em que atuava como coordenadora do ensino médio. A autonomia docente, sua formação, a valorização e o reconhecimento profissional estavam presentes nos questionamentos que levaram à pesquisa.

Em 2013, na dissertação do Mestrado em Representações Sociais, aprofundamos o tema da avaliação externa. Nosso objetivo era ouvir os professores públicos que atuavam em duas escolas públicas, que aplicavam uma avaliação externa: o SAERJINHO (Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro em etapas bimestrais). Para que os alunos se preparassem melhor para o SAERJ (Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro), a Secretaria de Estado de Educação deu início, em abril de 2011, ao SAERJINHO – sistema de avaliação bimestral do processo de ensino e aprendizagem nas escolas estaduais. Sob o título “Representações sociais de professores públicos sobre Avaliação Externa: o SAERJINHO no Rio de Janeiro”, desenvolvemos uma pesquisa em duas escolas da rede pública da mesma região administrativa, uma escola que foi primeira colocada no *ranking* da avaliação no período do recorte (2º semestre de 2012); e a escola que foi última colocada. Em ambas o trabalho foi o mesmo: observar as representações sociais dos professores das escolas sobre o SAERJINHO. Através de metáforas, a fim de provocar respostas pouco convencionais, os professores puderam relacionar as avaliações externas a elementos Figurativos que compõem um quadro negativo sobre as políticas públicas de avaliação em larga escala, em relação ao trabalho profissional docente. Elementos, como gaiola, coleira, coruja, polvo com tentáculos, urubu que gosta de carniça, jacaré, ditadores como Vargas e Hitler, camaleão, entre outros, foram encontrados nas falas dos professores e depois analisadas pelo MEA⁴, levaram a

⁴ MEA Modelo da Estratégia Argumentativa- análise da fala e de outros registros em contextos interativos de aprendizagem de Mônica Rabello de Castro e Janete Bolite Frant

conclusões que só intensificaram o descontentamento dos professores em relação à avaliação externa das políticas públicas educacionais.

As críticas se referem especificamente à função do professor que, com a avaliação externa, vem sendo depreciada; sua formação, especialização e sua autonomia vêm sendo questionadas. Não é ele quem faz as provas, não é ele quem avalia os resultados. Sua função fica desqualificada também em função das gratificações diferenciadas em relação aos resultados das avaliações. Sentem-se culpados pelos resultados ruins, não são ouvidos quanto aos conteúdos, periodicidade das avaliações, período das aplicações. Nem mesmo são reconhecidos tecnicamente para elaboração das provas que são aplicadas aos seus alunos. As avaliações do SAERJINHO eram produzidas em outro estado, na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Os professores não são reconhecidos como protagonistas do processo ensino-aprendizagem de seus alunos. Dessa forma, verificamos que a avaliação em larga escala impacta o trabalho docente, na medida em que o professor se sente desvalorizado, seus saberes não são reconhecidos, sua autonomia, a capacidade de gerir, decidir se comprometer, no processo ensino-aprendizagem dos alunos é questionada.

Em relação às instituições de ensino onde atuei como professora ou coordenadora, os colégios: Teresiano, Bennett e o Colégio Santo Inácio são exemplos de instituições de reconhecimento social, de excelência acadêmica, cujo trabalho docente é expressivo na autonomia e valorização. Hoje aposentada da rede privada, atuo como professora pública federal concursada no Instituto Benjamin Constant, (IBC). O IBC é uma escola especializada, de referência na área da deficiência visual, a primeira instituição criada para esse fim na América Latina.

Dessa forma, o interesse em pesquisar a profissão docente, e sua valorização, teve o nome de Anália Franco como um “gatilho” inicial, na busca em compreender sua contribuição para a História da Educação Brasileira, na medida em que consideramos ser ela uma precursora no trabalho e divulgação de uma educação voltada para o segmento infantil, na criação de creches maternas e de um Liceu de formação docente para este segmento.

1.2

A revisão bibliográfica e a delimitação do tema

O interesse por educadores envolvidos com o período republicano, em sua primeira década em São Paulo, com implicações na formação e profissionalização docente conduzem essa pesquisa sobre o Liceu Feminino, em meio a inúmeros projetos de amparo social criados pela professora Anália Franco.

Anália Franco, no âmbito da história dos educadores, neste período fértil de ideias e inovações educacionais em São Paulo, nos fins do século XIX e início do século XX, é pouco citada como referência na história e na historiografia da educação brasileira. Sua trajetória de ação, suas ideias educacionais, sua contribuição para a história da educação brasileira e da profissão docente é pouco encontrada.

São recentes os trabalhos acadêmicos sobre Anália Franco e a Associação Feminina Beneficente Instrutiva de São Paulo (AFBI) fundada por ela, em 1901 na cidade de São Paulo.

Inicialmente, citamos, o livro publicado em 1988, sobre a pesquisa da professora Kishimoto: *A pré-escola em São Paulo (1877 a 1940)*, editado após sua tese de doutorado sobre o mesmo título em 1986. Posteriormente, publicados em 1998, os artigos do professor Moises Kuhlmann Jr. sobre as iniciativas de proteção à infância pobre em São Paulo. Ambos citam o protagonismo da professora Anália Franco na condução de sua obra voltada à criança desamparada indicando relevância pedagógica.

É a partir desse atual século que a pesquisa sobre essa pedagoga⁵ se amplia e trabalhos sobre a educadora e sua obra vão sendo apresentados em publicações acadêmicas. Suas ações e ideias vêm sendo minuciosamente estudadas por alguns pesquisadores, principalmente, os da cidade de São Paulo, como conheceremos na revisão bibliográfica.

No levantamento bibliográfico, realizado no período de junho de 2021 a março de 2022, utilizando como palavras-chaves “Anália Franco” e “Associação Feminina Beneficente Instrutiva de São Paulo” a AFBI em diferentes plataformas – Banco de Dados da Capes, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

⁵ Pedagoga o termo se refere a uma pessoa que trata da pedagogia; um teórico ou especialista em pedagogia; pedagogo. DICIO - Dicionário on line em português

(BDTD) – encontramos quatro dissertações e duas teses, que apresentamos no quadro abaixo:

Dissertações	Teses
<p>Anália Franco e a Associação Feminina Beneficente Instrutiva: ideias e práticas educativas para a criança e para a mulher 1870-1920 Ano: 2007 Universidade de São Francisco – S.P. Eliane Christo Oliveira</p>	<p>A trajetória profissional da educadora Anália Emília Franco em São Paulo 1858-1919 Ano: 2016 Universidade de São Paulo – S.P. Daniela Fagundes Portela</p>
<p>Anália Franco e sua ação socioeducacional na transição do Império para a República 1868-1919 Ano: 2009 Universidade Estadual de Campinas - S.P. Samantha Lodi-Correa</p>	<p>“O que dizem de nós” o movimento feminino e educacional de Anália Franco publicado na imprensa de 1875 a 1919 Ano: 2020 Universidade Católica de Santos S.P. Rosangela Molento Ferreira</p>
<p>Album das Meninas, revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras: estudo de um impresso de Anália Franco 1898-1901 Ano: 2016 Universidade Federal de São Paulo – S.P. Floriza Garcia Chagas</p>	
<p>A interiorização da assistência à infância e a experiência do Asylo de Orphans Anália Franco em Ribeirão Preto, 1901 a 1925 Ano: 2017 Universidade de São Paulo – S.P. Carla Cristina Johansen</p>	

Quadro 1 - Teses e Dissertações sobre Anália Franco e a AFBI

Fonte: Elaboração Própria

A dissertação de Oliveira (2007) trata das práticas sociais e educativas na obra de Anália Franco, relacionadas à educação das crianças e das mulheres pobres em São Paulo, no final do século XIX e início do XX. O estudo analisa a circulação das ideias, das políticas, das iniciativas e práticas educativas, bem como dos materiais didáticos e pedagógicos pensados para a educação das crianças naquele período. A análise enfoca desde os fatores sociais que sensibilizaram Anália Franco para a causa da criança pobre, perpassando sua formação no magistério e atuação na

imprensa feminina, até a fundação da AFBI, no ano de 1901. O material didático utilizado nas entidades ligadas à associação, os impressos elaborados por Anália, como o *Manual das Escolas Maternais*, a revista *Album das Meninas* e relatórios da AFBI compõem as fontes analisadas na pesquisa, assim como fotografias registradas na época.

Lodi-Correa (2009) em sua pesquisa, apresenta um estudo histórico-biográfico de Anália Franco e trata de sua atuação como educadora convicta com preocupação social e de posicionamento político em um período em que as mulheres tinham pouco espaço na vida pública. Aborda a fundação da associação da qual ela foi presidente (de 1901 a 1919) e coleta informações sobre a trajetória da educadora por meio de fontes primárias produzidas pela própria, como manuais, relatórios da associação e alguns periódicos: *Album das Meninas e A Voz Maternal*.

O impresso *Album de Meninas* escrito pela educadora Anália Franco é o foco de investigação de Chagas (2016). O objetivo foi analisar, de forma minudenciada, a revista educativa e literária dedicada às jovens brasileiras, a fim de identificar o papel educativo e literário do periódico de 1898-1901. A pesquisa aponta observações sobre os temas abordados, como instrução e moralização, especialmente, para o público feminino, incentivando-o a reivindicar acesso à educação, à profissionalização e à participação coletiva da regeneração da sociedade. Apesar de sua contribuição para a profissionalização docente por intermédio de um impresso, o recorte da pesquisa antecede o foco do trabalho que nos motiva, pois, a revista *Album das Meninas* é publicada até o ano da fundação da associação, em 1901.

Na tese de Portela (2016), encontramos um trabalho investigativo sobre a trajetória profissional de Anália Franco, como professora do Grupo Escolar do Largo do Arouche, de 1853 a 1919; a passagem pela Escola Normal (1876-1878); professora assistente de sua mãe, em Jacareí; como fundadora de uma escola para meninas, em 1882, o Colégio Santa Cecília, em São Carlos do Pinhal; sua participação na imprensa feminina paulista; sua trajetória na AFBI; e a criação das escolas maternais.

Johansen (2017) pesquisou especificamente o Asylo de Orphans Anália Franco, de Ribeirão Preto. Criado em 1917, passa a ter uma nova sede em um prédio novo, em 1922; na solenidade, o discurso da diretora trouxe a memória do estabelecimento ligado à obra de Anália Franco. Segundo a autora, a educadora era

conhecida na capital e em outras partes de São Paulo; tinha interlocutores no governo paulista, no partido republicano, na maçonaria e entre os espíritas, que a ajudaram a inaugurar e a manter o asilo de Ribeirão Preto. A dissertação trata da pesquisa sobre o estabelecimento voltado à assistência pública e à infância.

A pesquisa mais recente, é o trabalho de Ferreira (2020) que propõe investigar a história de vida de Anália Emília Franco, por meio das informações publicadas especialmente na imprensa entre o ano de 1875 – primeira aparição de seu nome nos periódicos – até 1919 – ano de sua morte, com destaque nos jornais *A Província de São Paulo* (atual O Estado de S. Paulo), *Correio Paulistano*, *A Família* (de Josephina Álvares de Azevedo), *A Voz Maternal* (publicação da AFBI) e os Anuários de Ensino e Estatístico do Estado de São Paulo (de 1902 a 1915). A autora propõe analisar os elementos que identificam a sua trajetória como professora de primeiras letras nas cidades do interior de São Paulo e na capital, e o seu engajamento no movimento feminino e no empreendedorismo educacional.

No grupo das produções acadêmicas, Anália Franco aparece nas temáticas que se entrecruzam, a estudos sobre a pré-escola: como em Kishimoto (1988), *A pré-escola em São Paulo (1877 a 1940)*, um estudo sobre sua atuação como pioneira na educação de crianças pequenas brasileiras. Para a autora, Anália foi a primeira educadora a utilizar termos, como “creches” e “escolas maternais” para denominar as suas instituições destinadas à infância, tornando-se importante referência na educação da infância à época. A metodologia de ensino e o pensamento educacional adotado nas instituições de ensino eram inspirados nos princípios de pensadores, como Pestalozzi, Froebel, Pape-Carpentier, Kergomard, Montessori. Em seus outros artigos, Kishimoto (1988) volta a citar o nome de Anália Franco como criadora das primeiras escolas maternais em São Paulo, no texto: *Os jardins de infância e as escolas maternais de São Paulo no início da República*.

Ainda em relação à pesquisa sobre a educação e proteção à infância, Kuhlmann Jr. (1998) apresenta o nome de Anália Franco junto às suas ações de protagonismo na criação de associações e instituições para assistência aos menores. Kuhlmann Jr. (1991) publicou o trabalho *Instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil (1899-1922)*, apresentando entre as instituições elencadas, a AFBI, de Anália Franco, destinada ao amparo e educação da mulher e da infância.

Sobre a atuação de Anália Franco na fundação de uma filial da AFBI de São Paulo encontramos a dissertação de mestrado de Caputo (2008), *Eunice Caldas: uma voz feminina no silêncio da história 1879-1967*, o nome de Anália Franco é associado à fundação das casas maternais e de um Liceu Feminino em Santos. A professora Eunice Peregrina Caldas foi a fundadora, em 1901, da sucursal santista da Associação Feminina Beneficente Instrutiva de São Paulo, criada por ela e Anália Franco. O estudo apresenta a influência de Anália Franco como referência no pensar e agir de Eunice Caldas.

Outras citações sobre Anália Franco e sua obra assistencial encontramos através das plataformas SciELO e no catálogo de teses e dissertações da Capes, como o artigo *A interiorização da assistência à infância durante a Primeira República: de São Paulo a Ribeirão Preto*, Fonseca (2012) apresenta o Asilo Anália Franco, o Instituto de Proteção e Assistência à Infância e o Patronato “Diogo Feijó” como exemplos do processo de interiorização da assistência à infância em Ribeirão Preto, imitando os modelos institucionais adotados na capital paulista pela educadora. Em *Anália Franco: uma referência em matéria de assistência à infância para as cidades do interior de São Paulo? (1901-1923)*, Fonseca e Johansen (2018) posicionam a liderança e a articulação da educadora entre a sociedade civil por intermédio da associação que presidia e o poder público, a fim de angariar apoio econômico e político para um conjunto considerável de estabelecimentos assistenciais e escolares mantidos pela AFBI ou apoiados por ela.

Ainda sobre suas contribuições em ações assistenciais, Santana, Maciel e Souza (2015) realizam um ensaio biográfico com a publicação, *De volta ao começo: a (re)construção da trajetória e contribuições da educadora Anália Franco*. Nascida no Rio de Janeiro, em 1853 Anália Franco fez a diferença em um período difícil para as mulheres, contribuindo para a História da Educação, com ações efetivas no campo da educação à infância desvalida, e o pensamento em uma escola que atendesse indiscriminadamente crianças, independente da condição social, cor e credo.

Anália Franco como professora encontramos em *Professores e professoras públicas de Primeiras Letras em Cotia (SP, 1870-1885): trajetórias docentes e estratégias do ofício de ensinar* Vidal e Moares (2018) citam Anália Franco como professora da primeira cadeira feminina de 1885 a 1887 em Cotia, S.P.

Sobre Anália Franco escritora encontramos alguns artigos:

Na publicação 'A mensageira': *alvorecer de uma nova era?* Kamita (2004) escreve sobre a revista lançada por Presciliana Duarte de Almeida (1867-1944), que circulou em São Paulo entre os 1897 e 1900, destinada à produção literária feminina, com artigos que defendiam a emancipação das mulheres, reivindicando especialmente uma educação de qualidade. Em suas páginas, figuravam nomes como os da escritora Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) e da portuguesa Guiomar Torrezão (1844-1898), escritora e líder feminista, além de Anália Franco.

Também em Carula (2016) a pesquisa sobre três jornais escritos por mulheres, que circularam nas décadas finais do século XIX, no Rio de Janeiro apresenta e analisa os três jornais: *O Sexo Feminino* (1873-1889), que após a República passou a se chamar *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* (1889-1890); *Echo das Damas* (1879-1888); e *A Família* (1888-1894). Em todos há a participação de Anália Franco.

Ainda sobre Anália Franco na imprensa, Andrade (2019) no artigo, *A emancipação feminina na imprensa carioca: uma análise sobre O Sexo Feminino e Echo das Damas (1875-1889)*, analisa o processo de emancipação feminina nos jornais *O Sexo Feminino* e *Echo das Damas*, publicados entre 1875 e 1889, no Rio de Janeiro. Os impressos foram fundados por mulheres e tinham como objetivo central a discussão sobre a importância da educação e instrução profissional feminina no Brasil. O artigo cita Anália Franco como uma das principais colaboradoras do *Echo das Damas*.

Anália Franco como escritora junto a uma rede de escritoras, mulheres letradas do Brasil, Eleutério (2004), publica em *O lugar da emancipação da mulher no periodismo paulista (1888-1930)*, Anália Franco como escritora que edita e escreve em revistas ligadas à educação e ao mundo literário acompanhada de escritoras, como: Presciliana Duarte de Almeida, Júlia Lopes de Almeida, Zalina Rolim e Francisca Júlia.

Em uma pesquisa que aborda “mulheres silenciadas” na história de São Paulo, *Mulheres descobertas no lixo*, de Bettencourt (2017), expõe rostos femininos desconhecidos e idealizados, questionando os motivos que levaram (e levam) tantas mulheres a serem silenciadas. Num entrelaçamento de personagens femininas da literatura brasileira do século XIX e de escritoras mulheres (século XIX ao XX), o artigo discute como as relações de gênero e de raça influenciaram a construção e a

formação de um cânone histórico e literário. Anália Franco encontra-se entre as mulheres expoentes escritoras da época.

Sobre a temática educação feminina na infância, no título: *Revista Album das Meninas: literatura infantil e jovial para educar a mocidade brasileira*, Vasconcelos e Patroclo (2021) analisam o ideal de educação da infância feminina contido nas páginas da revista, criada por Anália Franco, revista examinada como patrimônio educativo material, que identifica e nos transporta as marcas de uma época.

Em publicações sobre a ligação de Anália Franco com a doutrina espírita encontramos:

O artigo, *Entre espíritas, maçons e anarquistas: Anália Franco, João Penteadado e a educação em São Paulo na Primeira República*, Peres (2011) analisa a trajetória de Anália Franco (1853-1919) e João Penteadado (1877-1965), educadores que atuaram em São Paulo na Primeira República, à luz dos conceitos de sociedade de ideias e ambiência, demonstrando as aproximações (e os distanciamentos) entre ambos, com suas concepções pedagógicas, junto aos espíritas, maçons e anarquistas, e na utilização de jornais e revistas para divulgar os ideais e a criação de escolas.

Os espíritas e Anália Franco: práticas de assistência e escolarização da infância no início do século XX, Azevedo (2010) pesquisa como sua “obra” se relacionou com a atuação dos espíritas nos campos da assistência e educação da infância.

No artigo *Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem História*, Goellner (2005) cita a educadora Anália Franco, entre outras fontes analisadas, como incentivadora de exercícios corporais femininos em citação à revista *Album das Meninas*.

No texto de Silva e Melo (2014) – *As representações da família na produção midiática do fim do século XIX* – Anália Franco é destacada como incentivadora da criação de escolas e liceus que instruíam profissionalmente mulheres menos favorecidas para que tivessem o trabalho remunerado, evitando a prostituição. O incentivo à educação profissional seria uma forma de realização dos direitos individuais.

Gênero, medicina e filantropia: Maria Rennotte e as mulheres na construção da nação, Mott (2005) apresenta Anália Franco em parceria com Maria Rennotte

nas primeiras décadas do século XX, tendo organizado um “curso de enfermagem profissionalizante” que funcionou na AFBI. Essa entidade filantrópica, voltada para a assistência à infância e à educação das mulheres, teve o apoio e a colaboração de Maria Rennotte não só na organização do curso, como também na prestação de serviços médicos e participação no conselho diretor.

Na publicação sobre a parceria Anália Franco e a Maçonaria, Silva e Bontempi (2018), em – *Elite maçônica e as escolas da Loja Sete de Setembro na Revista A maçonaria no Estado de São Paulo (1912-1932)* –, encontramos a informação de que as escolas da Loja Sete de Setembro contavam com a supervisão educacional da professora Anália Franco, de 1909 até 1913.

Além dos trabalhos acadêmicos, o livro do biógrafo de Anália Franco, Eduardo de Carvalho Monteiro: *Anália Franco: A grande dama da educação*, publicado em 1992, foi examinado devido à pesquisa documental registrada pelo autor realizada na AFBI, quando ainda sua localização era na cidade de São Paulo. No prefácio, o autor registra agradecimento ao Sr. Hugo Braga, presidente na época da AFBI, por ter franqueado, sem restrições, os seus arquivos em Itapetininga, local onde os documentos foram levados, quando a AFBI foi transferida para esta cidade.

Ainda encontramos obras literárias laudatórias publicadas sobre Anália Franco, como:

- *Anália Franco: a benfeitora* (1973), que descreve a trajetória da presidente da Associação Feminina Benfícete Instrutiva de São Paulo; e *O anjo da caridade* (1996), com dados biográficos, ambos de Roque Jacinto;
- *Dona Anália: a amiga das crianças*, de Rita Foelker (2013), um livro de literatura infantil que conta a trajetória da educadora;
- *Anália Franco: um candeeiro sobre o alqueire*, de Marcelo Medeiros (2001); peça premiada no Prêmio de Dramaturgia Vladimir Herzog de Anistia, de 2000;
- *Anália Franco: a educadora e seu tempo*, de Eliane de Christo e Samantha Lodi-Correa (2012), contêm as duas pesquisas das autoras e traça a trajetória socioeducativa da educadora;
- *O solar da colina: a obra de Anália Franco vista por dentro*, de Rubens Teles e Antônio Teles (2007), é um romance biográfico que

narra a vida de pessoas acolhidas no Casarão do bairro do Tatuapé, em São Paulo;

- *Anália Franco: a grande dama da educação brasileira*, de Eduardo Carvalho de Monteiro (1998), apresenta uma pesquisa sobre a trajetória da educadora com fontes primárias obtidas pelo autor, sobre a instituição e as sucursais criadas por Anália Franco, além das ideias pedagógicas;

- *Lar Anália Franco: uma história centenária*, de Agenor Diogo da Silva (2014), aborda a trajetória da instituição fundada por seu marido, Francisco Bastos, no Rio de Janeiro, em 1922;

- *Anália Franco: quem é ela?* – de Bernardo Carneiro Rocha (2012), apresenta a biografia romanceada da educadora;

- *A mulher paulista na história*, de Adalzira Bittencourt (1954, p. 74) que descreve Anália Franco, como uma mulher que “não teve filhos, mas foi uma grande mãe”;

- *18 mulheres que transformaram São Paulo*, um livro do projeto #Mulheres-DeSP, sob a organização de Alana Carvalho (2020), que ressalta o papel relevante da mulher paulista em diferentes épocas. Anália Franco e sua trajetória em São Paulo é revisitada no livro, assim como outras memoráveis mulheres paulistanas.

- *Educadoras paulistas: histórias de vida e ações no âmbito educacional*, editado em 2022, organizado por Lis Angelis Padilha de Menezes;

- *Vida e obra de Anália Franco 1856-1919*, de Maria Cândida Silveira Barros (1982), que trata de um livro de memórias de uma ex-aluna da AFBI. Nele, a autora descreve suas lembranças sobre a educadora e a rotina da instituição. Este livro teve a sua primeira edição em 1959.

Os trabalhos que emergem desta revisão bibliográfica apresentam em sua totalidade, os registros sobre a trajetória de Anália Franco na direção da AFBI, sua rede de relações e de apoio para a manutenção de sua obra, as sucursais e seus parceiros ora ligados aos membros da maçonaria, ora por iniciativa do movimento espírita e sobre os seus impressos, como *Album de Meninas*, em sua atuação como divulgadora de suas ideias educacionais.

Os trabalhos e artigos acadêmicos contribuíram para a tese e foram citados, principalmente quando falamos da AFBI e as casas maternais. Sobre o Liceu aproveitamos as pesquisas anteriores, mas pouco material encontramos sobre as questões apresentadas nesta pesquisa.

Consideramos que há muito ainda a ser pesquisado sobre sua Associação e sua ampla e complexa obra de atendimento pedagógico para a população que à época era considerada socialmente “marginalizada”, o que representava a finalidade da AFBI no acolhimento a mulheres solteiras, crianças órfãs, mulheres viúvas entre outros.

Desta forma optamos por pesquisar uma dessas obras, o Liceu Feminino. Poucas referências foram encontradas sobre o Liceu Feminino da Associação e sua contribuição para a formação do magistério, o que confirma a ideia inicial de estudar a instituição criada por Anália Franco e de colocá-la em foco.

Analisar a iniciativa de Anália Franco em fundar o Liceu configura um pioneirismo na formação de professoras para o segmento infantil. Ao dar um cunho pedagógico às casas maternais da AFBI, Anália Franco iniciava um “novo olhar” para as instituições dedicadas às crianças desamparadas, cujas casas primavam por ações assistenciais. Essa iniciativa estava além do que era proposto para a educação pública, na Reforma Instrutiva de São Paulo, cuja obrigatoriedade escolar se iniciava, como veremos, aos sete anos de idade.

A despeito da amplitude de sua obra, destacada no início do séc. XX, através da imprensa, nos jornais da época, de seu material educativo impresso, o seu legado pedagógico permanece pouco estudado, no campo da História da Educação Brasileira e o projeto inicialmente apresentado ao programa do PPGE da PUC-Rio integrava a uma das linhas, na época, a linha da história das Ideias e Instituições educacionais. A partir de 2023, esta linha de pesquisa mudou seu nome para Desigualdades Sociais, Políticas Públicas e Instituições.

A pesquisa sobre o Liceu, uma instituição educacional criada no início do século XX, no ano de 1902, está particularmente relacionada à história da educação da infância pobre em São Paulo e a relação desta na formação das professoras de um segmento infantil, o que hoje chamamos de pré-escola, que representavam as casas maternais da AFBI.

Esta pesquisa, portanto, justifica-se por ter como objetivo investigar um curso de formação de saberes e práticas para a profissionalização docente para atender a urgência de capacitação de professoras para as escolas maternais da AFBI.

Conhecer o Liceu Feminino da AFBI, no recorte temporal registrado, permite-nos conhecer a história de uma instituição, sua contribuição para a criação de uma estrutura de ensino, o conhecimento pedagógico, as proposições didáticas e metodológicas, o saber pedagógico e seus tantos desafios.

Período, que nos revela modelos diferenciados de formação de professores, escolas diferenciadas, escancarando as marcas controversas dos embates e confluências da história da formação e profissionalização docentes.

1.3

O tema e o problema da pesquisa

Sobre as ações educacionais criadas pela AFBI no período em que a professora Anália Franco esteve em sua direção, interessa-nos estudar o que havia de particular nesta Instituição, o Liceu Feminino criado em 1902 após a inauguração da AFBI.

Desse modo procuramos entrecruzar o estudo sobre o Liceu Feminino, junto a uma pálfida ação governamental de políticas públicas estatais de proteção à criança desvalida ⁶ e o protagonismo da professora Anália Franco em suas ações junto a história das crianças e jovens pobres e órfãos.

Abordaremos para este estudo o panorama político e social histórico do período: início do século XX, mais precisamente nas duas primeiras décadas do regime republicano. Um período ímpar para a história da urbanização e da industrialização de São Paulo, afirma (Santos, 2020, p. 212).

Um processo de civilização se fazia urgente para a ordem moral no espaço social e para tal, normas de condutas sociais precisavam ser inculcadas, valorizando, desse modo a instrução em um plano educacional que desenvolvesse no cidadão, suas responsabilidades, morais e cívicas, diante desse progresso. A abolição e a entrada maciça de mão de obra imigrante transformavam o quadro social da cidade de São Paulo. A economia dinamizava-se, com o nascimento da produção fabril, o

⁶ Para saber mais sobre as políticas governamentais criadas ao longo do período imperial e início da República ver a tese de Maria Zélia Maia de Souza, “Educar o jovem para ser ‘útil a si e à sua Pátria’: a assistência pela profissionalização”, Rio de Janeiro (1894 – 1932)

novo modelo técnico- industrial, o avanço nas comunicações e no transporte ferroviário e com a ampliação do consumo e do mercado de trabalho.

Dessa forma, projetos de instrução pública, aplicando esforços para a alfabetização da população⁷, aumentando a quantidade de pessoas que soubessem ler e escrever, era a preocupação dos intelectuais, da elite cultural brasileira, desde o início do século XIX. O ensino da leitura e da escrita representava o processo de civilização do povo brasileiro, de acordo com os moldes estabelecidos pelos países europeus. Debates e inquietações sobre teorias e práticas pedagógicas marcavam o período em que se alinhavam as reformas⁸ que iam sendo criadas pelos governantes⁹ e para as finalidades do ensino, a excelência da formação do professor era temática importante.

Anália Franco já era conhecida no início do século XX, por suas iniciativas de atuação filantrópica, já havia fundado no interior, suas casas maternais, para atender as criancinhas necessitadas, pequenos “negrinhos” expulsos das fazendas, após a lei do Ventre Livre. Portanto ao sair do interior e se radicar, na cidade de São Paulo, seu projeto filantrópico de atendimento social, se consolida com a fundação em 1901 da AFBI, dirigindo sua ação pedagógica a um complexo de iniciativas de inclusão educacional e profissional às mulheres “marginalizadas”, crianças em situação de abandono e homens desempregados

Na revista o *Album das Meninas*, revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras, editada por ela, em circulação desde 1898, Anália Franco

⁷ O primeiro censo populacional realizado no país em 1872 apresentava a aferição do alfabetismo/analfabetismo da população brasileira. De acordo com Gil (2022, p.4), “considerando ambas as populações livre e escravizada o total era de um índice de analfabetismo de 82,30%. Assumindo-se apenas a população livre, esse índice era de 77,49%, sendo 70,50% entre os homens e 84,37% entre as mulheres (Senra, 2006 apud Gil, 2022). É relevante a análise desses dados estatísticos com certo discernimento, por exemplo em relação ao conceito de alfabeto/analfabeto, segundo Magda Soares em seu livro: Letramento: um tema em três gêneros (2009), o formulário do censo definia alfabeto/analfabeto em relação a assinatura apenas do nome do indivíduo, posteriormente o formulário passou a perguntar ao indivíduo se ele sabia ler um bilhete simples. Outra crítica pertinente aos dados estatísticos se refere a questões como intencionalidade das perguntas e apresentação dos resultados, nem sempre livre de posicionamentos subjetivos e intenções políticas.

⁸ Foi no período de 1890 – 1896 em São Paulo que o regime republicano liberal-democrático procurou implantar uma estrutura de ensino público, uma organização escolar que iria marcar uma evolução do ensino brasileiro, não só no do ensino paulista, mas influenciando outras unidades da federação. (Reis Filho, 1981, p.5)

⁹ Os governantes – A Instrução Pública estava subordinada desde o Decreto nº7 de 20 de dezembro de 1889 ao Governador, por intermédio do Conselho Superior de Instrução Pública, criado pela Lei nº81 de 6 de abril de 1887, de acordo com Reis, (1981, p. 19). Este órgão dirigia o ensino, mas com os Decretos nº28 e 29 a Instrução Pública passa a ser dirigida pelo Diretor Geral, diretamente subordinado ao Governador.

antecipava preocupações com as condições socioculturais dos recém libertos da escravidão após a abolição, especialmente, no caso das crianças, com a decretação da Lei do Ventre Livre, em 1871.

A ideia das casas maternais da AFBI, era a de proporcionar uma conotação de cunho pedagógico aos asilos e orfanatos que atendiam crianças desamparadas inicialmente, e depois para atender as crianças cujas mães eram operárias. De acordo com Kishimoto (1988) em sua pesquisa sobre A Pré Escola em São Paulo – de 1877 a 1940, Anália Franco teria sido a “primeira educadora a utilizar termos como creche e escolas maternais para denominar suas instituições destinadas à infância” (Kishimoto, 1988, p.52).

Seu projeto consistia em levar a educação e o trabalho, como molas propulsoras de mudança social. Esse projeto já era evidenciado desde o império, conferindo à escola um lugar de construção de uma ordem civilizada, representação social da escola voltada para a educação dos “desvalidos” (Souza, 2008, p.16).

Desta forma suas ações filantrópicas estavam alinhadas aos ideais liberais do projeto republicano¹⁰, que defendiam o poder do ensino como elemento transformador da sociedade, pois “a exigência de uma instrução pública bem dirigida é o mais forte e eficaz elemento do progresso” fazendo importante portanto, o papel da formação do professor, como registrado na Reforma da Instrução Pública, no decreto nº27 de 12 de março de 1890¹¹.

Ao dar um cunho pedagógico às casas maternais da AFBI, precisava Anália Franco cuidar da formação e da instrução das professoras e diretoras que iriam trabalhar nas casas maternais. Para atender a essa exigência, Anália Franco funda o Liceu Feminino, a fim de formar pedagogicamente as professoras e diretoras das centenas de escolas maternais que iam sendo fundadas, na cidade de São Paulo e

¹⁰ Durante o período Imperial existia a formação de dois grupos políticos distintos no Brasil: liberais e conservadores. Todo o período imperial foi marcado por tensões e conciliações entre os dois grupos. Os liberais foram responsáveis por fundar o Partido Republicano no final deste período. A centralidade na razão, na análise e na crítica aos dogmatismos faziam parte do pensamento liberal, fundamentado no iluminismo. Os preceitos de liberdade, igualdade, tolerância, individualidade, a visão de trabalho, propriedade, de universalização e de meritocracia estão presentes nos ideários liberais. Para saber mais:

<https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/1375/1/CLAUDIA%20ZANLORENZI.pdf>

¹¹ DECRETO N. 27, DE 12 DE MARÇO DE 1890 Reforma a Escola Normal e converte em Escolas Modelos as Escolas anexas

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1890/decreto-27-12.03.1890.html>

no interior paulista, as chamadas “sucursais” como conheceremos, no trabalho de pesquisa.

Sua iniciativa foi precursora, pois neste período o segmento da pré-escola não fazia parte da Reforma Geral da Instrução Pública de São Paulo.

Apesar da “atuação do Estado no campo educacional ter sido decisiva para o desenvolvimento da instrução pública, época tão promissora de investimentos na educação popular”, a organização do Ensino tratada no Regulamento da Instrução Pública de 30 de dezembro de 1892¹², previa a formação de professores em três anos para a prática docente nos Ensino Preliminar e Complementar, pois no art. 1º & 2º a lei garantia que a instrução pública deveria ter início somente aos 7 anos, a educação anterior a esta data não poderia ser de responsabilidade do governo (Kishimoto, 1988, p. 106). Somente nos anos vinte e trinta do século XX, elas iriam se transformar em uma unidade pré-escolar (Kishimoto, 1988, p.157).

O curso de formação de professores da AFBI, o Liceu Feminino, portanto, foi uma instituição escolar inserida neste período rico de iniciativas públicas educacionais, proveniente de debates e conflitos entre o legislativo imputando leis e decretos na condução da reforma da instrução pública e a realidade do estado. Mesmo com o início da escolarização pública em São Paulo, no período citado, os problemas educacionais eram inúmeros, relatados pelos inspetores do ensino e, registrados nos Anuários do Ensino de São Paulo. Havia um descompasso entre o modelo pensado e a realidade da cidade e do estado; desde a metodologia, os espaços escolares, os materiais pedagógicos disponibilizados, a unificação do ensino e dos procedimentos administrativos, mas principalmente, a precária formação do professor.

Os Relatórios do Diretor Geral da Instrução Pública, de 1894 nos dão conta desse desafio entre a legislação inovadora e “moderna” dos idealistas republicanos no governo e o funcionamento da estrutura de ensino vigente na cidade e no estado, em condições distantes das propostas inspiradoras. (Reis Filho, 1981, p.105).

Isso certamente se constituía em desafio, também para a diretora e professora Anália Franco, no seu projeto de formação de professoras das casas maternais. Não existiam ainda leis e decretos que sustentavam um projeto educacional para crianças

¹² DECRETO N. 144-B, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1892.REGULAMENTO DA INSTRUCCÃO PUBLICA DO ESTADO
<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1892/decreto-144B-30.12.1892.html>

nesta faixa etária e publicações de manuais específicos para formação deste professor. Anália Franco precisava unificar a metodologia e os procedimentos tanto pedagógicos quanto administrativos, porque as sucursais inauguradas eram ligadas à AFBI.

Os problemas, portanto, a serem investigados neste estudo se referem às questões que instigaram esta pesquisa:

- 1) Qual a importância das casas maternais da AFBI criadas por Anália Franco no contexto da educação no período elencado e por que a necessidade de professores formados?
- 2) Se o objetivo do Liceu como nos diz seu estatuto, era o de formar professoras para as casas maternais da AFBI, de que forma isso se concretizou?
- 3) De que forma Anália Franco conseguiu manter administrativamente e pedagogicamente as casas maternais, as chamadas sucursais fundadas pela AFBI, na cidade de São Paulo e no interior?
- 4) Que dificuldades poderia ter Anália Franco encontrado na condução pedagógica do Liceu?
- 5) Quem eram as professoras contratadas inicialmente para o Liceu?
- 6) Que perfil de professora era idealizado por Anália Franco quando fundou o Liceu a fim de formar professoras para o trabalho nas casas maternais?
- 7) Que alunas da AFBI se tornaram professoras e diretoras das casas maternais encontradas nos documentos?

Desse modo, a presente pesquisa teve por objetivo geral:

- Investigar através das fontes encontradas, o curso de formação de professoras do Liceu Feminino da AFBI de São Paulo, seus objetivos e se foram concretizados.

Objetivos específicos:

- Analisar o programa do curso, as escolhas dos métodos.

- Analisar o perfil das professoras idealizado pela educadora, em seus impressos, os valores e virtudes defendidos em seus discursos de como deveria ser uma professora.

- Identificar alunas que em suas trajetórias foram trabalhar no Liceu e nas casas maternais

- Investigar através dos documentos, as dificuldades encontradas por Anália Franco, na condução do Liceu Feminino cujo objetivo era o de formar professoras para as escolas maternais da AFBI.

Nos interessava buscar entender como essa rede de escolas conseguia se manter como uma unidade pedagógica da obra da AFBI, afinal, após a fundação das casas maternais, o acompanhamento pedagógico e administrativo estaria sob a responsabilidade da diretora da associação, a professora Anália Franco, por isso a formação docente era prioridade e se o objetivo do Liceu de formar professoras para as casas maternais foi realizado.

Nossa hipótese era a de que Anália Franco teria encontrado dificuldades na concretização de seu projeto, o de formar professoras para atender suas escolas maternais, principalmente as do interior. Teriam sido dificuldades em relação a vocação das alunas para a docência? Subsídios para a manutenção do Liceu? O aproveitamento do curso pelas alunas? O material didático apropriado para um segmento não contemplado pela reforma? Precisávamos pesquisar o que teria acontecido. Na pesquisa de campo, no interior do estado, somente duas escolas foram encontradas, a de Ribeirão Preto, fundada em 1917 e a de Jundiá, fundada em 1912. E assim nos perguntamos: O que teria acontecido?

Durante a pesquisa nos deparamos com registros nos jornais e nos escritos da própria Anália Franco, que apontam indícios que podem nos explicar o fechamento de casas maternais no interior e nas casas da cidade de São Paulo.

A fim de investigar o curso de formação de professores do Liceu Feminino, criado e dirigido por Anália Franco, utilizamos dois eixos que conduziram a pesquisa: o contexto sociopolítico da reforma instrutiva que acontece em São Paulo e a análise do itinerário pessoal e profissional de Anália Franco que ocorreu neste período.

Uma instituição, quando fundada pressupõe a existência de um projeto que ao tratar da formação do professor, de acordo com Araújo, Freitas e Lopes (2018) implica considerar as dimensões administrativas, espacial, curricular, o perfil dos

docentes e os discentes, norteados pelo contexto histórico, de ordem política e cultural.

Em concordância com Sanfelice (2007) quando nos diz que a pesquisa de uma instituição escolar não deve levar em conta apenas as características internas da instituição, mas a observação do que acontece ao seu redor, porque “nenhuma instituição manifesta sua identidade plena apenas no interior dos seus muros” (Sanfelice, 2007, p. 78), buscamos relacionar o Liceu aos acontecimentos sociais, pedagógicos da cidade em meio às transformações educacionais do período.

Uma pesquisa sobre a História de uma Instituição nos provoca refletir sobre como nos diz Noronha (2007), nos cuidados com a pesquisa, o olhar atento do historiador, que se ingênuo poderá ler os escritos encontrados no passado, como documentos da absoluta realidade dos fatos, desconsiderando que podem representar indícios de normas, que possivelmente foram idealizadas por quem as criou, e que não necessariamente correspondiam ao que acontecia no cotidiano da instituição.

Desta forma procuramos também cruzar as informações obtidas nos documentos, junto aos relatos de uma ex-aluna que retratou através de suas memórias a rotina da escola e do asilo da AFBI.

Em relação a história de vida da professora Anália Franco, conhecer a trajetória pessoal e profissional, tomando o paradigma de Nóvoa (1992, p. 7) do “professor como pessoa”, como pressuposto de que não é possível separar o eu pessoal do eu profissional de Anália Franco, abre possibilidades para conhecer aspectos de sua formação e de sua prática como educadora levando-nos a refletir sobre suas escolhas na concretização de seu projeto e na criação de suas instituições educacionais.

As pesquisas em história da educação sobre a profissão docente têm a contribuição, segundo Nóvoa (1992, p. 9), “da articulação entre o eu pessoal e o eu profissional”. Ao cruzar a maneira de ser com a nossa maneira de ensinar é possível compreender a complexidade humana e o aporte científico utilizado pelo professor.

1.4

As fontes e os procedimentos de análise dos documentos

O trabalho de pesquisa se caracterizou por analisar uma diversidade de documentos históricos no sentido de tentar investigar as ideias e ações da professora Anália Franco procurando compreender a criação da AFBI, e seus desdobramentos, entre eles a fundação do Liceu Feminino.

De forma que se pode dizer que a proposta do trabalho é de perspectiva da História Cultural “pois, decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressam a si próprios e o mundo” (Pesavento, 2005, p. 42), nos permitem refletir sobre determinados fenômenos culturais e sociais que caracterizam uma memória retratada em documentos que não necessariamente expressam uma realidade.

De acordo com Lopes e Galvão (2001) a única forma de se ter acesso ao passado, ainda que incerto, se dá nos traços e vestígios observados nos documentos, matéria-prima do historiador, que atento procede em sua análise um tratamento crítico, diante de cada fragmento colhido, pois uma fonte histórica é “o conjunto daquilo que existiu no passado, uma escolha efetuada [...] pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores” (Le Goff, 2003, p. 525).

O material documental do trabalho se compõe de fontes de diversas espécies que podem ser agrupadas da seguinte forma:

1. A grande imprensa, os jornais encontrados no site da Hemeroteca Digital da BN, durante o período em que Anália Franco era diretora da AFBI, de 1901 a 1919. Utilizando as palavras “Anália Franco”, “Liceu Feminino” e a “Associação Feminina Beneficente Instrutiva de São Paulo”, destacamos no quadro a seguir, o quantitativo de citações no período citado e os nomes dos jornais. A pesquisa se concentrou mais no periódico “*Correio Paulistano*” pela quantidade de citações encontradas, evidenciando número maior do que em outros impressos.

Jornal	1900-1909	1910-1919
Correio Paulistano (SP)	41	239
O Commércio de São Paulo (SP)	20	
Almanak Laemmert: Adm. Mercantil e Industrial (RJ)	5	
Verdade e Luz (SP)	4	
O Fluminense (RJ)	3	
O Município (RJ)	2	
Jornal do Brasil (RJ)	1	
A Gazeta de Notícias (RJ)	1	
O Malho (RJ)	1	1
O Paiz (RJ)	1	4
Jornal do Commércio (RJ)	1	
Jornal de Recife (PE)	1	
Diário do Maranhão (MA)	1	
O Combate: Jornal de Propaganda Anti-Clerical (PR)	1	
O Combate: Independência, Verdade e Justiça (SP)		9
Pharol (MG)		8
A União (RJ)		7
A Gazeta (SP)		5
Pacotilha (MA)		4
Correio da Manhã (RJ)		3
Ilustração Paulista (SP)		2
A Epoca (RJ)		2
Gazeta do Povo (SP)		2
A Cigarra (SP)		1
Diário de Pernambuco (PE)		1
O Tico-Tico: Jornal das Crianças (RJ)		1
Ilustração de São Paulo (SP)		1
A Imprensa (RJ)		1
Ilustração Photographica (SP)		1

Quadro 2 - Registro de citações das palavras-chaves nos jornais impressos no país, de 1900 a 1919

Fonte: Elaboração própria

2. As revistas escritas por Anália Franco, *Album das Meninas* e *A Voz Maternal* digitalizadas e encontradas no site da Fundação Carlos Chagas (FCC) e no Arquivo do Estado de São Paulo e os Relatórios anuais da AFBI também disponíveis no site da FCC.

3. É uma obra esgotada, *Vida e obra de Anália Franco: de 1856 a 1919* escrita por uma ex-aluna de Anália Franco que viveu na AFBI, entre os anos de 1906 e 1918. Maria Cândida Silveira Barros, escreveu a obra em 1959, segundo ela incentivada pelas colegas, nela encontramos os relatos de uma época, quando ela era aluna e órfã da AFBI.

Em relação ao primeiro grupo de fontes a grande imprensa, observamos que as citações encontradas na imprensa, de uma maneira geral, tratavam de: anúncios de propaganda da AFBI; visitas (a convite) de Anália Franco a outras cidades para inaugurar sucursais da associação; visitas de inspetores ao estabelecimento; pedidos de licença para utilizar algum espaço público para os seus bazares; convites da apresentação da Banda Feminina Musical em cidades pelo país; relatos de inspetores elogiando a educadora e suas escolas maternais; exames finais das alunas da associação; solicitação de liberação dos impostos de contas de água das escolas maternais; propaganda de matrícula para o Liceu Feminino; ataques da religião católica feitos por um padre sobre a obra leiga e livre da educadora; atas de reuniões parlamentares enaltecendo a iniciativa de Anália Franco junto à AFBI; citação de reuniões de assembleias políticas solicitando o aumento dos valores da subvenção; e sobre o seu falecimento ocorrido no ano de 1919.

Os jornais nos descortinam possibilidades de pesquisa ampla e variada ao mesmo tempo nos indica os limites do olhar do historiador atento em sua pesquisa, aos aspectos do discurso da imprensa escrita, instrumento de manipulação de interesses e de intervenção social. São fontes riquíssimas para a pesquisa de costumes, socialização da vida urbanizada, as influências econômicas estrangeiras nos anúncios editados, a conformação trabalhista, os movimentos operários, enfim as temáticas que mobilizavam os espaços públicos.

Luca (2008) sugere procedimentos metodológicos de análise deste tipo de fonte: os impressos, caixa de ressonância de valores, interesses e discursos ideológicos. Os impressos representam fonte e objeto de pesquisa histórica. Para a autora, o pesquisador deve atentar para as características de ordem material (a

periodicidade, a impressão, o papel, a notícia, o local ocupado no jornal, o grupo responsável pela linha editorial, o título, os colaboradores; o que ela chama de a “intensa atividade dos bastidores” das redações. Um espaço social que aglutina linhagens políticas e estéticas de caráter doutrinário de defesas de ideias de intervenção no espaço público que caracterizavam a imprensa brasileira no período estudado.

De acordo com Zicman, (1985 apud Pereira e Valente 2017) ao analisar imprensa escrita, deve-se examinar alguns eixos: os aspectos formais e materiais dos jornais e revistas, a qualidade do papel, o formato, a divisão das seções, as ilustrações etc. ; os aspectos históricos do jornal, a origem, o local de publicação, os membros fundadores, o corpo de redação, os proprietários, os vínculos políticos, os aspectos econômicos, o financiamento, a tiragem que permite apreciar a importância do periódico, tipo de público leitor, a distribuição dos exemplares e o preço; os aspectos referentes ao público leitor, os anúncios, as cartas ao leitor, os doadores. Essa análise apresenta os limites do documento alertando o historiador para o fato de que, os jornais e revistas, os impressos da época, são sim, fontes de informações, de tendências, de interesses que precisam ser analisados junto a outros documentos.

De acordo com Martins (2001) o jornalismo na virada do século XIX /XX transformou-se em um grande empreendimento, as publicações eram criadas para serem vendidas e gerarem lucro. Desta forma atendiam ao que era rentável e as expectativas e interesses de grupos, conformando modelos, reproduzindo o elegante e civilizatório sistema, a serviço das relações capitalistas. Tudo ficava muito bem disfarçado, o ideário vendido de uma “população branca, estava longe de retratar o cotidiano sofrido de um país analfabeto, atrasado e arcaico” (Martins, 2001, p.24).

A imprensa escrita, portanto, objeto para o trabalho do historiador, se destaca como fonte importante para a análise de “situações as mais diversas, meio de expressão de ideias e depósito de cultura” conforme afirma Capelato (1988, p.20). Nela encontramos dados sobre a sociedade, seus costumes, normas, informações sociais, políticas e econômicas.

Cabe destacar que a pesquisa dos periódicos, da Hemeroteca Digital foi realizada através da internet. De acordo com Almeida (2010) a internet configura-se como uma nova categoria de fontes documentais.

Apesar da ausência da academia em ampliar uma discussão sobre o uso das novas tecnologias como fontes de pesquisa, é visível que para o historiador a internet abre um leque de opções de documentos digitais que favorecem o acesso ao material histórico.

Os sites de busca e os referenciais representam um manancial de documentos para o historiador que na investigação necessita do cuidado que a metodologia exige numa pesquisa. Como, por exemplo, na pesquisa junto às revistas, faz-se importante lembrar o que afirma Martins (2001) “a revista era o instrumento eficaz de propagação de valores culturais, dado seu caráter de impresso do momento, condensado, ligeira e do fácil consumo” (Martins, 2001, p.27).

As revistas de Anália Franco eram mais um impresso dentre tantas profusões de títulos, pois as revistas, viraram moda, eram um objeto imprescindível daquele cotidiano. Revistas para homens, revistas para mães, crianças, moças, para a educação, para militares, espíritas, revistas infantis, filosóficas, comerciais e mais tantos outros segmentos contemplados, conforme nos apresenta Martins (2001) em seu trabalho de produção de periódicos no Brasil entre 1890 e 1922.

Cabe esclarecer que nas pesquisas anteriores de Monteiro (1992), Oliveira (2007) e Lodi-Correa (2009) encontramos material analisado pelos pesquisadores que conseguiram ter acesso a uma vasta documentação do arquivo da instituição, fontes primárias, que estavam na sede da AFBI, na cidade de São Paulo, até o ano de 1997, segundo Oliveira (2007) e em Itapetininga, quando a AFBI é transferida para esta cidade e passa a se chamar Associação Anália Franco, de acordo com Lodi (2009). Mas no momento desta pesquisa não conseguimos localizar o arquivo citado nas pesquisas anteriores. O que conseguimos obter foram as edições da revista *A Voz Maternal* do ano de 1904, as edições do *Album das Meninas* e dois Relatórios anuais da AFBI, o de 1908 e 1912, materiais digitalizados e que se encontram no site da Fundação Carlos Chagas e no site do Arquivo Nacional do Estado de São Paulo, onde encontramos duas edições da revista *A Voz Maternal* a de dezembro de 1903 e a de maio de 1905.

A partir de 2013, segundo informações da Prefeitura de Itapetininga e da Secretaria do Município e do Estado de São Paulo, junto ao Presidente do Conselho Municipal de Educação e Assessor de Relações Institucionais da Secretaria Municipal de Educação, toda a documentação da AFBI, trazida de São Paulo, para Itapetininga ficou dispersa. A Associação foi fechada, e no local foi aberta a Escola

Municipal Anália Franco e posteriormente, a Escola Estadual Anália Franco. Em 2021, a escola foi fechada.

Cabe aqui ressaltar que a pesquisa de campo realizada em março de 2022 foi dificultada em decorrência do isolamento social por consequência da pandemia de COVID-19. Ainda que em uma situação mais controlada, a pandemia de COVID-19, ocorrida em todo o mundo a partir do ano de 2020, demandou nos anos seguintes inúmeros protocolos de segurança como estratégias de contenção do contágio. A este respeito uma das formas de prevenção foram as restrições à locais públicos, antes proibidos e posteriormente, com limites de horários e quantitativo de pessoas à entrada em museus e locais de arquivos, bibliotecas, onde possíveis acervos sobre a pesquisa, poderiam nos interessar.

Em Itapetininga conseguimos, via meio telefônico, com o assessor citado acima, o contato dos celulares de três professoras que trabalharam na Escola Estadual Anália Franco, antes da mesma ser fechada. Tentamos contato com as três professoras e apenas uma delas retornou. Em conversa conosco, falou de sua admiração por ter trabalhado em um colégio que havia sido a Associação de Anália Franco.

Diante da afinidade encontrada entre os objetivos da pesquisa e o afeto que conduzia o relato da professora, conseguimos por seu intermédio um contato importante: o da filha da última diretora da AFBI, cujo nome é citado na pesquisa de Oliveira (2007) pela disposição em atender as solicitações da pesquisadora.

Entramos em contato com a pessoa indicada, hoje conselheira tutelar em Sorocaba. Seu relato era de frustração diante do que aconteceu com a Associação e seu trabalho. Segundo ela, parte da documentação se encontra ainda na instituição fechada e que não teríamos acesso devido a problemas de ordem judicial por questões trabalhistas. A funcionária que ainda toma conta da casa não nos daria acesso. Segundo ela, sua mãe mantém em sua residência, algumas Atas, Relatórios e Manuais e parte da coleção da revista da AFBI, *A Voz Maternal*.

Não conseguimos obter acesso a esta documentação, portanto ainda há um acervo inacessível, marcado pelo descaso dos que o mantém, de certo modo por confundir um material histórico, um documento historiográfico e público para consulta e pesquisa, em um acervo pessoal. Foram inúmeras tentativas com essa pessoa, mas sempre as justificativas nos afastavam do nosso propósito. Ora sua mãe

estava doente, ora sua mãe estava viajando para visitar uma filha em outra localidade.

Em relação ao material histórico relatado numa literatura, como o livro de memórias da ex-aluna, estamos de acordo com Lopes (2005, p. 157), quando afirma que “uma fonte para pesquisa em história da educação, pode ser também uma literatura, pois ela pode apresentar o que fontes oficiais não cuidaram de guardar”. Nela é possível, na perspectiva de Chartier (1988), considerar as representações do passado, narradas pelo autor, como reconhecimento de uma maneira própria de aproximação junto ao objeto ausente, reconhecendo práticas que se constituem representações do mundo em uma época.

As obras literárias têm muito a nos dizer sobre os costumes do tempo em que foram escritas. Com esse objetivo, procuramos identificar aspectos da história de uma instituição e da história da educação em São Paulo no período demarcado, na visão de uma ex-aluna.

Nas últimas décadas, os debates sobre a teoria e metodologia da pesquisa historiográfica ampliaram o conceito de documento, alargando significativamente os objetos, que passam a ser fontes de pesquisa histórica.

De acordo com Lapuente (2016), obras literárias, diários particulares, jornais, imagens, periódicos entre outros representam uma nova definição daquilo que é fonte histórica. Desse modo para análise dos documentos que fizeram parte da pesquisa foi necessário recorrer a todas essas fontes de informações, aqui detalhadas, a fim de comparar, analisar, significativamente os dados coletados nos periódicos, junto aos dos Anuários, Relatórios, as Revistas de Anália Franco, o diário de uma ex-aluna e as pesquisas anteriores.

Procuramos, portanto, realizar a análise dos documentos numa perspectiva relacional junto a fatos históricos do período demarcado, olhando os documentos como registros escritos não como arquivos oficiais, mas analisando criticamente junto a escritos de memórias, fotos, registros pessoais, e impressos de jornais, ciente de que, como afirma Le Goff (2003, p. 535), “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças de poder.”

1.5 Organização do trabalho

A pesquisa sobre o Liceu Feminino da Associação no período supracitado confere um estudo sobre a formação e profissionalização docente.

Além das perguntas citadas que nortearam a pesquisa, buscamos verificar se o objetivo inicial da fundação do Liceu teria sido atendido; na ata da fundação da AFBI, em 17 de novembro de 1901, encontramos no capítulo II, artigo 4º que: “Fica estabelecido desde já um *Liceu Nothurno*, a fim de se prepararem diretoras para as próprias escolas da Associação.”

A tese, portanto, está organizada em quatro capítulos, mais as considerações finais e os elementos pós-textuais. No primeiro capítulo apresentamos duas citações de Anália Franco nos apresentando a fotografia de uma época, e fazendo o leitor se transportar para os desafios do direito à educação e a desigualdade social no contexto brasileiro. Depois apresentamos nossa conexão com a pesquisa; as referências bibliográficas, as pesquisas acadêmicas e literárias sobre a professora e sua Associação e as fontes primárias: os jornais da época, as revistas escritas por Anália Franco e o livro de memórias de uma ex-aluna da AFBI. A análise junto aos documentos e as questões que instigaram a pesquisa com as iniciais hipóteses que fizeram parte deste primeiro capítulo.

No segundo capítulo, apresentamos os recortes biográficos de Anália Franco, apontamentos iniciais sobre sua rede de relações como professora e escritora, republicana, abolicionista, com quem ela dialogou “nesta” São Paulo, palco de grandes transformações sociopolíticas, o crescimento do café, a chegada dos imigrantes, a construção de ferrovias, as ideias importadas do pensamento liberal, anarquista, da maçonaria e da República e os movimentos em prol de uma educação civilizatória. O panorama político social, impulsionado pelos republicanos no estado de São Paulo no final do século XIX e na primeira década do século XX que conduziu a Reforma Instrutiva, seus desdobramentos; as iniciativas para a construção de uma escola pública para todos, cuja ideia era o desenvolvimento do progresso.

No terceiro capítulo abordamos a filantropia, seu desenvolvimento no período e o conceito de educação maternal na França e a importação dessa ideia na criação das casas maternais por Anália Franco, no Brasil. A origem da AFBI está diretamente marcada pela sua opção filantrópica e pela criação do olhar pedagógico

às instituições asilares, com a educação maternal orientando o atendimento das crianças e a formação de professores. Neste capítulo, apresentamos a AFBI, fundada por Anália, seus objetivos e a amplitude das obras desta Associação. Na sequência, a apresentação de suas publicações, como fonte de divulgação de sua obra, e da rede de escolas maternais, sucursais da AFBI, criadas pela cidade e pelo interior. Apresentamos no final do capítulo as duas únicas instituições criadas por ela no interior e que ainda existem e foram visitadas na pesquisa de campo em março de 2022: uma em Ribeirão Preto, mantida pela maçonaria e outra em Jundiá, mantida pelo movimento espírita local.

No quarto capítulo, apresentamos o Liceu Feminino da AFBI e tratamos dos seguintes temas: itinerário de formação de Anália Franco; o currículo do Liceu, as professoras que fizeram parte na formação do curso, o perfil idealizado do professor por Anália Franco; as dificuldades encontradas por Anália Franco na manutenção do curso e nossa busca em identificar nos documentos as professoras e diretoras das casas maternais que foram alunas da AFBI.

Nas considerações finais, procuramos apresentar os indícios de um trabalho pioneiro de formação de professoras para um novo segmento de atendimento pedagógico: a pré-escola. Registramos as dificuldades que Anália Franco teria enfrentado em conduzir o curso de formação de professores da AFBI, que acabaram por influenciar na continuidade e na manutenção do curso dentro da AFBI e que conseqüentemente repercutiram na manutenção do projeto das casas maternais da associação e na formação e profissionalização docente desse segmento específico.

Refletimos também, no capítulo 5, as dificuldades encontradas junto às fontes primárias de uma Associação e sua ampla obra educacional, os documentos que não puderam ser achados, arquivos de uma história de um passado recente e a nossa constatação da dispersão deste material histórico da AFBI. Segundo informações obtidas, os documentos estariam perdidos, porque estariam espalhados em diversos lugares, ou porque haviam sido levados por pessoas que lá trabalhavam. Ainda ficam lacunas sobre a história desta instituição e sobre onde estaria este material, que precisa ser resgatado e preservado para a história da educação do nosso país.

2

Anália Franco – Recortes biográficos – as influências, onde circulou, com quem dialogou

Anália Franco nasceu em Resende, no estado do Rio de Janeiro, mas existem divergências sobre o ano de seu nascimento. Monteiro (1992) atesta em sua pesquisa, o ano de 1853 como ano correto de seu nascimento apresentando-nos dados de seu batistério, que Ferreira (2020) comprova em sua pesquisa, com o documento da certificação da certidão de batismo de Anália pela diocese da Barra do Piraí. Porém, 1856 é a data de nascimento da professora como consta na nota de seu falecimento no jornal *A Época*, de 23 de janeiro de 1919. A nota do jornal, denominada Figura 1¹³, diz que Anália Franco teria falecido aos 63 anos.

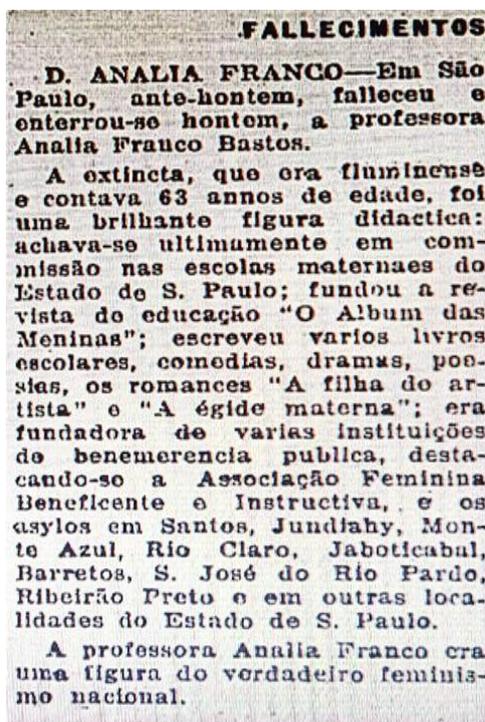


Figura 1– Nota de falecimento de Anália Franco em 23 de jan de 1919

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (BN)

<https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=830453&pagfis=1785>

Dessa forma, falecendo aos 63 anos de idade, teria nascido, então, em 1856. Porém, encontramos outra data de nascimento no jazigo onde seu corpo foi

¹³ As imagens dos periódicos apresentadas neste trabalho podem apresentar limitações de qualidade e resolução. Para uma visualização mais detalhada, sugerimos acessarem ao link indicado na descrição da fonte.

enterrado. Na visita que fizemos em seu túmulo, no cemitério da Consolação de São Paulo, durante a pesquisa de campo realizada em março de 2022, no jazigo da família Salles (cunhado de Anália Franco), consta que ela teria nascido no ano de 1849.



Figura 2 – Foto da lápide do túmulo da família Salles (Julio Salles, cunhado de Anália Franco, onde se encontra o corpo de Anália Franco na Q62 do Cemitério da Consolação)

Fonte: Arquivo da autora

Os registros pesquisados nos apontam anos diferentes de seu nascimento, dessa forma, não conseguimos precisar exatamente em que ano Anália Franco nasceu.

Segundo Monteiro (1992), até os 8 anos de idade, Anália viveu em Resende, cidade em que teve também as primeiras noções de aprendizagem escolar, promovidas por sua mãe. Poucos dados foram encontrados sobre sua infância e formação escolar no período. É provável que a mãe tenha sido sua professora, pois na pesquisa de Portela (2016) encontramos a informação de que Teresa Emilia Franco (sua mãe) foi diretora e professora do Externato Santa Cecília, em São Carlos do Pinhal, em 1882. Em 1861, de acordo com Monteiro (1992, p.37), a família de Anália teria se estabelecido em São Paulo e a menina foi matriculada na escola dirigida pela mãe e no ano de 1876 teria lecionado como sua assistente na cidade vale-paraibana de Guaratinguetá.

O motivo que levou a família Franco a se mudar de Resende para São Paulo é pouco conhecido. Começamos, portanto, a procurar evidências que justificariam a mudança da família. O desenvolvimento do plantio do café na época poderia ser uma das justificativas. É possível que o pai de Anália Franco, o Sr. Antônio Marianno Franco Junior tenha sido fazendeiro. Encontramos indícios para tal suposição na revista *Album das Meninas*, de dezembro de 1898, de Anália Franco, quando ela discorre sobre suas saudades do Natal da infância, em líricos versos, as manhãs no campo, o trinar das aves, a campina, o riacho, caracterizando uma vida no campo, numa fazenda.

Ali no alto da figueira um pequeno sino pendia a anunciar aos escravos a hora da Ave-Maria, hora em que o labor deixavam e para casa voltavam. [...] E logo após avistava pobres negros caminhando, vergados ao peso das messes; mas felizes e cantando. Que tanto me comovia! [...] Oh! que tardes tão amenas! Oh! que brisas tão fagueiras! Como então tenho saudades, D'essas horas bem ligeiras. D'essa aurora tão querida. De minha infância perdida (Franco, 1898 apud Monteiro, 1992, p. 23).

Na página da prefeitura¹⁴ sobre a história de Resende, encontramos a informação de que em 1870 a terra utilizada à exaustão por causa do plantio de café tornou-se improdutiva. No final dessa década, vários cafeicultores transferiram-se para o oeste paulista (hoje região de Ribeirão Preto e adjacências), onde as vantagens de um solo virgem de baixo preço estimulavam o risco. O êxodo resendense com destino ao novo Eldorado do café foi, inclusive, responsável pela queda populacional verificada no final do século XIX.

Fizemos uma pesquisa na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional entre os anos de 1866 e 1883, filtrando pelo nome do pai de Anália, Antonio Marianno Franco Junior. Ele aparece ligado à exonerações e transferências de batalhão entre algumas cidades de São Paulo. Teria sido alferes, (Portela, 2016). Encontramos evidências de que em 1866, pediu exoneração de 3º suplente de subdelegado de Lorena, conforme citação encontrada no Diário de São Paulo, de 14 de janeiro de 1866. Em 1870, o mesmo jornal, em 9 de fevereiro de 1870, registra que Antonio Marianno Franco Junior, alferes, fez requerimento despachado pela presidência de 5 de fevereiro de 1870. Em 1871, publicado no jornal *Noticiador de Minas*, de 9 de junho de 1871, encontramos:

Tenho presente o officio que v.s. dirigio-me com data de 25 de janeiro próximo passado, acompanhado da patente e guia do alferes da guarda nacional da província

¹⁴ Disponível em: <https://resende.rj.gov.br/historia>. Acesso em: 24 out. 2022.

de São Paulo Antonio Marianno Franco Junior que mudou-se da cidade de Taubaté para o distrito do 75º batalhão sob seu superior comando.

Em 6 de fevereiro de 1874, o Diário de Minas, de Ouro Preto, noticia um requerimento de Antonio Marianno de Franco Junior, alferes do batalhão nº 45 de guardas nacionais desta província, pedindo guia de passagem para um batalhão do mesmo corpo na Província de São Paulo. Em 1883, no Correio Paulistano, de 7 de dezembro, uma última citação encontrada, apresenta o registro de sua participação junto a outros nomes, em um abaixo-assinado ao representante chefe da polícia do povo de Jacarehy.

Portanto, é presumível, diante dos dados encontrados nos jornais considerar que o pai de Anália Franco teria sido guarda nacional e que passou por diversos batalhões. Talvez por ser um alferes, um cargo de confiança do governo, tenha sido convocado a mudar de província, o que pode justificar a ida da família para São Paulo. Não encontramos dados sobre quando exatamente a família teria saído de Resende, ou porque seu pai tendo nascido em Mogi das Cruzes, província de São Paulo, foi se casar e passar a morar na cidade fluminense. Circunstâncias talvez curiosas para refletirmos sobre sua volta junto à família para o estado de São Paulo, onde teria nascido e que projetou Anália Franco e sua obra.

A família, portanto, se muda para São Paulo e, conhecer as influências recebidas por Anália Franco, neste período de desenvolvimento profissional é bastante relevante, não fosse a província de vanguarda nas transformações que viriam a trazer otimismo e idealismo no período republicano.

Apesar da possibilidade de estarmos buscando a criação artificial de sentido, como nos alerta Bourdieu (2006), juntando aspectos de sua formação ao de sua atuação, tentando estabelecer consistência e constância nas relações de vida e profissão, como causa e efeito em sua trajetória de vida, não podemos deixar de lado o olhar crítico diante das questões sobre os mecanismos sociais que são privilegiados, as experiências de tempo e os espaços sociais, que constituem as representações do sujeito e que de alguma forma influenciam sua personalidade.

Desta forma estamos de acordo com a afirmativa de Bourdieu (2006):

[...] não podemos compreender uma trajetória sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis [...] (p. 190).

A teoria de Pierre Bourdieu (2002) estende a noção marxista de *capital econômico* a outras formas de riquezas e poder, ao criar conceitos de *capital cultural*, e *capital social* agregando aos sujeitos que os adquirem, redes de relações sociais, permitindo-os situar no espaço social.

O capital cultural de acordo com Bourdieu (2003) se define em relação a um conjunto cultural incorporado, o que inclui dizer que capacidades culturais geram possibilidades de se desfrutar bens culturais, “credenciais” no espaço social, propriedades de posição social.

A infância de Anália Franco é pouco conhecida. Em que colégio teria estudado, que ambientes teria frequentado, porém sabemos que elementos culturais foram incorporados à sua formação, um patrimônio herdado pela família. Sua mãe, Teresa Emilia Franco fora instruída e era professora, o que na época era excepcional: a formação e a profissionalização de uma mulher eram feitos negados ao sexo feminino, ainda em meados do século XIX e por ter seu pai, Antonio Marianno Franco Junior a função de alferes, um oficial militar, também instruído e possivelmente, formado numa Academia Militar.

Em seu desenvolvimento outros elementos foram adicionados, junto aos bens culturais provenientes da família. Em 1877 um fato sobre ela é registrado em jornal, *A Província de São Paulo*, de 29 de dezembro de 1877. Anália Franco cursava o 1º ano do curso normal da Escola Normal de São Paulo. Observemos que seu nome foi grafado de forma incorreta, trocado por Amália, na seção assinada por Justus, no jornal.



Figura 3- Notícia sobre o brilhante desempenho de Anália Franco como aluna da Escola Normal de São Paulo em 1877.

Fonte: Acervo do Estadão

A Escola Normal de São Paulo era o “topo da hierarquia das instituições formadoras de professores” (Monarcha, 1999, p. 212), como veremos posteriormente, quando tratarmos da Reforma Instrutiva de São Paulo. Sendo assim, a formação de Anália Franco como professora havia ocorrido, na melhor escola normal da província.

Sabemos que, de acordo com a pesquisa de Ferreira (2020), Anália Franco foi professora de primeiras letras, no interior, em Guaratinguetá, até 1875, Jacareí, 1875 a 1876, Jacareí, 1878 a 1880, e em São Carlos, antes de criar em 1901, a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva de São Paulo, a fim de organizar escolas maternas e creches agregadas a asilos para órfãos.

Foi nomeada professora pública para atuar no grupo escolar¹⁵, o do Largo do Arouche, em São Paulo, um local privilegiado, pois de acordo com Souza (1998, p. 73), “ser professor do grupo escolar era motivo de disputa entre os professores públicos”, pois os grupos escolares ofereciam melhores salários e boas condições de trabalho. Eram escolas consideradas de qualidade e de grande prestígio social por causa dos professores que lá atuavam.

Trabalhar em um grupo escolar significava o máximo da ascensão na carreira do magistério. Os professores que atuavam nos Grupos Escolares eram aqueles que “representavam um dos elementos do padrão de excelência do ensino paulista

¹⁵ Retomaremos o que eram os grupos escolares posteriormente quando tratarmos da Reforma Instrutiva Pública de São Paulo

durante a Primeira República, pois os grupos escolares eram costumeiramente representados como centros de luz radiosa.” (Monarcha, 1999, p. 230). Encontramos seu nome, como professora adjunta do Grupo Escolar do Largo do Arouche, nos Anuários de Ensino de São Paulo, no Arquivo do Estado de São Paulo, nos anos de 1907 a 1918.

Aqui novamente lembramos Bourdieu (2003) quando nos apresenta outros componentes que vão se agregar à bagagem cultural herdada pelo sujeito. Agora, fazia -se presente na trajetória de Anália Franco a aquisição de um bem cultural institucionalizado, seu diploma e sua titulação como professora de um grupo escolar:

Com o diploma, essa certidão de competência cultural que confere ao seu portador um valor convencional, constante e juridicamente garantido no que diz respeito à cultura, a alquimia social produz uma forma de capital cultural que tem uma autonomia relativa em relação a seu portador e até mesmo em relação ao capital cultural que ele possui, efetivamente, em um dado momento histórico. (p.78)

Junta-se a esse patrimônio cultural, as redes de socialização que permeariam os espaços valorizados convencionalmente e ainda outros frequentados por Anália Franco. Anália Franco foi escritora no período paulista de 1890 a 1918, e seu nome estava associado a um grupo de mulheres escritoras atuantes na época.

Pela via da imprensa é possível observar a intensa movimentação de intelectuais, mediados por estruturas de sociabilidade, conceituadas como redes por Sirinelli (2003), no qual grupos afins partilhavam interesses comuns.

De acordo com Martins (2001) a participação feminina nos periódicos impressos data da primeira metade do século XIX, em São Paulo. A imprensa feita por mulheres contemplava iniciativas de ordem variadas, abrindo espaço para a voz feminina, trazendo à baila reivindicações do gênero, reprovando a dominação masculina, a alienação da mulher, dando ênfase a sua educação, profissionalização, ensaiando literatura.

No tocante à produção de escritoras paulistas importa reforçar que suas trajetórias foram marcadas, de acordo com Martins (2001, p;463) por algum talento, mas sobretudo por trunfos sociais coincidentes. De alguma forma, elas proviam de famílias tradicionais, quando não abastadas, unidas por casamentos com Figuras de destaque no quadro social e político da cidade. Anália Franco estava junto a um círculo de escritoras cujos nomes pautavam esses requisitos, como os de Francisca

Julia da Silva¹⁶ com participação em *O Estado de São Paulo*, *Correio Paulistano*, *Diário Popular* e nas revistas *O Album* (RJ), *A Semana* (RJ), *Boêmia* e *A Paulicéia* (1896), *Educação* (1902) *São Paulo Ilustrado* (1904), *A Vida Moderna* (1905), *Ilustração Brasileira* (1905), *Orkidea* (1920); de América Carolina da Silva Couto¹⁷, do periódico *Eco das Damas*, de 1879, do periódico *A Família*, de 1888, de Josephina Álvares de Azevedo¹⁸ e os periódicos *A Semana*, *Educação* 1902 e do *Almanake de Senhoras de Lisboa*, da revista *A Mensageira*, lançada em 1897 por Presciliana Duarte de Almeida¹⁹ (Martins, 2001, p. 466-467), Zalina Rolim²⁰ das revistas *A Mensageira*, e na *Revista do Jardim da Infância* (1896) e Julia Lopes de Almeida²¹ que colaborou nas revistas *O Quinze de Novembro*, *Kosmos*, *O Paiz*, *A Gazeta de Notícias* e *A Semana*.

Anália Franco, também criou as suas próprias revistas, o “*Album das Meninas*” de 1898 e a “*A Voz Maternal*” que o substituiu e, que começou a circular no ano de 1903. As publicações primavam por valores morais, enaltecendo ações filantrópicas, exaltando o recato da mãe de família, denunciando a decadência dos costumes proveniente do materialismo, da descrença e da falta de uma educação moral.

As pesquisas nos reportam, portanto, que Anália Franco em sua trajetória de formação e atuação profissional encontrava-se engajada a uma rede de autores e

¹⁶ Francisca Júlia da Silva, filha de juiz de Direito, irmã do poeta Julio César da Silva, casada sem filhos, considerada excelente poeta parnasiana de seu tempo, ainda em cotejo com Bilac. (Martins (2001, p. 462)

¹⁷ América Carolina da Silva Couto - *Echo das Damas* foi um jornal brasileiro de divulgação feminista do século XIX. Foi fundado por Amélia Carolina de Silva Couto no Rio de Janeiro, tendo circulado por oito anos entre 1879 e 1888. Os artigos abordavam temas como: a valorização da mulher na família, defesa da educação para as mulheres e emancipação financeira da mulher. (Martins, 2001) Não encontramos dados biográficos sobre a fundadora.

¹⁸ Josephina Álvares de Azevedo -. A data de seu nascimento, 5 de março de 1851, era irmã do poeta José Álvares de Azevedo. Para saber mais: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/525_arquivo.pdf

¹⁹ Presciliana Duarte de Almeida – filha de juiz, casada com seu primo, o bacharel filólogo e educador Silvio de Almeida. (Martins, 2001)

²⁰ Maria Zalina Rolim Xavier de Toledo - Seu pai, José Rolim de Oliveira Ayres, chegou a ocupar o cargo de ministro do Tribunal de Justiça. Foi casada com o desembargador José Xavier de Toledo, Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo. Professora alfabetizadora, transferiu-se com a família para São Paulo em 1893. Educadora, entre 1896 e 1897, exerceu o cargo de vice-inspetora, do Jardim da Infância anexo à Escola Normal Caetano de Campos, em São Paulo. Para saber mais: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/bibliotecas_bairro/bibliotecas_m_z/zalinarolim/index.php?p=5494

²¹ Julia Lopes de Almeida – De acordo com Martins (2011) a escritora de maior sucesso mercadológico, romancista, com tiragens de milhares de edições, casada com Filinto de Almeida, português, diretor do órgão de maior circulação em São Paulo, *O Estado de São Paulo*.

atores sociais, que por suas " credenciais" intervinham e legitimavam as causas que defendiam na vida da cidade. São grupos sociais que se formam com nomes, codinomes, apelidos, que nos remetem a grupos e seus centros de interesses. Neste período eram identificados pelos ideários de progresso e civilização junto a um projeto de educação do povo.

É possível identificar Anália Franco, como uma "intelectual" como no termo cunhado por Sirinelli (1998, p. 261) na medida em que o conceito de intelectuais, citado pelo autor se faz sobre aqueles que desempenham papéis decisivos na gênese, circulação e transmissão de conhecimentos, os que mediavam a cultura, contribuindo na difusão e no compartilhamento de conhecimentos e que "participavam na criação artística e literária, ou no progresso do saber".

Sua atuação como professora, escritora e diretora de uma Associação Beneficente, era a de propagar suas ideias pedagógicas que reforçavam a crença no poder do ensino, da escola que moraliza e move a ordem social. Suas ideias eram divulgadas nos periódicos, as revistas publicadas por ela em conferências²², manifestando um engajamento direto, junto a diferentes grupos que defendiam a reforma social pela educação.

Apresentamos abaixo um exemplo de anúncio de uma conferência pedagógica realizada por Anália Franco em 1914, em Agudos. O seu método de ensino era o tema da conferência no Cinema Teatro, conforme o jornal *O Correio Paulistano*, de 24 de maio de 1914:

²² Conferências pedagógicas- espaço de *permuta de luzes e ideias*. Para saber mais: BASTOS, 2003 - As conferências pedagógicas dos professores primários do município da corte: permuta das luzes e idéias (1873-1886) e SCHELBAUER, 2006 - Método intuitivo e lições de coisas: saberes em curso nas conferências pedagógicas do século XIX.

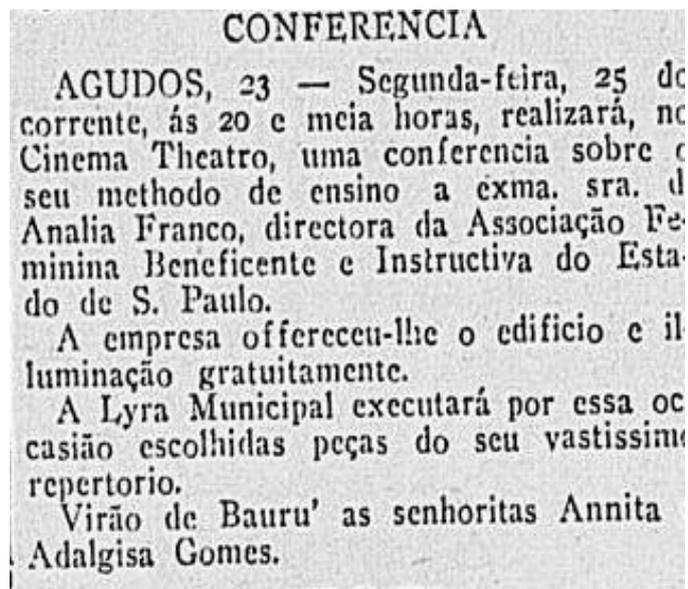


Figura 4 - Conferência Pedagógica em Agudos

Fonte: Hemeroteca Digital BN http://memoria.bn.br/DocReader/090972_06/32830

A trajetória de formação de Anália Franco foi atravessada por experiências vivenciadas em São Paulo. Mesmo de acordo com os dados imprecisos da data do seu nascimento, é possível considerar sua ida para São Paulo, observando a transferência de seu pai, por volta do ano de 1866, tendo Anália Franco mais ou menos seus 10 anos, algumas décadas antes da Proclamação da República. Como era São Paulo?

A cidade de São Paulo vivia um ambiente sociopolítico que impulsionava a cidade movimentando transformações urbanas e sociais provocadas pelos intelectuais que comungavam os ideais de progresso e civilização, “borbulhando” em seus discursos, ideias liberais, positivistas, democráticas e abolicionistas que eram debatidas e difundidas nos espaços sociais, possivelmente frequentados por ela, seja na família, na Escola Normal, no Grupo Escolar, nas redações das revistas as quais ela participava.

2.1

A ambiência sociopolítica em São Paulo nos tempos de Anália Franco – as influências em vida

O fim do Império e o início da República não foram marcados por uma mudança em data fixa no calendário histórico do país. Segundo Carvalho (1987),

esse período do antes, durante e depois foi caracterizado por uma grande movimentação de ideias, importadas da Europa, quando ideologias se misturavam nos debates políticos e sociais da sociedade letrada e burguesa. Liberalismo²³, positivismo²⁴, anarquismo²⁵, socialismo²⁶ combinavam de alguma forma um projeto civilizatório, no qual os conceitos de educação e civilidade se relacionavam.

Essas ideias importadas vieram junto aos imigrantes que aqui chegaram no Brasil. Os fluxos migratórios que envolveram o Brasil na Primeira República foram os mais expressivos no período que se estende do século XIX ao XX: entre 1889 e 1930.

De acordo com o arquivo do estado de São Paulo²⁷ sobre imigração em São Paulo, a crise do sistema produtivo junto ao fim da escravidão, levaram a necessidade de se mobilizar força de trabalho livre para as lavouras de café que estavam se expandindo de forma acelerada com uma grande produção e comercialização, daí o crescimento da imigração em São Paulo.

A primeira experiência migratória no estado aconteceu em 1840, mas a entrada expressiva de imigrantes só iria ocorrer aproximadamente 50 anos depois, ou seja, por volta de 1890.

Para confirmar, observemos o gráfico abaixo, em especial o período que nos interessa na pesquisa entre 1890 e 1900:

²³ Liberalismo- Num sentido amplo, o conceito enfatiza a liberdade do indivíduo diante das instituições externas (Igreja, Estado, tradições, sociedade). Em relação à economia, a ideia do livre mercado e em relação ao poder procurava limitar os poderes do governo através do federalismo e a separação de poderes, embora não significasse necessariamente uma democracia. Para saber mais: Vasques (2021), O “lugar” do liberalismo no Brasil do século XIX.

<https://periodicos.fclar.unesp.br/semaspas/article/view/15186/11099>

²⁴ Positivismo - O positivismo, cujo representante fundamental é Augusto Comte (1798- 1857), teve pensamento filosófico originário da França, cuja cultura muito influenciou os intelectuais brasileiros. Ele defende a ideia de que o conhecimento científico seria a única forma de conhecimento verdadeiro.

<https://bndigital.bn.br/francebr/positivismo.htm>

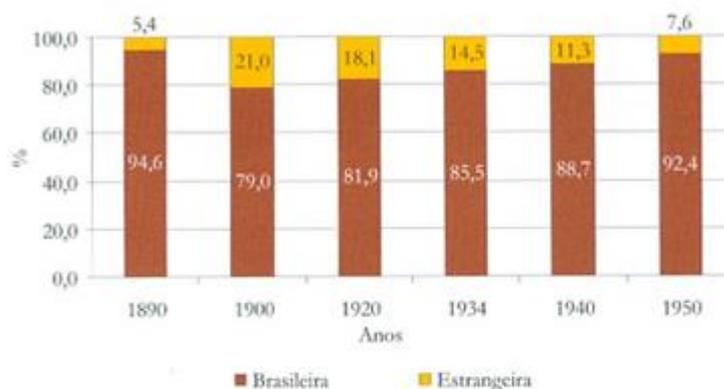
²⁵ Anarquismo- O anarquismo é uma concepção político-filosófica que apareceu na Europa, no século XIX, junto a correntes que também surgiram na época, como o socialismo e o comunismo. O nome indica (anarquia = sem governo, ausência de governo), o anarquismo propagava ideias contra o Estado, contra organizações institucionais, contra o empresariado industrial.

Para saber mais: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/anarquismo-na-republica-velha.htm>

²⁶ Socialismo – Para saber sobre: Esta palavra socialismo...Ideias socialistas no Brasil no final do século XIX. Leonideo (2004)

²⁷ Página do Arquivo de São Paulo sobre Imigração no Brasil: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/imigracao/estatisticas.php> acesso em 25 de junho de 2023

*População
Estado de São Paulo
1890-1950*



População	1890	1900	1920	1934	1940	1950
Brasileira	1.309.723	1.801.191	3.758.479	5.497.826	6.363.320	8.440.768
Estrangeira	75.030	478.417	829.851	931.691	814.102	693.321
Total	1.384.753	2.279.608	4.588.330	6.429.517	7.177.422	9.134.089

Figura 5- Gráfico da População do Estado de São Paulo entre 1890 e 1950

Fonte: ASSANEZI, Maria; SCOTT, Ana; BACELLAR, Carlos; TRUZZI, Oswaldo. Atlas da Imigração Internacional em São Paulo 1850-1850. São Paulo: Editora Unesp, 2008. p. 22. <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/imigracao/estatisticas.php>

Novas ideias vinham com os imigrantes que aqui chegavam e algumas mudanças começavam a ocorrer na sociedade paulistana. Mudanças nas leis coletivas de comércio e produção, além do crescimento urbano que se desenhava, com o desenvolvimento econômico, remodelando as cidades.

Mas apesar das crescentes novidades, “maquiando” o centro urbano da cidade, pouco se modificava o cenário social, que escancarava as diferenças e desigualdades sociais entre uma classe de elite intelectual e política e uma parte da população que vivia sem acesso às benesses do progresso.

Porém, a República chegava acenando para a “ordem e o progresso”, e um governo republicano organizava uma forte intervenção educacional pública, a fim de tentar ampliar o ensino público e combater o analfabetismo. A alfabetização, então, passou a ser o maior desafio dos republicanos, virou projeto de povo e de

pátria, unindo a todos num ideário de país, sem interferências locais e de garantia às ações governamentais do Estado, afinal a República Federativa aí começava.

Era um projeto com obstáculos, pois de certa forma o novo governo, desconhecia talvez os paradoxos entre a idealização de um modelo de vida republicano e o “contexto real de um país predominantemente rural, com maioria da população analfabeta e vítima de endemias” (Xavier, 2003, p.10).

Desde 1870, anos antes da Proclamação da República, movimentos de ordem ideológica, política e cultural já desenvolviam ideias de projetos de educação pública no país. Alguns movimentos representativos dessas correntes são confirmados nos manifestos públicos que aconteceram em alguns estados do país, visando uma formulação educacional nacional.

Manifesto, pode ser lido como carta de intenções, evidenciando debates e trazendo à tona os interesses e concepções, as tensões e as expectativas de uma época sobre o papel da educação neste novo raiar dos tempos republicanos. Ler manifestos, segundo Valle (2003) significa ler o que um dia foi manifestado, declarado publicamente por quem de fato se manifestou e a quem foi dirigido.

Dentre as manifestações existentes podemos destacar, a atuação combativa em defesa dos interesses profissionais da docência, através do Manifesto Republicano de 1870²⁸, no Rio de Janeiro. O Manifesto dos Professores Públicos de instrução primária da Corte, em 1871²⁹, e a Convenção de Itu em 1873³⁰. Esta

²⁸ Segundo Viscardi (2012), o Manifesto Republicano foi publicado pela primeira vez no jornal “A República”, em 3 de dezembro de 1870, com o fim de fundar um partido político republicano de âmbito nacional, sua autoria era desconhecida e foi assinado por 58 apoiadores: advogados, médicos, negociantes, capitalistas fazendeiros, políticos, jornalistas, engenheiros, servidores públicos e professores. Era um grupo de cidadãos que pertenciam à elite intelectual do Império, pois eram portadores dos raros títulos de nível superior, então existentes no país. A matéria no jornal servia como estratégia de divulgação de uma aspiração nacional, vinda de um coletivo, de uma cultura política partilhada pela nação.

²⁹ O Manifesto dos Professores Públicos, de acordo com Lemos (2013), é de julho de 1871. Um grupo de professores públicos primários da Corte lança um manifesto com intuito de levar a público denúncias sobre o trabalho dos professores e as condições da educação no país. Apresentava também propostas para organizar o setor educacional e o professorado. O grupo elaborou quatro cartas, descrevendo a situação da instrução no país e a situação dos professores. Três cartas foram dirigidas às autoridades e uma aos concidadãos. Esse manifesto levantou debates e grande repercussão na sociedade imperial.

³⁰ A Convenção de Itu realizada em 18 de abril de 1873, na residência de Carlos de Vasconcelos de Almeida Prado, foi considerada a primeira reunião oficial dos republicanos no Estado. Originária dos clubes radicais defensores do liberalismo e do positivismo, organizados entre 1871 e 1872. A doutrina republicana foi muito difundida após a Guerra do Paraguai (1864-1870), conflito decisivo para o enfraquecimento da Monarquia [...]. O movimento republicano se institucionaliza e dá, em 1871, com a formação do Clube Republicano de Itu, os primeiros passos para a organização do Partido Republicano local. Nesse ano, a cidade que foi considerada umas das mais importantes da Província de São Paulo, tinha em funcionamento a primeira fábrica a vapor de fiação e tecelagem

última, “organizada pelo partido republicano da província de São Paulo, que defendia nove teses, entre elas o ensino gratuito, qualificação dos professores, ensino leigo, ensino primário obrigatório por espaço de 10 anos, entre outras reivindicações.” (Reis Filho, 1981, p. 26).

Essas movimentações expressadas nos manifestos eram encabeçadas por intelectuais, bacharéis, jornalistas e vão dar início a uma série de mudanças educacionais, principalmente no estado de São Paulo, reverberando pelo país.

Entre 1890 e 1896, realizou-se o mais intenso esforço de racionalização político-administrativo no governo de São Paulo. “Como parte deste processo, organizou-se o ensino público paulista.” (Reis Filho, 1981, p. 19).

Foi um período de inúmeras reformas³¹ e um contínuo trabalho de organização das escolas primárias e de formação de professores, com atuação afincada dos idealizadores do projeto de reforma da instrução pública paulista, nomes como os de Bernardino de Campos, Caetano de Campos, Rangel Pestana, Cesário Motta e Gabriel Prestes.

Cesário Mota era secretário dos negócios do interior, no governo de Bernardino de Campos (1892 a 1895), atuando em políticas públicas de educação e saúde; Bernardino José de Campos Junior, foi segundo (1892-1896) e sexto (1902-1904) presidente do governo do estado de São Paulo; Antônio Caetano de Campos, que por indicação de Rangel Pestana foi convocado pelo então presidente do estado,

São Luiz [...]. A partir da votação de todos os clubes republicanos de São Paulo, duas cidades foram indicadas para sediar o Congresso: Campinas e Itu. Apesar de Campinas contar com a presença de importantes lideranças, como o próprio Américo Brasiliense, Jorge Miranda, Francisco Quirino dos Santos, Campos Sales, Elias do Amaral Souza e Francisco Glicério, Itu foi a escolhida. Um dos fatores relevantes para a escolha de Itu foi a inauguração da estrada de ferro Ituana, marcada para dia 17 de abril de 1873. Essa ferrovia era um símbolo da modernidade e do progresso econômico local [...]. A Convenção foi presidida por João Tibiriçá Piratininga, presidente da Província de São Paulo, e secretariada pelo Dr. Américo Brasiliense de Almeida Mello. O Manifesto de Itu, resultado da Convenção, foi assinado por 78 fazendeiros, dez médicos, oito advogados, cinco jornalistas, além de farmacêuticos, dentistas e negociantes. Entre esses podemos destacar: Américo de Campos, Bernardino José de Campos Júnior, Campos Sales; Francisco Glicério; João Tobias; Manuel de Moraes Barros, irmão de Prudente de Moraes; Martinho Prado Júnior, irmão do conselheiro Antônio Prado, e José Alvares de Cerqueira César, sogro de Júlio de Mesquita. Nele, não aparecem as assinaturas de Prudente de Moraes, nem a de Manuel Joaquim de Albuquerque Lins [...]. O manifesto tratou, fundamentalmente, de três temas básicos: a autonomia das províncias através do regime federativo, a contraposição ao regime monárquico e a libertação da mão-de-obra escrava.” Texto retirado do documento. (al.sp.gov.br (2019).

³¹ Para saber mais: Fundamentos Históricos - Reformas republicanas da instrução pública em São Paulo. Vídeo explicativo apresentado pelo professor Rubem Bontempi Jr. UNIVESP (Universidade Virtual do Estado de São Paulo).

https://www.youtube.com/watch?v=QVJOEeMPr_Q

Prudente de Moraes, para reorganizar o ensino público paulista, iniciado em 1890; Francisco Rangel Pestana, senador por São Paulo, entre 1890 e 1892, que foi signatário da Constituição de 1891, sendo o redator do capítulo sobre a Instrução Pública no programa republicano, orientando a reforma da educação paulista; e Gabriel Prestes, em 1896, que foi diretor da Escola Normal e fundador do primeiro jardim de infância no ensino público do Brasil.

Para o projeto liberal dos republicanos paulistas, a educação é a redentora de uma nova sociedade cidadã. Havia a crença no poder da educação, como formadora do indivíduo, da ciência, como elemento de modernização da sociedade e a exigência da alfabetização para uma maior participação política, entendendo e ressaltando a atuação do professor como elemento indispensável para este fim. Os primeiros passos para a implementação da reforma educacional foram dirigidos para o aperfeiçoamento da Escola Normal em São Paulo.” (Catani, 2003, p. 21).

O esforço se devia à crença no papel da educação como instrumento de reforma política e uma organização escolar foi implantada no ensino público e na formação do docente, em São Paulo.

Para Gilberto Freire (Freire, 1959 apud Reis Filho, 1981, p. 5), “São Paulo desde o fim daquele século [XIX] começou a tornar-se notável por uma renovação de métodos de ensino e de técnicas de educação.”

Essa fase histórica de intervenção do estado paulista no ensino também é citada por Fernando de Azevedo (1958 apud Reis Filho, 1981, p. 5), “que considera uma das fases mais brilhantes da história do ensino normal pela sua influência e irradiação a outras unidades da federação.”

Em 1956, Anísio Teixeira, segundo Reis Filho (1981, p. 6), no Congresso Estadual de Educação do estado de São Paulo, “ressaltou a grande participação dos educadores paulistas”, como Caetano de Campos, Cesário Mota, Gabriel Prestes, na Reforma Instrutiva da educação popular e suas iniciativas de organização administrativa, curricular e de formação docente.

Mas o que caracterizava na província de São Paulo, em fins do século XIX, ser o berço dessas novas ideias se em “meados do século XIX, São Paulo permanecia uma província colonial” (Bruno, 1953, p. 473)?

São Paulo não acompanhava a Corte, no que se referia ao desenvolvimento urbano que se seguia no Rio de Janeiro ou nas cidades do litoral do Nordeste, beneficiadas pelos movimentos comerciais dos portos. São Paulo era quase um

“arraial”. O que provocou, portanto, a transformação de “arraial” ao estado de “berço” de mudanças que iriam influenciar o país na primeira República?

Deve-se a existência de um curso de direito em São Paulo, fundado em 1827, a mudança da fisionomia da cidade. Com a presença de numerosos estudantes do Rio de Janeiro, e de outras províncias, a “Academia de fato foi um agente importante de transformação”, Morse (1970, p.210). Os próprios estudantes provocavam mudanças, com seus comportamentos expressivos, suas sátiras e alvoroços, demonstrando insatisfação diante dos costumes provincianos de uma cidade colonial. Eles impulsionavam novos ares: mais intelectual e menos comercial.

Além disso, em meados do século XIX, outros fatores vão favorecer essa mudança, como, por exemplo, o deslocamento das velhas regiões agrícolas – de lavoura tradicional da cana de açúcar – do Norte para as regiões do centro-sul e com o início do cultivo ainda modesto do café.

Mais tarde, o sucesso do plantio do café transformou a província numa posição de relevo econômico; as iniciativas comerciais e financeiras, bem como a construção da primeira estrada de ferro e sua expansão formavam, então, uma rede de desenvolvimento crescente, tornando a cidade de São Paulo, por volta de 1870, uma cidade com sinais de uma vitalidade comercial acentuada.

Mas na visão de Morse (1970), foi realmente a Academia de Direito que arrancou a capital da província de seu sono colonial e criou condições de mudanças de costumes e de estrutura. A mocidade trouxe prosperidade geral ao questionar as tradições e os costumes da época em relação a família, diversão, religião, criando livrarias, tabernas, vida noturna alegre e sentimento de comunidade. Havia um tom de animação na cidade no período das aulas, em comparação ao período de férias, quando a cidade voltava à sonolência habitual.

Martins (2001, p. 475) afirma que, “em 1890, a cidade de São Paulo não mais era lembrada como um acanhado burgo dos estudantes”. O café tornava São Paulo um estado dinâmico que crescia economicamente. O estado era considerado o mais forte da federação.

Os elementos do progresso vinham de uma população mista de diversas nacionalidades. A presença estrangeira era fato em 1891, a ponto de, como nos diz Martins (2001), representantes de diferentes colônias apresentarem-se como candidatos aos pleitos eleitorais: nomes pelas colônias italiana, alemã, portuguesa,

sujeitos que estavam à frente de grandes jornais, confirmando a ligação “imprensa e política”.

Em 1893, o estrangeiro constituía 54,6% da população total da cidade. Schwarcz e Costa (2000, p. 30) afirmam que “o governo da província, de Theodoro Xavier de Mattos, passa a alterar a infraestrutura da cidade, abrindo novas ruas, criando jardins públicos, prolongando velhas estradas”. As modernidades como a instalação da Light, o bonde, o gás de rua, o Moinho Matarazzo, os armazéns, edifícios e logradouros definiam a nova cidade. E é nesse período que há a expansão das estradas de ferro: a Paulista, em 1872, ligando Santos a Jundiaí; a Ituaana, chegando a Piracicaba, em 1879; a Sorocabana que, em 1889, alcança Botucatu e Bauru; e a Mogiana, que de Campinas chega até Franca.

Verificamos que nessas cidades da linha ferroviária é que foram inauguradas algumas “sucursais” das escolas maternas da AFBI, por Anália Franco.

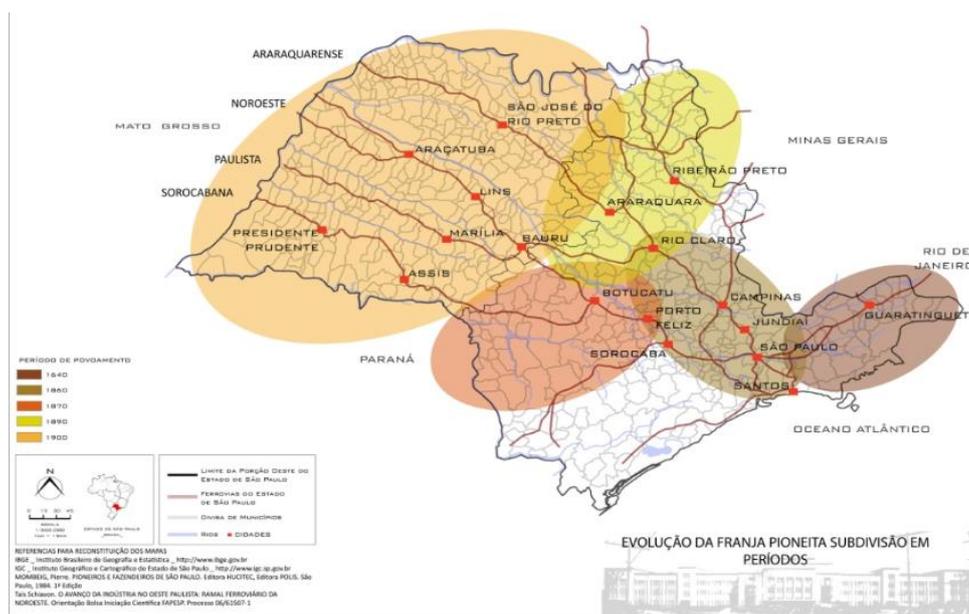


Figura 6- Ferrovias de São Paulo em fins do século XIX

Fonte: <https://journals.openedition.org/confins/docannexe/image/25959/img-4.jpg>

Segundo dados apresentados por Schwarcz e Costa (2000), em 1870, o estado de São Paulo tinha 830 mil habitantes, 139 quilômetros de trilhos e 60 milhões e 462 mil pés de café. Em 1900, os números saltaram para 2 milhões e 279 mil habitantes, 3.373 quilômetros de trilhos e 220 milhões de pés de café.

A República era dos bacharéis e dos grandes proprietários de fazendas de café, que efetivamente chegavam ao poder. Em 1894, tomou posse o primeiro

presidente civil do país, o paulistano de Itu, Prudente de Moraes, representante dos oligarcas e dos imigrantes em ascensão, que já relacionavam suas riquezas em casamentos entre as famílias paulistas e imigrantes economicamente bem situados.

A imigração que havia trazido para o Brasil, na segunda metade do século XIX, de acordo com Buffa (2022, p. 33), a “importação” de diversas correntes utópicas e científicas que havia na Europa faziam a “cabeça” dos intelectuais, os jovens acadêmicos, que absorviam, divulgavam e defendiam as novas ideias, refletindo total confiança na ciência, no cientificismo.

Entre 1870 e 1890, o debate da vez, que se tornou corrente de ideias, era o positivismo. Essas novas ideias faziam parte das discussões dos modelos políticos, de críticas à religião oficial, do regime de trabalho e da identidade nacional e levantavam os movimentos republicanos e abolicionistas.

Os debates influenciariam as ideias da administração pública do país. É “essa vanguarda de intelectuais paulistas” (Buffa, 2022 p. 34) que iria ocupar os postos na política, na administração pública, dominando a imprensa nascente com otimismo e idealismo, levantando propostas para a construção de um país moderno e civilizado. Veremos quando falarmos sobre os professores de Anália Franco na Escola Normal, são eles os bacharéis, os intelectuais, os mesmos que participavam direta ou indiretamente nas reformas educacionais e a Escola Normal no tempo em que Anália Franco foi aluna esteve “abrigada” nas instalações da própria Academia de Direito.

Aqui no Brasil, “principalmente nas faculdades de Direito (de Recife e São Paulo)”, segundo Tambara (2005, p. 167), o positivismo ganhou expressão no final do século XIX. A divulgação desse pensamento se consolidou com a fundação da Sociedade Positivista no Rio de Janeiro, em 1876. De acordo com Medeiros (2020), o movimento positivista brasileiro encontra seu auge a partir da década de 1870, no Rio de Janeiro, capitaneado pela Escola Politécnica e pela Escola Militar³².

A influência da assim chamada Religião da Humanidade se achava presente nos movimentos abolicionistas e de oposição à monarquia. Uma nova religião que nada tem de sobrenatural, que não é vinda de deuses, mas de um ser supremo, a

³² Informação disponível no *site* Sabedoria Política (2020), dedicado ao estudo da política, disponível em: <https://www.sabedoriapolitica.com.br/products/o-positivismo-no-brasil/>.

humanidade personificada, que representa o conjunto de seres que contribuíram, contribuem e contribuirão para o desenvolvimento e aperfeiçoamento humano.

O pilar ideológico positivista com relação à educação era o do ensino livre e profissional. Há uma resistência à obrigatoriedade escolar do ensino e, o que importava era se ter um processo que privilegiasse o ensino técnico, supervisionado pela família. De acordo com Tambara (2005, p. 171), a concepção positivista da educação “dava a mulher total competência para administrar a educação dos seus filhos”. Esse seria o papel da mulher na sociedade e que o governo não poderia usurpar dela este direito.

Mas as ideias liberais “importadas” das correntes ideológicas do continente europeu e fomentadas pelos grupos afins, provocavam conflitos e discussões sobre liberdade e a descentralização política, rixas e debates entre o poder moderador e conservador, no confronto de um cenário contraditório de ideias tradicionalistas de manutenção do território, da territorialidade e do sistema de produção econômico baseado no trabalho escravo.

A maçonaria³³, também aparece com papel relevante na Primeira República, alinhada às ideias liberais e iluministas, influenciada também pelo ideário positivista, do cientificismo. Sua atuação era a de parceria junto ao processo da reforma da instrução em São Paulo, na defesa do ensino elementar público, laico e gratuito.

Aliás, é preciso lembrar que o Manifesto Republicano, de 1870, teve atuação marcante da maçonaria, afinal foi redigido pelo Grão-Mestre Saldanha Marinho, e recebeu assinaturas de grande número de maçons. Alguns políticos do primeiro governo provisório³⁴ eram maçons. Havia interesses comuns nas diretrizes da Reforma da Instrução Pública, criada pelo partido republicano, como a separação da Igreja e Estado.

³³ Maçonaria - A Maçonaria começou como uma sociedade secreta vinculada às ideias do laicismo humanitário e liberal do iluminismo. Originalmente, era uma das sociedades secretas do século XVII, apoiada em fundamentos da filosofia da natureza e até da arte da alquimia. Essa relação está presente no simbolismo dos signos e números (a tríade, o triângulo, o círculo). Os maçons creem que todo homem é livre e possui bons costumes. Suas únicas exigências são que o candidato possua um espírito filantrópico e de buscar sempre a perfeição.

Para saber mais: <https://www.significados.com.br/maconaria/>

³⁴ De acordo com Amaral (2017, p. 59), “eram maçons o Marechal Deodoro da Fonseca, primeiro presidente brasileiro, e seus ministros: Aristides Lobo, do Interior; Campos Sales, da Justiça; Rui Barbosa, da Fazenda; Quintino Bocaiúva, das Relações Exteriores; Demétrio Ribeiro, da Agricultura, Comércio e Obras Públicas; Benjamim Constant, da Guerra, entre outros”.

A maçonaria patrocinava, de acordo com Morse (1970), a criação de sociedades para a emancipação da criança escrava, composta por senhoras paulistanas, que se reuniam para promover a libertação das crianças escravizadas. Em abril de 1870, tem-se o registro de uma sociedade, patrocinada pela loja América de São Paulo. Essas sociedades se formaram visando organizar ações de inclusão social dos escravos, diante da inércia do governo imperial em resolver a questão da abolição dos escravos.

Segundo Alonso (2011, p. 176), as associações eram compostas de pessoas da elite, junto a partidos e instituições políticas. De forma ordeira, utilizavam o espaço público para, através de panfletos, jornais e cerimônias, divulgar as ideias, abolicionistas, contando também com a participação feminina na política.

A autora, ainda em sua pesquisa, apresenta a relação de associações e sociedades existentes no período.

	Províncias
Associação Província Sociedade Emancipadora Amazonense	Amazonas
Sociedade Humanitária Abolicionista	
Sociedade Libertadora Sete de Setembro	Bahia
Sociedade Abolicionista Comercial	
Sociedade Libertadora de Baturité	Ceará
Sociedade Manumissora Sobralense	
Sociedade Manumissora 28 de Julho	Maranhão
Sociedade Emancipadora Pernambuco	Pernambuco
Sociedade Humanitária e Libertadora Nazarense	
Sociedade Emancipadora do Piauí	Piauí
Emancipadora Campista	
Sociedade da Libertação	Rio de Janeiro
Sociedade Promotora de Emancipação de Escravos na Província do Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul
Sociedade Abolicionista Fraternização	
Sociedade Esperança	São Paulo
Sociedade Emancipadora Fraternização Primeira	
Sociedade Redentora da Criança Escrava	

Quadro 3 - Associações Abolicionistas no Brasil – 1860 a 1871

Fonte: Elaboração própria com base em: Azevedo (1999), Dantas (1988), Ferreira (1999), Fonseca (1887), Frick (1885), Hahner (1990), Brito (2003), Morel (1967), Mott (1988), Moura (2004), Santos 2008, apud Alonso, 2001.

A Lei do Ventre Livre só iria acontecer em 1871. A ideia da sociedade era a de procurar integrar as crianças libertas gradualmente à sociedade. Em crônica

publicada na revista *Album das Meninas*, nº 7, de 31/10/1898, Anália expõe seu pensamento, em comum acordo com as ideias republicanas e da maçonaria;

[...] hoje o nosso futuro pertence à Democracia que é a liberdade, a justiça e a fraternidade, tríade harmônica cujas tendências generosas são para unir [...] a família humana, é um dever sacratíssimo contribuirmos humildemente com o nosso trabalho [...] cumpre cultivar e aperfeiçoar as instituições democráticas e trabalhar com afinco na educação do povo, para o gozo dos seus direitos, e principalmente, para o cumprimento dos deveres sociais. [...] e enquanto a maioria do povo continuar submersa nas trevas de uma ignorância absoluta, verdadeiramente lamentável, a escravidão não se extinguirá de nós. (Franco, 1898, p.157)

É provável que Anália Franco pudesse ter feito parte desse grupo de senhoras que se reuniram para promover a emancipação das crianças negras recém-libertas? Estaria ela talvez ligada a esse movimento de senhoras paulistanas nessas sociedades cujo objetivo era o de instruir para emancipar a criança recém-liberta? Não conseguimos dados que nos permitam afirmar essa procedência.

De acordo com Kishimoto (1988, p.52) Anália Franco instalou sua primeira Casa Maternal no interior para abrigar os “negrinhos” livres que eram expulsos das fazendas e perambulavam, abandonados pela cidade. Monteiro (1992) afirma a ligação de Anália Franco com a maçonaria, por causa dos objetivos filantrópicos da organização:

O hábito das associações maçônicas dedicarem-se a trabalhos filantrópicos e educacionais, já estavam expressos em sua primeira Constituição no Brasil datada em 1865 e ainda hoje é preocupação de seus membros e constante de sua Doutrina, combate à ignorância em todas as suas formas. A ignorância e o analfabetismo, para os maçons, tornam os homens grosseiros [...] a falta de instrução é inimiga do progresso [...] (Monteiro, 1992, p. 177).

Ainda de acordo com o autor citado:

[...] no interior, a educadora recebeu a colaboração das Lojas: Amor e Luz (Sertãozinho); Fé e Esperança (Jaboticabal); Ribeirão Preto e Estrela D’Oeste (Ribeirão Preto); Fraternidade Paulista (Barretos); Coração Unidos (Santa Cruz das Posses); Amor a Pátria (Bragança); e São Paulo (São João do Paraíso) (Monteiro, 1992, p. 179).

O período de expansão das escolas da AFBI, de acordo com Oliveira (2007), coincide com o crescimento de lojas maçônicas no estado de São Paulo (Barata, 1999 apud Oliveira, 2007). Em julho de 1922, a maçonaria tinha 59 escolas no estado de São Paulo, voltadas para a alfabetização das camadas populares. Na capital, a loja maçônica Sete de Setembro mantinha 12 escolas e asilos e creches da

AFBI, que também recebeu o apoio das lojas Comércio e Ciências e Grande Oriente de São Paulo.

De fato, a Maçonaria apoiou financeiramente Anália Franco nas ações da AFBI, mas o que nos interessava saber era de que maneira estaria ela ligada à Maçonaria para receber toda essa ajuda?

Através da pesquisa conseguimos encontrar outra explicação sobre a possível relação de Anália Franco com a maçonaria. De acordo com Magalhães (2013) Francisco Antonio Bastos, (marido de Anália Franco) maçom, obteve ajuda da maçonaria, a fim de dar continuidade ao trabalho filantrópico de Anália Franco. Assim, em 1921 inaugura o Asilo de Órfãos Anália Franco, em Juiz de Fora, em memória da esposa falecida, em julho de 1919. A pesquisa apresenta o Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria de março de 1921:

O Asilo de Orfãos “Anália Franco” que funciona em Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais foi instalado, em 12 de julho de 1919, **pelo Ir.** Francisco Antonio Bastos, viúvo de Anália Franco, a qual em sua existência teve a oportunidade de prestar grandes serviços à causa da instrução, fundando quase um cento de estabelecimentos de ensino. Ultimamente esse asilo tinha uma matrícula de 100 crianças, sendo 75 externos e 25 internos. (Boletim do Grande Oriente do Brasil. Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira. Número 03, 46º ano de publicação, Mar.1921 apud Magalhães 2013, grifo meu).

Estando Francisco Antonio Bastos, na citação do jornal, identificado por Irmão, podemos considerar que o marido de Anália Franco, era maçom, o que explicaria toda a ajuda recebida da maçonaria, na fundação e manutenção das casas maternais fundadas na cidade de São Paulo e no interior; as sucursais da AFBI dirigidas por Anália Franco.



Figura 7- Foto dos alunos da primeira escola mantida pela loja maçônica Sete de Setembro, dirigida por Anália Franco

Fonte: Hemeroteca Digital BN <http://memoria.bn.br/docreader/186848/568>

Sobre a citação das Associações Abolicionistas acolhidas pela maçonaria, tentamos um contato por telefone com a loja América de São Paulo, na ocasião da pesquisa em campo, em março de 2022, afinal Morse (1970) cita que uma dessas sociedades teria sido financiada pela loja. Nossa intenção era a de consultar a identidade das senhoras que teriam feito parte do movimento. A secretária que nos atendeu disse que a loja estava em obras e que a biblioteca não poderia ser utilizada, sendo assim, o acesso aos documentos não poderia ser autorizado.

Voltemos aqui, a analisar a trajetória de Anália Franco, observando o seu engajamento a grupos de relações circunstanciadas a ideologias comuns. Os subsídios e as doações da Maçonaria às obras da AFBI tinham como base a unificação de seu projeto educacional. Da mesma forma a sua relação junto ao partido republicano. Kuhlmann (1998, p. 78), cita que Anália Franco era filiada ao Partido Republicano. Lodi-Correa (2009), afirma que ela se associa ao Partido

Republicano Paulista (PRP). E Tizuko Kishimoto (1988, p. 54) é mais direta nesta relação, ao dizer que “Anália teria sido membro do Partido Republicano Paulista”.

Alguns representantes do Partido Republicano são personagens que divulgaram nos jornais, a obra de Anália Franco defendendo o aumento de subsídios à Associação que ela dirigia. Essas reivindicações discursadas nas assembleias do legislativo eram publicadas na imprensa, sempre enaltecendo a obra e a atuação da professora no desenvolvimento educacional das crianças desamparadas. Nomes que assinam esses artigos são os de Bernardino de Campos³⁵, de Paulo Egídio³⁶ e de Curvello de Mendonça³⁷.

Destacamos abaixo, o texto do Senador Paulo Egídio no Jornal *O Correio Paulistano*, de 18 de novembro de 1903. ed. 14461, justificando o pedido de aumento de subsídio para as obras da ABFI.

Eis aqui Sr. Presidente como recebi e como respondi ao apelo desta senhora. Esta senhora é a distinta paulista d. Anália Franco que fundou uma Associação Feminina para promover a instrução particular das crianças do Estado.

Dentro de um espaço inferior a um anno esta senhora e a Associação que ella dirige fundaram no Estado, na capital e nalgumas cidades do interior vinte e cinco escolas e há quatro mezes mais ou menos, essas vinte e cinco escolas tinham uma população escolar de mil crianças de ambos os sexos, de todas as origens e procedências. Alli estão juntos o turco, o judeu, o mahometano, o católico, o christão e o calvinista. Tudo isso eu sei, porque examinei todos os documentos da Associação e por exposição verbal dessa senhora [...] não conheço, no Brasil, uma senhora da sua estatura em dedicação e espírito. [...] é uma senhora paulista que nos deve orgulhar, que nos deve honrar, é uma senhora que deve ser acatada, venerada e respeitada [...] e a Associação [...] mais do que qualquer outra digna de ser favoreada pelo legislador [...] eis a razão sr. Presidente, eu ousei também em minhas emendas consignar um aumento de 50% em favor da Associação Feminina [...] (Correio Paulistano, 1903).

De acordo com Sirinelli, nas redes de sociabilidade, o elemento da escolha, as opções ideológicas, o quadro de valores são as marcas intelectuais do sujeito. Os grupos partilhavam uma matriz comum, e Anália Franco estava engajada a este

³⁵ Bernardino José de Campos Júnior (Pouso Alegre, 6 de setembro de 1841 – São Paulo, 18 de janeiro de 1915) foi um advogado e político brasileiro. Formado em direito pela Faculdade de Direito de São Paulo.

https://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/Ex_presidentesCD_Republica/bernardino.html

³⁶ Paulo Egídio foi eleito deputado provincial em 1870, constituinte em 1891 e senador estadual, em 1894. Membro da Comissão de Justiça e Estatística do Senado paulista, elaborou, entre outros, os projetos acerca da Penitenciária e da Caixa Econômica do estado.

<https://www.academiapaulistadeletras.org.br/patronos.asp?materia=146>

³⁷ Manoel Curvello de Mendonça professor de economia e história da indústria contemporânea da Escola Normal, redator dos debates da Câmara dos Deputados (Almanak Laemmert, RJ, 1891-1940).

círculo de influências, que se cruzavam em sua caminhada e que se revertia em consequências materiais diretamente dispensadas ao seu projeto educacional, afinal sua AFBI agregou durante algum tempo subsídios do governo e da maçonaria que ajudavam a expansão e a manutenção da obra.

Especificamente sobre o “levante educacional” impulsionado pelos republicanos antes mesmo da proclamação da República em São Paulo e estando Anália Franco, no período, na província, sendo filiada ao Partido Republicano Paulista, aluna da Escola Normal de São Paulo e professora de um Grupo Escolar, é possível imaginar que ela tenha tido ciência, tanto na sua formação, como na sua atuação como professora pública, da Reforma da Instrução Pública de São Paulo, a lei nº 88 de 8 de setembro de 1892. O que foi a Reforma Instrutiva de São Paulo?

2.2 A Reforma Instrutiva Pública de São Paulo

Desde a fundação do Partido Republicano Paulista, em 1873, algumas teses do Programa do Partido já haviam sido defendidas nos Congressos Republicanos da Província e divulgadas no jornal *A Província de São Paulo*.

O redator do jornal era Francisco Rangel Pestana³⁸, defensor da liberdade de ensino, do ensino científico e da qualificação dos professores, pensamento também defendido pelos positivistas e liberais.

Em dois editoriais de *O Estado de São Paulo*, em 1890, de acordo com Reis (1981), Pestana defende que “o governo deveria imprimir cunho nacional ao ensino” e “o povo a intervir mais diretamente na fiscalização das escolas. (p. 33). De uma maneira geral para os instituidores da República, os republicanos históricos, vindo dos manifestos desde 1870, creditavam a educação valores positivos de ordem e progresso à sociedade que começava a se organizar.

³⁸ Francisco Rangel Pestana nasceu em Iguazu, atual Nova Iguazu (RJ), em 26 de novembro de 1839. Matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1859. Entre seus colegas de turma, estavam Prudente José de Morais Barros, Teófilo Carlos Benedito Otoni, Miguel Calmon Du Pin e Almeida, Manuel Ferraz de Campos Sales, Bernardino José de Campos Júnior, Francisco Quirino dos Santos, Lúcio de Mendonça e Paulo Eiró. Em 1890, Rangel Pestana foi eleito senador por São Paulo. Também em 1890, o marechal Deodoro da Fonseca nomeou Rangel Pestana membro da comissão encarregada de elaborar o anteprojeto da Constituição da República.
<https://www.camara.leg.br/deputados/3822/biografia>

Portanto, a concepção de organização da cidade estava vinculada a ideia de civilização da sociedade para o usufruto da liberdade, salvaguardando a ordem moral no espaço social. Para este fim, normas de condutas sociais precisavam ser inculcadas e a valorização da instrução em um plano educacional que desenvolvesse no povo, uma responsabilidade moral diante desse progresso, era urgente.

A instrução popular e conseqüentemente a formação dos professores significava para os republicanos a afirmação de que a escola era instituição fundamental para estabelecer o novo regime e para a reforma da sociedade brasileira.

A sucessão de decretos e leis que iam surgindo desde o final do século XIX refletiam os debates e as lutas em prol de uma educação e dos princípios organizadores da instrução pública paulista. O então Presidente do Estado de São Paulo, o Dr. Bernardino de Campos, decretou e promulgou a Lei n. 88, de 8 de setembro de 1892, reformando a instrução pública do Estado composta de um sistema vertical de modalidades de ensino: o jardim de infância; escola preliminar, a escola complementar; o ensino secundário, o profissional, a escola normal.

Com a administração de um corpo técnico junto à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior que estava subordinada a um Conselho Superior da Instrução Pública, pretendia-se acompanhar a organização escolar fiscalizando o ensino, direcionando as matérias que deveriam ser lecionadas, cuidando da formação dos professores, da direção das escolas, do recenseamento, da obrigatoriedade escolar, das despesas, das caixas escolares e dos vencimentos dos professores.

Há que se pensar então que “a reforma urbana pressupõe a reforma das instituições sociais da época”, nos lembra Monarcha (1999, p. 69): a cadeia, o hospício, os hospitais, a polícia urbana e a instrução do povo.

Para Anália Franco, a ideia era a mesma, sobre a educação, como desenvolvimento da moral, para a mudança de costumes. Em 1903, no jornal *A Voz Maternal*, edição de nº 1, de 1º de dezembro de 1903, diz a educadora:

[...] para aqueles que penam sobre o atual da nossa educação, é tristíssimo o que todos os dias se nos apresenta à vista. A educação da mocidade continua cada vez mais descuidada em nossos dias. [...] Sem terem na vida um elevado objetivo que os esclareça e fortifique, quando tem que de enfrentar com os embates dos interesses a grande batalha social, falta-lhes esse fundo sólido, esse conhecimento de verdade e do dever, que é o sustentáculo supremo, a mais necessária arma para as lutas da existência. [...] Tentemos, pela educação das classes desvalidas, **regenerar** uma grande parte da sociedade. (p.1, grifo meu).

De acordo com Monarcha (1999, p. 82) “confunde-se civilização com o domínio da leitura e da escrita”, desta forma creditava-se à educação a condição para o bom funcionamento da República. E, baseados no ideário positivista, os republicanos paulistas organizam primeiramente a Escola Normal.

Assim sendo, o primeiro passo da Reforma Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo foi a reforma da Escola Normal e para tal foi incumbido o Dr. Antônio Caetano de Campos.³⁹ A ideia era reformar o programa de estudo e dar preparo prático aos alunos que seriam professores.

Quando Prudente de Moraes assume a presidência, Rangel Pestana, então é chamado para concretizar o projeto da Constituição Republicana, no que se refere à reforma da educação paulista. Este irá indicar para dirigir a Escola Normal, João Kopke⁴⁰, “então professor que usava todos os recursos do modelo intuitivo e estava a par das últimas conquistas da pedagogia europeia” (Reis Filho, 1981, p.39) mas este havia se mudado para o Rio de Janeiro e não podendo abandonar seus compromissos, não aceitou o convite, deixando então a vaga para Caetano de Campos que, por sua vez, também havia sido professor no colégio Pestana, juntamente com Kopke, era um médico de renome na época, e passou a dirigir a Escola Normal.

O rigor da formação significava um ensino eficiente de preparação científica e técnica diante dos desafios culturais e técnicos de professores, que não sabiam o que ensinar, não tinham método, nem recursos de qualquer espécie. Portanto, antes mesmo da reforma geral da instrução pública, o que se pretendia era reformar o programa de estudo da Escola Normal de São Paulo.

³⁹ O Dr. Antonio Caetano de Campos nasceu em São João da Barra, na então província do Rio de Janeiro, aos 17 de maio de 1844. Matriculou-se em 1862 na Faculdade de Medicina da Corte. Foi nomeado, no dia 1º de janeiro de 1872, médico e cirurgião da Santa Casa de Misericórdia, em São Paulo. Foi também diretor. O professor Caetano de Campos, junto com a sua esposa, possuía um colégio para moças e contrataram Rangel Pestana, também vindo de uma província do Rio de Janeiro, para dar aulas de química, física e ciências naturais para moças, em 1876, e tornaram-se grandes amigos. Foi professor também na Escola Neutralidade, fundada pelos positivistas, em 1883. Com a Proclamação da República, Rangel Pestana, juntamente com Prudente de Moraes e Joaquim de Souza Murra, tornaram-se governadores da província (trunvirato) e nomearam Caetano de Campos diretor da Escola Normal.

<https://www.academiamedicinasaopaulo.org.br/membros-academicos/antonio-caetano-de-campos/>

⁴⁰ João Kopke, de acordo com Reis Filho (1981, p. 38) vinha imprimindo um ensino inovador como preceptor de alunos de famílias abastadas e como professor do Colégio Pestana. “Usava todos os recursos do método intuitivo e estava a par das últimas conquistas da pedagogia europeia” Para conhecer mais sobre Köpke, ler: Panizzolo (2006).

Pelo decreto de 12 de março de 1890, o Curso Normal passa a ser gratuito, destinado a ambos os sexos. O pensamento pedagógico que orienta a escola, era o da educação pública, gratuita, universal, obrigatória e laica. Livre pensador e influenciado pelas ideias liberais da época, Caetano de Campos imprimia em seu programa o predomínio do intelectualismo, do naturalismo e dos filósofos europeus do século XIX, ele via claramente a relação “educação e democracia republicana”, considerando que a instrução do povo era, portanto, a necessidade maior de uma nação, pois sem preparo intelectual nenhum povo conquistaria seu progresso.

Em relação ao método de ensino, Rangel reuniu um grupo de professores de diversos ramos do conhecimento, para a implantação da reforma, incentivando novos procedimentos. Conseguiu trazer para implantar as mudanças pedagógicas, duas pedagogas de fama, na época, Dona Maria Guilhermina, que havia estudado nos Estados Unidos a nova pedagogia e o método intuitivo, e Miss Browne, ex-diretora da *High School* em Malden, em Boston, contratada pela escola americana, em São Paulo. Novas finalidades e outras concepções educacionais passavam a ser conhecidas e implementadas no Brasil. O método individual cede lugar para o método simultâneo, a escola agora é graduada, tem várias classes, o método tradicional, escolástico, é substituído pelo método intuitivo e o *status* de profissão, profissionalização, chega ao professor.

Os republicanos paulistas, segundo Souza (1998, p. 29): “assistiam impressionados à constituição dos sistemas nacionais de ensino e avanços educacionais” dos Estados Unidos e de países europeus”. O ensino público do Estado de S. Paulo⁴¹ passou a ser organizado dividido em: ensino primário, ensino secundário e ensino superior. O ensino primário compreendia dois cursos: um preliminar, outro complementar. O ensino preliminar passou a ser obrigatório para ambos os sexos até a idade de 12 anos e começaria na idade de 7 anos. De acordo com o artigo 1º § 3.º - O ensino complementar destinava-se aos alunos que se mostrarem habilitados nas matérias do ensino preliminar (São Paulo, 1892).

No que se refere a formação de professores, o artigo 23 da Lei dizia que para formar os professores dos cursos preliminares e complementares, haveria quatro

⁴¹ Regulamento da Instrução Pública de São Paulo 1892. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5599512/mod_resource/content/1/Regulamento%20da%20Instru%C3%A7%C3%A3o%20P%C3%ABlica%20de%20S%C3%A3o%20Paulo%20%281892%29.pdf

escolas normais primárias e para formar os professores destas escolas e dos ginásios, existiria no anexo à Escola Normal da capital, um curso superior (São Paulo, 1892).

As escolas normais primárias teriam um curso de três anos. As matérias também foram assinaladas na lei, algumas para ambos os sexos e outras separadas por gênero. E seriam as seguintes: moral, educação cívica, psicologia, pedagogia e direção de escolas; português, francês e inglês ou alemão, história e geografia, matemática elementar, astronomia elementar, generalidades sobre anatomia e fisiologia. Além de física, química, história natural, agricultura, indústria agrimensura, escrituração mercantil e economia política (para homens) e economia doméstica (para mulheres), desenho e caligrafia. Exercícios militares para homens e exercícios de ginástica e manuais, (para mulheres) Música. Em todas as escolas normais primárias deveria haver laboratórios de química, gabinete de física, coleções de história natural, bibliotecas.

A matrícula nas escolas normais primárias se fazia por meio de concurso. As matérias cobradas seriam: português, francês, história, geografia geral, noções de cosmografia, aritmética, geometria, noções de álgebra e de ciências físicas, químicas e naturais, desenho de mão livre. Para a inscrição no concurso os alunos deveriam ter pelo menos 16 anos e apresentarem provas de sua moralidade.

Todo o planejamento das aulas do curso normal pelos professores regentes das disciplinas era sujeito a congregação no começo do ano letivo. Cabia ao governo autorizar e regulamentar as escolas normais, o número de professores e funcionários necessários ao ensino e seus vencimentos e a avaliação dos alunos, determinando também suas colocações durante e após o curso, como registrado no artigo 28: Os alunos aprovados nas matérias do 2º ano teriam direito ao diploma de professores das escolas preliminares, que os habilitaria também a serem adjuntos das escolas complementares, tendo de praticar durante seis meses as aulas nas escolas modelos. Anália Franco seguiu o mesmo modelo de organização escolar do Regimento aqui apresentado, autorizando suas alunas do 2º ano do Liceu a serem diplomadas professoras das casas maternais, mas estas deveriam fazer sua prática no interior durante um ano, antes de trabalharem como professoras na capital.

Os grupos escolares, uma nova modalidade escolar, criada no início da década de 1890, representou uma nova cultura de organização administrativa e pedagógica da educação popular. De acordo com Faria Filho (2000) os grupos escolares

representavam as primeiras construções públicas próprias para a realização da instrução primária.

Os republicanos paulistas mostravam seu espetacular projeto educativo, copiado depois, em vários estados brasileiros. Eram os grupos escolares, templos do saber, encarnavam uma nova cultura escolar: novos métodos de ensino, um modelo de escola seriada, novos materiais pedagógicos, uma nova concepção arquitetônica dos prédios escolares, nova forma de utilização do tempo e do espaço escolar e o controle sistemático do trabalho do professor e demais agentes redistribuídos no interior da escola. (Souza, 1998, p. 16)

Essas escolas representavam o moderno na pedagogia escolar. Funcionavam em um só prédio, com várias classes de alunos graduados, as salas eram bem arejadas, os pátios arborizados, havia museus escolares, bibliotecas, mobílias adequadas para o ensino, mapas de história natural, aparelhos para a educação dos sentidos, enfim, encontrava-se configurada a estrutura e a organização da escola graduada de nível primário no Estado de São Paulo. Carvalho (2000, p. 225) “confere aos republicanos paulistas a organização de um ensino modelar como signo de progresso.”

Com a Reforma Caetano de Campos, inicia-se a formação do professor mais tecnicamente preparado para a profissão. A produção de um novo profissional exigia a construção de um saber e de um saber fazer docente, configurado pelo Estado, e uma Escola Modelo anexa à Escola Normal, levaria os futuros mestres, na prática, a observarem como as crianças aprendiam.

Dispositivos de controle do trabalho do professor acabaram sendo criados para o acompanhamento dessas práticas, como, por exemplo, a função do inspetor escolar, que cobrava a entrega dos relatórios, os registros e as estatísticas do sistema do ensino publicadas nos anuários. A Figura do diretor dos grupos escolares aparece como um novo profissional do ensino primário, representando o elemento fundamental para a organização da escola graduada. Era o elemento interlocutor da escola com a administração pública do ensino. Eram nomeados pelo governo, escolhido pelos professores das escolas, e tendo sido formados pela Escola Normal do Estado.

De acordo com Souza (1998, p. 55), “os diretores dos grupos escolares se tornavam importantes autoridades de ensino”, não só pela formação que tinham, mas porque eram “responsáveis pela produção e circulação de concepções

pedagógicas por meio de publicações de livros, manuais escolares, artigos na imprensa e periódicos educacionais.”

Souza (1998, p. 73) esclarece, ainda, “que o exercício de docência no grupo escolar era disputado pelos professores públicos” por vários motivos: o salário melhor, melhores condições de trabalho, além de essas escolas serem vistas como de qualidade e prestígio social, o que representava valor ao professor que lá trabalhava. “Trabalhar no grupo escolar significava o máximo da ascensão na carreira do magistério”, afirma Souza (1998), e, alguns nomes de professores dos grupos escolares vão se tornar voluntários nas ações educativas da AFBI, como veremos adiante.

Anália Franco, como já registramos, foi professora do Grupo Escolar do Arouche, de 1907 a 1918, segundo os anuários de São Paulo. Aqui, apresentamos o de 1908:

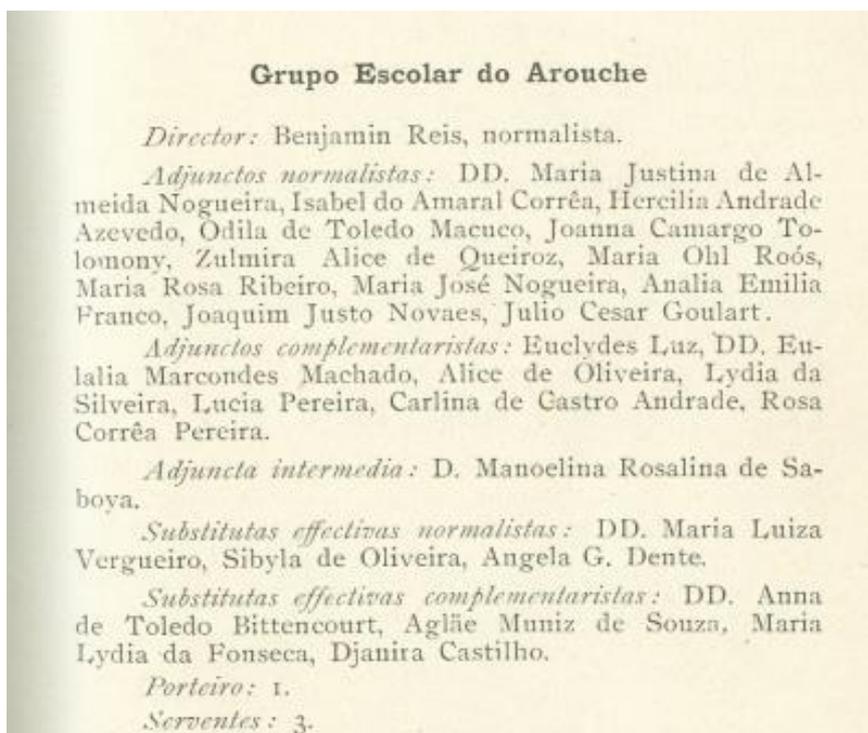


Figura 8- Foto da página do Anuário de 1908 com a equipe dos professores do Grupo Escolar do Arouche

Fonte: Anuário de São Paulo de 1908-1909.

Verificamos, portanto, que a necessidade da escolarização da população, apontavam para a valorização social do professor primário, para o início de sua formação técnica e sua profissionalização. A padronização da instrução, com certa uniformidade do sistema de ensino, incentivou a produção de bibliografia para

professores, de manuais e revistas pedagógicas, discorrendo os novos métodos de instrução. E quanto à profissionalização do professor, vamos verificar o aparecimento de categorias profissionais para o acompanhamento das práticas escolares, da seleção e concurso para ingresso no serviço público, da avaliação dos alunos em mostra pública, das exposições de materiais didáticos, dos espaços físicos adaptados em construções e dos edifícios escolares inseridos nas normativas e leis da reforma da instrução pública no estado de São Paulo, iniciada em 1890.

Anália Franco seguiu também, como diretora da AFBI, as ideias e as reformas educacionais do período, publicando manuais para professores das escolas maternais, manuais educativos para mães, obras didáticas, leituras infantis e opúsculos, como leituras “Progressivas para crianças”, “Noções de geografia elementar”, “Brevíssimo resumo da aritmética” (Monteiro, 1992, p. 219).

A prioridade na formação de professores bem-preparados técnica e cientificamente era o investimento preciso para tornar o ensino eficiente e se alcançar os objetivos da educação pública. Da mesma forma, Anália Franco acompanha este pensamento ao criar o Liceu Feminino com o objetivo da formação pedagógica de professoras para as escolas maternais da AFBI.

A preocupação com a qualificação dos professores tornou-se, então, prioridade na reforma do ensino público paulista. Portanto, “a desoladora Figura do mestre-escola do Império”, Souza (1998, p. 61), vai dar, então, lugar a um profissional respeitável, digno e reconhecido, por ser aquele que formaria o novo cidadão republicano.

As representações sociais sobre a identidade do professor primário, sua formação e profissionalização ao longo da história da profissão, nos remete a aspectos que ancoram um desvalor à profissão. Nóvoa (1991) remete à gênese da profissionalização docente considerando sua configuração histórica não especializada, uma ocupação secundária de religiosos ou leigos, longe de se constituir um corpo de regras de codificação formal deontológicas, ou seja, o que seria necessário para nortear, e o que realmente deveria ser feito. O ofício esteve atrelado ao que lhe era imposto, antes pela Igreja e depois pelo Estado, que representavam as instituições mediadoras das relações internas e externas da profissão docente.

No Brasil, durante o primeiro período imperial, a representação da profissão do magistério primário era vergada pelo abandono e pela precariedade de recursos

investidos para seu trabalho, Souza (1998), na reabertura do parlamento, em 1826, diante da proposta de criação de escolas primárias para todo o Império, de acordo com Xavier (1980, p. 41), por causa da sua urgência, pois não havia uma só escola de primeiras letras, a Comissão de Instrução ofereceu, segundo a autora, no Decreto Imperial, de 15 de outubro de 1827, um modesto projeto, propondo a criação de escolas primárias, mas o projeto ficou esquecido e engavetado, antes de ser aprovado. Na verdade, o governo não tinha uma real preocupação com a educação popular, diferentemente do projeto da criação de universidades, que foi discutido e aprovado e, para sua viabilidade, todas as providências foram tomadas.

A proposta da criação de escolas primárias apresentava-se fora da realidade, não havia dados de recenseamento escolar das províncias que dessem conta de “fixar uma base que servisse para todas as escolas” (Xavier, 1980, p. 43) e a delegação dos problemas inerentes a sua implementação não cabia à Assembleia Legislativa, segundo seus responsáveis. O projeto teve, segundo a autora, 30 emendas provenientes de calorosos debates.

O mestre das primeiras letras, segundo relatos apresentados pelos deputados nos debates, em 9 de julho de 1827, no projeto modesto de lei, propondo a criação de escolas primárias, como afirma Xavier (1980) era a de um profissional que se:

propõe a fazer uma parte mui pequena do grau de instrução [...] esse projeto de ler e escrever e mais nada, talvez com alguma coisa mais, assim como o papagaio aprende a falar [...] aquela instrução de que são capazes os animais (Xavier, 1980, p.41).

Em relação ao ordenado, registra Xavier (1980, p. 50), na sessão de 27 de agosto, o senador João Antônio Rodrigues de Carvalho, do Ceará, propõe:

[...] me parece excessivo o ordenado desses professores [...] comparado com os dos outros mestres de estudos maiores. [...] ainda que o trabalho dos professores de primeiras letras seja grande, **contudo, não é tanto como o dos que tem de estudar para ensinar** (Xavier, 1980, p. 50) (Grifo meu).

Ao observar a leitura desses documentos do período imperial, pós-independência, nos deparamos com aspectos sobre as discussões que eram travadas para a construção das primeiras medidas institucionais educacionais no ensino das primeiras letras, marcados pela falta de interesse político e de entendimento sobre a educação deste segmento e sobre a formação do mestre das primeiras letras. Um descaso nos entendimentos dos estudos que seriam necessários à população, nos métodos de instrução, nos ordenados e na competência dos mestres das primeiras letras.

Porém, no período republicano a preocupação do governo era com a necessária qualificação dos professores, e as Escolas Normais passaram a ser centros de formação de excelência da profissão, agora regulamentada pelo estado. Este novo profissional especializado, nunca visto antes no Brasil, tornava o professor primário uma profissão especial, dotada de especificidades que o distinguia de outras profissões. Ser professor se construía sob a “missão cívico-patriótica de formação de novas gerações para a cidadania”, como afirma Souza (2009, p. 15), o responsável pela construção de um novo homem para a construção de uma nação.

Em seu discurso aos formandos do curso normal de 1890, Caetano de Campos, diretor da Escola Normal, afirmava ao futuro professor: “Tu serás o arquiteto do porvir, o sustentáculo de todas as liberdades, o alicerce da Pátria. Faroes da civilização, onde existir a noite, ide fazer o dia.” (Souza, 1998, p. 61).

Conforme afirma Tanuri (2000):

O estabelecimento das escolas destinadas ao preparo específico dos professores para o exercício de suas funções está ligado à institucionalização da instrução pública no mundo moderno, ou seja, à implementação das ideias liberais de secularização e extensão do ensino primário a todas as camadas da população. É verdade que os movimentos da Reforma e Contrarreforma, ao darem os primeiros passos para a posterior publicização da educação, também contemplaram iniciativas pertinentes à formação de professores. Mas somente com a Revolução Francesa concretiza-se a ideia de uma escola normal a cargo do Estado, destinada a formar professores leigos, ideia essa que encontraria condições favoráveis no século XIX quando, paralelamente à consolidação dos Estados Nacionais e à implantação dos sistemas públicos de ensino, multiplicaram-se as escolas normais (Tanuri, 2000, p.62).

A primeira Escola Normal brasileira foi criada na Província do Rio de Janeiro, pela lei nº 10, de 1835; a experiência se repetiu em outras províncias, sendo criadas instituições semelhantes: em Minas Gerais, em 1835; na Bahia, em 1836; em São Paulo, em 1846; em Pernambuco e no Piauí, em 1864; em Alagoas, em 1864; em São Pedro do Rio Grande do Sul, em 1869. Mas as escolas iam sendo fechadas por falta de alunos, precariedade da infraestrutura dos prédios e material, falta de professores, descontinuidade administrativa nas medidas de criação e fechamento. “A primeira escola normal do Brasil teve duração efêmera, sendo suprimida em 1849” (Tanuri, 2000, p. 64). Nos períodos de inexistência das escolas normais, o problema de recrutamento de professores (Tanuri, 2000, p. 66) acabava por ser resolvido através de concursos ou exames, desprovidos do rigor da qualificação

necessária, fazendo a escolha dos candidatos limitada às “indicações protecionistas partidárias”.

Com a prioridade na formação a reforma geral pública acontece inicialmente no programa da Escola Normal, e o decreto de 12 de março de 1890 vai exigir a criação de novas cadeiras, além do preparo prático dos alunos, exercícios práticos de ensino, que seriam fixados no treino específico em ambiente adequado: a escola modelo. Uma contradição ao mesmo tempo, parecia acontecer “ao arquiteto do porvir”, havia certo controle da profissão pelo governo, de acordo com Souza (1998), pois, nesta época consolidam-se o nascimento dos manuais de orientação do trabalho docente, ficando visível a interferência direta do governo no trabalho dos professores. Tudo era indicado nos manuais: o que ensinar, como ensinar; e os conteúdos em sequência, e que deveriam ser seguidos com rigor; sendo os professores fiscalizados pelos diretores e inspetores. As autoridades do ensino público definiam e tornavam obrigatória a adoção de métodos para o ensino de leitura, de práticas e de concepções pedagógicas importadas dos países mais adiantados.

As revistas pedagógicas impressas eram veículo importante de formação indireta dos professores, como, por exemplo, a revista *A Escola Pública de Ensino* e os Anuários do Ensino do Estado de São Paulo, que veiculavam conteúdos de ensino e da metodologia, saberes legítimos, que representavam conhecimentos pedagógicos autorizados a serem aplicados e ensinados.

Junto a esse panorama de valorização e desvalorização do professor, indicando a falta de autonomia profissional, exigindo do governo a administração de meios de fiscalização da formação e atuação docente das escolas idealizadas no projeto, outras dificuldades pareciam influenciar a condução direta da administração pública. De acordo com Bertonha e Machado (2008), em meados do século XX, para se concretizar a reforma republicana do ensino paulista e para atender a instrução primária gratuita e leiga para todos, o governo permitiu que diversos tipos de escolas, em todos os níveis, fossem implantados, o que passou a constar em 1894 sobre o Curso Preliminar e o Complementar.

Desta forma, as escolas instaladas na zona rural e nos bairros populares, eram responsáveis pela escolarização de um significativo contingente da população brasileira, que na prática não tinha acesso às escolas modelos, os grupos escolares, as escolas primárias modelo, em São Paulo.

Para ilustrar, Reis Filho (1981, p. 116) afirma que o “Curso Preliminar⁴² compreendia as seguintes categorias de escolas: escolas preliminares, grupos escolares, escolas intermediárias, escolas provisórias, escolas ambulantes, escolas noturnas”. De fato, havia sido definido na legislação e na ação governamental uma filosofia e uma política educacional para atender a difusão do ensino público a todos. Para tal, previa-se a criação de vários tipos de escolas e com isso professores de vários tipos de escolas, com vencimentos, condições de trabalho, formação e ingresso na carreira, regulados de forma diferente.

Essa realidade representava desafios para a condução de uma educação de qualidade que a Reforma da Instrução Pública assim visava, e nos faz suscitar questionamentos sobre a formação e profissionalização docente. Reis Filho (1981, p. 123) apresenta, as diferenças nos vencimentos dos professores, no quadro seguinte:

Vencimento dos professores em contos de réis
Professor de Escola Preliminar: 3:600\$000
Professor de Escola Intermédia: 2:400\$000
Professor de Escolas Preliminares: 2:400\$000
Professor Interinos de Escolas Provisórias: 1:800\$000
Professores Substitutos: 1:200\$000

Quadro 4 - Vencimento dos professores em contos de réis

Fonte: Elaboração própria, com base em Reis Filho (1981)

Como afirma Souza (1998, p. 69), “a dualidade de escolas de formação”, entre Escola Normal e a formação permitida nas escolas complementares, manifesta a paradoxal política educacional de formação, no qual as diversidades de escolas e “a convivência de instituições de excelência com instituições precárias” apontavam enormes problemas na difusão de uma educação popular de qualidade. Como dar conta da urgência da formação de novos professores para muitas escolas? Escolas diferentes com formações diferentes.

Anália Franco, neste contexto, criou o Liceu Feminino, o curso de formação de professoras para um segmento ainda não atendido pela Reforma, o de alunos e órfãos antes dos 7 anos. Uma instituição ligada à Associação, cujo trabalho estava

⁴² Para saber mais sobre o curso Preliminar e o Complementar que compreendia o ensino primário, sugerimos a leitura do livro, A Educação e a Ilusão Liberal de Casemiro dos Reis Filho.

além da assistência social, havia o objetivo de imprimir um cunho pedagógico às casas maternais.

3

As instituições de assistência à criança desamparada - as diferentes identidades e o projeto diferenciado de atendimento pedagógico das casas maternais da AFBI

A recém-inaugurada República com o ideal nacionalista junto ao lema da ordem e do progresso apresentava uma dicotomia real e visível entre o crescimento e a industrialização das cidades e a crise social, proveniente da crescente pauperização das camadas populares. O processo da abolição dando a liberdade sem a garantia social aos libertos, a industrialização e os meios de produção valorizados em detrimento do trabalho assalariado geravam questões sociais, que emperravam o programa da educação pública para todos.

Ao mesmo tempo em que o progresso das cidades gerava o otimismo e a compreensão de que era a ciência o meio mais eficaz para o processo civilizatório, a pobreza urbana era evidente e visível diante da remodelação dos espaços públicos na Belle Époque.

A criminalidade se avolumara no cotidiano das cidades. Segundo Santos (2020, p. 214), o menor de idade estava presente junto às ocorrências dos crimes, nas estatísticas. “Entre 1900 e 1916, num contingente de dez mil habitantes, o coeficiente de prisões por furto, roubo, vadiagem, embriaguez, ferimentos, defloramentos era de 307,32 de maiores e 275,14 de menores”.

Na revista de Anália Franco, *Album das Meninas*, de 31 de outubro de 1898, a citação de um poema de Amélia Rodrigues, cujo título é “O vagabundo”, registra a recorrente preocupação da cidade com o grande número de menores criminosos, que ameaçavam a ordem pública e a tranquilidade das famílias paulistanas.

O dia inteiro pelas ruas anda.
Enxovalhado, roto indiferente:
Mãos aos bolsos olhar impertinente,
Um machucado chapeuzinho a banda

Cigarro à boca, modos de quem manda,
Um dandy de misérias alegremente,
A procurar ocasião somente
Em que as tendências bélicas expanda
E tem doze anos só! Uma corola
De flor mal-desabrochada! Ao desditoso
Quem faz a grande, a peregrina esmola

De arranca-lo a esse trilho perigoso,
De atira-lo p'ra os bancos de uma escola?!

Do vagabundo faz-se criminoso
(ALBUM DAS MENINAS, 1898, p.156.)

Em meio à Reforma Instrutiva, preocupada com a educação e a formação da sociedade brasileira havia um grupo, uma parcela da população em situação de abandono. A pobreza, a miséria e as crianças desamparadas excluídas do projeto, tornaram-se problema de governo, sugerindo medidas de ação de um Estado que passa a protetor, incentivando e subvencionando a criação de instituições destinadas à assistência aos pobres, estabelecendo ações jurídico-assistenciais de correção e regeneração⁴³.

A trajetória da assistência social à infância no Brasil se constituiu, segundo Marcílio (1998, p. 71-73), “de algumas fases que podem ser consideradas semelhantes às ocorridas na Europa: da fase piedosa e caritativa da Idade Clássica para a atual fase do Estado da Previdência ou do Estado do Bem-estar Social”.

Tradicionalmente, as instituições infantis estão, desde o início da história das crianças no Brasil até a Constituição de 1988, atreladas à caridade e filantropia para as crianças pobres, e os jardins de infância para as crianças ricas. Assim, temos na história das crianças e das instituições que a elas se dirigiam algumas características: as indígenas eram alvo da catequese dos padres jesuítas, no início da colonização do Brasil; as crianças da roda dos expostos, brancas, negras ou mestiças, enjeitadas e abandonadas, recebiam, segundo Guimarães (2017, p. 7) “no máximo – pelas câmaras municipais –, uma verba dada às amas de leite e criadoras, para que fossem criadas por elas até aos 9 anos de idade” – porque, de fato, o Estado não tinha até então, participação na assistência, não criava instituições e nem regulamentava as poucas existentes.

A filantropia e a caridade compartilhavam os mesmos objetivos: impedir o afundamento da ordem social, a supressão da pobreza, visando a melhoria da situação dos operários e de seus filhos, através de uma ação pedagógica educativa.

⁴³ Regeneração – é o termo que ficou conhecido no processo de modernização moral e física do espaço urbano, no final do século XIX e início do século XX. O termo estava vinculado a discursos sobre higienização, como sinônimo de civilização, saúde e progresso. Para resolver o problema dos menores tidos como vadios, ociosos e abandonados na capital do Estado, um projeto de lei número 33 no ano de 1893 foi criado por Paulo Egídio prevendo a criação de um asilo para recolher os menores e dar a eles instrução elementar e o aprendizado de um ofício, no caso instrução industrial em oficinas.

Para saber mais: A regeneração pelo trabalho: o caso do Instituto Disciplinar em São Paulo (1903-1927) (Fonseca, 2008)

<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao33/materia02/>

De acordo com Rizzini (2004, p. 22), no Brasil, “a internação de crianças e jovens em instituições asilares tem uma longa tradição. Colégios internos, seminários, asilos, reformatórios, entre outras modalidades institucionais fizeram parte da vida de crianças ricas ou pobres”. Para Kuhlmann (1991, p. 18), “há uma diversidade de causas que apontam a existência dessas instituições assistencialistas”, articulando a infância a questões jurídico-políticas, médico-higienistas, religiosas e empresariais. A categoria jurídica tem um caráter eminentemente social e político.

Da teoria utilitarista do movimento filantrópico do século XVIII que vinculava as vantagens do aprendizado profissional para crianças abandonadas para a teoria da ordem e da disciplina social, relativas à saúde e ao bem-estar social, os sentimentos de caridade eram substituídos pelas ideias de ações de controle das pessoas de modo racional e inteligente.

Entre as medidas pensadas para coibir a “vadiagem” dando assistência aos “desvalidos”, o ensino de um ofício, uma educação profissional voltada às camadas populares, começou a fazer parte das ações das instituições de filantropia e caridade em várias partes do país.

De acordo com Souza (2013), as políticas públicas de assistência, ao longo do tempo foram elegendo ações de prevenção ao invés de punição e a escola de treinamento de um ofício vai aparecendo como uma solução. Souza (2013) em sua pesquisa apresenta instituições que conjugaram assistência e aprendizagem profissional, afinal, proteger a infância não significava dar esmola, mas amparar, cuidar de seu desenvolvimento físico, intelectual e moral (Souza, 2013, p.24 apud Camara, 2010, p. 145)

De acordo com Gondra e Schueler (2008):

Neste sentido, as autoridades competentes e o universo da filantropia percebiam os asilos como uma forma de assistência social, mas também como medida de controle social, posto que, freqüentemente, a população pobre e desassistida foi representada sob os adjetivos de “arruaceira, capoeira e delinqüente”. Deste modo, ao combinar rudimentos de instrução com aprendizagem profissional, assistiam, controlavam o mundo da “desordem” e, por tabela, ofereciam uma mão-de-obra minimamente disciplinada, qualificada e, sobretudo, farta e barata. Educados nestes termos, estariam sendo “úteis a si e a sua pátria” (Gondra e Schueler, 2008, p.108).

Desde o período imperial, já há no Brasil notícias de instituições que conjugavam o asilo e o aprendizado de ofícios aos órfãos desvalidos; como consta em pesquisa de Bediaga (2011) que analisa o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura e as ciências agrícolas de 1860. Nesta pesquisa encontramos que o

Asilo Agrícola, que acolhia órfãos desvalidos oriundos da Santa Casa de Misericórdia já ensinava aos seus internos, o ofício da lavoura, junto ao ensino das primeiras letras.

O Colégio dos Educandos Artífices (ou Casa dos órfãos), segundo Lima (2017), foi criado em 1856, em Fortaleza e seria o marco do início da efetivação de uma política pública voltada para a infância na cidade, registrando o projeto de amparo e formação para o trabalho. De acordo com a pesquisa apresentada pela autora, no século XIX já existiam em ao menos dez províncias, casas de educandos artífices, algumas, até fundadas em 1840 como a do Pará.

Anália Franco quando criou a AFBI também conjugava a assistência pedagógica ao ensino de um ofício. As oficinas da AFBI, citadas por Monteiro (1992) eram as oficinas de tipografia, de trabalhos manuais, de corte e costura, de flores, de enfermagem, de auxiliar odontológico, de escrituração mercantil e quando da compra da Colônia Romualdo, outras oficinas foram oferecidas como as de carpinteiro, agricultura, horticultura e floricultura.

Dizia ela que:

O que distingue a caridade inteligente da esmola vulgar é que uma com pouco faz muito bem, e que a outra com pouco não faz senão pouco bem ou talvez mal; uma multiplica o pão, a outra desperdiça ou talvez o envenene. A verdadeira caridade não é acolher o desprotegido, mas promover-lhe a capacidade de se libertar. (Franco, 1898, p.79)

Embora asilos, orfanatos, casas de expostos, seminários, liceus e institutos representem tipos de estabelecimentos assistenciais diferentes, no que se refere à organização e complexidade, todos esses registram-se como grupos de um sistema pautado na criação, assistência e tutela de crianças pobres ou abandonadas.

Fonseca (2012) apresenta um quadro representativo dos estabelecimentos assistenciais infantis da cidade de São Paulo, entre os anos de 1825 e 1897. Na verdade, no século XIX existiam, por iniciativa de pessoas e organizações particulares, instituições para o amparo à infância pobre e abandonada e eram inspiradas nos ideários humanitário-cristãos ou não tinham conotação religiosa, pautavam-se nos ideários humanitário-filantrópicos.

Estabelecimentos assistenciais para a infância ativos na cidade de São Paulo entre 1825 e 1897

Período	Estabelecimento	Ano de fundação	Natureza	
1825	Roda e Casa de Expostos da Santa Casa de Misericórdia	1824/1825	Particular	
	Seminário de Educandos de Santana	1825 (extinto em 1868)	Público	
1873	Seminário de Educandas da Glória	1825	Público	
	Instituto de Educandos Artífices	1869 (extinto em 1880)	Público	
1892	Liceu de Artes e Ofícios	1873	Particular	
	Instituto D. Ana Rosa	1874	Particular	
	Asilo Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga	1885	Particular	
	Liceu Sagrado Coração de Jesus	1885	Particular	
	Orfanato de Santana	1892	Particular	
	1897	Colégio D. Carolina Tamandaré	1892	Particular
		Abrigo Santa Maria	1892	Particular
	Casa Pia São Vicente de Paulo das Damas de Caridade	1894	Particular	
	Orfanato Cristóvão Colombo	1895	Particular	
	Asilo de Órfãos Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga	1896	Particular	
Casa da Divina Providência	1896	Particular		
Asilo de Expostos da Santa Casa de Misericórdia	1896	Particular		
Casa da Divina Providência da Mooca	1897	Particular		
Asilo Bom Pastor	1897	Particular		

Quadro 5 - Estabelecimentos assistenciais infantis de São Paulo (1825 e 1897)

Fonte: Fonseca (2012, p. 81)

As condições de vida desses menores sinalizavam práticas de diferentes atendimentos de proteção à infância. Assim, o asilo dos expostos destinava-se a crianças abandonadas, fruto de união não legítima. A de órfãos abrigava menores cujos pais haviam falecido, e o asilo de crianças abandonadas era para “menores delinquentes”⁴⁴, recolhidos das ruas. Ou seja, o significado da palavra “asilo” expõe uma série de representações sociais, indicando um gênero de instituição, um tipo de criança, uma determinada classe social e uma forma de tratamento: mais assistencial e regeneradora.

As instituições de atendimento à criança, portanto, tiveram um movimento não linear, principalmente as que se referem ao segmento infantil. Os chamados “asilos se diferem das creches como instituições pré-escolares” (Kishimoto, 1988, p.18). Eram instituições criadas ora pelo viés da caridade, filantropia e assistencialismo, ora pelo viés da custódia e regeneração. Em relação ao perfil do “professorado” para essas instituições, podemos deduzir que era diversificado, devido às exigências para o trabalho peculiar de cada instituição.

⁴⁴ Infância abandonada que se contaminava pelo ambiente das ruas ou pelo convívio com pessoas de índole criminosa” (MOTTA, 1897, p.23 apud FONSECA, 2008),

De uma maneira geral, era a filantropia e a caridade, que representavam as instituições que atendiam as crianças pobres. As crianças da elite contavam com suas amas ou preceptoras⁴⁵, com a família por perto, ou mais tarde, vamos encontrá-las nos jardins de Infância, o de São Paulo, inaugurado em 1896.

O elitismo do Jardim foi identificado por Kishimoto (1988) em seu estudo sobre a pré-escola paulista, destacando que a justificativa para sua instalação era a de que havia a necessidade de atender ao grande número de crianças confiadas à governantas. Desde a primeira turma de crianças e por um longo período, o caráter de instituição pública modelo iria atrair as “melhores famílias” paulistas.⁴⁶

Os asilos e outras instituições de assistência à infância, como creches, eram vistos com preconceitos, pois estavam vinculadas a lugares de crianças pobres, assistidas socialmente. Nesse contexto, afirma Kuhlmann (1999, p. 73):

[...] havia, sim, uma distinção entre creche e pré-escola. O jardim de infância, criado por Fröebel, seria a instituição educativa por excelência, enquanto a creche e as escolas maternas – ou qualquer outro nome dado à instituição com características semelhantes às *Salles d'asile* francesa – seriam assistenciais e não educariam para a emancipação, mas à subordinação.

Desde sua criação, segundo Guimarães (2017, p. 10), na “vigésima sessão pública da Sociedade de Creche em Paris, em 13 de maio de 1877, que registrava o regulamento de uma creche no Estatuto das Creches”, dizia em seu primeiro artigo, que inspirou a versão brasileira, que a creche era uma associação caritativa ou filantrópica para crianças pobres menores de 2 anos, cujas mães trabalhavam fora do seu domicílio e tinham uma boa conduta.

Como nos diz Kuhlmann (2005, p. 68), “as manifestações relacionadas às instituições de educação infantil, sobre para onde iriam as crianças pobres, tem início no século XIX, porém, não há evidências de sua criação (pré-escolas) durante este período”. As primeiras iniciativas ocorridas no século XIX atenderam apenas às crianças privilegiadas, como no caso do jardim de infância, anexo à Escola Normal, criada em 1896.

A partir do século XX, a implantação de instituições para esse segmento infantil teve lento processo de expansão. A primeira creche de que se tem

⁴⁵ Preceptoras: encarregado da educação ou instrução de criança ou jovem, sobretudo quando este não frequenta a escola.

Para saber mais: <https://amodistadodesterro.com/preceptoras-brasil-sec-19/>

⁴⁶ Para saber mais: <https://ieccmemorias.wordpress.com/2011/02/26/o-jardim-da-infancia-caetano-de-campos/>

conhecimento no país foi, segundo Kuhlmann (2005, p. 182), para filhos de operários, no Rio de Janeiro. Operários da fábrica de tecidos Corcovado, inaugurada em 1899, mesmo ano da fundação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro. O IPAI, pelo médico Arthur Moncorvo Filho que no ano de 1929 contava com vinte e duas filiais pelo Brasil, onze com creche. Logo em seguida, em São Paulo, o autor cita que, em 1901, a Associação Feminina Beneficente Instrutiva de Anália Franco começou a organizar as escolas maternais e creches agregadas a asilos de órfãos, atingindo, em 1910, dezoito escolas maternais e dezessete creches-asilos em todos os estados. Em 1908, é inaugurada, em Belo Horizonte, a Escola Infantil Delfim Moreira, pela prefeitura.

Em São Paulo, a Reforma Instrutiva encontrava desafios para sua implantação; as escolas públicas primárias registravam condições diferentes de alunos, de material e de metodologia. Devido à heterogeneidade da população, das regiões do estado, as rurais, longe da capital, havia uma precária formação de professores e as escolas em seus espaços físicos eram diferentes dos padrões arquitetônicos “imagem de um templo do saber” dos grupos escolares da capital. Somado a esses desafios ainda havia uma parte das crianças fora dessas escolas: os negros, os pobres e “os miseráveis”.

Segundo Schueler (2009, p. 1) foi neste contexto que “uma rede de instituições educativas aparece assumindo finalidades de ensino”. Asilos e internatos para a infância adquiriram enorme relevância e foram criados em várias localidades do país por iniciativas diversas, tais como: indivíduos, grupos, associações leigas e religiosas.

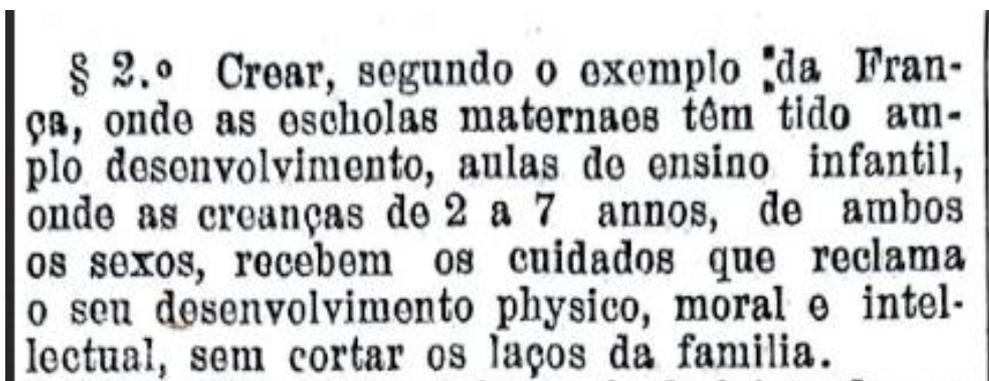
É nesse cenário, portanto, complexo e heterogêneo de iniciativas de instituições assistenciais que aparece Anália Emília Franco, uma mulher já conhecida pelo seu pensamento filantrópico⁴⁷. Suas ideias e ações estavam voltadas para a educação de órfãos e crianças abandonadas, homens desempregados e

⁴⁷ Segundo Lodi-Correa (2009, p. 35), “após 1871, com a Lei do Ventre Livre, Anália começa sua primeira atividade socioeducacional, educando crianças negras abandonadas e posicionando-se como abolicionista”. Preocupada com as crianças abandonadas que viviam a mendigar, ela as acolhe e na cidade do interior de São Paulo, Jacareí, com recursos próprios de sua atuação profissional, aluga uma casa e passa a residir com seus “alunos sem mães”, fundando sua primeira “escola maternal”. Conforme afirma Kishimoto (1988, p. 52), “em um bairro de uma cidade do norte de São Paulo, Anália instala, em um imóvel alugado, sua primeira Casa Maternal” para amparar as criancinhas trazidas à sua porta ou encontradas nas moitas e estradas. Mas pelo fato de reunir na casa crianças brancas e negras, a proprietária desfaz o contrato e pede a remoção da professora do lugar. Portanto, ela já tinha, certamente, a fama de filantropa.

mulheres marginalizadas, imprimindo elementos de moralidade, salientando a missão civilizadora da educação e do trabalho como inclusão social dos mais desprotegidos, que segundo ela representavam uma “chaga” nos corações dos homens civilizados.

Os projetos filantrópicos eram divulgados nas revistas femininas e na revista de sua propriedade, *Album das Meninas*, que apresentavam apelos às jovens e senhoras para que a indiferença e a apatia sobre as questões sociais presentes na sociedade as despertassem do “dever imprescindível” de torná-las “operárias do progresso” educando pela moral e instruindo através dos conhecimentos a todos os excluídos do progresso almejado. A revista *Album de Meninas* teve segundo Lodi-Correa (2009), seu primeiro exemplar circulado em 30 de abril de 1898 e de acordo com a pesquisa de Chagas (2016), foi substituído pelo Jornal da Associação Feminina Beneficente, (AFBI) *A Voz Maternal*.

A AFBI, quando fundada, cria as escolas maternais que tinham influência, como nos diz o artigo 1, parágrafo 2º do estatuto da Associação, do modelo francês, cuja finalidade pedagógica era pautada na cultura moral e intelectual.



§ 2.º Criar, segundo o exemplo da França, onde as escolas maternas têm tido amplo desenvolvimento, aulas de ensino infantil, onde as crianças de 2 a 7 annos, de ambos os sexos, recebem os cuidados que reclama o seu desenvolvimento physico, moral e intellectual, sem cortar os laços da familia.

Figura 9- 1º do Estatuto da Associação Feminina Beneficente Instrutiva do Estado de São Paulo. Aprovado em Assembleia Geral aos 17 de novembro de 1901

Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo

Segundo Kishimoto (1988, p. 52), Anália Franco “foi a primeira educadora a utilizar termos como “creches” e “escolas maternais” para denominar suas instituições destinadas à infância”. Para a autora, algumas características diferem suas instituições de asilos infantis ou orfanatos; essas características se aproximam dos estabelecimentos especializados em educação infantil, além disso, “os estabelecimentos de Anália Franco recebiam as asiladas que cursavam a escola de

formação de professores, denominada Liceu, que tinha como função preparar profissionais para a docência nas creches e escolas maternas da rede de ensino de Anália” (Kishimoto, 1988, p. 55)

Kishimoto (1988) também considera as dificuldades de ordem pedagógica que Anália Franco provavelmente teve na organização das creches e escolas maternas.

[...] para atender crianças com mais de 7 anos, não absorvidas pelos grupos escolares, Anália acaba misturando em uma mesma sala crianças de diferentes idades, prejudicando o trabalho [...] na prática suas escolas maternas não passam de asilos para abrigar crianças de diferentes idades. As dificuldades de ordem pedagógicas originam-se também da ausência de professores especializados. Geralmente sob a supervisão de leigos ou docentes que recebem pequena formação no Liceu. (Kishimoto, 1988, p. 30).

De fato, Anália Franco dá este depoimento no Relatório da Associação de 1910:

Há muito que ardentemente desejávamos que as nossas Escolas Maternas fossem organizadas como a dos outros países, isto é, tão somente como creanças menores de 7 annos, afim de que melhor fossem aproveitados os nossos methodos de ensino destinados à classe infantil, infelizmente, porém, a aglomeração de creanças maiores de 7 annos, que ficam fora da matrícula nos grupos escolares, vinham perturbar a marcha dos trabalhos escolares prejudicando o ensino infantil. (Franco, 1911 apud Kishimoto, 1988, p. 30).

O caráter educativo para o desenvolvimento da criança nessa faixa etária visava desconfigurar as instituições do conceito estigmatizado de asilo como instituição de crianças pobres para assistência social. Tal processo aconteceu nas escolas maternas na França, que passaram a denominar essas instituições, de casas maternas, pois priorizavam o pedagógico no trabalho com as crianças, enunciando os métodos e técnicas para o desenvolvimento psíquico, intelectual e moral das crianças na fase pré-escolar. Para Anália Franco:

[...] escolas maternas só tem por fim iniciar as creanças nos primeiros rudimentos do ensino, enfim o seu plano é tão somente educar a creança e encaminha-la nos seus primeiros passos para entrarem nos grupos escolares com um pequeno preparo que lhes facilite nos trabalhos do 1º anno. (Franco, 1913 apud Kishimoto, 1988 p. 29).

No próximo item buscamos compreender como ocorreu o fenômeno da criação das *ecoles maternelles* na França, o modelo seguido pela AFBI no Brasil, por Anália Franco.

3.1 Educação maternal – seu conceito e evolução

O pensamento educacional pedagógico sobre a criança e seu desenvolvimento é relacionado, de acordo com Bigge (1977, p. 33), a Jean Jacques Rousseau (1712-1778), que mais tarde iria ser associado ao reformador educacional suíço, Heinrich Pestalozzi (1746-1827), e ao filósofo e educador, Friedrich Fröbel (1782-1852).

Segundo Kishimoto (1988, p. 10), “mais de 200 anos antes do Kindergarten⁴⁸ froebeliano, Comenius (1637) já esboçava um plano de escola maternal”, prevendo um processo de aprendizagem pelo exercício dos sentidos. Mas eram tempos que apesar das teorias sobre a criança considerarem o lugar de amparo, proteção e cuidados, procurando o favorecimento de um desenvolvimento saudável na infância, na prática existe uma “diferença entre o mundo que a criança deveria ter ou ser, do mundo em que ela vive ou no mais das vezes sobrevive.” (Priore, 2020, p. 8).

A partir do século XIX, as teorias sobre o lugar da infância⁴⁹ passam a ser cada vez mais tratadas como científicas e farão parte dos programas educativos para professores, manuais e impressos pedagógicos, tanto na França quanto no Brasil.

Para Fröbel e Pestalozzi, o papel da mulher/mãe, enquanto educadora, é relevante. As famílias, especialmente as mães, recebiam, de modo sistemático, orientações pedagógicas, higiênicas, ou seja, os cuidados na educação das crianças. Segundo Kishimoto e Pinazza (s/d, p. 55), Fröbel sistematizou um curso para mães e educadores (pais e comunidade), pensando no papel do brincar nas conexões entre os adultos e as crianças, na educação no ambiente doméstico e no jardim de infância. Ele diferenciava o jardim de infância do ensino fundamental. As autoras citam a obra “*Education by development*”, de Fröbel, de 1899, para citar o plano do curso de formação de professores para o segmento, cuja meta era a de desenvolver e educar a criança para o começo de sua instrução, tendo a mulher como auxiliar educacional em casa e as educadoras no primeiro estágio da infância, fora do ambiente doméstico.

⁴⁸ Do alemão, “jardim para crianças”. Termo criado pelo alemão Friedrich Fröbel (1782-1852).

⁴⁹ Para saber mais: As Concepções de Infância e as teorias educacionais modernas e contemporâneas, artigo de Ghiraldelli Jr, 2001
<https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/3680/2078>

Segundo Kishimoto (1988, p. 27), o termo “escola maternal” foi criado em 1848, na França, pela inspetora Pape-Carpantier para denominar as salas de asilo; termo muito desgastado, que representava guarda e depósito de crianças pobres. A mudança do nome, criado por Pape-Carpantier, demonstrava o caráter educativo que as escolas maternas deveriam ter, objetivando o desenvolvimento integral da criança. Apesar do decreto de 2 de agosto de 1881 orientar os objetivos da mudança do nome, na prática, essas instituições ainda sofreram preconceito generalizado, relacionando as escolas maternas a crianças pobres e abandonadas.

De acordo com Bastos (2010, p. 15), “no século XIX, Friederich Froebel e Marie Pape-Carpantier tiveram uma significativa importância para a educação da criança de 2 a 6 anos, no Brasil”. A influência da educadora na propagação do método intuitivo⁵⁰ para a educação dos sentidos era o método pedagógico destinado à educação infantil nas salas de asilo.

As obras de Pape-Carpantier, de acordo com Bastos (2010):

foram expostas na Exposição Pedagógica do Rio de Janeiro, em 1883, e fizeram parte do acervo da Associação Mantenedora do Museu Escolar Nacional (1883-1890) e do Pedagogium⁵¹ (1890-1919) e da Escola Normal da Província do Rio de Janeiro” (Bastos, 2010, p. 17).

Em 1833, Carpentier cria uma sociedade filantrópica e literária, cujo objetivo era o de contribuir para a melhoria da educação do povo da cidade. Funda uma sala de asilo para cuidar de crianças de 2 anos e meio, com a orientação de professoras que a iriam prepará-las para entrar nas diferentes escolas públicas. Essas salas de asilo, que funcionaram com este nome até 1881, seriam, depois do decreto-lei de

⁵⁰ O método intuitivo utilizava os objetos como suporte didático e os sentidos possibilitavam a produção de idéias, iniciando do concreto e ascendendo à abstração. Os sentidos deveriam ser educados para obter o conhecimento, passando da intuição dos sentidos para a intuição intelectual. https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_metodo_de_ensino_intuitivo.htm

⁵¹ O Pedagogium foi criado pelo decreto n. 667, de 16 de agosto de 1890, no contexto das reformas educacionais promovidas pelo ministro Benjamin Constant. Subordinado à Inspeção-Geral de Instrução Primária e Secundária da Capital Federal, integrava a estrutura da Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos e tinha por finalidade promover reformas e melhoramentos na educação nacional, através da formação profissional e o aperfeiçoamento de professores públicos e particulares. Como forma de alcançar tais objetivos, a instituição deveria organizar um museu pedagógico, promover conferências e cursos científicos, concursos para os livros e material das escolas públicas primárias, exposições escolares anuais, criar gabinetes e laboratórios para o estudo de ciências físicas e história natural, instituir classes de desenho e trabalhos manuais, dirigir uma escola primária modelo e publicar a Revista Pedagógica. Para saber mais:

<http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/604-pedagogium>

22 de dezembro de 1837, chamadas de “escolas maternais”. As escolas maternais eram escolas da primeira idade, destinadas aos filhos de mulheres trabalhadoras.

Pape-Carpantier escreveu vários livros, algumas obras foram premiadas, como *Préludes*, obra premiada por medalha do Congresso Científico da França, *Enseignement pratique dans les écoles maternelles* ou *Premières leçons a donner aux petits enfants, suivies de chansons et de jeux pour les récréations de l'enfance*, obra premiada pela Academia Francesa, e *Histoires et leçons de choses*, que estimula o pensamento e o trabalho, também premiada pela Academia Francesa.

Ainda escreveu manuais escolares para as salas de asilos, como, por exemplo, a obra *Manuel des salles d'asile* (1833), paradigma da pedagogia infantil, referendado pelo Conselho de Instrução Pública.

Em 1847, ela foi convidada para recrutar e formar diretoras para as salas de asilo, a *Maison d'Estudes*. Da mesma forma, Anália Franco, ao fundar o liceu quis formar diretoras para as casas maternais da AFBI.

Em 1868, Carpentier foi nomeada delegada-geral para a inspeção das salas de asilo e instrução de pessoal.

Conhecer a produção literária de Carpentier e seu percurso profissional nos remete à compreensão de suas ideias e influências nas iniciativas educacionais no Brasil. De acordo com Monteiro (1992, p. 47), “Anália adota o modelo francês em suas escolas maternais”. E Kishimoto (1988, p. 29) afirma que o modelo francês prima pela educação moral e intelectual, como verificaremos mais adiante quando tratarmos do currículo das escolas maternais da AFBI.

O fato é que no Jornal *A Voz Maternal*, de 1º de fevereiro de 1904 (p. 3), sob o título “Bibliothecas Escolare”, encontramos a professora Anália Franco, afirmando as suas preferências quanto a obras metodológicas, que gostaria de ter nas bibliotecas da AFBI, as obras de Carpentier.

As bibliothecas do Lyceu e escolhas maternas com quanto tenham tido um grande desenvolvimento, com os 200 volumes, alguns em bom estado, que por ordem do exmo sr. dr. Bento Bueno, nos foi entregue pelo sr. dr. Oscar Thompson ainda assim muito deixam a desejar visto que para as escolhas maternas necessitamos de livros especiaes, conforme o methodo de Maria Pape Carpentier, o ensino pelos olhos. (Franco, *A Voz Maternal*, fevereiro 1904, p. 3).

O modelo francês era o adotado nas escolas maternais da AFBI, e as turmas eram, portanto, de acordo com Monteiro (1992), distribuídas em duas turmas: de 2 a 4 anos e as turmas dos maiores de 5 a 7 anos. As “casas maternais” ou “escolas

maternais”, criadas no Brasil por Anália Franco, por influência de Carpentier, tinham como objetivo não só a mudança do nome das salas de asilo – que somente em 1879, por insistência da educadora Pauline Kergomard, começou a ser usado na França –, mas o caráter educativo dado a esse tipo de instituição infantil, ou seja, o enfoque do desenvolvimento pedagógico na “educação infantil”.

Não é só proteger e asilar a criança, mas a proposição de uma educação de desenvolvimento integral, a educação dos sentidos, o desenvolvimento intelectual, a aquisição de hábitos e o atendimento às diferenças individuais.

No folhetim do *Diário de Notícias do Rio de Janeiro*, de 2 de fevereiro de 1871, edição de nº 154, observamos o articulista explicando o significado de “educação maternal”, segundo ele, ainda pouco compreendido pela maior parte das mães. Longe de se pensar em instituições educativas para esse segmento, o artigo defende um sistema de uma primeira educação, apresentado e desenvolvido na França, que ressalta a missão da mãe de educar seus filhos para uma “educação sensível, não fraca, cheia daquela prudência que acompanha sempre os bons sentimentos. Pensando como Rousseau que o maior motor do aperfeiçoamento do coração é a mulher e principalmente a mãe.” (Pereira, 1871, p. 1).

Para o autor, privar a criança do seio doméstico, colocando-a em um colégio interno desde pequena não é garantia de uma “brilhante educação.”

A educação da alma se recebe no lar doméstico pelo exemplo e pelo hábito e a educação da inteligência se recebe no colégio. [...] E a mulher deve tomar como afim sua sublime missão. A educação maternal fortifica e desenvolve na criança bons sentimentos, evitando-lhes más intenções, mostrando-lhes o que há de belo no mundo e de grandeza no seu Criador, senão o ente que se lhe acha ligado pelos laços puros e indissolúveis do amor maternal? [...] É que a mulher é a criação sublime de um riso do eterno soberano, é o oásis delicioso no árido deserto da vida, é o néctar celeste que faz esquecer o absinto da desesperação. [...] É que das três missões divinas confiadas à mulher, a de mãe, constitui a felicidade eterna do homem. (*Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 1871).

Posteriormente, em pesquisa na hemeroteca digital sobre o termo “educação maternal”, nos períodos 1880 a 1889, o conceito começa a ser direcionado à ideia de uma instituição, se referindo a um estabelecimento que atenderia as crianças antes da escolaridade. Como vemos no anúncio abaixo, retirado do *Jornal do Commercio*, de domingo, 21 de março de 1880.

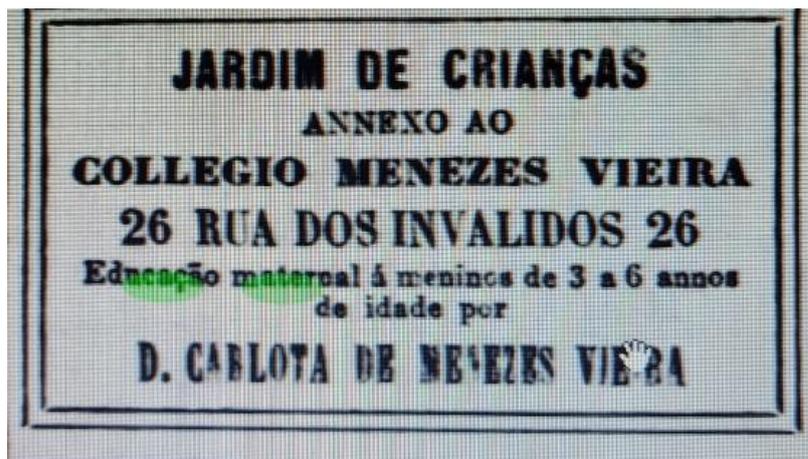


Figura 10 - Foto da propaganda de jornal sobre escolas maternas

Fonte: Hemeroteca Digital BN http://memoria.bn.br/docreader/364568_07/477

Vemos, portanto, que o conceito de educação maternal foi se modificando em relação às mudanças sociais e econômicas que vão se constituindo ao longo do tempo. O progresso industrial, as relações de trabalho, a exigência da mão de obra feminina, a profissionalização da mulher e os novos conceitos sobre a infância foram apontando diferenças em relação ao atendimento pedagógico que deveria ser dispensado ao segmento infantil.

Inicialmente, a educação maternal foi um termo usado para caracterizar a pedagogia do cuidado e da educação para crianças dessa faixa etária, ressaltando o papel das mães para o que se esperava delas na educação. Vários manuais e orientações criadas por Pestalozzi, Fröbel, Carpantier e por Anália Franco, no Brasil, tinham esse objetivo, o de orientar as mães para essa tarefa de desenvolver em seus filhos uma educação dos sentidos, nos diálogos e nas experiências dentro do lar.

É preciso, pois, começar pela educação da mulher, proporcionando-lhe uma cultura moral e intellectual mais elevada e mais completa, afim de que ella possa ocupar-se com especial cuidado da educação, da infância, ensinando a seus filhos os primeiros rudimentos de todos os conhecimentos humanos. (Franco, 1898, p. 148).

A mulher assumindo o sagrado título de mãe, necessariamente há de exercer uma influência poderosa sobre os destinos da família, e é ella quem tem de implantar no coração dos seus filhos, com a mesma feição característica, as ideias e conhecimentos que lhe foram inculcadas. (Franco, 1900, p. 1).

Posteriormente, esse tipo de educação começa a ser compartilhado junto às instituições como creches e escolas maternas, reivindicado pelas mulheres, na luta por direitos iguais.

É, pois, indispensável que procuremos o meio de aliviar os braços e os cuidados da mulher laboriosa, para que possa mais livremente trabalhar. As creches, segundo a frase de um grande escriptor, corresponde a uma palpitante necessidade, prehenchem um fim altamente humanitário, christão e civilizador. [...] Pelas suas gloriosas tradições S, Paulo tem sido a terra das grandes iniciativas, dos commetimentos mais arrojados no heroísmo na dedicação e no trabalho, além disso este povo tem tido sempre uma virtude que o recommenda e o engrandece, é a beneficência, por isso temos esperança e confiamos que a luz serena do bem alumie o pensamento commum de todos para a realização da benéfica instituição das creches que ainda não existe entre nós e assim provará nossa cara pátria que nunca mentiu na iniciativa dos pensamentos elevados. (Franco, 1898, p. 79).

Os manuais para professores e uma formação de professores para esse segmento começaram a fazer parte das preocupações dos educadores que também criaram espaços de formação para professores da educação maternal.

No anuário de São Paulo de 1910, o relatório do inspetor escolar Theodoro de Moraes apresentava suas considerações sobre a importância de o governo pensar nas escolas maternas como preparatórias para um bom aproveitamento do aluno quando esse ingressar nas classes preparatórias. Anália Franco já havia criado suas escolas maternas ligadas à AFBI desde 1901.

Responderá a uma necessidade do ensino a criação de classes preparatórias anexas aos grupos escolares?

Tivemos a ocasião de frizar, no começo deste relatório, a inconveniência de se admitirem a matrícula nas classes de 1º anno do curso preliminar, crianças abaixo de 7 annos de idade. [...] apontamos o mal que a criança de menos de 7 annos vem a sofrer lançada, assim de chofre, sem preparo anterior, numa classe comum, onde é submetida a um regime exhaustivo que o seu desenvolvimento ainda não pôde suportar. [...] a criança é por esse tempo, incapaz de permanecer com o grau de atenção e na immobildade que a instrucção propriamente dita exige.

[...]

Dentre os exercícos intellectuaes que Figuram no programma do 1º anno dos grupos escolares, a leitura exige um vigor que o espírito da criança só adquire aos 7 annos. [...] são precisamente alumnos de menos de 7 annos que augmentam a porcentagem dos repetentes nessa disciplina. [...] Si há classe que o alumno não deve nunca repetir é a do 1º anno. [...] Tudo isso nos está indicando que precisamos agir de modo a evitar todos esses malefícios actuaes. [...] A segunda infância, este período que se estende dos 3 aos 7 annos, é essencialmente uma phase de preparação e treinamento. [...] É com esse proposito que se apparelham os paizes, cuja educação nos serve de paradigma: é para a garantia deste preparo, destes exercícos pre-escolares, que os francezes tem as suas écoles maternelles. [...] Sobre o espírito dessas escolas

maternaes, passamos a resumir o que nos ensina Mme. Paulina Kergomard, a inteligente sucessora de Mme. Pape-Carpantier. (Anuário, 1919, p. 29).

O programa do qual falava o inspetor deveria abranger exercícios que desenvolveriam diversas faculdades, fazendo as crianças sentirem o prazer do trabalho, regulando lições e recreios, sem fadiga, sem constrangimentos, sem excesso de aplicação. O programa começa por exercícios físicos, a criança exercitava as pernas, os braços, a voz, os sentidos, pelos jogos, pelos movimentos graduados, pelos cantos; “adestra as mãos” e desenvolvia o gosto pelos exercícios manuais. As brincadeiras, junto aos demais colegas, colaboravam no aprendizado de vida em sociedade. As regras e noções de moral pretendiam preparar as crianças a serem disciplinadas, generosas, respeitosas junto aos seus pais e mestres. Considerava ser este aprendizado o saber que antecedia o conhecimento da leitura e da escrita. E terminava o inspetor suas argumentações, registrando que era sob esse regime que desejaria ver anexada aos grupos escolares essas classes preparatórias.

3.2

A ideia toma forma – A Associação Feminina Benéfica Instrutiva

A Associação Feminina Benéfica Instrutiva (AFBI) de São Paulo foi fundada em novembro de 1901. É possível que Anália Franco tenha se inspirado ao criar a AFBI, na Associação das Damas da Caridade, pois na Revista *Album das Meninas* de 31 de agosto de 1898, ela assina o artigo “Uma Associação Utilíssima”, que inicia a edição do ano I n.5 da coleção. No artigo, Anália Franco enaltece essa sociedade católica ao conhecer sua missão, quando esteve na assembleia geral das Damas da Caridade⁵², no dia 24 de julho de 1898, a convite de uma delas, cujo nome não conseguimos encontrar. O objetivo desta Associação era o de amparar os “meninos indigentes abandonados à vagabundagem” (Franco, 1898, p.97).

⁵² Associação das Damas de Caridade de São Vicente de Paulo existe ainda hoje e se encontra na rua: Alameda Barros, 539 em Santa Cecília - São Paulo. Esta organização faz parte das ações da Arquidiocese de São Paulo e segundo a página encontrada no arquivo de São Paulo, a associação cujo nome anterior era Associação Internacional da Caridade foi fundada por São Vicente de Paulo em 1617, tendo por objetivo a assistência e promoção da pessoa humana, sobretudo aos mais pobres e excluídos da sociedade.

<https://arquisp.org.br/organizacao-pastoral/coordenacao-pastoral-do-laicato/associacao-das-damas-de-caridade-de-sao-vice-de-paulo>



Figura 11 - Fachada da atual Universidade Cruzeiro do Sul, antiga sede da AFBI

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

De acordo com Monteiro, (1992, p.69) “O grupo de mulheres ilustres que se juntaram na sociedade para a fundação da AFBI em dois meses atingiu 2 mil signatários de nacionalidades e crenças diversas”.

Os sócios, de acordo com o capítulo II do Estatuto da AFBI eram divididos da seguinte forma: sócios efetivos, filiados, diplomados, beneméritos e remidos. Os sócios efetivos eram compostos por cavalheiros e senhoras que aceitavam o estatuto e eram residentes na capital. Os filiados eram os que contribuía nas mensalidades, mas residiam fora da cidade. Os sócios correspondentes, eram os filiados que trabalhavam na AFBI. Os sócios diplomados eram aqueles que além da mensalidade, pagavam por uma joia no valor de 5\$000. Os sócios remidos eram os que pagavam uma só vez, o valor de 150\$000 para o Asilo. E por fim, os sócios beneméritos eram aqueles que faziam valiosos donativos à instituição.

As sócias efetivas deveriam contribuir com as mensalidades, aceitar os cargos a que tinham sido nomeadas e comparecer às assembleias gerais, ordinárias e extraordinárias da AFBI.

No ano de 1903, o jornal *Correio Paulistano de São Paulo* noticiou a composição da diretoria da AFBI.

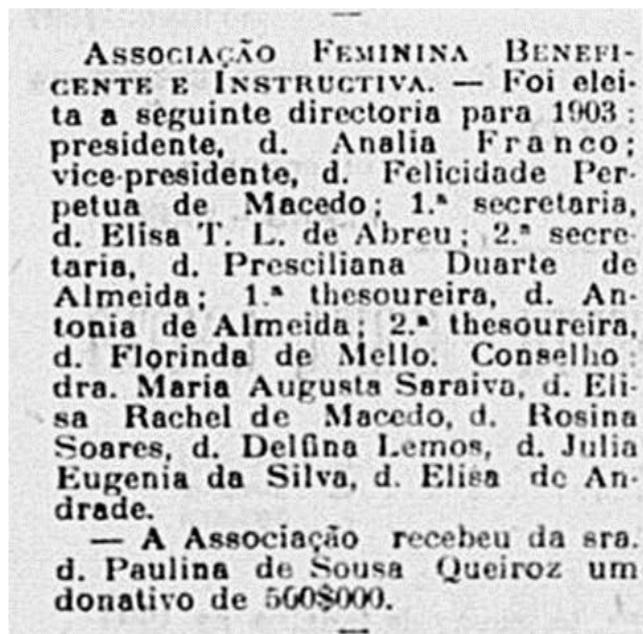


Figura 12 - Foto da matéria de jornal sobre a notícia da eleição da diretoria da AFBI de São Paulo

Fonte: Hemeroteca Digital BN. http://memoria.bn.br/DocReader/090972_06/2416

Ao pesquisar pelos nomes das associadas que compunham a diretoria junto a Anália Franco, quando presidente, conseguimos algumas informações sobre a vice-diretora⁵³, Felicidade Perpétua de Macedo⁵⁴, “aluna da Escola Normal de 1880 a 1882” (Dias, 2013, p. 180).” Era professora de Caligrafia e desenho da Escola Normal, nomeada em 1888 para a cadeira” (Dias, 2013, p. 188). No ano de 1906, Felicidade Perpétua pede aumento de gratificação pelo cargo. Foi também 2ª secretária da Cruz Vermelha da capital. A 1ª secretária da AFBI, D. Elisa T. L. de Abreu⁵⁵, foi professora ilustrada, poetisa e prosadora, que lançou o romance *A viúva Barros*. A 2ª secretária Prisciliana Duarte de Almeida⁵⁶, era membro da Academia Paulista de Letras e escritora, como Anália Franco, nos periódicos: *A Semana* (1902), *Educação* (1902), *A Crônica* (1908), *A Gazeta Artística* (1909) e fundadora da revista *A Mensageira*, na qual “Anália Franco escrevia como colaboradora”

⁵³ Embora tenha sido escolhido o sistema autor/data para referenciar as fontes, optamos por informar em notas de rodapé, junto aos nomes das pessoas apresentadas no texto, as edições de jornais em que localizamos as informações sobre elas, a fim de deixar o texto menos poluído e tornar a leitura mais fluida.

⁵⁴ Correio Paulistano (CP), 1906, ed. 15352; 1917, ed. 19.346.

⁵⁵ CP, 1900, ed. 13283.

⁵⁶ CP, 1915, ed. 18770.

(Dias, 2013, p. 467). Antonia de Almeida⁵⁷ era a 1ª tesoureira da AFBI e as informações encontradas na Hemeroteca Digital indicam que era professora, pois consta que em 1908, ela pede licença de sua função como professora. Florinda de Mello⁵⁸ era a 2ª tesoureira da AFBI e foi professora de um Grupo Escolar.

No Conselho da AFBI, estava Maria Augusta Saraiva⁵⁹, bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo; foi diretora do Colégio Paulistano e professora do Grupo Escolar. A outra conselheira, Elisa Rachel de Macedo⁶⁰, era professora da Escola Modelo Maria José e pede licença de 20 dias do cargo, em 1905, e diretora do Grupo Escolar Maria José, no ano de 1909. A conselheira Rosina Soares⁶¹ foi professora da Escola Normal, responsável pela cadeira de Trabalhos Manuais e Trabalhos de Agulha na Seção Feminina. Foi secretária da Comissão da Cruz Vermelha em 1913. A conselheira Delfina Lemos⁶² era professora do 3º ano do Grupo Escolar Prudente de Moraes em 1904. Professora do Grupo Escolar do Braz, a conselheira, D. Julia Eugenia da Silva⁶³, era professora da seção feminina do 2º ano e diretora nomeada para o Serviço Sanitário, em 1913. Por último, a conselheira, Elisa de Andrade⁶⁴, aprovada para professora da Escola Normal em 1905 e nomeada para o cargo de professora de Grupos Escolares após concurso, em 1910.

Ainda de acordo com Fonseca e Johansen (2018), algumas Figuras, reconhecidas pela dedicação à filantropia, vão se somar à associação, como: Genebra de Aguiar Barros – cofundadora e vice-presidente da AFBI desde a primeira diretoria. De acordo com Barros (1982) ela era “bondosa e altruísta em tempo urgente, ofertou a D. Anália belíssima e confortabilíssima casa” no caso, duas casas, a da Rua São João, 47 e a da Ruas dos Estudantes, número 19, (Barros, 1982, p.26). E Maria Renotte – médica, belga de origem, radicada no Brasil e militante das causas da saúde pública, da assistência às mulheres e crianças e fundadora da sucursal da Cruz Vermelha no país.

⁵⁷ CP, 1908, ed. 16132.

⁵⁸ CP, 1917, ed. 19534.

⁵⁹ CP, 1902, ed. 14382; 1903, ed. 14502; 1919, ed. 19968.

⁶⁰ CP, 1903, ed. 14160; 1905, ed. 15045; ed. 16570.

⁶¹ CP, 1903, ed. 14500; 1909, ed. 16629; ed. B17783.

⁶² CP, ed. 03885.

⁶³ CP, 1912, ed. 17417; 1913, ed. 17809.

⁶⁴ CP, 1905, ed. 15221; 1910, ed. 16718.

Aqui observamos vínculos sociais influentes ligados à AFBI, no período em que Anália Franco era diretora. Os dados referentes às colaboradoras que faziam parte do conselho da Associação, nos revelam o perfil intelectual, social e cultural do grupo que circulava junto a Anália Franco em seu projeto. Professoras formadas pela Escola Normal, professoras de grupos escolares, relacionamentos que foram conquistados por Anália Franco ao longo de sua trajetória social e que se converteram em um tipo de “capital social” que ela dispunha a serviço da concretização de seu plano educacional, a AFBI.

Neste grupo de relações encontramos nomes que colaboravam tanto na divulgação da obra quanto na manutenção dela, pois estes faziam parte da lista dos associados da AFBI.

Esse trecho do estatuto da AFBI, aprovado em assembleia geral, em 17 de novembro de 1901, Capítulo 1, art. 2º, parágrafo 2, nos apresenta uma das responsabilidades das fundadoras: parágrafo 2º As fundadoras serão as que cooperarem **com maiores mensalidades** e esforços a bem da Associação. (Grifo meu).

Anália Franco fazia parte do grupo de senhoras fundadoras da associação. As fundadoras contribuiriam com maiores mensalidades. Não foi possível encontrar indícios de que Anália Franco tivesse recursos financeiros e participasse da classe alta financeira paulistana. Mas Anália Franco era uma mulher cercada de uma rede da elite paulistana. Martins (2001) apresenta um quadro das mulheres escritoras da época, grupo da qual Anália Franco fazia parte, registrando dados de filiação e triunfos sociais, de maneira que é possível vermos que elas eram filhas de juízes, médicos e advogados, de famílias tradicionais, casadas com jornalistas, desembargadores, e de posses médias. Escritoras e poetisas que viajavam para a Europa e tinham domínio do francês e do inglês.

Mas para a manutenção da AFBI, além das fundadoras que cooperavam com as maiores mensalidades, outros recursos foram solicitados para a obra. Anália Franco por ter sido uma mulher influente, e porque estava engajada a uma elite cultural e social, e sua fundação, a AFBI, contava também com o apoio dos governantes paulistanos, na época.

O apoio era através de auxílio pecuniário, de cessão de prédios para a ampliação da obra e de fornecimentos de passes gratuitos nos trens para as diretoras

que precisavam viajar para as sucursais, a fim de implantar e fiscalizar as escolas maternas.

ESTABELECIMENTOS SUBVENCIONADOS

Existem em S. Paulo 42 instituições de ensino privado subvencionadas pelo Estado, sendo 18 na Capital e 24 no interior.
Com taes auxilios despense a Fazenda Publica...
Rs. 435:300\$000.

Damos em seguida a relação dessas instituições e as respectivas verbas com que são subsidiadas pela lei n. 1117—de 27 de Dezembro de 1907.

CAPITAL

1	Abrigo Santa Maria	5:000\$000
2	Asylo do Bom Pastor	12:000\$000
3	» de Orphans Desamparadas	14:000\$000
4	Associação Feminina Beneficente e Instru- ctiva	15:000\$000
5	Casa Pia de S. Vicente de Paulo	6:000\$000
6	Conservatorio Dramatico Musical	25:000\$000
7	Escola do Commercio	25:000\$000
8	» de Pharmacia	30:000\$000
9	Escolas de Santa Cecilia	3:000\$000
10	» » São José	2:400\$000
11	Instituto Historico e Geographico	3:600\$000
12	» dos Surdos-mudos	4:000\$000
13	Instituição da Sagrada Familia	3:600\$000
14	Lyceu de Artes e Officios	100:000\$000
15	» do Sagrado Coração de Jesus	36:000\$000
16	Orphanato Sant'Anna	3:000\$000
17	» Christovam Colombo	14:000\$000
18	Sociedade Humanitaria dos Empregados do Commercio	5:000\$000

Figura 13 - Estabelecimentos subvencionados pelo governo de São Paulo no Anuário de 1907-1908

Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo

Além de ser subvencionado pelo poder público (FONSECA; JOHANSEN, 2018), a AFBI contava também com benfeitores, afirma Kishimoto (1988, p. 54), o apoio de grupos maçons, como o da Loja Maçônica “Comercio e Ciências”, da loja “Sete de Setembro” e do “Grande Oriente de São Paulo”, como noticiado nos jornais.

O jornal *A Voz Maternal*, criado em 1903, que tinha como objetivo ser órgão de divulgação dos trabalhos da AFBI, era, também, meio de recolhimento de subsídios através das assinaturas pleiteadas. O periódico inicialmente mensal era entregue aos sócios como forma de divulgar as atividades e movimentações financeiras da AFBI e foi um veículo bastante importante para noticiar o trabalho realizado, o número de escolas e matrículas e, também, a crescente entrada das escolas modeladas pela AFBI em cidades paulistas.

De acordo com Barros (1982):

[...] o jornalzinho *A Voz Maternal*, vencia distâncias imensas, percorrendo todos os Estados do país. Transpassando fronteiras, ia também, pousar sob os olhos admirados da França, Portugal, Espanha e Inglaterra. Só assim se explica porque do Pará veio aquela professora com seus cinco filhos: Risoleta, Maria Amélia, Alzira, Flora e Luiz de Góis. (Barros, 1982, p.25).

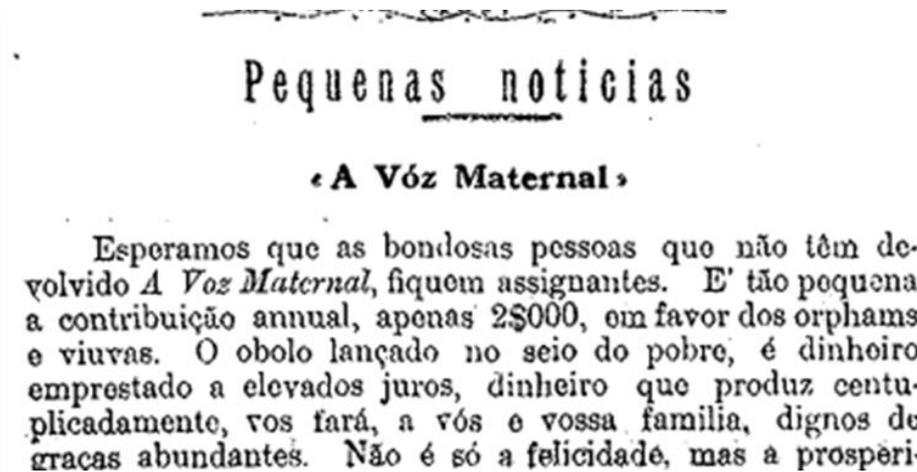


Figura 14 - Solicitação de assinaturas para o jornal *A Voz Maternal*

Fonte: Fundação Carlos Chagas – Acervo digital.

Além disso, também para a manutenção da AFBI e suas obras, Anália Franco contava com as doações de pessoas que eram citadas na *A Voz Maternal*.

6	A VOZ M.
Transporto	118\$200
Uma anonyma	2\$000
» »	500
» »	500
Uma filha de Maria	5\$000
Uma anonyma	200
D. Clotilde G. de Azevedo	2\$000
Uma anonyma	1\$000
Ponete	500
Anonymas	1\$000
»	1\$000
M. E. Harding	1\$000
D. Balbina Soares	2\$000
Antonio Deferre	400
D. Georgina	500
Manoel F. Silveira	5\$000
Um anonymo	2\$000
Lino Gonçalves Pires	5\$000
Um anonymo	5\$000
Arthur Nova	2\$000
D. Maria Goulart	1\$000
C.	500
A.	500
D. Joanna Encarnação	1\$000
» Clara Augusta C. Moreira	2\$000
» Theresinha Cardcal	5\$000
» Maria Thereza Braga	1\$000
R. S. Mello	4\$000
Uma anonyma	1\$000
»	200
A. Horta	2\$000
— D. Chalarina	1\$600

Figura 15 - A relação dos senhores e senhoras fizeram donativos para a AFBI em 1904

Fonte: Fundação Carlos Chagas – Acervo digital.

Também encontramos indícios de que com o mesmo objetivo, a AFBI organizava quermesses para a venda dos artesanatos produzidos nas oficinas, pelas alunas.

Sobre o local das quermesses e dos bazares, a pesquisa revelou que para que ocorressem, Anália Franco solicitava ao governo isenção de aluguel. Portanto os espaços eram cedidos pelo governo, conforme vemos no *Correio Paulistano* de 12 de outubro de 1906.

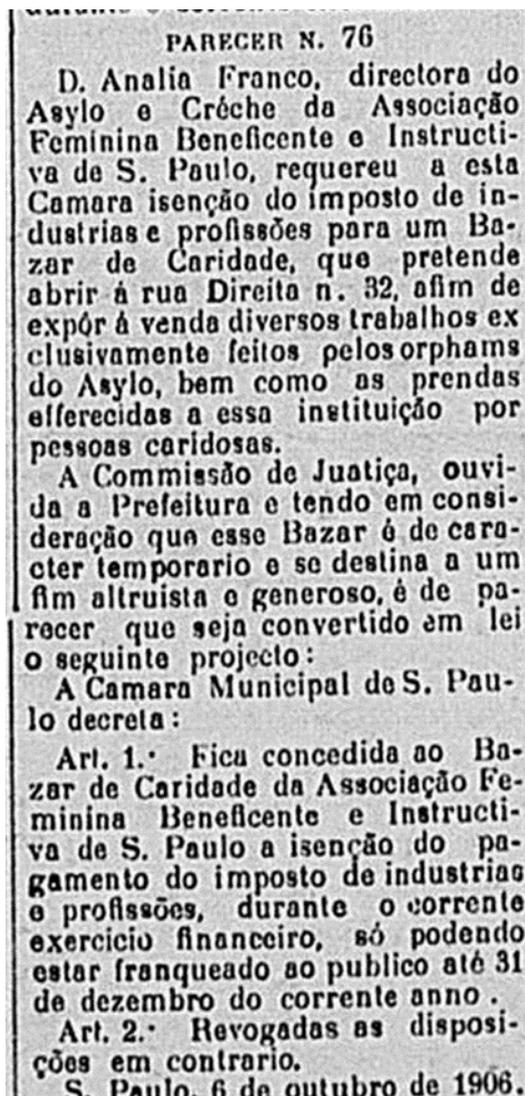


Figura 16 - Solicitação de isenção de imposto para aluguel de local do Bazar da AFBI

Fonte: Hemeroteca Digital BN http://memoria.bn.br/docreader/090972_06/9617

Havia também, uma banda de música formada pelas meninas órfãs da AFBI que se apresentava pelo estado e pelo país. A Banda Feminina foi criada por Anália

Franco em 1910 para divulgação da obra e para adquirir, com a venda dos ingressos das apresentações, recursos financeiros para a manutenção da obra.

Encontramos no registro de Maria Cândida Barros (1982), ex-aluna da associação que seu início aconteceu por volta do ano de 1910, com a visita de um músico e militar clarinetista que teria dado o impulso para a criação da banda de música, “uma orquestra só era pouco! Achou que, com tanta moça, tanta criança e tanta menina, o melhor mesmo era uma ‘Banda de Música’!” (Barros, 1982, p. 56). A educação voltada também para a estética artística fez com que se criasse uma atividade profissional para a arrecadação de recursos para a manutenção dos inúmeros projetos da AFBI. Essas atividades mais profissionais eram divididas em duas seções, conforme relata Franco (1913 apud Lodi-Correa, 2009, p. 127):

Este grupo acha-se dividido em duas sessões, a primeira constitui a parte propriamente dramática confiada à competente direção do Sr. Agostinho Teixeira presidente da Sociedade do Teatro Musical Luso Brasileiro. Durante o ano findo deram alguns espetáculos oferecidos aos sócios e benfeitores da Associação Feminina, com geral aplauso. A segunda consta d’uma banda musical feminina por título Regente Feijó (Lodi-Correa, 2009, p. 127).

Durante oito anos consecutivos, segundo Barros (1982), as alunas viajavam para apresentações pelos estados do Brasil, no período das férias, num grupo de 60 pessoas. Elas também apresentavam peças teatrais de contos escritos por Anália Franco. Sobre as viagens, Barros (1982) destacava o seguinte:

[...] viajávamos – é certo; nossos trabalhos eram outros, mas nossos estudos nunca foram interrompidos. Viajou conosco, durante muito tempo, uma professora, e na falta dela, todos os meses, a própria diretora nos lecionava Português, Geografia, Matemática e outras. (p. 94).

No espetáculo do dia 15 de maio de 1917, em Ribeirão Preto, encontramos a participação de Maria Cândida nas apresentações, confirmando seu relato de que fazia parte da Banda:



Figura 17 - Notícia do espetáculo do Grupo dramático-musical D. Anália Franco, em Ribeirão Preto, jornal da Sessão Tellegrammas

Fonte: Hemeroteca Digital BN http://memoria.bn.br/DocReader/090972_06/42728

As turnês artísticas, segundo Barros (1982), eram memoráveis. Andavam de bonde, conheciam os lugares, viam praias. As apresentações eram um sucesso, pois os jornais publicavam a chegada do Grupo Dramático e Musical Regente Feijó nas cidades, noticiando que eram muito aplaudidas e que eram solicitadas para novas apresentações: “as críticas acerbas, naquela época foram aplacadas pelo entusiasmo com o que o povo nos recebia.” (Barros, 1982, p. 90).

O jornal *Verdade e Luz*, de 1910, indica que o grupo se apresentou no Rio de Janeiro. No jornal *O Correio Paulistano* há notícias de que as apresentações do Grupo Dramático e Musical Anália Franco – também assim chamado – estavam registradas nas cidades de Igarapava (1917), Ribeirão Preto (1917), Poços de Caldas (1916), Ribeirão Bonito (1916), Ibitinga (1916) Jahu (1914 e 1916), Brotas (1914), S. Pedro (1915), Bragança (1913), Torrinha (1914), Santo Amaro (1913), Bragança (1913), Jaboticabal (1913), Barreto (1913, 1914), Rio Claro (1914, 1915) Pederneiras (1914, 1916), Mineiros (1916), Jundiá (1915), Capivari (1915), Dourado (1916), Itápolis (1916), Mocóca (1916), Igarapava (1917), Araguay (1917), Cajuru (1918), Tambaú (1918), Santa Rita do Passa Quatro (1918) cidades do interior de São Paulo. No jornal *A Gazeta*, encontramos o registro de uma apresentação em Minas Gerais (1917). Nos jornais, a propaganda chamava o público para a apresentação, enaltecendo a obra e a participação no espetáculo, visando recursos para a manutenção das obras de Anália Franco. Diz Barros (1982,

p. 90): “Sim, a Colônia! Porque para ela foi que viajamos; para ela foi que produzimos, que compramos e que pagamos!”.

Sobre a colônia, o projeto de Anália Franco de aquisição de uma propriedade rural, citado pela aluna, visava, além de abrigar mais crianças, tornar a Associação e suas escolas autossustentáveis. Por meio de oficinas artesanais e oficinas de produção agrícola, a AFBI poderia angariar mais fundos na venda dos produtos e dos artesanatos, além de alimentar o quantitativo de abrigados, com a produção agrícola.

A Fazenda Paraíso, com seus 75 alqueires de terra, atendia a subsistência da obra que chegou a abrigar mais de 400 indivíduos, que se educavam para o trabalho, cultivando hortifrutigranjeiros. Havia oficinas de carpintaria, de flores artificiais, de corte e costura e bordados. Tudo para abastecer de produtos os dois bazares que a associação mantinha nas ruas dos Piques e do Rosário. Além das oficinas, havia também o curso profissionalizante de Tipografia, que em 1905 contava com 10 alunos, o Albergue Diurno com 23 pessoas e 117 alunas da Escola de Analfabetas e do Liceu Feminino.

A inauguração da ABFI, em 1901, parece ter sido prestigiada pelo governo. Na cerimônia, registrou-se a presença do Dr. Bento Bueno, então Secretário dos Negócios do Interior e da Justiça de São Paulo, que muito enalteceu a obra voltada às classes populares, sem fins lucrativos.

O prédio público do Largo do Arouche, nº 58 e 60, foi o primeiro endereço da AFBI, vindo a se expandir funcionando também na Ladeira dos Piques, nº 13 e 21 (1903); na rua São Paulo, nº 47 (1906); na rua dos Estudantes, nº 19 (1908) numa chácara em Pinheiros (1910); e na Fazenda Paraíso, no Tatuapé (1911).

A associação ainda manteve um bazar na rua do Rosário, nº 18, uma filial na Ladeira dos Piques, nº 23, e escolas em diversos bairros operários, como Brás, Bom Retiro e Moóca. Mas logo em 29 de maio de 1902, o jornal *Commercio de São Paulo* publicava comunicado da mudança de local da associação, instalada no Largo do Arouche.

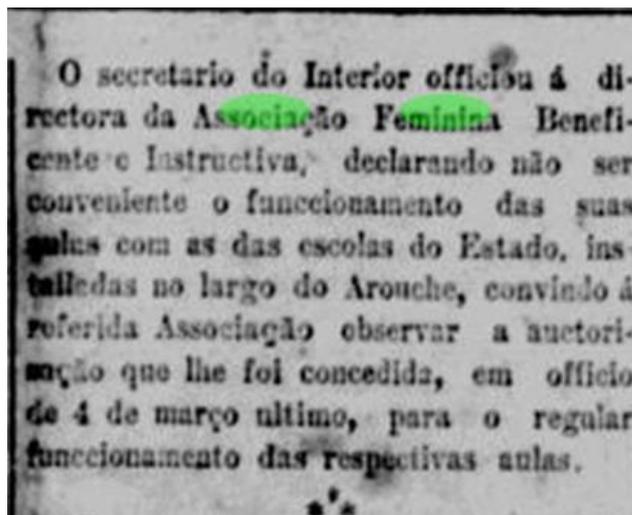


Figura 18 - Notícia sobre mudança de local da AFBI

Fonte: Hemeroteca Digital BN <http://memoria.bn.br/docreader/227900/11028>

A Ladeira dos Piques, local da AFBI após a saída do prédio do Largo do Arouche, em tempos da escravidão era onde se estabelecia o mercado dos escravos.⁶⁵ Os donos de negros ou mulatos, quando queriam vendê-los os levavam ao Largo do Piques, onde, aos sábados, havia leilões e compra e venda de gente escravizada. Alguém que quisesse vender ou comprar escravos ia ao mercado de negros do Largo dos Piques. Ao longo do desenvolvimento urbano da cidade de São Paulo percebemos de acordo com Paula (2005) que a abolição da escravatura vai desenhar no espaço geográfico da cidade, a segregação. Bairros de elite e bairros de operários. Havia um distanciamento geográfico entre os bairros de elite e os bairros de classes mais populares. Enquanto um se destacava pela opulência de suas construções, limpeza, acesso à água e esgoto, o outro chamava atenção pelas condições mínimas de sobrevivência, com esgoto a céu aberto e ruas sem asfaltamento. Aqui citamos essa informação sobre a história da Ladeira dos Piques ligada a um mercado de escravos no período da “escravidão” a fim de relacionando – o, posteriormente ao local prédio da AFBI, refletirmos sobre as marcas do que representava o espaço socialmente na cidade em tempos anteriores ao da fundação da AFBI no mesmo local. De qualquer forma as escolas de Anália Franco estavam presentes nos bairros operários⁶⁶, do Brás, da Mooca, Lapa, o Belenzinho, Barra

⁶⁵ <https://saopauloantiga.com.br/o-largo-do-piques-e-o-obelisco/>

⁶⁶ Para saber mais sobre os bairros operários: Castro (2010), *As Dinâmicas Sócio-Espaciais nos bairros operários da Capital Paulista*.

Funda, Bexiga, os bairros mais pobres da cidade, pois Anália Franco registrava a finalidade dos Asilos e Creches da Instituição. No capítulo I do Estatuto encontramos que, ambos teriam por fins, recolher mulheres pobres com ou sem filhos que se achavam em desamparo, meninas órfãs ou filha de pais inválidos, meninos de até 10 anos com suas mães, filhos de mães operárias que trabalhavam fora de casa.

Segundo o artigo 3º do mesmo estatuto, as asiladas seriam de duas categorias: as que pagavam contribuição e as que trabalhavam no Asilo, as quais teriam um ordenado ou porcentagem, segundo a natureza do trabalho que prestariam. Continua no artigo 4º, a título de auxílio para o sustento diário dos seus filhos na Creche, as mães que trabalhassem fora de suas casas pagariam por cada filho, uma quota conforme suas posses, nunca, porém, menos de 5\$000 mensais e que os filhos de pais inválidos não pagariam taxa alguma (Franco, 1904, p.6).

Destacamos aqui os fins da AFBI:

Artigo II – A Associação tem por fins:

1º Estabelecer neste Estado e em outros Liceus Feminino aulas práticas, para preparar e formar professores das Escolas Maternais.

2º Estabelecer Escolas destinadas a completar a educação dos alunos das Escolas Maternais.

3º Fundar Escolas Profissionais para ambos os sexos.

4º Criar Bibliotecas.

5º Promover conferências sobre assuntos de instrução e de moral.

7º Prestar socorro médico a todos os protegidos pela Associação.

E os artigos que afirmam ser Associação leiga. Observamos que havia uma valorização da formação moral inserida a conceitos sobre Deus e a criação:

8º A Associação é leiga, respeitando todas as crenças das suas sócias e protegidas.

10º As Escolas Maternais, Asilos e Creches são destinadas a beneficiar e educar crianças e senhoras de todas as classes e seitas diversas, por isso limitam-se ao ensino de verdades fundamentais como a existência de Deus, a imortalidade da alma e ao

ensino da mais pura moral, sem prejudicar as crenças das famílias a que pertençam às crianças.

11º Às internas do Asilo e Creche, de 16 anos para cima, dar-se á ampla liberdade religiosa ou filosófica, não sendo permitido dentro do Asilo e Escolas Maternais as práticas exteriores de seita religiosa alguma.

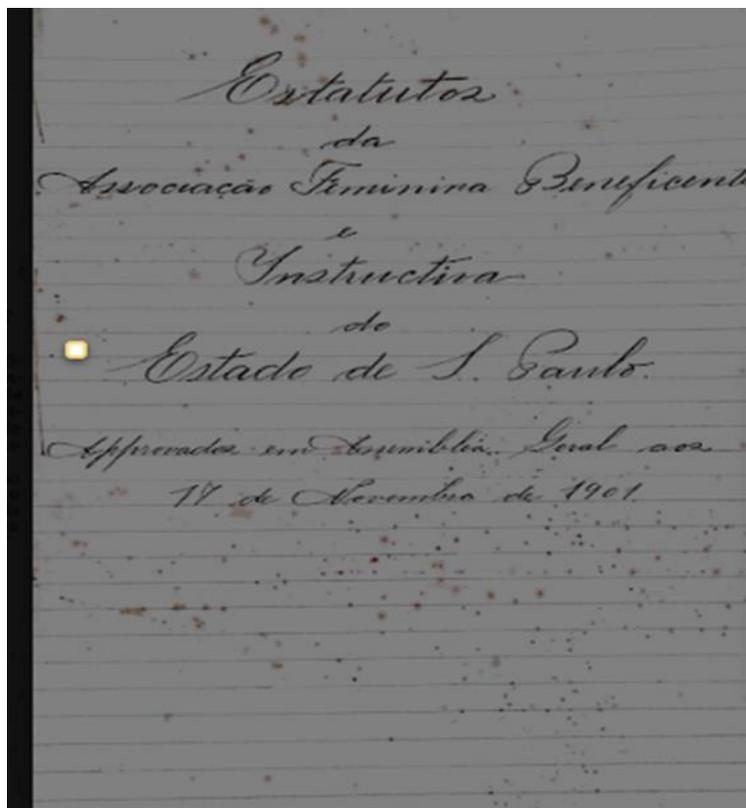


Figura 19 - Original manuscrito do Estatuto da AFBI

Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo.

A Associação era visitada anualmente pelos inspetores públicos, que por ser subvencionada, necessitava de obter boa avaliação para a continuidade dos recursos dispendidos pelo governo. Em 1905 na edição n. 14930 de 4 de março, do jornal *Correio Paulistano* encontra-se registrada a avaliação do Inspetor Escolar público, Sr. Antonio Rodrigues Alves Pereira⁶⁷, que após inspecionar o Asilo, as creches e as casas maternais da AFBI, assim relatou:

Em serviço de meu cargo visitei hoje a Associação Feminina Beneficente Instructiva, em sua sede, á ladeira dos Piques n.21, onde funciona o Asilo de viúvas e orphans,

⁶⁷Antonio Rodrigues Alves Pereira juntamente com Oscar Thompson e Benedito Tolosa foram figuras influentes no ensino público de São Paulo. Atuaram na Escola Modelo, foram inspetores públicos e criaram o primeiro programa aos Grupos Escolares paulistas em 1894, sendo aprovado pelo presidente do estado de São Paulo através do decreto nº248 de 26 de julho de 1894. Além de editarem uma das mais influentes revistas do final do século XIX, *A Eschola Publica* (Pinto, 2000).

a creche e diversas aulas. Fiquei bem impressionado pela ordem que encontrei, parecendo-me que a instituição é digna de ser acoroçada por todos os filhos dessa terra, não podendo deixar de consignar no presente termo os votos que faço pelo seu progresso e os meus parabéns a sra.D. Analia Franco e suas dignas auxiliares. (Correio Paulistano, 1905, p.3)

De acordo com Barros (1982, p.31) o colégio era um “colégio modelo”. No relatório da AFBI de 1912, Monteiro (1992, p. 94) apresenta o “trabalho interno e externo” da associação com nomes da equipe de voluntários. Pela descrição, a AFBI mantinha cargos de direção geral, direção da colônia, subdireção, direção auxiliar, fiscais, corpo docente para seção feminina, corpo docente para seção masculina, oficinas internas, oficinas externas de agricultura prática, funções administrativas em escritórios e funções diversas, como as de condutor, cocheiro, feitor e trabalhadores agrícolas.

Anália Franco procurou ampliar a ação da AFBI criando oficinas profissionalizantes, pois considerava que o trabalho era a única forma de sobrevivência digna das classes populares. Esse modelo de associação entre educação e trabalho já existia nos tempos do império para as crianças pobres, conforme nos diz Gondra e Schueler (2008):

a difusão dos saberes elementares e aprendizagem de ofícios manuais, ligados a postos nas manufaturas, indústria, comércio e oficinas, parece ter sido uma fórmula amplamente difundida no Ocidente, marcando experiências no velho e no novo continente, nas metrópoles e jovens nações. Até hoje esta é uma fórmula acionada para lidar com a inclusão regulada de crianças e jovens pobres na sociedade. (Gondra & Schueler, 2008, p. 108)

De acordo com Monteiro (1992, p. 90), em 1905 a AFBI contava com “2.098 alunos matriculados nas 22 escolas da capital, 5 escolas no interior e 2 asilos creches”, como a lista apresentada a seguir. A relação dessas escolas consta no *Jornal do Brasil*, publicado em 17 de setembro de 1904 (*Jornal do Brasil*, 1904, ed. 00261):

Escolas da Capital: ⁶⁸

⁶⁸ No livro de Silva (2013) há indicação de endereços para algumas das escolas citadas no *Jornal do Brasil*. Não há referências de onde foi retirada esta informação, o autor foi presidente do Lar Anália Franco do Rio de Janeiro. Assim temos o registro de que a escola Dr. Bento Bueno ficava no Largo do Machado, nº 64 e na Ladeira dos Piques, nº 22; D. Elisa Abreu ficava na Ladeira dos Piques, nºs 21,27 e 29; Dr. Bernardino de Campos, na Ladeira dos Piques, 21 e rua São João, nº 118; D. Dinah Munhoz, na rua São João, nº118; Dr. Cesario Mota, no Largo do Arouche, nº 64; Funcionários Públicos, na Laderia dos Piques, nº 27 e rua Gomes Cardoso, nº37; Empregados no Comercio, na rua Chavantes, nº 10; Militares, Rua do Gasometro, nº 289 e na rua Maria Domitila, nº 43; Advogados, rua Chavantes, nº 10; Dr. Figueiredo, rua da Graça, nº150 e rua Gomes Cardim, nº 27; Getulio Monteiro, avenida da Intendência, nº94 e D. Paulina, Ladeira dos Piques, nº27 e na rua

- 1º Dr. Bento Bueno
- 2º D. Eliza Abreu
- 3º Dr. Bernardino de Campos
- 4º Funcionários Públicos
- 5º Comerciantes
- 6º D. Dina Munhoz
- 7º Dr. Cesario Mota
- 8º Acadêmicos
- 9º Operários
- 10º Classe Médica
- 11º Empregados do Comercio
- 12º Militares
- 13º Artistas
- 14º Advogados
- 15º Dr. Figueiredo
- 16º Dr. Getúlio Monteiro
- 17º D. Paulina
- 18º Grande Oriente
- 19º Guilherme Rudge
- 20º João Pinto
- 21º Dr. Germano Wert
- 22º Dr. Carlos Botelho

As escolas eram reunidas em grupos tal qual o modelo dos grupos escolares, aqui no caso, o grupo maternal; como no exemplo a seguir o noticiário do jornal, O *Correio Paulistano* do dia 5 de dezembro de 1904, publicando a nota da inauguração do segundo grupo maternal da AFBI.



Figura 20 - Grupo escolar de casas maternais

Fonte: Hemeroteca Digital da BN http://memoria.bn.br/DocReader/090972_06/5613

Estivemos na Secretaria de Educação no antigo prédio da Escola Normal da Praça, em março de 2022, para verificar a localização desses grupos de escolas e se ainda existiam com outros nomes, mas não obtivemos retorno dessa solicitação.

Além das Escolas Maternais da AFBI na capital, as cidades do interior do Estado de São Paulo solicitavam que fossem fundadas as casas maternais em suas localidades, esperando que a organização e infraestrutura pedagógica fosse dirigida por Anália Franco. A ideia da fundação do Liceu era, portanto, a de formar professoras para esse segmento, a fim de atender as filiais das escolas maternais da AFBI, levando as práticas e a metodologia ensinadas no curso de formação de professoras. Essa unidade pedagógica entre as inúmeras escolas da AFBI era uma das questões problema da pesquisa. Como Anália Franco se organizava para conseguir garantir uma unidade pedagógica e administrativa nas escolas maternais sucursais da AFBI?

Durante a pesquisa, lendo as fontes, encontramos algumas professoras da AFBI que tinham a função de fiscais. No jornal *A Voz Maternal* de junho de 1904,

Anália Franco fala de uma “fiscal geral das escolas” presente aos exames trimestrais das escolas maternas reunidas em um dos prédios da AFBI.

Na mesma edição, encontramos notícias da primeira inspeção trimestral das escolas mantidas pela AFBI que funcionavam no Largo do Arouche. Na ocasião acompanhavam a diretora Anália Franco, a inspetora geral de todas as escolas mantidas pela Associação, a Sra. Ernestina Epaminondas e Alzira Salles, inspetora das diferentes classes que funcionavam naquele largo. Há ainda um balancete exibido no jornal *A Voz Maternal* de dezembro de 1903 encaminhado por D. Emilia Silva, fiscal das Escolas Maternas, prestando as contas de um balanço da viagem, em excursão a Campinas, Jaguary, Dois Córregos, Jaú e Jaboticabal. Ou seja, havia um cargo de fiscal do ensino, cargo esse que nos indica, que a função da fiscalização das escolas, feita por essas professoras, poderia servir para garantir uma unidade de trabalho dando assim, identidade às casas maternas da AFBI. A comunicação entre escolas se fazia através da linha ferroviária e a AFBI obtinha isenção de pagamento de passes para as viagens das professoras.

De forma semelhante ao que observamos no ensino público de São Paulo, através dos relatórios dos inspetores de ensino que constam nos anuários do ensino de São Paulo, os inspetores faziam visitas e relatavam os progressos e as dificuldades pedagógicas e administrativas que emperravam a Reforma, cuja unidade educacional era esperada pelo governo.

As cidades servidas pela rede ferroviária, recém-criada no estado, eram preferencialmente as escolhidas para atender às solicitações dos governantes locais que queriam ter em suas cidades a assistência da AFBI nas sucursais inauguradas. Eram várias as empresas ferroviárias que foram surgindo e ampliando a rede ferroviária do estado.

Na pesquisa de Bem (1998) encontramos detalhadamente a listagem das estações ferroviárias, a linha troco da São Paulo Railway Company e a articulação com outras companhias que foram surgindo para atender a rede ferroviária de cunho político econômico, buscando a ligação do interior do estado e da capital com o porto de Santos. Monteiro (1992, p. 97) lista as escolas “sucursais do Interior” ligadas à AFBI, em Agudos, Barretos, Bauru, Bebedouro, Brotas, Campinas, Cândido Rodrigues, Dobrada, Dois Córregos, Dourado, Franca, Itapetininga, Jaboticabal, Jaú, Jundiaí, Limeira, Monte Azul, Pederneiras, Ribeirão Preto, Rincão, Rio Claro, Salles de Oliveira, Santa Adélia, Santa Ernestina, Santos, São

Carlos, São José do Rio Pardo, São José do Rio Preto, São Manuel, São Vicente e Sertãozinho.

Em sua pesquisa, Monteiro (1992) apresentou dados que mostram o ano de fundação e o ano de fechamento de algumas escolas maternas no interior. A de Agudos foi fundada em 1915 ou 1916 e foi transferida para a cidade de Pederneiras. Em Barretos existiu, segundo ele, até 1931. Cita nomes de maçons da localidade que muito ajudaram na manutenção da escola. Na cidade de Bauru, por volta de 1918 houve um movimento de criação de uma escola maternal, mas ele não encontrou evidências da concretização do projeto. Em Bebedouro, a escola maternal da AFBI foi fundada em 1908. Em Brotas em 1909, mas dez anos depois as asiladas foram transferidas para a escola de Pederneiras e foi fechada. Em Campinas consta em ata a criação de duas escolas maternas no ano de 1904, mas o autor encontrou em pesquisa sobre elas, no jornal católico *O São Paulo* uma notícia exortando o público a não dar auxílio às escolas maçônicas e de livre pensadores, como as da AFBI. (Monteiro, 1992, p.100). A da cidade Cândido Rodrigues foi fundada em 1916. Em Dobrada, a escola foi criada em 1914 e provavelmente funcionou até 1922. Na ocasião em que a visitou, o autor afirmou que o prédio em 1992, ainda era pertencente à AFBI. Na cidade de Dois Córregos, a inauguração da escola maternal ocorreu em 1904 e a segunda escola em 1908. Em Dourados, a sucursal foi criada em 1917, mas dois anos depois ela foi transferida para Uberaba. Nenhuma informação o autor conseguiu sobre a sucursal de Franca fundada em 1907. Em abril de 1904 foi fundada a escola maternal de Itapetininga. Instalada em Jaboticabal, a primeira escola maternal da cidade foi fechada em 1920. A primeira das escolas maternas de Jaú foi fundada em 1903. Em Jundiá em 1912, em funcionamento até os dias de hoje, em Limeira em 1908, em Monte Azul em 1915. Em Pederneiras em 1918 sendo fechada em 1921. Em Ribeirão Preto, recebendo o apoio da maçonaria, Anália Franco cria sua escola maternal em 1907 e até os dias atuais está atuando na cidade. Em Rincão, a fundação ocorreu em 1916. Duas escolas maternas foram fundadas na cidade de Rio Claro, a primeira em 1909. A de Salles de Oliveira não se tem a data de fundação e sim a do fechamento em 1919. Em Santa Adélia, poucas informações Monteiro (1992) encontrou. A sucursal de Santa Ernestina abrigou as escolas das cidades de Santa Adélia e Cândido Rodrigues. Em Santos foi criada a primeira sucursal da AFBI em 1902. Na cidade

de São Carlos, a sucursal também abrigou o antigo Colégio Santa Cecília, colégio de sua mãe, onde Anália Franco havia trabalhado.

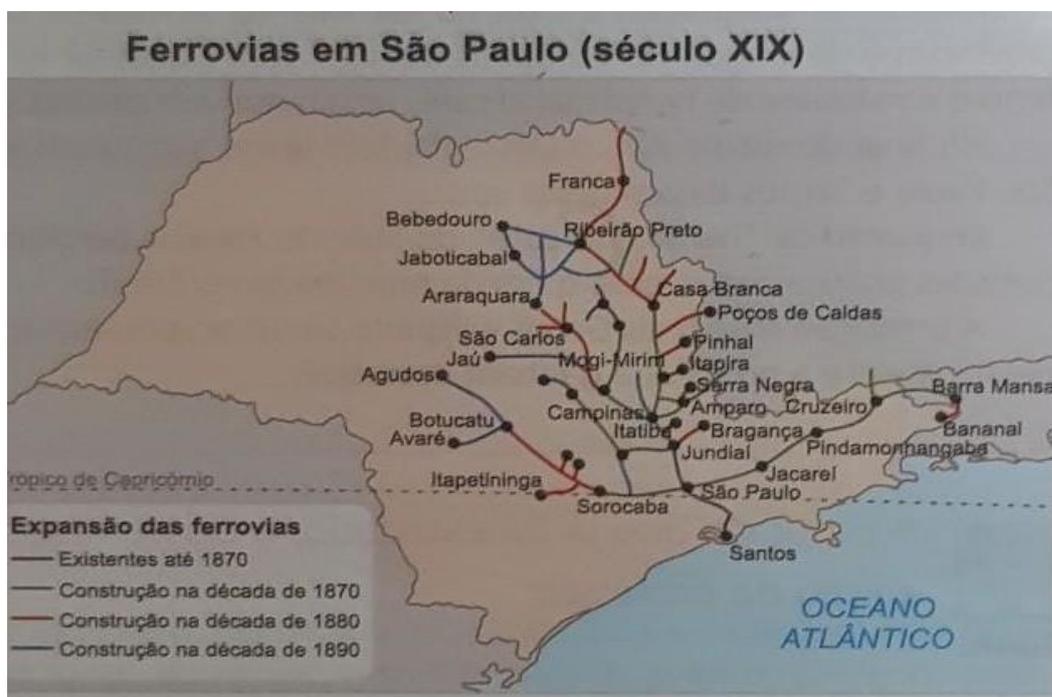


Figura 21 - Mapa das ferrovias que ligavam a cidade de São Paulo às cidades do interior do estado (século XIX).

Fonte: <https://brainly.com.br/tarefa/32719598>

Na hemeroteca encontramos no jornal *O Pharol de Juiz de Fora*, na edição 11 de junho de 1919, ano do falecimento de Anália Franco a informação de que ela havia fundado 71 escolas maternas e que morria deixando apenas 20 funcionando. Segundo o articulista, as escolas cessaram seu funcionamento devido a carestia, falta de material. As verbas municipais e estaduais com a crise econômica por causa do advento da 1ª. Guerra Mundial e a gripe espanhola fizeram o governo estadual cortar 25.000\$000 e a Câmara Municipal cortar 4.000\$000 da subvenção doada à Associação, isso quando ela estava cuidando na Colônia, de 140 enfermos atacados pela gripe espanhola, dizia o jornal. As notícias das inaugurações e as visitas da professora Anália Franco para criar e fiscalizar suas casas maternas eram registradas nos jornais.

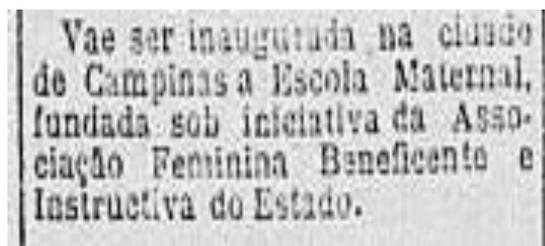


Figura 22 - Notícia da inauguração de uma escola maternal sucursal da AFBI, em Campinas

Fonte: Hemeroteca Digital BN http://memoria.bn.br/DocReader/030015_02/6522

Para nossa pesquisa, a fim de encontrar possíveis escolas que ainda funcionem no interior, apesar das evidências dadas por Monteiro (1992) sobre o fechamento de muitas, enviamos *e-mails* para todas as prefeituras (Apêndice C), solicitando informações sobre a história dessas sucursais.

Até o presente momento da escrita desta tese recebemos respostas de apenas duas cidades, a escola maternal fundada por Anália Franco em Jundiaí e a criada na cidade de Ribeirão Preto. Ambas foram fundadas no início do século XX. Desta forma consideramos que ainda há muito o que pesquisar sobre Anália Franco e as sucursais, saber de que forma foram fundadas, incentivadas por qual segmento da sociedade local, e porque não existem mais.

As escolas de Jundiaí e a de Ribeirão Preto se disponibilizaram a nos receber. O convite para visitar as instituições foi feito através de contato via email e visitamos ambas as escolas, na pesquisa de campo realizada em São Paulo, em março de 2022.

A Creche Lar Anália Franco, de Jundiaí, foi fundada em maio de 1912, inicialmente na sede da Sociedade Humanitária de Jundiaí. O objetivo era o de fundar um asilo creche para os órfãos existentes na cidade, sob a direção moral e material da educadora. Segundo o livro do centenário da instituição (Centenário Lar Anália Franco – 1912-2012) organizado pelo Sr. Jairo Silvestre dos Santos, doado pela secretária da instituição à autora desta pesquisa, encontramos as atas desde a fundação, ressaltando o apoio prestado pelas Lojas Maçônicas à manutenção da instituição, sem envolvimento ainda junto à diretoria. Com o passar dos anos, os espíritas ligados à bandeira da caridade na cidade, passaram a integrar a diretoria da sociedade.

Desde 1932, alguns nomes na diretoria eram integrantes do Centro Espírita Fraternidade, o mais antigo centro espírita da cidade, fundado em 1905. A partir de 1956, os maçons passaram a integrar também a diretoria; alguns maçons também eram espíritas e essa situação vai até a década de 1970.

Consta no livro centenário da instituição que a maçonaria decide se afastar da sociedade, solicitando aos espíritas a direção da instituição, pois se assim não fizessem, os vicentinos estariam interessados e seriam convidados a fazê-lo. Diante desse fato, o Sr. Ildefonso Segura Vidal, um dos integrantes, voluntário, passa a ser presidente da instituição, juntamente com outros voluntários espíritas e a instituição passa a ter orientação espírita.

Em 2009, a instituição inicia um convênio com a Secretaria Municipal da Educação, que visava buscar apoio de creches privadas, cedendo professoras da rede municipal, além de despender uma importância fixa mensal para o atendimento a crianças de 1 a 3 anos



Figura 23 - Foto da fachada externa do Lar Anália Franco de Jundiaí

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

A instituição fundada por Anália Franco em Ribeirão Preto, em 1917 é ligada ainda hoje à Loja Maçônica Estrella D'Oriente, fundada em 1885. Nosso encontro com os membros da ordem maçônica foi proporcionado por uma das autoridades

maçônicas da loja, do qual estivemos em contato através de emails, três meses antes. Este senhor nos recebeu na sede da Loja Maçônica, situada na Rua: Duque de Caxias, 260 – Centro, junto aos senhores: presidente atual do Complexo Anália Franco, vice-presidente da loja e o ex-secretário do Complexo Anália Franco. O Sr. responsável pela visita está organizando o acervo histórico da Loja e é o responsável por todo o material de memória das obras assistenciais que fazem parte da obra, desta forma tivemos acesso às atas da Creche Anália Franco desde o ano de 1922. Os anos anteriores ficaram perdidos por causa de um incêndio, ocorrido em 1977, quando alguns documentos, principalmente os da época da educadora, viraram cinzas. Segundo texto escrito por ele, no centenário da creche:

[...] a ideia do Lar surgiu em 1913 quando o Grande Oriente de São Paulo comunica às lojas de sua jurisdição que a Sra. Anália Franco, então diretora da Associação Beneficente e Instrutiva de São Paulo, solicitara o apoio da Maçonaria para a fundação de asilos, creches e escolas em diversas cidades do interior. A proposta é debatida na loja e no início do ano de 1917 o Venerável Mestre Mário de Castro Pinto visita Anália Franco junto com os demais membros da diretoria, surgindo daí a iniciativa de criação de um orfanato em Ribeirão Preto sob os auspícios da Estrela D'Oeste. Assim, este projeto tomou corpo em 3 de outubro de 1917 e então denominado “Asilo de Órfãs Anália Franco” e abrigou e educou meninas menores durante um período de 60 anos na cidade de Ribeirão Preto. A loja, desde o início se mostrou favorável à criação de um asilo para órfãs e intensa campanha de arrecadação de verbas é realizada. Através de doações e eventos que envolveram toda a comunidade ribeirão-pretana e a maçonaria em geral, e em sessão realizada na loja, no dia 25 de junho daquele ano, o Venerável Mestre Mário de Castro Pinto entrega a Sr^a. Anália Franco o resultado de toda esta arrecadação – um conto, oitocentos e vinte e um mil e cem réis – além de pedir-lhe permissão para solicitar sua admissão na Loja aos Altos Poderes da Ordem. A campanha continua e o projeto recebe doações de muitas lojas maçônicas, tendo sido também colocado à disposição da Sr^a. Anália Franco pelo Grande Oriente Estadual, o imóvel pertencente à loja adormecida Amor e Luz, de Sertãozinho. O orfanato foi finalmente inaugurado em 3 de outubro de 1917 em residência alugada do Sr. Jerônimo Hipólito na Rua Tibiriçá, nº 70, para onde a loja também transferiu a Escola Feminina, que funcionara até então nas dependências do prédio do templo, na Rua São Sebastião, nº 33. Diante da grandeza desse empreendimento, os irmãos passaram a ter a obrigação de contribuir com 100 mil réis mensais para a sua manutenção, bem como realizar campanhas para buscar sócios contribuintes para o lar. Em 8 de outubro, o Venerável Mário Pinto informa à loja que o total arrecadado até então era de 2 contos, 568 mil e 100 réis. Neste período, surge entre os irmãos o desejo de construir um prédio próprio para o Lar e muitos esforços passam a ser empreendidos nesse sentido. A loja recebe diversas doações. Somou-se a tudo isso o dinheiro obtido pela loja com a venda dos imóveis que possuía na Rua do Comércio, em fevereiro de 1920. Finalmente, em janeiro de 1921, a loja compra do Sr. Benedito Sampaio um terreno na rua Rui Barbosa onde começa a construir o prédio, inaugurado parcialmente em 14 de maio de 1922 e posteriormente expandido com a construção de uma nova ala, inicialmente planejada para abrigar crianças do sexo masculino, que foi inaugurada em 14 de maio de 1925. Além de abrigar menores órfãs, o Lar Anália Franco manteve em suas instalações um Jardim de Infância, a Escola Feminina e Escolas profissionalizantes, tais como Escola de Datilografia, Escola de Contabilidade e um

Curso Prático de Comércio, além de uma biblioteca infantil e um consultório para tratamento odontológico, entre outras iniciativas. O sustento do lar era garantido pelo esforço dos irmãos da loja, os quais mensalmente contribuíam com uma taxa determinada juntamente com o valor das mensalidades da loja. O lar também recebia uma subvenção da prefeitura de Ribeirão Preto, além de contribuições de sócios. Todos os membros da loja eram sócios do lar, como também profanos. Grandes quermesses foram organizadas em prol do lar, além de *shows*, sessões de teatro e cinema, rifas e outros eventos beneficentes. Entre esses destacamos um concerto da pianista Guiomar Novaes em 1926 – nessa ocasião agraciada com o título de Benemérita do Lar; dois espetáculos do palhaço Piolim – maçom da Loja Piratininga, de São Paulo e filiando Livre da Estrela D'Oeste –, realizados no Teatro Dom Pedro II, em 1931 e em 1933; um espetáculo do Circo Seyssel, realizado em 1935, um concerto do tenor Miguel Oviedo, em 1957; e uma sessão *avant première* do filme “O Pagador de Promessas”, em 1962, entre outros inúmeros eventos. O trabalho da loja junto ao Lar Anália Franco era reconhecido por toda a comunidade de Ribeirão Preto, sempre presente às iniciativas que visavam contribuir para o seu sustento. Em 2 julho de 1924, por exemplo, a diretoria do Abrigo Nossa Sr^a. Auxiliadora publica uma carta no jornal A Cidade, assinada pela Sr^a. Alzira Junqueira do Val, comunicando a sua resolução de aplicar uma verba de 60 contos de réis, para construir um pavilhão de enfermaria infantil anexa à Santa Casa, ao invés de construir um orfanato, tendo em vista que o lar já realizava muito bem esse trabalho na cidade. Ao longo de sua história, encontramos também os irmãos da loja patrocinando enxovais e festas de casamento de moças que haviam sido criadas no lar e há o caso de uma delas, Maria Martins, que acabou por ocupar, em 1934, o cargo de diretora da instituição. Em 1942, várias órfãs contraem sarampo, em consequência de uma epidemia, que acabou causando a morte de uma delas. Em 1947, cinco órfãs contraem tuberculose e são internadas em Campos do Jordão, ocasião em que encontramos os irmãos da loja mobilizando-se de diversas formas e reforçando os Troncos de Beneficência para viabilizarem o tratamento daquelas meninas. Também no ano de 1947, por proposta do Ir.: Luis Cropanese Spadaro Junior, é criada no lar uma biblioteca infantil, denominada “Biblioteca Infantil Lino Engracia”, homenageando o Ir.: Lino Engracia de Oliveira. No ano de 1951, a loja aprova a mudança de nome do orfanato de “Asilo de Órfãs Anália Franco” para “Lar Anália Franco”. No ano de 1955, o lar recebe uma herança de 300 mil cruzeiros, deixada em testamento pelo Ir.: Antônio Diederichsen. Nesse mesmo ano, as meninas do lar participam de um programa da Rádio ZYR 79, cantando o Hino do Lar. Desse trabalho resultou a produção de um disco com a referida gravação. No ano de 1970, inicia-se a construção de mais duas casas pertencentes ao lar, tendo sido sorteados para isso dois automóveis Volkswagen. Em 1973, a loja aprova alugar um terreno do lar para o Supermercado Damasco, que propôs arcar com todas as despesas para a construção de um prédio no referido terreno, em troca do direito de uso do mesmo por um período de 15 anos. Em 1974, um dos salões do lar é também alugado, desta vez para o funcionamento de uma escola de *ballet*. Nesse período, passa-se a discutir os destinos do lar, a diminuição do número de internas e algumas alternativas para se mudar essa situação, sendo uma delas a mudança dos seus estatutos. Mas em 1977, infelizmente um incêndio de grandes proporções em sua sede fez com que as órfãs fossem transferidas para outro local e as atividades do Lar Anália Franco acabaram por ser desativadas. Somente em 2018, após esforços de vários veneráveis mestres e irmãos da Loja Estrela D'Oeste, o Lar Anália Franco retoma seus trabalhos em um novo local, totalmente reconstruído e moderno para atuar em vários projetos, principalmente voltado à proteção e desenvolvimento do ser humano. (Texto do autor Sr. Julio Bin na ocasião do centenário da obra: “Anália Franco – Educadora e Filantropa”, em 2013, escrito e distribuído aos participantes do evento de comemoração do centenário da instituição).

O registro das atas do lar, organizado cronologicamente na documentação apresentada apontam o período inicial até o ano de 1984, mas abaixo reproduzimos alguns apontamentos até o ano de falecimento da educadora Anália Franco em 1919. Nosso objetivo com os registros foi verificarmos as dificuldades na manutenção da obra e sua expansão, o que pode contribuir para entendermos o que possivelmente poderia ter acontecido em outras sucursais.

29/06/1909 – Venerável Mário de Castro Pinto, em seu discurso de posse fala de sua intenção de investir em escolas e de criar uma escola comercial. Salienta que, caso isso não seja possível, poderia ser fundada a escola pelo sistema Dona Anália Franco. (L 10. F 118-119).

17/02/1913 – Prancha do Gr.:Or.:Est.:comunicando que a Assembléia recebeu carta da Sra. Anália Franco, diretora da Associação Beneficente e Instrutiva de São Paulo, solicitando o apoio da maçonaria para fundar asilos, creches e escolas em diversas cidades do interior. (L 11 f 44).

03/03/1913 – Fazem nova leitura da proposta da Sra. Anália Franco sobre a fundação de creches e orfanatos em várias cidades. (L 11 f 46-47).

21/05/1917 – Venerável comunica que visitou a Sra. Anália Franco em companhia da Diretoria e que ela pretendia criar um asilo de órfãos na cidade, com auxílio financeiro da loja. (L 12 f 52-54).

28/05/1917 – Venerável expõe sobre o projeto da Sra. Anália Franco para criar o orfanato feminino e fala sobre a oposição da Igreja local pelo fato dela não ser católica. Convoca a loja a assumir o projeto e todos aprovam pedir auxílio em dinheiro às outras lojas, organizar listas de arrecadação de donativos no mundo profano e recolher todos os troncos de beneficência futuros em prol do orfanato. (L 12 f 54-58)

11/06/1917 – Ir. Paulo Ricci, de Cravinhos pede que lhe seja enviada lista de arrecadação para contribuir com doações ao orfanato a ser fundado pela Sra. Anália Franco. (L 12 f 64-66).

25/06/1917 – Secretário lê as listas de donativos arrecadados pelos irmãos em prol do Orfanato a ser criado pela Sra. Anália Franco, perfazendo um total de 1 conto, 821 mil e cem réis; Voto de louvor à Diretoria passada pela ideia do orfanato; Venerável Mário Pinto, em seu discurso, pede permissão à Sra. Anália Franco para solicitar sua admissão na Loja aos Altos Poderes da Ordem ; Aprovam pranchear à Loja Igualdade e Brio, de Rezende, felicitando-a pelo fato da Sra. Anália Franco e do Ir. José Pereira da Fonseca serem nascidos naquela cidade; Venerável entrega a Sra. Franco o dinheiro arrecadado. (L 12 f 70-73).

02/07/1917 – Venerável comunica ter recebido doações para o orfanato da Sociedade Dante Alighieri, da Cia. Cervejaria Paulista e da Loja Trabalho, de Amparo. (L 12 f 73-76).

09/07/1917 – Ofício da Sra. Anália Franco com diploma distinguindo à Loja o Título de Benemerita da Associação Beneficente e Instrutiva Feminina, por ela presidida; A Loja aprova colocar o diploma num quadro. (L 12 f 76-80).

16/07/1917 – Doação de dinheiro para o Lar Anália Franco, recebidos do Ir. Paulo Ricci, de Cravinhos e de Braz Ferrari, de Araguari. (L12 f 80-81).

23/07/1917 – Venerável comunica que agradecerá por prancha às pessoas que haviam colaborado com doações para o Lar Anália Franco e que a antiga administração do Gr.Or. Est. havia-lhe dado o prédio da Loja Amor e Luz para colocar à disposição da Sra. Anália Franco. (L12 f 81-85).

06/08/1917 – Prancha do Gr. Or. Est. autorizando a Loja a transferir os móveis da Loja Amor e Luz de Sertãozinho à Sra. Anália Franco e dando guarda do arquivo e etc. à Loja. (L12 f 85-88).

10/09/1917 – Venerável Mário Pinto informa que o Lar seria inaugurado em breve em prédio do Sr. Jerônimo Hipólito; A Loja aprova contribuir com 100 mil réis mensais para o Lar e que o mesmo passe a assumir a Escola Feminina, que seria para lá transferida. (L 12 – f 96-101).

08/10/1917 – Venerável dá conta à Loja de várias doações feitas em prol do orfanato, num total de 747 mil réis (íntegra da lista de doações) e comunica que o total arrecadado é de 2 contos, 568 mil e 100 réis; Venerável informa que já comunicara à professora da Escola Feminina sobre a transferência da Escola para o Lar Anália Franco e que ela só trabalharia até o final do ano, sendo posteriormente substituída. (L 12 f 107-111).

05/11/1917 – Irmão Raghianti propõe que o Ir. Jerônimo Stempniewski encarregue-se de organizar lista de sócios contribuintes para o orfanato recém-instalado, emitindo talões de recibos mensais. (L12 f 118-124).

03/06/1918 – Irmão Arthur Macedo pede aos irmãos que ajudem na venda de bilhetes para o espetáculo em prol do Lar Anália Franco, no Teatro Carlos Gomes. (L 12 f 191-196).

10/06/1918 – Venerável distribui os bilhetes a serem vendidos para o espetáculo em prol do Lar Anália Franco, no Teatro Carlos Gomes, dia 20. (L 12 f 196-198).

08/07/1918 – Lista das contribuições para o Lar Anália Franco, recolhida em espetáculo realizado no Teatro Carlos Gomes, bem como dos irmãos que colaboraram com a venda de ingressos. (L 12 f 206- 210).

12/08/1918 – Voto de louvor ao irmão Antônio Barrachini por ter levado o cientista Belizário Penna para visitar o Lar. (L 12 f 219-221).

26/08/1918 – Venerável comunica acordo com empresários do Teatro Polytheana para realização de espetáculos em prol do Lar. (L 12 f 224-226).

23/09/1918 – Íntegra de parecer sobre o Lar, extraído do Livro de Visitantes do mesmo e assinado por Clementino Ferreira, Antônio Gouveia, Joaquim Mário de Souza Meirelles e Severino Orestes de Souza Meirelles, com elogios ao trabalho ali realizado. (L 12 f 234-239).

07/10/1918 – Comentam o êxito do espetáculo do Polytheana em favor do Lar e lançam votos de louvor a vários irmãos que ajudaram na festa e ao Irmão Miguel Mancini que cedeu a vitrine de sua Loja para a exposição dos trabalhos manuais feitos pelas órfãs. (L 12 f 241-247).

20/01/1919 – Orador fala sobre a morte da Sra. Anália Franco e narra todo o seu trabalho como fundadora e presidente da Associação Feminina de SP, da Escola 7 de setembro, mantida pela Loja 7 de setembro, de creches e orfanatos. Encerram a sessão por luto. (L 12 f272-273).



Figura 24 - Foto do livro da instituição apresentando o frontal do prédio antigo do Lar Anália Franco de Ribeirão Preto.

Fonte: Acervo da Loja Estrella D'Oeste.

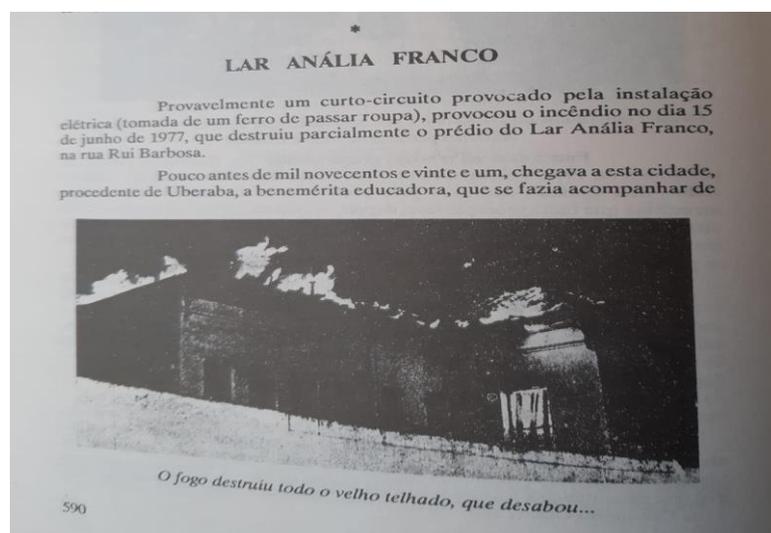


Figura 25 - Foto do livro da instituição apresentando a destruição do telhado que desabou, por causa do incêndio no velho prédio do Lar Anália Franco de Ribeirão Preto.

Fonte: Acervo da Loja Estrella D'Oeste.

As atas apresentam a movimentação na cidade, quando da fundação da obra e os arranjos para sua manutenção. Hoje a instituição é chamada de Complexo

Anália Franco, um prédio moderno, inaugurado em outubro de 2017, quando a instituição completava seus 100 anos de existência.

A compra de uma residência de dois andares, com recursos próprios, dá início a novos projetos destinados a crianças e jovens. O complexo abriga também a Fraternidade Feminina Amor das Acácias, entidade também sem fins lucrativos, composta por esposas de maçons e voluntárias, que em suas oficinas confeccionam enxovais, roupas, doação de alimentos para asilos, creches e hospitais.



Figura 26 - Foto do frontal do novo prédio do Complexo Anália Franco em Ribeirão Preto

Fonte: Arquivo pessoal.

Na pesquisa sobre as sucursais fundadas pela educadora, observamos que ora essas instituições tiveram o apoio da maçonaria, ora o apoio do movimento espírita local, como a de Jundiá, ligada ao movimento espírita da cidade, e a de Ribeirão, ligada à loja maçônica da cidade.

De acordo com Monteiro (1992, p. 185), “precisar a data e como” Anália Franco “se converteu ao Espiritismo é tarefa difícil”, pois, segundo o biógrafo da professora, “não há fato ou depoimento concreto na pesquisa biográfica” que indique em que momento de sua vida teria se ligado aos espíritas.

É possível considerar o fato de que a influência pode ter relação à militância espírita de seu companheiro, Antônio Francisco Bastos. Ele era espírita,

frequentador e divulgador da doutrina com participação ativa no movimento espírita de São Paulo.

A doutrina espírita, organizada na França, teve seu início com as pesquisas realizadas pelo professor Denisard Hipolyte Leon Rivail ⁶⁹, junto aos fenômenos chamados mesas girantes – modismo que ocorriam nas festas sociais da elite francesa. Certa vez, convidado a participar, descreve o professor ter ficado intrigado com a ideia de uma mesa responder perguntas curiosas das pessoas. Resolve por si só conferir e, em 1857, publica seu primeiro livro, “O Livro dos Espíritos”, no qual apresenta o corpo da doutrina, permeado por perguntas feitas em diversas oportunidades, com diferentes tipos de médiuns.

Em 1853, *o Jornal do Comércio, do Rio de Janeiro*, “publicou a primeira matéria a respeito das mesas girantes que, naquele momento, além de se movimentarem, já respondiam às perguntas dos curiosos” (Machado, 1996 apud Valle, 2010, p. 74).

Segundo Valle (2010), até o ano de 1860, o acesso aos princípios espíritas estava limitado às publicações em francês que vinham da Europa, que até então se restringiam a duas obras: *O Livro dos Espíritos* e a *Revista Espírita* publicada mensalmente em Paris, desde 1858.

⁶⁹ Denisard Hipolyte Leon Rivail (conforme certidão original de nascimento) (1804/1869), professor, pedagogo, escritor de livros didáticos, fundador e diretor de escolas na França. Estudou com um dos nomes mais influentes da pedagogia contemporânea, o suíço-alemão Johann Henrich Pestalozzi (1746/1827), na escola instalada no castelo de Yverdon, na Suíça e tornou-se um discípulo e propagandista das ideias liberais e democráticas da educação, em Paris. Em maio de 1855, convidado para assistir uma reunião na casa da Sra. Plainemaison, ali presenciou, pela primeira vez, o fenômeno das mesas que giravam, saltavam e corriam, “em condições tais” – depõe ele mesmo – “que não deixavam margem a qualquer dúvida”. Viu, ainda, as respostas inteligentes que, por meio de pancadas a mesa fornecia, e assistiu a alguns ensaios de escrita mediúnica numa ardósia com o auxílio do primitivo processo da “cesta-de-bico” descrita em “O Livro dos Médiuns”. Os fatos posteriormente observados por Rivail, em 1855, com diferentes médiuns, foram de tal ordem que o perspicaz professor sentiu que algo de momentoso se estaria passando: “entrevi naquelas aparentes futilidades, no passatempo que faziam daqueles fenômenos, qualquer coisa de sério, como que a revelação de uma nova lei, que tomei a mim investigar a fundo” Diante de fatos, pode Rivail concluir pela origem extraterrena dos numerosos manifestantes, a revelarem a sua condição de Espírito, de almas daqueles que já tinham vivido na Terra, identificando-se de inúmeras maneiras. Observando, comparando e julgando os fatos, sempre com cuidado e perseverança, concluiu que realmente eram os Espíritos daqueles que morreram, a causa inteligente dos efeitos inteligentes e deduziu as leis que regem esses fenômenos, deles extraindo admiráveis consequências filosóficas e toda uma doutrina de esperança e de solidariedade universal (Martins e Monteiro de Barros, 1999). Sob o pseudônimo de Allan Kardec publica os livros: “O Livro dos Espíritos” (1857), “O que é o Espiritismo?” (1859), “O Livro dos Médiuns” (1861), “O Evangelho segundo o Espiritismo” (1864), “O Céu e o Inferno” (1865), “A Gênese” (1868), além da organização e publicação da *Revista Espírita*, lançada a 1ª de janeiro de 1858, pela Sociedade de Estudos Espíritas de Paris.

Desta forma, num primeiro momento, o acesso ao conhecimento e ao entendimento dos princípios espíritas se restringiu a uma parcela da sociedade que dominava a língua francesa e estava esclarecida sobre as novas descobertas científicas. Essa elite intelectual estava restrita a advogados, médicos, profissionais liberais (professores, jornalistas e alguns comerciantes) que gozavam de prestígio junto aos grupos dominantes e dirigentes do império. Podemos citar alguns de seus representantes, como Dr. Francisco Leite de Bittencourt Sampaio⁷⁰ e o Dr. Adolfo Bezerra de Menezes⁷¹, entre outros no Rio de Janeiro, e em São Paulo, o Dr. Augusto Militão Pacheco⁷², Cairbar de Souza Schutel⁷³ e Antônio Gonçalves da Silva, o Batuira⁷⁴.

Mas Anália Franco era católica ainda em 1898, segundo Monteiro (1992, p. 185), citando artigo de um conceituado professor, o Sr. Olympio Catão, que registra ser a professora “católica confessa”. O fato é que o biógrafo de Anália considera duas hipóteses para explicar a mudança de religião – do catolicismo para o espiritismo – possivelmente uma doença que a deixou cega momentaneamente, episódio registrado na revista *A Mensageira*, de 15/11/1897, editada por Presciliana Duarte de Almeida, pois Anália colaborava com artigos na revista:

[...] desejando obter a colaboração desta notável brasileira que tantas e tão belas páginas escreveu sobre educação, e ignorando o seu paradeiro, dirigimo-nos à ilustre escritora Josephine Álvares de Azevedo, redatora da Família, para pedindo informação a respeito; e foi com a mais profunda mágoa que tivemos então conhecimento de que Anália Franco se recolhera a vida privada ferida por terrível cegueira. Sem poder amenizar as agruras da sorte daquela que tão agradáveis leituras

⁷⁰ Bacharel, poeta, na política foi deputado e presidente da província do Espírito Santo; foi ainda o primeiro diretor da Biblioteca Nacional.

https://www.wikiwand.com/pt/Bittencourt_Sampaio

⁷¹ Médico, militar, escritor, jornalista, político, filantropo, foi eleito deputado Provincial pelo Rio de Janeiro em 1866, deputado geral pela Província do Rio de Janeiro, no período de 1877 a 1885, neste período acumulou o exercício da presidência da Câmara e do Poder Executivo Municipal e foi sócio fundador da Companhia Estrada de Ferro Macaé e Campos, um dos diretores da Companhia Arquitetônica de Vila Isabel, fundada em outubro de 1873, junto a João Batista Viana Drummond (depois Barão de Drummond) e presidente da Companhia Ferro-Carril de São Cristóvão, período em que os trilhos da empresa alcançavam os bairros do Caju e da Tijuca. (Martins, 2011)

⁷² Médico, inspetor sanitário do estado de São Paulo de 1896 a 1920.

<https://biografias.hi7.co/biografia-militao-pacheco-medico-homeopata-e-espirita-brasileiro---5643b2a9cd673.html>

⁷³ Farmacêutico, primeiro intendente, cargo equivalente ao atual prefeito em Matão, de março a outubro de 1899 e, depois, de 18 de agosto a 15 de outubro de 1900.

<https://www.cairbar.com.br/grupo/pagina-1.htm>

⁷⁴ Trabalhou muito ao lado de Luiz Gama e Antonio Bento, na obra da Abolição da Escravatura, no Brasil, protegendo inúmeros escravos fugitivos, fundou, em 1890, o jornal “Verdade e Luz”, órgão de propaganda da doutrina, que era composto e impresso por ele mesmo, alcançando uma tiragem média de 5 mil exemplares.

<https://saopauloantiga.com.br/quem-foi-batuira/>

nos proporcionou, guardamo-lhe todavia em nossa alma profunda simpatia e indelével recordação. (Almeida, 1897 apud Monteiro, 1992, p. 59).

Talvez na visão de Monteiro, Anália Franco possa ter recorrido à cura de sua doença, frequentando reuniões espíritas. A segunda hipótese seria a sua aproximação junto a doutrina após o casamento⁷⁵ com Francisco Antônio Bastos, dirigente do Centro Espírita de São Paulo.

Mas a AFBI era leiga e Anália cuidava para que suas escolas não tivessem qualquer identificação religiosa. Mesmo assim, ela recebia críticas nos jornais católicos, acusada de ser espírita, de receber ajuda dos maçons, convocando os católicos a não ajudarem suas instituições, como o registrado no jornal *A União*, RJ de 15 de outubro de 1916, onde se lê: “A associação dirigida por d. Anália Franco não merece as simpatias dos católicos e dos poderes públicos [...] a educação ministrada por aquela senhora escandaliza os fiéis.”

As críticas eram frequentes e vinham de ambos os lados: dos católicos e dos espíritas, pois estes queriam que ela confessasse sua fé publicamente, identificando suas escolas como escolas espíritas.

Oliveira (2007), junto às fontes encontradas na AFBI, apresenta uma carta em tom desafiador à educadora, escrita pelo espírita Manoel Felipe de Souza, no dia 13 de março de 1906, que aqui reproduzimos, exigindo que ela colocasse o nome espírita nas instituições fundadas pela AFBI, e que se assim o fizesse, a AFBI receberia auxílio pecuniário:

Quando V. Excia utilizar a sua instrução e o seu talento na propaganda aberta do Spiritismo, quando praticar a caridade em nome da propaganda, impondo-a deste modo á consideração publica, como faz a federação Spirita deo Rio e muitos centros e grupos spiritas do Brazil e do estrangeiro, conte com os meus applausos e quem sabe? Com o meu insignificante auxilio pecuniário. Transforme A Voz Maternal em um jornal spirita com o seu nome laureado no frontispício, e me offereço a ser agente delle em Uberaba, embora já seja agente d’A Doutrina de Curityba e minha esposa agente do Reformador. Pedindo indulto pela livre expansão da minha alma, aguardo ensejo de tecer elogios á sua dedicação spiritia, e então com mais prazer e entusiasmo hei de subscrever-me. Manoel Felipe de Souza. (Oliveira, 2007, p. 126).

⁷⁵ Monteiro (1992) indica na biografia de Anália que ela e Francisco Bastos teriam se casado em 1906. Encontramos divergência quanto ao ano informado, após pesquisa na Hemeroteca que consta que o casamento ocorreu em 8 de novembro de 1902. Na coluna Felicitações a menção do casamento encontra-se registrada na publicação de 9 de novembro de 1902. <http://memoria.bn.br/DocReader/227900/11726>

Na pesquisa, Oliveira (2007) apresenta uma foto da carta e no verso a opção de Anália Franco em não responder. Segundo a pesquisadora, “não tem resposta, o que pode denotar que Anália não teria dado atenção ao convite” (p. 126), pois ao observar outras correspondências, a autora notou a palavra “respondido” no verso de outras correspondências, cuidados que certamente Anália tinha com as cartas enviadas.

A desaprovação de alguns representantes da Igreja Católica às suas instituições se referia também à sua relação com os livres pensadores, os maçons, parceiros da AFBI, na fundação de escolas pela cidade e no interior de São Paulo.

Mas o fato é que, a Associação crescia sem que houvesse qualquer identificação religiosa e o nome de sua fundadora era reconhecido nos meios educacionais. Anália Franco acolhia crianças de qualquer religião e de qualquer raça na AFBI. No jornal *A Voz Maternal* de fevereiro de 1904, encontramos o registro do inspetor Sr. Emilio Mario de Arante que foi entregue ao Dr. Bento Bueno, relatando o trabalho da AFBI com as crianças, filhos dos imigrantes.

RELATORIO

Recebemos e agradecemos um muito bem elaborado relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Bento Bueno, pelo distinto inspector escolar o Sr. Emilio Mario de Arante do qual, pedindo venia, transcrevemos a parte referente Nacionalização das creanças :

«Por mais de uma vez tenho tratado do meio de obrigar os estrangeiros a conhecerem a nossa geographia e historia e a falarem a nossa lingua.

Já não fallo do estrangeiro immigrante que ambiciona voltar para a sua patria, depois de enriquecer, mas das creanças nascidas aqui que, pela educação dada por seus paes, consideram-se extranhas á nossa agremiação politica. Um dos meios lembrados foi a criação de mais escholâs que offerecessem instrucção gratuita a essas creanças, nos logares onde é mais vasta a população estrangeira, mórmente a italiana.

A Associação Feminina Beneficente e Instructiva, da qual é muito digna directora a exma. sra. d. Analia E. Franco, está prestando relevantes serviços nesse sentido, pois mantêm mais de 20 escholâs gratuitas nesta Capital, entre ellas 7 no Braz.

Na falta dos grupos escholares ha tanto reclamados,— no Belemzinho, na Moóca, no Pary, na Consolação, Bom Retiro, Santa Cecilia e Liberdade,— as Escholâs Maternaes, instituidas por d. Analia, appareceram em uma epocha em que podem prestar relevantes serviços, principalmente se ellas conseguirem ensinar a fallar a lingua portugueza a tantas creanças que sem ella jámais serão brasileiras.

Essa senhora tem feito jús ao respeito e gratidão do povo desta Capital, pela gigantesca obra de verdadeira caridade que emprehendeu e vai levando por deante, com masculo esforço semelhante ao de um Vicente de Paula».

Figura 27 - A AFBI nacionalizando crianças imigrantes

Fonte: arquivo digital da Fundação Carlos Chagas

E a resposta do Dr. Bento Bueno na edição de março de 1904 do mesmo jornal.

Recebemos e agradecemos penhoradíssimas o relatório apresentado ao exmo. sr. dr. Bento Bueno pelo digno inspector geral do ensino, o sr. dr. Mario Bulcão.

Da rápida leitura que fizemos, muito apreciemos as profundas verdades que nelle externa em relação á instrução publica, que tão proficientemente dirige.

É realmente é bem lastimavel a sorte das creanças do proletariado, cuja educação, como bem diz o sr. dr. Mario Bulcão, «corre inteiramente á revelia dos interesses do nosso paiz, onde nasceram, e ás quaes não se ensina o amor da patria, como é de nosso dever».

A nossa Associação Feminina Beneficente e Instructiva se fosse melhor subvencionada, como o são pelos governos estrangeiros os professores das respectivas colonias, que estão contribuindo para desnacionalizar as creanças, prestaria ao Estado um enorme beneficio, ensinando-lhes a lingua vernacula e inculcando-lhes no sentimento o amor da nossa patria.

Figura 28 - Para o enorme beneficio à Pátria dar o ensino da língua vernácula.

Fonte: Arquivo digital da Fundação Carlos Chagas

Observamos, nesses artigos, a crítica relacionada às escolas dos imigrantes no Brasil, consentida pelo governo paulista no final do século XIX e início do XX, em função do sistema escolar deficitário, apesar dos investimentos do governo na implementação de uma escola pública para todos, porém, no período posterior, o consentimento político passa a ser preocupação e medidas nacionalistas passam a limitar as atividades das escolas de imigração.⁷⁶ De alguma forma a AFBI estava atenta a essa preocupação “prestando relevantes serviços neste sentido”.

De acordo com o discurso do senador Paulo Egídio – proferido em fins de 1903, nos Anais do Senado Paulista – citado por Monteiro (1992):

[...]em um espaço inferior a um ano, esta senhora e a Associação que ela dirige fundaram no estado e na capital e n’algumas cidades do interior 25 escolas e há 4 meses mais ou menos, [...] tinham uma população escolar de 1.000 crianças de ambos os sexos, de todas as origens e procedências (Monteiro, 1992, p.79).

Dizendo isto, o senador afirmava ter examinado os documentos da associação e que surpreso com o trabalho estava ali na sessão, solicitando um aumento em suas emendas orçamentárias em prol dessa associação. Em 1904, mais uma vez solicita à casa legislativa maior verba, pois no prazo de dois anos cerca de 28 escolas haviam sido fundadas.

Segundo Monteiro (1992), em 1907:

⁷⁶ Para saber mais: Waldman, T.C. O Acesso à educação escolar de imigrantes em São Paulo: a trajetória de um direito.

https://www.teses.usp.br/index.php?option=com_jumi&fileid=17&Itemid=160&id=67A74CB6D4A6&lang=pt-br

[...] a matrícula e frequência foram nas escolas maternas da Capital de 564; a matrícula geral foi de 926 e a frequência geral de 155.764 alunos. Nas escolas maternas do interior, a matrícula foi de 230, matrícula geral de 304, frequência geral de 50.784 alunos. No Liceu Feminino, nos 1º, 2º e 3º anos, a matrícula foi de 31. Nas escolas do asilo, creche e albergue, a matrícula geral foi de 197, a frequência geral de 27.326 alunos. Nas diversas oficinas e creches, a matrícula geral foi de 31, a frequência geral de 6.348 (Monteiro, 1992, p.164).

Barros (1982) parece confirmar o crescente aumento de alunos, com o ingresso de crianças chegando de locais diferentes: “Espírito Santo, Minas Gerais e, tantos outros meninos e meninas que iam se tornado filhos adotivos de D. Anália Franco” (p.25). Para essa quantidade de alunos faziam-se necessárias as mudanças de casas, com espaços maiores para atender a chegada maior de alunos.

De acordo com Monteiro (1992, p. 90), em 1905, havia 2.098 alunos matriculados nas 22 escolas da capital e mais 10 alunos da Escola Tipográfica, 23 alunos do albergue diurno e 117 da Escola das Analfabetas e Liceu Feminino.

Por que o número de alunos crescia? A propaganda da associação nos impressos pode ser considerada a causa?

Barros (1982) relata, que lhe chamou a atenção, certa vez, a Figura de um jornal:

Havia uma tipografia onde as mocinhas trabalhavam. Fascículos, libretos, estatutos e jornais já eram publicados em 1906. Certamente os sócios e os beneméritos e amigos do colégio receberiam mensalmente as notícias dos trabalhos, das lutas e dos empreendimentos dessa fantástica organização educacional e, sobretudo caritativa. [...] **A Voz Maternal** vencida distâncias imensas, **percorrendo todos os Estados do país**. [...] **Só assim se explica porque, do Pará, veio aquela professora com seus cinco filhos**: Risoleta, Maria Amélia, Alzira, Flora e Luiz Góis. (Barros, 1982, p.25) (grifos nossos).

Em sua observação, a chegada de cinco novos alunos vindos do Pará para ingresso na AFBI, era motivada pela propaganda da instituição feita através de jornais. Já vimos, em Fonseca e Johansen (2018), que o jornal *A Voz Maternal* era publicado mensalmente e divulgava o trabalho da AFBI, o número de escolas e matrículas. *A Voz Maternal* também era utilizada como uma forma de prestação de contas da Associação. Todo mês, balancetes eram publicados mantendo o associado ou outro interessado informado da contabilidade da instituição. De certa forma, parece haver uma preocupação em participar aos doadores e subsidiários os fins dos recursos obtidos, denotando uma transparência da diretora prestando contas do que recebe e como os recursos foram utilizados.

Para promover as atividades da AFBI, Anália Franco reproduz no periódico, artigos que foram publicados nas mais diversas cidades, sobre a atividade praticada na capital ou nas sucursais. Encontram-se, assim, reproduzidos os artigos do *Correio de Jahú*, da cidade de Dois Córregos, do *Jornal do Brazil*, da *Tribuna Popular de Itapetininga*, entre outros. Toda essa propaganda e registro dos trabalhos realizados pela AFBI, encontrados no jornal *A Voz Maternal* podem justificar o que escreveu Barros (1982) sobre a presença de ilustres personagens da sociedade na associação:

Éramos constantemente visitados; extremamente apoiados e incentivados. Como se tratava de uma Associação Beneficente Feminina e Instrutiva, inúmeras eram as pessoas gradas e representativas que nos estavam a ver, ajudando e entusiasmandos-nos, com seus aplausos sinceros e confiantes. Nossa mãe adotiva e Diretora, por vezes inúmeras, era cumprimentada e enaltecida por visitas coletivas e representativas da Câmara de São Paulo (Barros, 1982, p.31).

Esta informação da ex-aluna é confirmada pela própria Anália Franco na seção Pequenas Notícias do jornal *A Voz Maternal* de novembro de 1904.

Ha poucos dias tivemos no Asylo e crèche, a subida honra das visitas d'alguns dos srs. vereadores da Camara Municipal desta Capital, os quaes percorreram todas as dependencias do Asylo, aulas, officinas e dormitórios, retirando-se todos bem impressionados com a boa ordem, accio e progresso das creanças nas aulas do Asylo e Crèche. Muito lisongeadas, agradecemos a distincta honra que benevolmente nos foi concedida.

Figura 29 - Visitas de pessoas ilustres na AFBI

Fonte: Arquivo da Fundação Carlos Chagas, *Voz Maternal* 1904, p.6

Falamos até aqui das sucursais das casas maternais, mas o modelo da Associação e sua obra, parece ter sido copiado por alguns estados e cidades, como no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro, no bairro de Madureira, como vemos abaixo. Desta maneira entendemos que a obra de Anália Franco teve uma abrangência nacional, na medida em que encontramos sucursais das casas maternais sendo solicitadas pelos governantes locais das cidades do estado e de outros estados e Associações Femininas nos moldes da AFBI. Acreditamos que a propaganda feita pelos jornais e a *A Voz Maternal* podem ter sido veículos de divulgação da obra avaliada positivamente nas publicações e que desta forma poderia também ser a

solução para os mesmos problemas sociais encontrados nas diferentes localidades do país. Vejamos a notícia do *Correio da Manhã*, jornal do Rio de Janeiro, em 1910, da ocorrência de uma associação nos moldes da AFBI no Rio de Janeiro.



Figura 30 - Notícia da inauguração de uma Associação Feminina Beneficente Instrutiva no Rio de Janeiro, que seria filial da AFBI de São Paulo

Fonte: Hemeroteca Digital BN http://memoria.bn.br/DocReader/089842_02/227

E termina o artigo registrando o local da Associação e o quadro dos diretores, conforme a Figura 31.

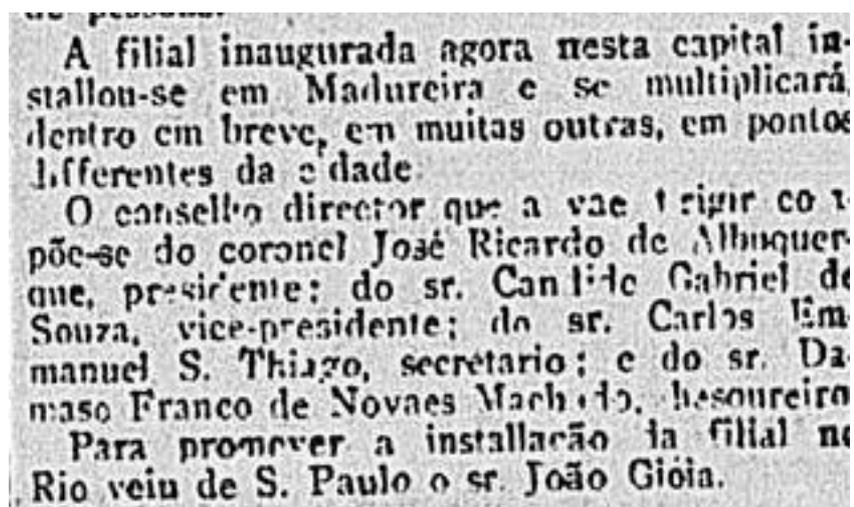


Figura 31 - Continuação da notícia apresentando o local da Associação Feminina Beneficente Instrutiva em Madureira no Rio de Janeiro, constando o quadro de diretores

Fonte: Hemeroteca Digital BN http://memoria.bn.br/DocReader/089842_02/227

Caputo (2008) investiga em sua dissertação, a relação de Eunice Pelegrino Caldas⁷⁷ com a educadora Anália Franco para a fundação da filial da AFBI⁷⁸ em Santos, a Associação Feminina Santista⁷⁹. Eunice funda na cidade a primeira escola maternal, em 1902, e a chama de Anália Franco.

No Rio Grande do Sul, a notícia de uma Associação nos moldes da AFBI, é registrada por Anália Franco no jornal *A Voz Maternal*, de abril de 1904:

⁷⁷ Eunice P. Caldas professora diretora do 1º Grupo Escolar de Santos “Dr. Cesário Bastos”. Escreveu junto a Anália Franco o “Manual para escolas maternais”. Foi irmã de Vital Brasil (Caputo, 2008).

⁷⁸ O vínculo entre as duas instituições a AFBI e a Associação Feminina Santista dura três anos (Caputo, 2008).

⁷⁹ Associação Feminina Santista hoje é o Liceu Santista. Mais informações no *site* da instituição, disponível em: <https://www.liceusantista.com.br/quem-somos/nossa-historia/>. Acesso em: 27 set. 2022.

Associação Feminina Beneficente e Instructiva no Rio Grande do Sul

E' com a mais viva satisfação que soubemos, por intermedio d'uma nossa distincta associada rio-grandense, que, em Porto Alegre, D. Andradina d'Oliveira, está organisando uma Associação Feminina Beneficente e Instructiva idêntica á nossa, em prol da educação das classes desvalidas.

Os nossos mais ardentes votos são para que n'aquelle culto e operoso Estado, ella consiga as adhesões indispensaveis para a realisação de tão util empreendimento, o que é de esperar, mormente estando á frente da idéia, tão illustre e denodada paladina dos ideaes progressistas e humanitarios como D. Andradina d'Oliveira, digna redactora do apreciado «Escrinio». Oxalá que nos outros Estados se encontrem imitadoras, porque só quando a mulher comprehender que a sua valia não se afére só pelas graças e attractivos exteriores, mas sim pelas grandes idéas que lhe illuminam o espirito e enaltecem o coração, é que a humanidade dará um grande passo para essa fraternidade civilisadora tão preconizada por Jesus. Por emquanto luz-nos a esperança de que aos poucos se virão agremiando todas as que tiverem olhos para vêr, e sobre tudo coração para amar.

Figura 32 - Notícia de uma iniciativa de organização de uma Associação Feminina Beneficente Instructiva no Rio Grande do Sul, nos moldes da AFBISP

Fonte: Fundação Carlos Chagas.

Estar nos moldes da Associação de Anália Franco significava, além de se fundar as casas maternais, formar professores específicos que as atendessem pedagogicamente e a criação de Liceus que faziam parte do projeto. Podemos verificar esta afirmação através do exemplo da Associação de Santos que cria de imediato o Liceu Feminino Santista.

No próximo capítulo apresentaremos a pesquisa sobre o Liceu Feminino, obra da Associação cujo regimento foi criado em novembro de 1901, no mesmo ano da fundação da AFBI, mas seu funcionamento ocorreu no ano letivo seguinte em 1902.

4

O Liceu Feminino da Associação Feminina Beneficente Instrutiva – os alicerces de sua fundação

Iniciamos este capítulo, sobre o Liceu, apresentando dados da formação profissional de Anália Franco. Nossa intenção é atentarmos aos “modelos” que impactaram sua formação e que de alguma forma possam ter influenciado o seu modo de agir e de pensar o curso de formação de professoras da Associação. Pesquisar sua trajetória de aluna do Curso Normal pode representar indicadores de suas práticas, opções teóricas, escolhas e ideias que configuraram sua atuação como professora no âmbito público e privado e como diretora da AFBI.

Sobre a relação entre trajetórias de vida, formação docente e práticas pedagógicas, citamos, Nóvoa (1992), que considera importante a leitura do livro *O professor é uma pessoa*, de Ada Abraham, pois investigar a vida dos professores, sua carreira e seus percursos profissionais, pode indicar uma relação constituinte (não linear e determinística) de disposições, valores e práticas educacionais.

De acordo com Nóvoa (2007, p. 26), precisamos reconhecer que “uma teoria de personalidade se inscreve no interior de uma teoria da profissionalidade”. Lellis e Nascimento (2010) afirmam que analisar os formadores que atuaram na formação de professores, de como eles se constituíram docentes, compreender a diversidade desses profissionais que ocupavam posições distintas, de trajetórias e volumes de capital cultural diverso, nos ajudam a entender que a multiplicidade de agentes, os estilos de ensinar, os itinerários percorridos, mapeiam “acontecimentos biográficos que se definem como colocações e deslocamentos no espaço social” (Bourdieu, 2006, p. 190) e que podem definir disposições pedagógicas.

4.1

O Curso normal em São Paulo

A Escola Normal onde Anália Franco estudou para se formar professora teve em sua história três fases de funcionamento. De acordo com Dias (2013), essas três fases se inserem entre o período de 1846 até 1890, sendo: a primeira fase de 1846 a 1867; a segunda fase de 1875 a 1878; e a terceira de 1880 a 1890.

Conforme o relatório sobre a história da Escola Normal de São Paulo que consta no Anuário do Ensino do ano de 1907, a escola foi reaberta pela lei provincial nº9 de 22 de março de 1874, reinaugurada em fevereiro de 1875, depois de fechada

por 8 anos. Não tendo a Assembleia Provincial votado verba para a Escola Normal no orçamento que deveria vigorar no exercício de 1878-79, houve um novo ato de fechamento por parte do Presidente da Província, em 9 de maio de 1878, tornando-se efetivo o fechamento em 30 de junho do mesmo ano. Em sua história, dentro das três fases de funcionamento, a Escola Normal só foi reaberta no ano de 1880.

Cada fase apresentava uma estrutura diferente na organização do curso, no oferecimento das cadeiras, no perfil de professores nomeados para reger as disciplinas. Tais estruturas eram marcadas não por um processo de fundo pedagógico, mas por decisões do poder provincial.

O primeiro projeto de lei que procurava sistematizar o curso de formação de professores, em São Paulo, que, de acordo com Dias (2013, p. 49), “surgiu numa sessão da Assembleia Provincial de 20 de janeiro de 1843”. Posteriormente, incorporou a lei nº 34, de 16 de março de 1846, em que a Escola Normal de São Paulo ofereceria um curso com dois anos de duração e em cada ano uma cadeira.

No primeiro ano, a 1ª cadeira tinha as seguintes disciplinas: lógica; gramática geral e da língua nacional; teoria e prática de aritmética, até proporções; noções gerais de geografia prática; caligrafia; princípios e doutrina da religião do estado. E no segundo ano, a 2ª cadeira trazia: métodos e processos do ensino, suas aplicações e vantagens comparativas. (Dias, 2013, p. 50).

Havia um único professor, o bacharel Dr. Manoel José Chaves. O curso era somente para alunos do sexo masculino. A criação da Escola em 1846, era resultado das discussões sobre a necessidade de se organizar o “ofício” do professor. Questões levantadas sobre o abandono da profissão que se dava na época, sobre a mesquinhez dos ordenados que não atraíam candidatos; sobre os exames superficiais que aprovavam sem critérios um professor sem aptidão e sobre os métodos didáticos, demandavam uma solução rápida para o progresso de uma sociedade alvejada pela educação.

Em 1867, na segunda fase de seu funcionamento, a escola é fechada por proposta da lei nº 6, do orçamento provincial, de 1867-1868, aprovada em julho de 1867 (Dias, 2013, p. 50), ou seja, por questões orçamentárias, a escola fechou suas portas no ano de 1867. Somente em 1875 a Escola Normal foi reaberta, o que nos faz pensar também, sobre as representações da profissão e a instrução das primeiras letras no período em que esteve fechada. Nas palavras de Dias (2013, p. 51): “No ano de 1875, a Escola Normal de São Paulo iniciou suas atividades com a

promulgação da lei nº 9, de 23 de março de 1874”. Nessa segunda fase da Escola Normal de São Paulo, de 1875 a 1878, ocorreu a instalação de matrículas femininas.

De acordo com Monarcha (1999) em 1875, 33 alunos se matricularam e, de 1875 a 1878, ano em que a escola fechou, havia na seção masculina 124 alunos, dos quais 27 receberam a carta de habilitação, e “na seção feminina, inaugurada em 1876, havia 90 alunas, e 17 delas receberam a carta de habilitação”. (Monarcha, 1999, p. 103).

De maneira que, analisar a trajetória da instituição, as recorrentes aberturas e fechamentos de suas atividades nesse processo de institucionalização da formação e profissão docente, pode nos dar indícios sobre condutas de professores, normas, manuais adotados e os procedimentos didáticos, em um espaço privilegiado de formação, “padrão de excelência e respeitabilidade do aparelho escolar do estado de São Paulo, [...] centro de produção de uma cultura escolar recorrentemente atualizada” (Monarcha, 1999, p.343), no qual Anália Franco estava inserida como aluna normalista.

O que nos traz algumas reflexões: Com que professores ela dialogou? Quais foram as disciplinas oferecidas no período? Desta forma, um pouco da história sobre seus professores foi o que procuramos investigar.

Nesta fase, novas disciplinas foram oferecidas, com divisão das cadeiras, fazendo com que dois professores atuassem ministrando a mesma disciplina. As aulas começaram em fevereiro de 1875 com a seguinte composição de matérias para os dois anos de curso: no primeiro ano, a 1ª cadeira era composta por línguas nacional e francesa; aritmética e sistema métrico; caligrafia; doutrina cristã; metódica e pedagogia, com exercícios práticos nas escolas da capital. No segundo ano, a 2ª cadeira oferecia noções de história sagrada e universal; história do Brasil; geografia e geografia do Brasil e elementos de cosmografia. A 1ª cadeira tinha como docente o professor Paulo Antônio do Valle e o lecionador da 2ª cadeira era o professor Américo Ferreira de Abreu.

No ano seguinte, uma mudança curricular alterou essa configuração, desmembrando a cadeiras – cada uma foi dividida – e, conseqüentemente, passaram a ser lecionadas por quatro professores: Melchiades da Boa Morte Trigueira, substituto de Paulo do Valle; João Bernardes da Silva, Américo Ferreira Abreu e Antonio Augusto de Bulhões Jardim.

Em virtude do fechamento da escola, em 30 de junho de 1878, tendo em vista o fato de a Assembleia Provincial não ter votado a verba para seu exercício de 1878/1879, os alunos da terceira turma, que deveriam se formar em 1878, não concluíram o curso. Posteriormente⁸⁰, pela lei nº 880, de 6 de outubro de 1903, foram equiparados aos normalistas, os alunos que haviam sido aprovados nas matérias do 1º ano e estavam matriculados no 2º ano, quando a escola foi fechada. Essa lei atendia apenas, os alunos que já haviam exercido o magistério primário em grupos escolares ou escolas isoladas públicas do Estado. É possível que tenha sido o caso da professora Anália Franco.

Anália Franco cursou o 1º ano da Escola Normal de São Paulo, em 1877, portanto, seus professores, de acordo com a pesquisa de Dias (2013) teriam sido o Prof. Pe. Adelino Jorge Montenegro, que dava aulas de língua nacional e aritmética; o Prof. João Bernardes da Silva, atuando nas matérias de francês, metódica e pedagogia; Prof. Américo de Abreu e José Rubino, ambos ministrando as matérias de cosmografia e geografia; e o Prof. Antonio Augusto de Bulhões Jardim, responsável pelas matérias de história sagrada e universal e noções de lógica.

De acordo com Dias (2013, p. 52), “Em 1877, o professor Melchiades da Boa Morte foi substituído pelo padre Adelino Jorge Montenegro”, também houve a substituição do professor Américo Ferreira Abreu que pediu exoneração, em 1878, e foi sucedido pelo professor José Rubino de Oliveira.

No livro *Professores da Escola Normal de São Paulo 1846-1890* (Dias, 2013) encontramos uma pesquisa sobre os professores da escola, suas vidas pessoais e profissionais. Aqui, registramos os dados levantados pela pesquisa de Dias (2013) sobre os professores das quatro cadeiras do curso do 1º ano, do ano de 1877.

O professor Adelino Jorge Montenegro, que ministrava as matérias de língua nacional e aritmética, era padre e havia cursado Direito em São Paulo, durante os anos de 1867 a 1871. Era conservador e tentou uma vaga para senador da Província de São Paulo, antes de sua entrada na Escola Normal, ficando em 4º lugar, entre os suplentes. Antes de sua nomeação para o cargo de professor, substituindo o Prof. Dr. Melchiades da Boa Morte Trigueira, na cadeira do curso, “foi examinador de professoras de primeiras letras na cidade de Lorena e freguesia dos Dois Córregos”, (Dias, 2013, p. 112). Em 1877, passou a acumular também o cargo de secretário da

⁸⁰ Para saber mais: https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/1846_escola_normal.pdf

Escola Normal. Ainda em 1877, substituiu o Prof. João Bernardes da Silva, por 15 dias, em sua licença. Sua permanência na escola foi curta; em 1878 foi demitido por processo disciplinar. Posteriormente, seu nome apareceu como gerente-editor do jornal *O Correio Paulistano*, deixando este cargo em 1882.

O professor Américo Ferreira de Abreu ministrava cosmografia e geografia. Cursou Direito em São Paulo, bacharelando-se em 1858. Foi curador geral dos Órfãos, inspetor de instrução pública, juiz de órfãos da capital e procurador fiscal do Tesouro Provincial (Dias, 2013). Segundo a pesquisa encontrada sobre sua participação no curso, consta ter sido ele o responsável pelo pedido ao inspetor geral da instrução pública, a compra de uma esfera celeste e outra terrestre de mapas do Brasil. Em 1877, acumulou as suas funções docentes com o cargo de diretor da Escola Normal. Ainda em 1877, substituiu o professor Dr. Antonio Bulhões Jardim, que pediu licença em agosto. No início de 1878, solicitou exoneração do cargo, sendo substituído, na cadeira, pelo professor Dr. José Rubino de Oliveira, e, no cargo de diretor, pelo professor Dr. João Bernardes da Silva.

As seguintes matérias: história sagrada e universal e noções gerais de lógica eram ministradas pelo Dr. Antonio Augusto Bulhões Jardim que lecionava a 4^a cadeira. Junto com seu irmão Ignácio Soares de Bulhões Jardim foram professores da Escola Normal de São Paulo – seu irmão apenas na 3^a fase da escola, na década de 1880. Tiveram um irmão ministro da República, o Sr. José Leopoldo de Bulhões Jardim, ocupando a pasta da Fazenda. (Dias, 2013). Formado como bacharel na Academia de Direito de São Paulo, ocupou o cargo de promotor público da cidade de Mogi das Cruzes em 1876, quando pediu exoneração de seu cargo para assumir a regência da cadeira na Escola Normal de São Paulo. Em 1878, foi designado a acumular a sua função o cargo de secretário da Escola Normal, até maio do mesmo ano, quando a escola foi fechada. Morreu no ano seguinte de febre amarela contraída na cidade do Rio de Janeiro.

O Dr. José Rubino de Oliveira cursou o Seminário Episcopal de S. Paulo, onde estudou humanidades e teologia, durante quatro anos (Dias, 2013). Posteriormente, ingressou também na Academia de São Paulo para estudar Direito. Ao mesmo tempo que estudava Direito, dava aulas particulares – essas anunciadas no jornal *Diário de São Paulo*. Atuou como professor em um colégio preparatório para o ingresso na Academia de São Paulo. Em 1874, manteve um escritório de

advocacia na cidade. Foi também professor do Colégio Pestana⁸¹, colaborando com Rangel Pestana e sua esposa, tendo acesso a novos métodos de ensino e ao currículo diversificado de um colégio inovador e moderno da época. Foi indicado, em 1878, pelo presidente da província, para substituir o professor Américo Ferreira de Abreu, que pediu exoneração do cargo. Com o fechamento da Escola Normal, em 1878, ele assumiu a função de professor na Faculdade de Direito, após concurso, e abriu também um escritório de advocacia. “Foi um dos signatários do Manifesto de Criação do Partido Católico, criado no Rio de Janeiro, em 1890” (Dias, 2013 apud Amaral, 2013, p. 234).

O juiz municipal e juiz de órfãos, Dr. João Bernardes da Silva cursou a Academia de São Paulo, foi delegado em Santos e, em 1876, foi nomeado para o quadro docente da Escola Normal, para substituir em 1877, o professor Melchiades Trigueira na 1ª cadeira. Depois, trocou para a 2ª cadeira, no mesmo ano, e, em 1878, após a exoneração do professor Américo Ferreira de Abreu, acumulou sua função ao cargo de diretor da Escola Normal. Após o fechamento da escola, voltou a trabalhar com advocacia, tendo sido juiz de direito, em 1879. Em 1881, se candidatou à Assembleia Provincial.

No ano de 1877, a Escola Normal sofreu algumas alterações em relação ao seu regulamento. Como vimos no histórico dos professores, alguns acumulavam a função de professor com a de secretário ou diretor da escola. Isso era “decorrência do regimento, de 5 de janeiro de 1877” (Monarcha, 1999, p. 101), que também instituiu exercícios práticos dos alunos nas escolas de instrução primária da Freguesia da Sé, regida para as alunas meninas, através da tutela da professora Amélia do Prado Alvim. Anália Franco possivelmente fez sua prática docente, como aluna, junto a esta professora.

É interessante observarmos as condições encontradas no local do estágio, apontadas por Monarcha (1999, p. 101), que apresenta o relato da professora Amélia em uma carta à diretoria da Escola Normal, queixando-se de que sua escola não fazia limpeza, não fornecia água nem se assejavam “ourinóis”. No fim das reclamações sobre a higiene das salas, a professora solicita providências ao diretor da Escola Normal, que encaminha a queixa ao inspetor geral da instrução pública,

⁸¹ O Colégio Pestana, de propriedade de Rangel Pestana, teve, também, entre seus professores, os nomes citados no texto, como Köpke e Antonio Caetano de Campos (Panizzolo, 2006, p. 93).

ou seja, o local do estágio das futuras professoras, as alunas da Escola Normal de acordo com a denúncia, evidenciada na carta, era de “sujeira e de indiferença”.

A Escola Normal foi novamente fechada em 1878, de acordo com o Ato de 9 de maio, do mesmo ano. O motivo, além da questão da verba não orçada para o ano seguinte, era também, a falta de professores.

É possível considerar em conformidade aos fatos observados no registro histórico dos professores do 1º ano de Anália Franco, que alguns professores se exoneravam, outros acumulavam cadeiras e cargos, durante o período, situações que emergiram para compor um quadro de professores da escola.

Ao elencarmos os professores da Escola Normal de São Paulo, suas cadeiras e algumas de suas características biográficas, no período em que Anália Franco foi aluna, subsidiados pela pesquisa de Dias (2013), pudemos compreender primeiramente o panorama organizacional da escola no período. Um ambiente que apresentava mudanças na administração da escola, na configuração dos responsáveis pelas cadeiras oferecidas, um complexo de conflitos e tensões em diferentes momentos e de diferentes sujeitos que fizeram parte da instauração da instituição, na sua segunda fase, que teve curta duração, de 1875 a 1878.

Além disso, o funcionamento da escola era em local provisório, de acordo com Monarcha (1999, p. 13), a Escola Normal, em sua segunda fundação, “funcionou em uma sala do curso anexo à Faculdade de Direito do Largo de São Francisco”, “enquanto se aguardava a construção do prédio próprio” (p. 96).

Além dos indicadores de mudanças no quadro administrativo da instituição, foi interessante observar o perfil profissional dos professores. Verificamos que os professores de Anália Franco eram bacharéis formados pela Faculdade de Direito. Para Monarcha (1999, p. 24), “a formação intelectual dos primórdios do ensino acadêmico no Brasil faz com que os bacharéis se preocupem com as necessidades originárias do momento de transição da ordem colonial para a ordem competitiva.” É através da instrução, que o povo se civiliza – a sociedade racional moralizada é apaziguadora – e saberá mediar os conflitos entre indivíduos e instituições. Para promover essa educação, era urgente a qualificação do professor e essa era feita por bacharéis e juízes.

A professora Anália Franco, portanto, teve em sua formação a perspectiva da urgência da formação do professor com os traços republicanos dos bacharéis diplomados pela Faculdade de Direito, que conduziram ideologicamente as bases

da formação do magistério, a regeneração dos indivíduos através da razão e da ciência, da ordem e do progresso, dos ideais positivistas da educação, como progresso e civilização de um povo e do ensino leigo. Em sua formação podemos destacar aqui, os professores padres, instruídos no Seminário Episcopal, intelectuais citadinos (Monarcha, 1999, p. 112) que partilhavam dos dogmas da Religião da Humanidade.

Havia um futuro eminente no projeto de formação dos professores, almejado por essas correntes de administradores públicos, em discursos oficiais, jornais diários, impressos e, possivelmente, na condução da formação das alunas. Os atos de reforma e de iniciativas da filantropia iam se constituindo e se desenrolavam com o intuito de civilizar a população. Os ideários dessa corrente podem ser observados neste impresso de Anália, no Álbum das Meninas (ano 1, nº 4):

Quando impressionada ao ver tantas infelizes creanças abandonadas à ignorância e vagabundagem, sem educação moral e religiosa, sem instrução obrigatória e profissional, emprehendi a fundação desta modesta revista ALBUM DAS MENINAS, que traduz apenas uma convicção e uma fé, visto reflectir mal formulado embora, um sonho de justiça e de verdade, tinha a certeza de que o meu empenho não seria de todo, inútil. E não foi. Porque se há muitos que nada tem de commum com o resto da humanidade, e nem se commovem à vista d'esse triste bando de creanças, que mais tarde hão de povoar o fundo tétrico dos cárceres, ou serem arroladas nas matrículas policiaes da prostituição, [...] É por conseguinte a esses a quem me dirijo e chamo em meu auxílio. Sim, urge que nos esforcemos em por em prática o salutar princípio de associação, [...] é indispensável que se inicie a realização d'esses prodigiosos, alavanca dos tempos modernos, em prol d'uma causa commum, que é a causa principal da nação brasileira: a da educação e do trabalho dos seus filhos. (Franco, 1898, p. 3).

Podemos observar outro traço de influência no registro de seus professores em sua formação, a de dois docentes que tinham em seu currículo profissional seus trabalhos ligados à orfandade. O professor Américo Ferreira de Abreu, que foi curador geral dos órfãos e juiz de órfãos da capital e o professor João Bernardes da Silva, juiz de órfãos.

É possível considerar que a identidade profissional desses professores, ligada à assistência aos órfãos pode ter orientado a formação de Anália Franco, fazendo-a optar por um trabalho voltado inicialmente à orfandade.

Quanto à condução metodológica do curso Normal, vamos analisar o programa de ensino e alguns indicadores que podem caracterizar suas influências nas práticas pedagógicas das instituições dirigidas pela professora. De acordo com Silva e Perez (2014) na década de 1870, um dos manuais mais utilizados no Brasil

e, adotado na Escola Normal de São Paulo era o manual do Curso prático de pedagogia, de Daliguault, publicado originalmente na França em 1851 e traduzido pela primeira vez no Brasil em 1865.

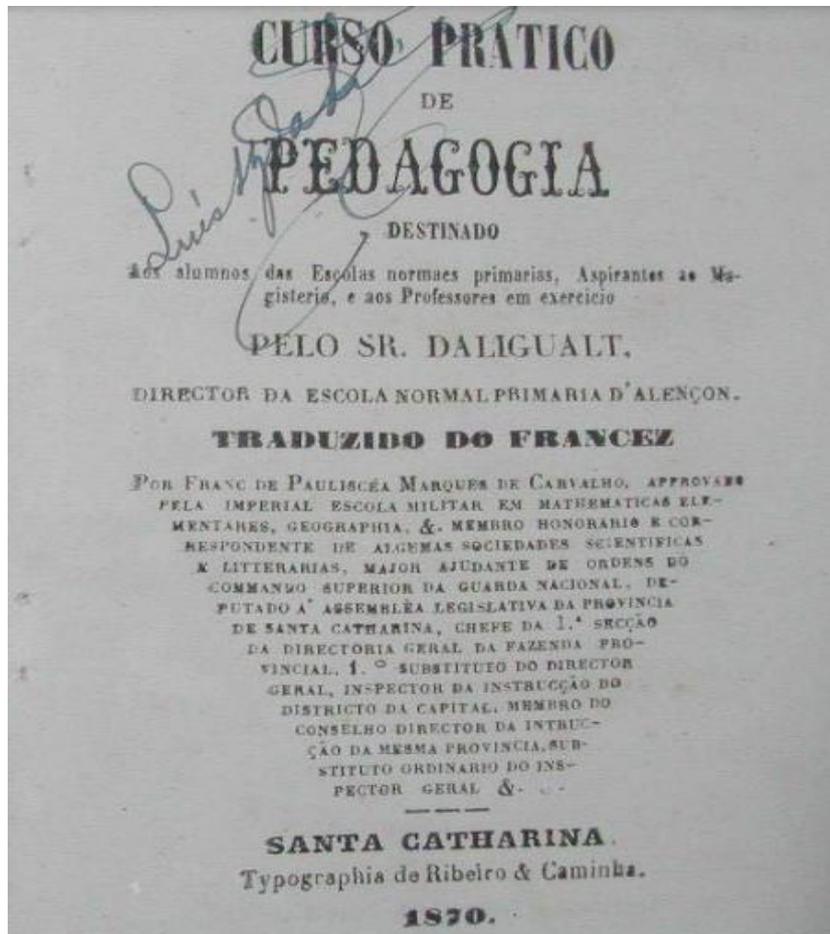


Figura 33 - Foto da capa do livro de Pedagogia de Daliguault. 1870

Fonte: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/179927>

O livro adotado pela Escola Normal como manual de formação de professores apresentava nos capítulos que o compõe, orientações para o professor que “completaria por assim dizer a obra de Deus” (Daliguault, 1870 p.18).

No início do manual encontramos o capítulo que descreve o que seria a “dignidade” da função do professor primário e quais seriam as qualidades necessárias para o exercício da profissão. De acordo com o autor seriam sete as qualidades de um bom professor: a bondade, a firmeza, a paciência, a regularidade, a pureza dos costumes, a piedade cristã e o zelo.

Encontramos também, a descrição das qualidades indiretas para a função, as que contribuem para o bom resultado do ensino que são: a polidez, a modéstia, a prudência, o desinteresse, o amor da solidão, cuidados que o professor deveria ter em seu comportamento, como por exemplo: o de evitar festas, casas de jogo e o de “passar ora para um lado, ora para outro” (Daliguault, 1870, p 53).

Em outra parte do livro, nos deparamos com a definição do objeto do trabalho e da divisão da Pedagogia. Segundo o autor, o homem é composto de corpo e alma e com três espécies de faculdades, a física que se refere ao corpo, as faculdades intelectuais que se referem à inteligência e as faculdades morais que se referem à vontade. Desta forma, a educação tem “três ramos”: a educação física, a educação intelectual e a educação moral. A educação física teria o objetivo de firmar a saúde, desenvolver os órgãos, “preparar o corpo para as fadigas da vida” (Daliguault, 1870, p.56).

Trabalhar os meios indiretos ou precauções higiênicas faziam parte do primeiro capítulo, dividido em itens como: o asseio dos meninos, a limpeza do local, a renovação do ar, a variedade nos exercícios, a boa posição, cuidando da separação ou afastamento dos meninos atacados por moléstias. O trabalho por meios diretos ou exercícios, indicavam os itens como: o andar, o correr, o saltar, o trepar, o escorregar ou o resvalar e a cultura do jardim, esse item, de acordo com o autor significava o trabalho do corpo todo, ao cultivar, colher, plantar.

Anália Franco na revista *Album das meninas* ano 1 n.3 de 30 de junho de 1898 afirmava que:

Qualquer que seja a idea que se faça do pensamento não se pode desconhecer que o instrumento intellectual está também sujeito ás enfermidades phisicas e não pode dispensar um sangue rico, alimentado por um ar puro e regenerado por vários exercícios. [...] D’ahi resulta a necessidade de uma educação completa integral e harmônica (Franco, 1898, p.50 e 51).

Na Colônia da AFBI, encontramos que havia trabalho de corpo no “mundo de terras, na casa da fazenda (Barros, 1982, p.45). Segundo as memórias da ex-aluna, o trabalho construtivo na vida de campo fazia parte da educação dos alunos, orientado por professores. Nas escolas maternas, de acordo com Monteiro (1992, p.56) eram ministradas além das seguintes matérias, rudimentos de português, aritmética, geometria, geografia, história natural e pátria, a **ginástica**, trabalhos manuais, canto coral e ensinios morais. (grifo nosso)

A segunda parte do manual de Pedagogia adotado na Escola Normal tratava da educação intelectual. Para o desenvolvimento da inteligência era preciso fazer algumas ações que desenvolveriam as faculdades intelectuais, “a percepção dos objetos, a atenção que os examina, a memória que recorda a sua lembrança, a imaginação que penetra suas relações e o raciocínio que entre si combina os juízos” (Barros, 1982, p.68).

Para que a instrução ocorresse, o local se fazia importante; se externo: seriam o pátio, as latrinas, a bomba de tirar água, o saguão. Se interno: seriam a sala da lição, as paredes, vidraças das janelas, a mobília, o estrado, as escrivaninhas com bancos, o sinal ou campainha, e o guarda penas, o quadro negro, quadros de leitura, cálculos e gramática, varinhas para apontar no quadro o objeto da lição, armários na parede, cabine de chapéus, relógio de parede, tabuinha, crucifixo, fogão ou lar para aquecer a aula e o termômetro.

Os meios disciplinares representavam os meios da boa ordem. Para se desenvolver a inteligência e formar bem o coração, a disciplina era fundamental. Ela formava o regulamento. Assim no artigo 1 do capítulo, o autor indicava a distribuição do tempo e do trabalho como um item de disciplina. Então eram registrados no livro, dias e horários em tempos de verão e dias e horários em tempos de inverno. Os métodos: simultâneo e misto.

Na AFBI, conforme Barros (1982) havia disciplina e ordem na rotina das crianças: “Disciplina...disciplina [...] os horários exatos; os recreios, os trabalhos escolares, [...] as refeições em tempo e repouso nos dormitórios confortáveis e limpos. (p. 29). Ainda sobre o item disciplina, no livro pedagógico há preceitos e ordens para uma aula bem regulada: gestos e sinais do corpo feitos pelo professor, o olhar, o movimento das mãos, tudo isso, bastaria para chamar a ordem um menino. A campainha servia para fazer cessar as brincadeiras, o horário dos jogos ou o recreio.

Da mesma forma o sino que tocava no Asilo onde vivia a ex-aluna de Anália Franco. Barros (1982) fala do “sino grande e quem batia era a Marieta”, para todos os acontecimentos diários. “Café da manhã? Primeiro toque do sino. Logo depois as primeiras aulas. Almoço? Segundo toque do sino e toda a gente escutava que o sino chamava” (Barros, 1982, p.52). Quanto a forma de chamar a ordem uma menina, no caso da professora Anália Franco, afirma Barros (1982) que “a mãe adotiva nunca recriminou, falava docemente, e dava conselhos”.

Os registros sobre os alunos também foram ressaltados como item importante, no livro adotado, pois a normatização deste procedimento, serviria como meio para se conhecer os alunos, o quantitativo, a assiduidade e a conduta dos mesmos e seus progressos. Os registros de matrículas, os registros de notas e de composições eram normas também sugeridas.

Encontramos no jornal *A Voz Maternal* essa regra dos registros, ditados no livro. O quantitativo de alunos atendidos pela AFBI era registrado e no Regimento Interno das escolas, Anália Franco instituiu uma das professoras de cada grupo de escolas reunidas para fiscalizar as classes, cujas funções eram administrativas: elaborar os relatórios de matrícula, de eliminação de alunos, as faltas de alunos, as faltas de professoras e a organização de chamadas pelo professor da turma. Esses relatórios deveriam ser numerados e apresentados à presidente da AFBI que iria rubricá-los.

As recompensas para o autor do manual significavam um excelente meio de ordem e disciplina, na medida em que a distribuição de recompensas na escola poderia estimular os alunos. As recompensas poderiam ser: o elogio do mestre, os pontos bons, os lugares escolhidos para a exposição das melhores composições, as cruzes de mérito e de conduta, bilhetes, cartas, ou cartões de satisfação, quadro de honra, prêmios anuais.

Também na AFBI as crianças que se distinguiam nos exames finais eram premiadas, como nos pode ser visto na Figura 34, com a notícia do jornal *A Voz Maternal* de dezembro de 1903.

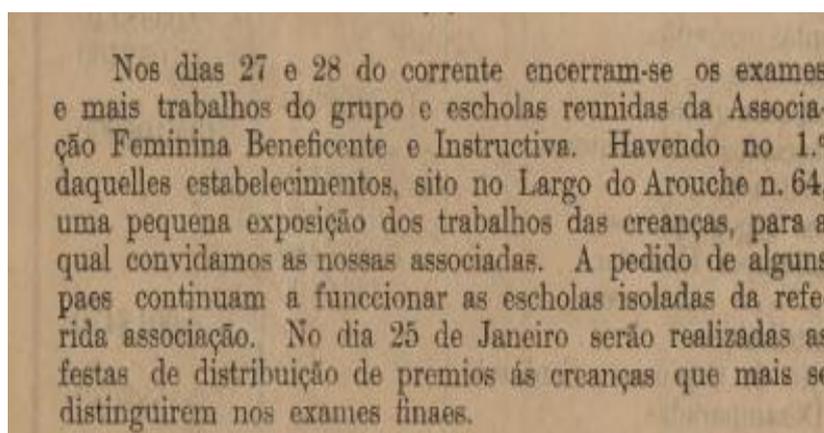


Figura 34 - Notícias sobre prêmios para crianças que se distinguem nos exames finais

Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo

No mesmo jornal encontramos o Regimento Interno das escolas da AFBI, que afirmava que como meio disciplinar, era permitido castigos e prêmios. No artigo 12º, os prêmios são registrados: cartões de boas notas, cartões de merecimento e louvor, elogio perante a classe, inclusão do aluno num quadro de honra.

Quanto aos castigos, o livro de Daliguault (1870), também orientava sua importância na prática escolar, dizia que se tornavam necessários os meios de repressão e que deveriam ser realizados pelo professor com prudência e sabedoria. Os castigos deveriam ser raros, úteis, razoáveis, infligidos como moderação e certos. Exemplos de castigos: repreensão, perda de pontos, perda de cruces de distinção, ou medalhas ou fitas, eliminação do quadro de honra, demora na aula com tarefa, lugar de castigo, despedida provisória ou temporal. Além desses castigos, o regimento das escolas recomendava que aos sábados à tarde, fossem proclamados os nomes dos alunos que tiveram mau procedimento.

Nas escolas da AFBI, os castigos estão descritos no Regimento Interno das escolas, no mesmo jornal de 1903, no artigo 13º. Os castigos são: admoestação particular, más notas, retirada de boas notas, privação de parte do recreio, ou todo o recreio, “conforme a gravidade da falta, deixada apenas 10 min de liberdade, exclusão de prêmios, exclusão do quadro de honra” (Franco, 1903, p.3).

Perez (2012) afirma em sua pesquisa sobre a formação de professores na escola normal de São Paulo que a escolha pelo autor Daliguault, se devia ao fato de que sua teoria atendia as necessidades sociais do final do século XIX, considerando aspectos pedagógicos, médicos e políticos.

Em sua pesquisa, Perez (2012) apresenta os pontos escolhidos para as provas no ano de 1877, da Escola Normal, ano em que Anália Franco prestou seu exame. São eles:

1877	Programa de pontos extraordinários aprovado pela congregação da Escola Normal, por Américo Ferreira de Abreu	1º. Ano - Pontos para prova escrita
		1º. Qualidades que se referem direta e indiretamente às funções do professor.
		2º. Distinção entre educação e instrução.
		Pontos para prova oral
		1º. Educação intelectual.
		2º. Educação moral e religiosa.
		3º. Métodos de ensino individual e simultâneo, suas vantagens e inconveniências.
		4º. Método de ensino mútuo e misto, suas vantagens e defeitos.
		5º. Instrução Moral e religiosa.

Quadro 6- Organizado por Perez (2012) sobre o programa de pontos extraordinários aprovado pela congregação da Escola Normal. Instrução Pública 28/08/1877

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo, Escola Normal, lata 5129. 1877

Essa documentação encontrada sobre o currículo da Escola Normal e sobre seus professores nos dão indícios de como a professora Anália Franco organizou suas escolas, as regras e normas escolares e o curso de formação das professoras no Liceu.

Buscamos agora apresentar as informações sobre o Liceu Feminino encontradas nas fontes.

4.2

A Fundação do Liceu Feminino e seus objetivos

O Liceu Feminino da AFBI foi fundado em 25 de janeiro de 1902, conforme nos reporta o jornal *Correio Paulistano*⁸². O anúncio é de página inteira, apenas cortamos o dia e hora da inauguração e quem a presidiu, o Dr. Bento Bueno, secretário do Interior e da Justiça, tendo feito o discurso oficial, o professor Carlos Escobar.⁸³

⁸² Ed. 13804.

⁸³ O Estado de S. Paulo de 29/03/1903 informa que Carlos Escobar se formou na Escola Normal da Capital em 1884. Nasceu em 1862 e faleceu em 1941. Ocupou quase todos os cargos do magistério público. Fundou a primeira associação de classe do professorado. Promoveu em 1910 o congresso do ensino. Foi colaborador assíduo da Revista de Ensino.

Lycou Feminino Nocturno.—Realizou-se hontem, ás 7 horas da noite, na escola publica do 8.º districto da capital, do largo do Aroucho, a installação do Lycou Feminino Nocturno, pertencente á Associação Feminina Beneficente Instructiva, em boa hora fundada pela iniciativa de distinctas senhoras paulistas.

Presidiu ao acto de installação, que esteve bastante concorrida de exmas. familias e cavalheiros, o dr. Bento Bueno, secretario do Interior e Justiça.

Ao se organizar a mesa, a exma sra. d. Analia Emilia Franco, professora do 8.º districto, proferiu uma breve allocução, mostrando os fins da Associação. Seguiu-se o discurso official de installação pelo intelligente professor sr. Carlos Escobar.

Figura 35 - A notícia da inauguração do Liceu Feminino da AFBI

Fonte: Hemeroteca Digital BN http://memoria.bn.br/DocReader/090972_06/1555

O objetivo do Liceu da AFBI, desde sua criação, era o de formar professoras e diretoras para as escolas maternas. Conforme Monteiro (1992, p. 83), “Anália Franco sabia que não adiantaria ter campo de expansão para as tarefas de alfabetização e formação da juventude carente, se não tivesse à disposição número suficiente de professoras preparadas, segundo seu método de ensino”.

De acordo com o manuscrito do Estatuto:

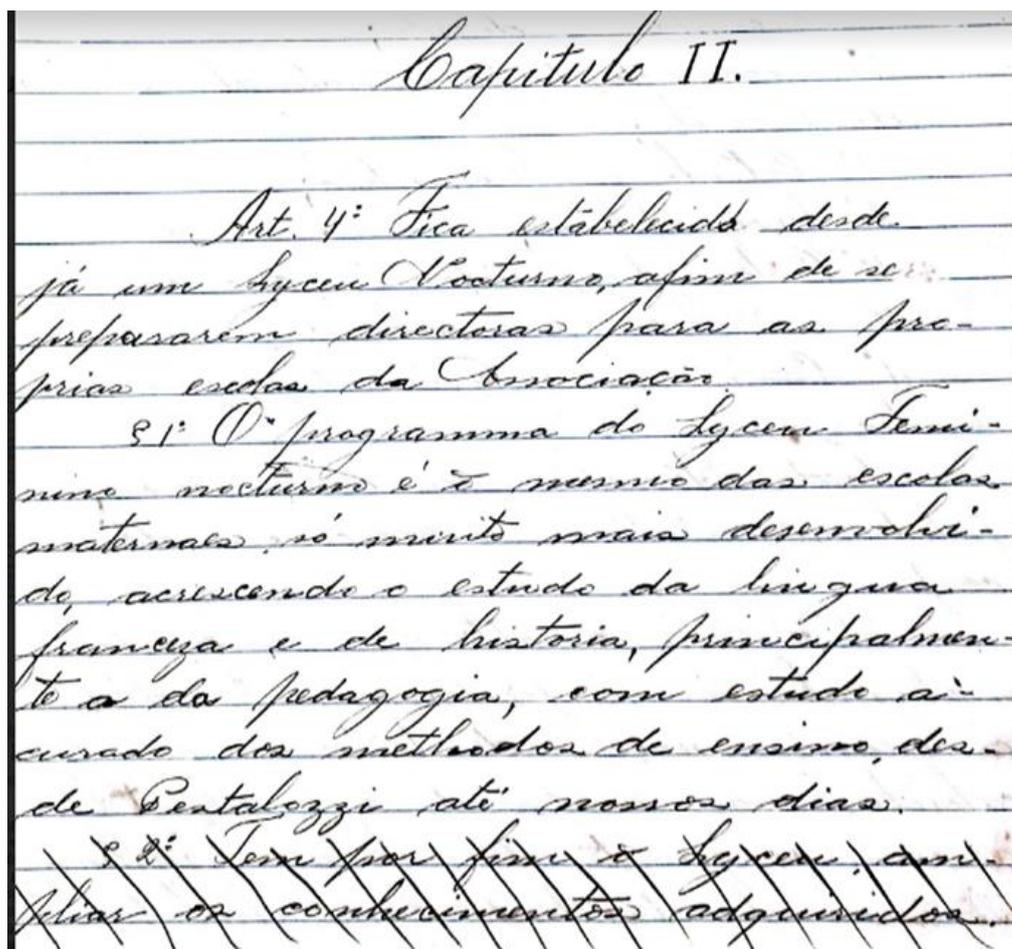


Figura 36 - Manuscrito do Estatuto da AFBI apresentando o capítulo II sobre os fins do Liceu

Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo.

A ideia de Anália Franco também era a de que as futuras educadoras fossem as mesmas órfãs asiladas. Para ela, as pobres desprotegidas deveriam sair com uma profissão.

A proposta de Anália Franco de abrigar, dar assistência pedagógica e dar uma profissão atendia às políticas governamentais sobre a assistência aos desvalidos que eram direcionados a assistência e o ensino de um ofício às crianças e aos jovens.

As discussões sobre o ensino profissional ao menor, como forma de inserção social faziam parte das preocupações sobre o futuro da criança desvalida. Queremos formar cidadãos uteis, com iniciativa e capacidade, prontos a colaborar, nunca a pedir” (Franco, 1903 apud Monteiro, 1992, p.85).

No Relatório de 1908, e na *Voz Maternal* de agosto de 1904 Anália Franco afirma claramente seu objetivo de educar e ensinar um ofício aos asilados:

[...]A necessidade de dar uma carreira ás pobres orphãs asyladas no Asylo e Crèche, nos tem feito trabalhar sem descanço, afim de que seu preparo corresponda nos ideaes que temos em mira. [...] Entretanto com ingentes esforços temos conseguido preparar diversas moças nos dous primmeiros annos de curso para as escolas maternas (Franco, 1908, p.7)

[...] acham se já organisadas modestamente as officinas de costura e typografia do Asylo e Creche, onde trabalham diversas vivuvras e órphãs desvalidas. Assim iremos aos poucos realizando o ideal que temos em mira, que é o de supprir pelo trabalho a necessidade de esmola (Franco, 1904, p. 8)

De acordo com Barros (1982), as moças feitas, órfãs, estudavam e trabalhavam em todos os setores de responsabilidades da Associação, tais como:

aulas de música, trabalhos manuais, aulas didáticas, algumas nas oficinas gráficas do colégio ou lecionavam nas creches e escolas maternas que funcionavam em todos os bairros da capital paulista. Outras eram inspetoras de crianças e havia, também, as chefes de cozinha, lavanderia e rouparia, mas que também estudavam e se revezavam continuamente nessas obrigações (Barros, 1982p.22).

Desta forma a AFBI seguia as referências instituídas às instituições asilares: um modelo de ensino de uma profissão, como política assistencial da época.

No artigo 41, do regimento interno, que consta na Voz Maternal de janeiro de 1904, encontramos que o objetivo dos Liceus, fundados nas Associações cujo modelo era a AFBI, seriam de instituições de ensino profissional destinados a ministrar instrução teórica e prática a todas as pessoas do sexo feminino que se propunham à profissão do magistério nas escolas maternas e elementares da Associação Feminina.

Nos artigos seguintes vamos conhecendo a organização do curso que seria de dois anos para as Escolas Maternas e de três anos para as escolas elementares, compreendendo as matérias de português, aritmética, pedagogia e moral, francês, geografia, história natural, história do Brasil, música, desenho, ginástica e trabalhos manuais

A distribuição das cadeiras pelos anos do curso estava assim organizada:

No primeiro ano: português, 8 lições por mês, aritmética elementar, noções de geografia, pedagogia e moral, desenho, história do Brasil, elementos de história natural e francês, 4 lições por mês, geometria, ginástica e trabalhos manuais, 3 lições por mês.

No segundo ano: português, aritmética e francês, 12 lições de cada matéria no 1º trimestre. Pedagogia e moral, geografia e história do Brasil, 12 lições no 2º

trimestre. História natural, geometria, desenho e música, 12 lições; acrescentando neste trimestre 6 lições de ginástica e 6 lições de trabalhos manuais.

No terceiro ano: português e literatura nacional, aritmética e francês, 12 lições no 1º trimestre, para cada matéria. Pedagogia, instrução moral e cívica, legislação do ensino primário, 12 lições para o 2º trimestre. História natural, desenho, geometria e música, 12 lições para o 3º trimestre.

Além das matérias teóricas determinadas, o regimento esclarece que as alunas fariam exercícios práticos nas escolas da Associação, divididas em três ou quatro para cada dia da semana, no primeiro ano, no segundo ano também divididas em três ou quatro, só que duas vezes por semana cada uma e no terceiro ano em número de duas ou mais cada dia fariam exercícios práticos três vezes por semana. (Franco, 1904, p.6).

Monteiro (1992, p. 84) destaca que no ano da inauguração do Liceu, 10 alunas se matricularam no primeiro ano; 15 alunas no segundo ano; e 20 alunas no terceiro ano, tendo, nas aulas preparatórias, 22 alunas.

Ainda sobre o programa, no Parágrafo 1º do art. 4 era especificado que seria o mesmo do das escolas maternas, acrescentando, a pedagogia, métodos de ensino, desde Pestalozzi, até nossos dias.

Além de Pestalozzi, vimos que Anália Franco considerava as obras de Marie Carpentier, básicas para seu curso de formação de professoras. Nos manuais didáticos que foram publicados por Anália Franco, segundo Monteiro (1992) são encontrados princípios pedagógicos de Fröebel, Kergomard e Montessori, mas Anália Franco não seguia rigorosamente um método só, no processo de ensino aprendizagem. No manual de 1902 ela afirmava que:

Como nas escolas maternas não se propõe a exercitar uma ordem de faculdades em detrimento de outras, mas de bem as desenvolver harmonicamente, não seguimos com rigor nenhum dos métodos que se fundam sobre um sistema exclusivo e artificial. Pelo contrario colhemos dos melhores métodos, os exercícios mais simples e formamos com o auxilio destes diversos elementos um conjunto mais ou menos apropriado ás necessidades da creança, pondo em jogo todas as suas faculdades. (Franco, 1902, p. 3).

Na ata da reunião da diretoria da associação, em 5 de dezembro de 1903, encontramos algumas deliberações sobre o que se esperava da carreira das jovens em sua habilitação: “as professoras não poderiam ser efetivadas nos cargos enquanto não exercessem um ano de magistério nas Escolas Maternas do Interior.”

Quanto aos exames, a diretora esclarecia que eram trimestrais, sobre todas as matérias do trimestre. As provas deveriam ser escritas e orais, sendo as alunas, por turmas, chamadas a prestá-las.

No exame final de novembro, as examinadas faziam uma prova oral e prática, explicando um determinado ponto sorteado. Se aprovadas na prova escrita, iriam fazer a prova oral, que era sobre o método de ensino da respectiva matéria.

A disciplina e o rigor na avaliação eram registrados pela diretora, afirmando que o papel da prova escrita teria o carimbo da associação e que seria anulada a prova da aluna que usasse métodos fraudulentos.

Os critérios para aprovação eram dados através de conceitos: ótimo, bom e sofrível. E seriam avaliados também nas alunas alguns comportamentos: assiduidade, procedimento, aplicação e benemerência.

Encontramos no jornal *A Voz Maternal* de maio de 1905 outros critérios no exame final do mesmo ano publicado no jornal; critérios como: aprovada plenamente, para graus 10, 9 e 8, aprovada simplesmente para grau 7 e o sistema que hoje chamaríamos de “2ª época” ou “recuperação” para alunas que precisavam refazer a cadeira que haviam sido reprovadas a fim de poderem receber o diploma de professoras.

Na avaliação prática, obtinha a habilitação para ensinar, a aluna que demonstrasse sua capacidade de ensinar aquela matéria. Nas palavras de Franco (1904): “O último exame deveria ser prestado perante a diretoria junto a uma banca que se compunha, então, da presidente e mais dois membros que firmavam o respectivo diploma conjuntamente com as professoras das cadeiras” (Franco, 1904, p. 6).

Concluidas as provas foram plenamente approvadas as alumnas constantes do livro de inscripções para exames do 3.º anno.—DD. Carolina Salles Guerra, plenamente grau 10. Olivia d'Avila, idem grau 8, Gertrudes Ferreira, idem gráu 9, Amelia de Godóy Guimarães, idem gráu 8, Maria Eugenia de Assumpção, idem gráu 8.

Foi approvada simplesmente D. Ercilia de Souza, gráu 7.

As alumnas D. Ercilia de Souza, tem de repetir no 3.º anno o estudo de Arithmetica, D. Amelia de Godoy, o de Francez, e D. Maria Eugenia de Assumpção o de Portuguez.

Em vista de terem concluido o curso, as trez primeiras receberão o diploma de professoras elementares da Associação Feminina Beneficente e Instructiva, diploma este que será firmado pela Directoria

De tudo isto lavrou-se a presente acta, que vae assignada pelos membros da commissão examinadora.

São Paulo, 18 de Março de 1905.

*Helena Bocayuva Bulcão.
Analia Franco.
Antonina de Almeida.*

Figura 37 - Parte da ata dos exames das alunas do 3º ano do Liceu .

Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo.

A seguir, apresentamos o anúncio da abertura de matrículas, no jornal *Correio Paulistano* de 1903.

Associação Feminina Beneficente e Instructiva

De ordem da sra presidente da Associação, faço publico que de 4 a 7 de fevereiro se acharão abertas as matrículas para o curso secundario do Lyceu Nocturno, na sede da directoria, ao largo do Arouche, 58 e 60, devendo as candidatas apresentar :

a) Certidão de idade em que provem ser maiores de 14 annos ;
b) attestado de moralidade passado pelo juiz de paz do districto ;
c) attestado de habilitação no curso preliminar.

As candidatas que não apresentarem o ultimo attestado terão de sujeitar-se a um exame de sufficiencia, no dia 11, das 6 ás 8 horas da noite.

As alumnas antigas são dispensadas desses attestados.

Previne-se tambem que se acham reabertas as escolas maternas.

A 1ª secretaria,
Elisa de Abreu.

(146)

Figura 38 - Notícia sobre a abertura de matrículas do liceu.

Fonte: Hemeroteca Digital BN http://memoria.bn.br/DocReader/090972_06/2409

No jornal *A Voz Maternal*, de fevereiro de 1904, Anália Franco insere mais diretrizes sobre o Liceu. É obrigatório que cada aluna, apresentasse um contingente de sócios ou sócias para o desenvolvimento da associação. Aquela que conduzisse o maior número de sócios teria nota de benemerência, que lhe daria o direito de exercer qualquer cargo remunerado da associação.

Sendo diplomada para as escolas elementares, receberia o ordenado de 1\$800.000 mil réis anuais. Os ordenados, a professora só os receberia integralmente depois de um ano de exercício nas escolas do interior. Se a aluna, depois de diplomada, se recusasse a aceitar qualquer escola para a qual fosse nomeada, a fim de exercer o cargo na capital, receberia apenas a 3ª parte do ordenado a que tivesse direito. A professora que fosse nomeada, deveria tomar logo posse do seu cargo, ou no prazo, que lhe fosse concedido. Era obrigada a entrar na aula 15 minutos antes da hora regimental. Para receber seus vencimentos, era preciso ter pelo menos 25 alunos frequentes.

Sobre as penas impostas às professoras, eram primeiramente repreendidas, depois pagavam multas e, por fim, eram suspensas. Somente a diretora podia aplicar esta última pena, conforme a gravidade da falta o exigir. Quando efetivadas nos seus cargos, só poderiam ser demitidas por motivo de falta grave e por deliberação da diretoria. Todas as professoras eram obrigadas a cumprirem o programa do Diário das Lições, sob pena de repreensão e perda de vencimentos, em caso de reincidência. As professoras deveriam se submeter ao regimento interno das escolas. “Devem dar o exemplo de asseio aos seus alunos e sua vestimenta nas aulas deve ser modesto. A professora que faltar terá desconto da metade do dia. Só serão justificadas 3 faltas em cada mês” (Franco, 1904, p. 7).

No jornal *A Voz Maternal* de fevereiro de 1904 encontramos o Regimento Interno do Liceu com informações sobre a documentação exigida para o ingresso das alunas no curso. As alunas para a matrícula deveriam apresentar certidão de idade e atestado de moralidade” passado por pessoa fidedigna” (Franco, 1904). No ato da matrícula deveriam pagar uma joia de 10\$000, e para obter a regalia de sócia cada aluna deveria pagar 2\$000 mensais. É possível que essa regra fosse para as alunas externas que procuravam o curso, pois vimos que a ideia de Anália Franco para o curso era o de formar suas alunas asiladas como professoras das casas maternais.

No jornal da associação, *A Voz Maternal*, encontramos nos exemplares do ano de 1904, no de maio de 1905 e no de dezembro de 1903, e nos relatórios de 1908 e 1912, informações sobre o Liceu, sobre o quantitativo de alunas. No quadro abaixo registramos, alguns meses da matrícula de alunas no Liceu do ano de 1904.

Mês	jun.1904	jul. 1904	ago. 1904	set. 1904	out. 1904
Nº de alunas do liceu	34	40	40	50	55

Quadro 7- Quantitativo de matrículas no Liceu no ano de 1904

Fonte: Fundação Carlos Chagas.

O boletim de frequência apresentava a relação quantitativa de alunas, na edição do jornal posterior ao mês do registro, portanto, encontramos a frequência de junho na edição de julho, a de julho na edição de agosto e, assim, sucessivamente. Desta forma podemos também verificar que, apesar do período de matrículas ser publicado nos jornais no início de cada ano, havia ingresso ao longo do curso de novas alunas, ilustrando talvez a urgência em aceitar novas matrículas para a formação de professoras para as escolas maternais, independente do período da matrícula anunciado.

Sobre o perfil das professoras do curso, segundo Monteiro (1992), as aulas do Liceu eram dadas por professoras diplomadas pela Escola Normal da Praça. Veremos posteriormente seus nomes identificados nos documentos.

Sobre o perfil das alunas, no Relatório de 1908, encontramos as seguintes idades das alunas matriculadas em 1908.

Lyceu Feminino		SECÇÃO DE ESCOLAS						
Nomes das Escolas	Nomes das professoras	Matricula	Freq. geral	Nacionais	Estrangeiros	Maiores de 12 annos.	Menores de 12 annos	Freq. medio
		o						
Lyceu 1.º anno	D. Maria José Oliveira	12	3456	12	0	9	3	12
> 2.º >	> Francisca Ramos	13	3456	13	0	9	4	12
> 3.º >	> Julia Andrade	8	2804	8	0	8	0	8
		33	9216	33	0	26	7	32

S. Paulo, 31 de Dezembro de 1908.

Quadro 8- Nome das professoras do Liceu em 1908

Fonte: Relatório de 1908 da Associação Feminina Beneficente Instrutiva

Observemos que havia no quadro das alunas matriculadas no ano de 1908, meninas menores de 12 anos no curso de formação de professoras. No relatório de 1908, Anália Franco registra a matrícula de 33 alunas para o primeiro ano, desse quantitativo haviam passado 13 alunas para o segundo ano. No mesmo ano, 13 alunas se matricularam no segundo ano, 8 alunas no terceiro ano e apenas 4 concluintes.

Não há registro de matrículas no Liceu no Relatório de 1912. Encontramos discriminado o quantitativo de pessoal interno do Asilo, e do pessoal interno da colônia Romualdo, das Escolas Maternais e Creches da Capital, das Escolas no Internato do Asilo e Creches, das Escolas Maternais e Creches do Interior, das Escolas do Internato da Colônia Romualdo, das Oficinas do Asilo e Creche, no entanto, referente ao Liceu, não há qualquer citação de número de matrículas apresentando uma lacuna no relatório, que não conseguimos resposta.



Figura 39 - Foto do corpo docente do asilo junto à diretora Anália Franco.

Fonte: Hemeroteca Digital BN <http://memoria.bn.br/docreader/116300/9775>

4.3

O currículo do Liceu

O programa de ensino do Liceu era o mesmo do das casas maternais de acordo com a estatuto que consta no capítulo dois, parágrafo um:

[...] o programa do Liceu Feminino é o mesmo das escolas maternais, só muito mais desenvolvido, acrescentando ao estudo da língua franceza e de história principalmente da pedagogia, com estudo acurado dos methodos de ensino desde Pestalozzi até nossos dias. (Estatuto da Fundação da AFBI, 1901, conforme Anexo A).

O programa de atividades definido para as creches apresentava, segundo Kishimoto (1988), as teorias de Fröebel nas práticas educativas, como a educação dos sentidos, método adequado às crianças dessa faixa etária. O programa adotado nas escolas maternais apresentava também, conceitos de Geografia, História do Brasil, lições de coisas e Geometria, uma organização curricular semelhante à de

educadores franceses, como Pape-Carpantier e Pauline Kergomard. A ex-interna Barros (1982, p. 52) descreve a metodologia numa atividade da qual ela participou:

[...] na Colônia o pão era feito por D. Marieta, e só mesmo lá poderia ela ver o pão crescer, junto as crianças em fila, admiradas. O café adoçado com o açúcar de garapa, da plantação de cana feito pela preta Maria Rita, nossa colega, moça feita. [...] lá na fazenda, se estudava Botânica com Anita Santos, com lições práticas sobre pistilos, caules, folhas e flores [...] as roupas eram lavadas no rio [...] arrumava-se um jeito de pescar peixes com fronha. [...] estames e pistilos, caules, folhas e flores; pédiunculos, cálices e corolas; pétalas e cépalas; raízes e hastes, folhas pecioladas clorofila e gás carbônico [...] por aí seguíamos com as nossas **lições práticas** (Barros, 1982, p. 52) (Grifo meu).

De acordo com Valdemarin (2004), o decreto nº 7.247 de 1879 do ministro Leôncio de Carvalho estabeleceu que as noções das coisas deviam ser introduzidas no ensino primário, método de ensino baseado no empirismo. Os sentidos como o ponto de partida para o conhecimento era o novo método de ensino: concreto, racional e ativo, denominado ensino pelo aspecto, lições de coisas ou ensino intuitivo. Ao professor cabia direcionar o “olhar para o compreender”, ordenando o conhecimento do concreto para o abstrato.

Semelhante ao modelo francês das “écoles maternelles” (Kishimoto, 1988, p. 28), Anália Franco dividia as crianças em grupos de duas seções: a dos menores (de 2 a 4 anos) e a dos maiores (de 5 a 7 anos), como finalidade de escola maternal com objetivos de propiciar cultura moral e intelectual. O trabalho pedagógico se caracterizava por uma preocupação com a alfabetização, iniciada com a leitura de palavras usuais e frases simples, através de métodos lúdicos, letras móveis, objetivando o aumento do vocabulário. Analisando dados do currículo em sua pesquisa, Kishimoto (1988) afirma que:

[...] havia um alto grau de memorização pouco adequado para as crianças de 5 a 7 anos”, exigindo conceitos de substantivo, gênero, noções de espaço horizontal, curva paralela, nomes de rios em Geografia, encontrados no “Manual de Ensino” de Anália, de 1905 (Kishimoto, 1988, p. 29).

Nas escolas maternais eram ministradas aulas de rudimentos de português, de aritmética, de geometria, de geografia, de história natural, de pátria, de ginástica, de trabalhos manuais, de canto coral e de ensinamentos morais” (Monteiro, 1992, p. 56).

Além dos manuais escritos por Anália Franco, nas escolas da AFBI, também eram utilizados, no programa pedagógico, o *Livro das crianças*, de Zalina Rolim, *Gramáticas escolares*, de Oscar Thompson; *Diálogos à bandeira* (autor desconhecido), *Primeiro e segundo livro de leitura*, de Hilário Ribeiro; *Terceiro*

livro, de Felisberto de Carvalho; *Segundo livro*, de Kopke da Coleção Rangel Pestana; *História da Pátria e Resumos históricos e dicionários*, de Francisco de Almeida; além dos livros de Thomas Galhardo, Mário Bulcão e Figueirinhos.

E Anália Franco dava importância ao desenvolvimento das faculdades internas da criança. Valorizava, portanto, o que na época se fazia presente junto às orientações pedagógicas, sobretudo em relação ao ensino intuitivo. Priorizava atividades lúdicas no processo educativo.

Nos exercícios de linguagem apresentados para orientação aos diretores, no Manual para as Escolas Maternais da AFBI, por Anália Franco e Eunice Caldas em 1902 encontramos o programa das Escolas Maternais para a 1ª. Série, para crianças até 5 anos para o 1º trimestre:

Moral – conversações simples, historietas morais.

Exercícios de escrita – Primeiro de uma letra, depois ditongos e por fim palavras curtas.

Números – numeração de 1 até 19 com adição e subtração, sinais de + e -.

Desenho – varetas, linhas retas, triângulos, quadrado, Figuras diversas.

Geografia – localização dos objetos da sala, pontos cardeais, pontos colaterais, as ruas conhecidas das crianças, o local da escola.

História do Brasil – o descobrimento do Brasil, os índios e Pedro Álvares Cabral. Lições de coisas – o café, o vinho, a mandioca, a mão, a rosa, a folha, o cão, o boi. (grifo nosso)

Gramática – as letras, as palavras, os nomes.

Trabalho Manual – tecelagem, exercícios graduados, combinações de lãs de cor sobre talagarça ou papel.

Cores – cores primárias e secundárias.

Cantos – breves hinos.

Ginástica, Jogos – virar a direita e à esquerda, levantar-se e sentar-se, caminhar à direita e à esquerda, posições ginásticas, primeira, segunda, terceira e quarta. Movimentos simultâneos, sucessivos e alternados.

Marchas – evoluções fáceis.

(Franco, 1902)

Comparando o programa de ensino das casas maternais junto ao programa de ensino do 1º jardim de infância anexo à Escola Normal de São Paulo de 1896,

encontramos semelhanças. Anália Franco não só se formou na Escola Normal de São Paulo como também sendo professora do Grupo Escolar do Arouche tinha conhecimento do currículo da Reforma e dos modelos pedagógicos propagados para o ensino. Verificamos que os programas de ambas as instituições apresentam conteúdos similares.

Programa das Escolas Maternais 1ª série – crianças até 5 anos (Franco e Caldas, 1902)	Programa do Jardim de Infância anexo à Escola Normal 1º período (1896)
Primeiros princípios de educação moral: as lições de moral são dadas as crianças tendo-se em vista fazer-lhes tomar bons costumes, ganhar afeição de manter a disciplina e harmonia entre ellas. Primeiras noções do bem e do mal	
Exercícios de linguagem – conversações sobre os seres e objectos que lhe são uteis e atraem a sua atenção . Exercícios de pronúncia, procurando aumentar o vocabulário da criança, pequenos exercícios de memória, contos , fábulas, narrações e questionário	Linguagem: conversações infantis; a criação na família e no jardim de infância – partes principais do corpo – seres e objectos que lhe são uteis e que frequentemente atraem a sua atenção . Brevíssimos e simples contos
Varetas formando no espaço as letras VFJA dando-se para criança 3 varetas e uma linha curva. Primeiros exercícios sobre vogais	
Cores primarias e secundarias	Cores; cores primarias e secundarias
Trabalho Manual – Exercícios preliminares graduados, entrelaçamento com varetas . Dobramento de papel, tecelagem, continhas, alguns enfeites de papel	Trabalho Manual- continhas, exercícios preliminares graduados . Trabalhinhos simples. Continhas e formas de papel de cores. Alguns enfeites, ornamentos. Entrelaçamento com varetas .
Cantos: Pequenos Hymnos. Gymnastica. Movimento da cabeça e dos dedos. Marcha com movimentos das mãos	Cantos: Pequenos Hymnos .
	Gymnastica: movimento da cabeça e dos dedos, acompanhado de melodias faceis

Números: contagem de um a dez com cubinhos. Exercícios variados conforme o mappa para cada serie. Signaes +=	Números: contagem de um a dez enfiadas em cordões. Conhecimentos de um a dez por números impressos. Exercícios de adição e subtração
--	--

Quadro 9- Registro comparativo dos programas de ensino das casas maternais e do jardim de infância de 1896, feito pela autora.

Fontes: Manual para as escolas maternais da AFBI por Anália Franco e Eunice Caldas. Primeiro Trimestre 1902. Revista do jardim de Infância. 1 vol. 1896

Cubinhos, varetas, bolas, esfera, cubos, tabuinhas, varinhas eram materiais apresentados na metodologia frobeliana, pois de acordo com a teoria de Fröebel, brincar com os materiais coloridos desenvolve múltiplas atividades, como a diferenciação da mão esquerda e direita, a identificação de certas qualidades da bola, além de proporcionar a classificação de cores e comparar formas e texturas. Em todos os exercícios há, segundo Kishimoto, grande quantidade de música intercalada. Fröebel tem a ideia de criar “dons” em relação aos materiais, ao observar brincadeiras infantis. Portanto, os brinquedos como atividades espontâneas e naturais, dentro do contexto froebeliano, assumem importância fundamental no desenvolvimento da criança. Neste período escolar havia nas escolas a proliferação de manuais destinados ao professor, com o objetivo de orientar a prática pedagógica o mesmo ocorria com os manuais escritos por Anália Franco aos diretores das escolas maternais, cuja finalidade era apresentar o método e aperfeiçoar a experimentação e a observação dos objetos pelos alunos, para fazer as crianças raciocinarem progredindo seus conhecimentos, da percepção para a ideia, do concreto para o abstrato, dos sentidos para a inteligência, dos dados para o julgamento. Anália Franco no Manual das Escolas Maternais de 1902, vai discorrer sobre o método quando afirma que:

O methodo consiste sobre tudo na explicação de cada cousa e quanto possível na vista mesmo do objeto. Está claro que nem sempre será possível fazer-se ver o que se quer demonstrar, mas cada vez que em lugar de descrever ou definir, só poder mostrar o objeto, será mais vantajoso. (Franco,1902, p.15).

De acordo com Monteiro (1992, p.48) o pensamento da educadora é coerente com os princípios pedagógicos de autores como Fröebel, Pestalozzi, Pape-Carpantier, Kergomard, Montessori. Mas no Manual para as Escolas Maternais da AFBI, de 1902, Anália Franco afirmava não trabalhar com um método só.

No *Album das Meninas* n.18 de agosto de 1900, Anália Franco citou outras referências de autores que possivelmente faziam parte de seus discursos pedagógicos. Na publicação são citados Leibniz quanto ao valor da educação para *renovação do homem*, cita Fenelon como sendo “um grande prelado que tão belas lições nos deixaram aconselhando a instruir as crianças por meio de contos e histórias porque deste modo conseguem reter facilmente o que se ensina.”

A semelhança das casas maternais ao modelo francês das “*écoles maternelles*”, é confirmada por Anália Franco quando apontou sua preferência, no jornal *A Voz Maternal* n.3 de fevereiro de 1904, sobre livros pedagógicos doados pelo governo. Anália Franco publica um agradecimento ao Exmo. Sr. Bento Bueno e ao Sr. Oscar Thompson pela doação recebida de 200 livros para a Biblioteca do Liceu, mas afirmava que o que ela precisava mesmo era da coleção de livros sobre o método da Sra. Maria Pape Carpentier, “o ensino pelos olhos” que seria muito necessário às escolas maternais.

Quanto ao programa de ensino moral, os argumentos de Anália Franco para tal ensino ser ministrado estão registrados na Revista *Album das Meninas*. Esta citação abaixo foi retirada da edição nº 19 do Ano III, S P. 1 de setembro de 1900.

A fraqueza de caracter moral, que se revela em todas as esferas da nossa vida pública, é devida em grande parte á pouca confiança que depositamos na cultura do espirito. O desenvolvimento das faculdades intellectuaes, não sendo seguido do progresso moral e religioso, que ainda não é considerado o único e verdadeiro fim do estudo, mas como o seu fortuito e insensível resultado, vae produzindo por toda a parte esse egoísmo cada vez mais frisante, esse amor desordenado nos pelos lucros, essa indiferença sempre crescente em matéria religiosa e philosophica, essa transformação todos os dias mais acentuada da educação em mera aprendizagem. (Franco, 1900, p.4).

No manual das escolas maternais de 1902, Anália Franco (1902) registrava que os princípios para a educação moral deveriam ser dados não sob forma de lições seguidas, mas com o auxílio de diálogos, de narrações, de contos destinados a inspirarem nas crianças, sentimentos de deveres para com a família, a pátria e Deus. Segundo ela, “esses princípios deveriam ser independentes de todo o ensino confessional” (Franco, 1902, p.11) e prossegue afirmando que “As narrações ou contos deveriam ser feitos quando possível sobre imagens e consagradas a representarem cenas da vida infantil” (Franco, 1902, p.12)

As primeiras advertências dadas as professoras, encontradas no Manual para as escolas maternais de 1902, se referem ao desvelo que a missão impunha, “a

terrível responsabilidade que pesa sobre vós (as professoras e diretoras) da infância, pois ela (a criança) será mais tarde tão somente o que vós tiverdes feito” “Cabe a professora formar o character e o coração das crianças e dirigi-las no caminho do bem pela virtude” (Franco, 1902, p.10).

Para Anália a escola maternal: “[...] forma apenas a passagem da creança da família para a escola, e por isso tem de conservar a doçura affectuosa, a indulgencia da família, iniciando ao mesmo tempo a creança no trabalho e regularidade da escola” (Franco, 1902, p.26).

O programa das Escolas Maternais citado em 1908, no Relatório da AFBI, segundo Monteiro (1992) tinha o seguinte horário e as seguintes atividades:

Segunda -feira

1ª. Aula às 11h – das 11h às 11h e ¼

1º canto – Hino a Deus

2ª Inspeção de Asseio

3º Moral a 1ª. Ideia de Deus

As lições de moral são gerais para todas as classes adiantadas

A mesma 1ª. Ideia de Deus amplia-se para as classes adiantadas.

Kishimoto (1988, p. 29) afirma que apesar de Anália Franco não permitir o ensino confessional de religião em suas instituições, eram transmitidos princípios religiosos como forma de cultura geral. A ex-aluna Barros (1978) conta em seu livro que:

Eramos leigos – diziam! Mas, eu não entendo até hoje, porque diziam assim. [...] ninguém nunca despertou nesse colégio sem rezar! Nossas aulas, refeições, nossos trabalhos nunca foram iniciados sem as nossas preces a Deus – pedindo graças e vendendo graças. (Barros, 1982, p.34).

A ideia de forças espirituais que chegavam por intermédio das preces foi lembrada pela aluna que também considerava impossível a criação de templos na Associação, pois segundo ela chegavam “crianças de todos os tipos humanos e filiados de todas as religiões” (Barros, 1982, p. 35).

No programa do jardim de infância da *Revista do Jardim de Infância* de 1896, também encontramos a ideia dos contos decorrentes de uma educação moral. O conto assinado por Zalina Rolim sob o título de: O Dedinho Vaidoso (sentimento de união e afeto na família) tem fundo moral, pois apresentava a importância da amizade entre os membros de um grupo. Se algum dedo se envaidece se achando o melhor dedo das mãos, ficará sozinho, não contará com a função dos outros dedos,

todos precisam estar juntos, a mão precisa de todos os dedos para pegar uma fruta, ou uma rosa, é o que diz o conto de Zalina Rolim.

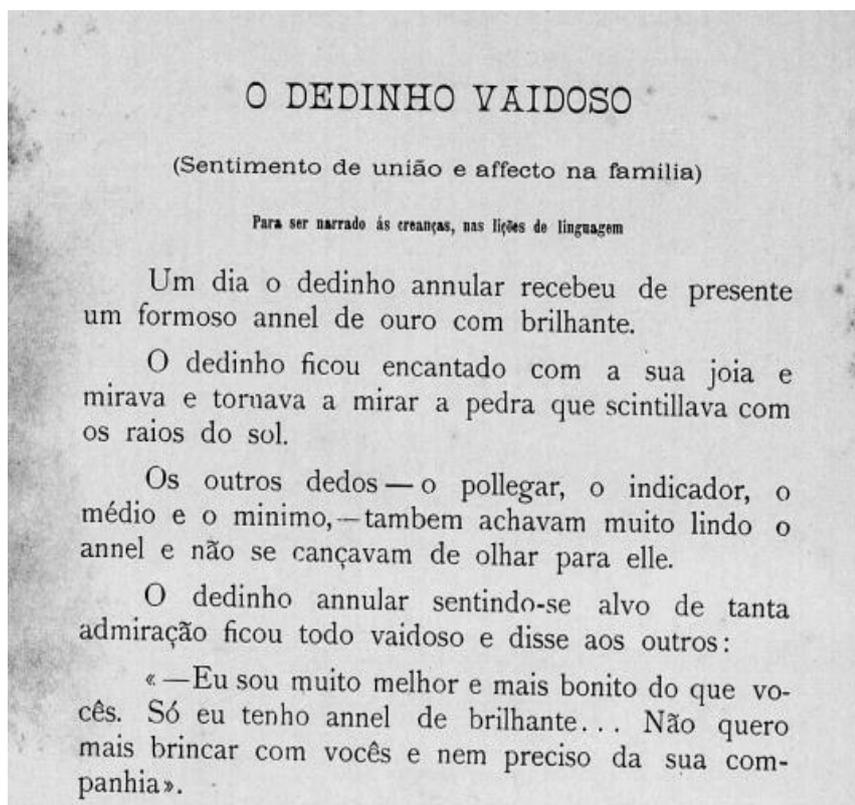


Figura 40 - Foto da primeira página do conto.

Fonte: Revista do Jardim da Infância. Vol. 1. Publicação Oficial, São Paulo, 1896

Em algumas páginas do manual de 1902 encontramos indicativos de uma metodologia orientada para os professores, como por exemplo a lição das coisas. Anália Franco afirmava não ser uma metodologia fácil, ela exigia do professor, uma atenta preparação, pois, segundo ela, essas lições não se improvisam, não são inspirações de momento. As lições das coisas deveriam ser dadas diante de um quadro porque o prazer de ver, se acrescenta o de ouvir, a vista e os ouvidos vivamente interessados correm para o resultado desejado. Das imagens se tira o fazer, o falar, os nomes, os fatos e o desejo de ir mais adiante no conhecimento. O método consistia em explicar cada coisa quando possível, na vista do objeto. Desta forma “a imagem unida a seu comentário oral, exercia uma dupla influência”, (Franco, 1902, p.33). Na disciplina de geografia, Anália Franco (1902) ressaltava que “Sem um mappa não é possível o ensino de geografia. É preciso primeiro que

a creança seja capaz de ler regularmente alguma cousa n'uma carta de Geographia” (p.44).

Neste mesmo documento, tratando da metodologia, Anália Franco (1902) afirma ser esta uma metodologia essencialmente natural e familiar, aberta a novos progressos, suscetível a se completar e de ser reformar. Os exercícios poderiam ser variados, de lições, de casos, de diálogos, contos, desenhos, leituras, cálculos, recitação, dividindo o tempo com exercícios do corpo ou jogo (Franco, 1902, p.46). As professoras deveriam compreender que era preciso que “elas desçam até ellas, (as crianças); este é um dos grandes segredos da moderna pedagogia” (Franco, 1902, p.59).

O objetivo das escolas maternas seria a de levar a criança a construir hábitos e disposições próprias na educação dos sentidos que poderiam apoiá-las mais tarde ao ingressarem no ensino regular, “além do gosto pela ginastica, pelo desenho, pelas imagens, pelas narrações, o interesse em escutar, em ver, em observar, imitar, questionar e responder com certa faculdade de atenção” (Franco, 1902, p.30)

4.4

Os padrões de mulher e da professora na visão de Anália Franco – características de uma época

Para Anália Franco a mulher tinha uma “missão”, a principal: a de ser a “soberana do lar”, a filha modelo, a boa esposa e a excelente mãe, aquela que “lhe cabe o concerto social” (Franco, 1904).

Na *Voz Maternal* de 1904, ela escreve um artigo sob o título *A Instrução da Mulher*, em que defende suas ideias sobre a emancipação da mulher, através de uma instrução “tão vasta e tão liberal como a dos homens”. Vejamos um trecho do artigo:

[...] é certo que na epocha moderna a mulher devido a essas franquias, há transpassado o limite de sua antiga esfera, e há algumas a quem se tem abertos as portas dos Lyces, das Academias e dos Institutos científicos, e teem alcançado o titulo de doutoras em medicina e peritas em direito, e ainda há algumas que se dedicam ás sciencias naturaes, as psycholoicas ou á Astronomia; porem estas podem se chamar, em verdade, excepções. Suppondo que se dêsse com aproveitamento á generalledade do sexo feminino igual instrucção que succederia? que seria da ordem da família e da ordem social (Franco, 1904, p.3).

Anália Franco refletia e registrava sua opinião, segundo os padrões culturais de uma época, que transferia à mulher a responsabilidade do cuidado e da educação

dos filhos. A educação maternal atribuía à mãe, a importância na condução dos pequenos em suas primeiras iniciativas de desenvolvimento cognitivo, antes da entrada dos filhos na escola. Vimos que os manuais para as mães eram publicados para este fim, e foram organizados por Pestalozzi e por Fröebel.

Portanto, Anália Franco alinhava suas ideias sobre a emancipação da mulher considerando o papel da mulher na família, afirmando sua “altíssima e importante missão nas sociedades humanas” (Franco, 1904). Dizia ela que a mulher deveria se educar, se instruir “dentro dos limites convenientes para que não se extravie de sua missão” (Franco, 1904, p.3).

Nos últimos anos, a historiografia brasileira tem apresentado estudos como por exemplo os de Louro (1997) e Rosemberg (1990) sobre a mulher e a sua inserção na educação formal no Brasil oitocentista. Algumas pistas apontam a diferença de gênero nos currículos e no acesso a algumas etapas da instrução escolar. Meninos aprendiam geometria e meninas aprendiam corte e costura.⁸⁴

A defesa a favor da instrução da mulher era para Anália Franco para prepará-la para se tornar moralizada, livre, cônica e sabedora dos direitos e dos seus deveres, pois isso certamente corresponderia ao trabalho que teria “na regeneração da família”.

Em outra citação na revista *Album das Meninas* de abril de 1899, Anália Franco chegava a declarar que:

[...] sim, aquellas (mulheres) que aspiram, a felicidade dos seu filhós, a solidez e aconchego do seu lar, devem juntar-se aos esforços de todos que amam ao bem, educar dignamente a nova geração, em cujas mãos estão os destinos de amanhã (Franco, 1899, p.395).

Mas a educação maternal significava para Anália Franco não dar somente a instrução, “arma perigosa” caso seja “o único instrumento educativo”. Para o engrandecimento da humanidade considerava ela a “indispensável cultura moral, pensamento religioso despido dos prejuízos e superstições d’outras eras” (Franco, 1899).

Anália Franco defendia que junto a instrução deveria haver a educação moral, pois em todas “as esferas da vida pública” prevalecia a “fraqueza de caráter moral”, “pouca confiança depositamos na cultura do espírito”, (Franco, 1900, p.5). Para

⁸⁴ Para saber mais: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/nas-escolas-do-imperio-menino-estudava-geometria-e-menina-aprendia-corte-e-costura>

ela, o desenvolvimento das faculdades intelectuais deveria ser seguido pelo progresso moral. Somente deste modo se eliminaria o egoísmo do ser humano que por ter um “amor desordenado pelos lucros”, acaba se tornando indiferente frente às condições sociais do povo (Franco, 1900, p.5).

No artigo intitulado Os Filhos, na revista *Album das Meninas* de setembro de 1898, Anália Franco afirmava que o século em que vivia era o século de progressos, prosperidades que levantavam esperanças sobre o “futuro bem-estar dos homens”, mas ela apontava preocupações com a lenta e “descurada” atenção à educação moral. Dizia que a instrução por si só não bastava e que era preciso também de crenças “firmes e consoladoras” para “suavizar os males da vida”. Recorria aos exemplos do Cristo, reforçando os valores do perdão e da caridade, depositando na educação do lar a “esperança redentora do nosso destino social” (Franco, 1900, p.5).

Para a boa educação do lar há, segundo ela, “que se desenvolver, criar e fecundar, na infância a virtude e propagar as noções de bondade e justiça.” (Franco, 1900, p.8). Em uma carta endereçada às mães e professoras, Anália Franco, no *Album das Meninas* de agosto de 1900, registrava que:

É efetivamente o amor é o único e eterno fundamento da educação; por isso é a mãe quem primeiro deve começar a educação dos filhos, porque os nossos sentimentos mais perduráveis são aqueles que recebemos ainda no berço entre as meigas carícias de nossas mães. A mulher assumindo o sagrado título de mãe, necessariamente há de exercer uma influência poderosa sobre os destinos da família. [...] nada pode substituir esta educação, [...] e se a mãe teve a peito seu imprimir na fronte de seu filho o carácter divino, podemos estar certos de que jamais a mão do crime o apagará (Franco, 1900, p.2).

As características femininas identificadas na educação maternal eram as da mãe ideal, cuidadora e instrutora da família, responsável pelo acompanhamento educativo do seu filho, e que posteriormente passaram a alinhar as representações da professora primária. Os discursos políticos de emancipação da mulher utilizavam -se de argumentos que justificavam a proposição de mulheres como professoras (Werle, 1996). Tambara (1998, p.49) destacam que o processo de feminilização passou a ser definido pela “identificação entre a natureza feminina e a prática docente do ensino primário”, afinando características feminis ao magistério⁸⁵.

⁸⁵ Para saber mais: https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt02_09.pdf

A imagem da professora (maternal) vai se configurando culturalmente, e passa ela a ter espaço profissional, permitido pelo homem, considerando o magistério associado à maternidade; afinal uma boa mãe e esposa que tinha obrigação de educar os seus filhos, podia ser comparada a uma professora cuja responsabilidade seria a de criar os filhos da nação. Estamos de acordo com Nogueira e Schelbauer (2007) quando afirmam que:

A imagética construída ao redor da Figura feminina que se perdurou pelo século XIX vem demonstrando uma representação feminina vinculada a atributos de pureza e amor ao próximo, vinculando esses atributos com a importância da mulher na educação escolar. (p.84).

Anália Franco (1898) idealizava um perfil de professora que “evangelizasse a razão e levantasse bem alto o estandarte da virtude e do belo, inoculando na mocidade” qualidades que faltavam nos homens: “a ordem, o trabalho, a noção exata do dever, o verdadeiro amor à pátria, a compreensão da vida humana com destino elevado” (p. 2).

Segundo ela, a professora deveria empregar seu tempo para com aqueles cuja inteligência precisaria ser esclarecida e encaminhada para o bem (Franco, 1899, p.393), “a profissão de educadora é um verdadeiro apostolado, que exige muito trabalho, muita devoção e muita abnegação” (Franco, 1904, p.1). Teria que ter “força de vontade, trabalhar com zelo, ser vigilante, evitar o mal e praticar o bem, ser perseverante e pedir sempre a Deus, a fé. Deveria abraçar a causa justa e humanitária se esforçando em prol da educação da infância” (Franco, 1904, p.1). “Precisava de calma e paciência para esperar o resultado de seu trabalho. Deveria estar atenta a dar “o exemplo que é tão contagioso”. Para ela “educar é formar o caráter da criança, dirigindo e fortalecendo-a para as provas da liberdade e para os combates da vida” (Franco, 1904, p.1).

4.5

As dificuldades do Liceu da AFBI na “voz” de Anália Franco

A AFBI tinha em seu estatuto, ao abrir o Liceu feminino, o objetivo de fornecer às moças pobres matriculadas nas escolas da Associação a instrução intelectual e uma profissão que lhes garantisse a vida. O magistério era a profissão almejada por Anália Franco para as asiladas, como vemos registrado no Relatório da AFBI de 1912;

Como seria de elevado alcance social a educação d'estas pobres desprotegidas que convenientemente preparadas, seriam as futuras iniciadoras da educação de outras creanças órfãs desvalidas como ellas! (Franco, 1912, p.6)

As futuras educadoras da infância desprotegida, que são aquellas mesmas orphãs desvalidas abrigadas nos Asylos da Associação Feminina ainda não conseguiram atrair sobre seu futuro tão nobre atenções benévolas d'aquelles que podiam com vantagem se interessar pela sua sorte (Franco, 1912, p.5).

Mas Anália Franco enfrentava dificuldades para conseguir seu objetivo.

Vejamos seu relato no Relatório da AFBI de 1908:

Sempre luctando com as mesmas dificuldades, pela falta de salas apropriadas e material indispensável, o Lyceu Feminino ainda assim continua a prestar ingentes serviços á instrução das futuras professoras. Na Republica Argentina em que as professoras maternas não tem o preparo indispensável, visto que é bastante saberem ler, os primeiros rudimentos de arithmetica para serem admitidas nessas escolas [...] Entre nós, forçoso é confessar, apesar da lucta insana de parte da nossa directoria, para que as professoras maternas tenham um curso de aprendizagem de 2 a 3 annos, não tem ainda conseguido merecer a atenção do publico o preparo d'essas moças, futuras educadoras da infância desprotegida. A necessidade de dar carreira ás pobres órfãs asyladas no Asylo e Crèche, nos tem feito trabalhar sem descanso. (p.7).

Além da falta de recursos financeiros para a manutenção do Liceu, havia falta de material pedagógico para as alunas e o desinteresse vocacional das asiladas em optarem pelo curso de professoras. Algumas alunas eram analfabetas, o que fez Anália Franco criar um curso de alfabetização para elas, antes da entrada no Liceu.

Em fevereiro de 1904, na *Voz Maternal*, Anália Franco relatou que das 80 alunas que foram matriculadas, 50 frequentavam regularmente as diversas aulas do Liceu, mas que os objetivos eram ainda “lisonjeiros”. Os recursos eram “minguados”, o corpo docente mal remunerado e que ela apelava então para que pessoas caridosas e generosas ajudassem a obra de um empreendimento importante. Fora a questão do despreparo, e material escasso, as alunas eram paupérrimas e de acordo com Monteiro (1992, p.84) Anália Franco precisava fornecer as alunas do Liceu “alimentação e vestuário e tudo o mais que necessitavam pra o ensino e sua prática”. E continua Anália Franco sobre o Liceu, no relatório de 1908:

Luctando sempre com a falta de professoras maternas por serem ainda menores as órfãs asyladas, temos aceitado moças do interior para a prática das escolas, servindo estas de professoras substitutas, durante o impedimento das outras que são effectivas (Franco, 1908, p.7).

No Relatório da Associação de 1908, aprovado na Assembleia Geral Ordinária de 15 de janeiro de 1909, Anália Franco descreve ainda o seu desagrado em relação a falta de professores:

Graças a bondade de Deus, que é justo e bom, a Associação Feminina Beneficente e Instructiva continua sempre a progredir, bem como as nossas escolas maternais, as quais seriam em maior número se não fosse a falta de professoras com que lutamos. A exiguidade de nossos recursos não nos proporciona meios de obtermos com facilidade pessoal idôneo para as escolas. (p.5).

As dificuldades maiores eram a de conseguir professoras para as casas maternais do interior, onde o maior número de crianças ficava privada do ensino, por falta de professoras. Aqui vemos que começam a serem aceitas “professoras substitutas” como registra Anália Franco no Relatório de 1908:

Matricularam-se no Lyceu 33 alunas e passaram para o 2º anno 13 alunas; matricularam-se no 2º anno 13 alunas e no 3º anno 8 alunas tendo concluído o curso 4. [...] luctando sempre com a falta de professoras maternais por serem ainda menores as órfãs asyladas, temos aceitado moças do interior para a prática das escolas, servindo estas de professoras substitutas, durante o impedimento das outras que são effectivas. Essa medida tem nos auxiliado muito, visto que temos sido por insistentes pedidos forçadas a crear escolas nos lugares onde é maior o numero de creanças privadas de ensino. (p.7)

Na Hemeroteca Digital encontramos um anúncio, no jornal *O Commercio de São Paulo*, confirmando as dificuldades de formar professoras para o projeto das casas maternais no interior, fazendo com que a diretora Anália Franco administrasse a falta de professoras, aceitando senhoras que se dispusessem a exercer o cargo fora da cidade de São Paulo. Mas de que forma seriam formadas?

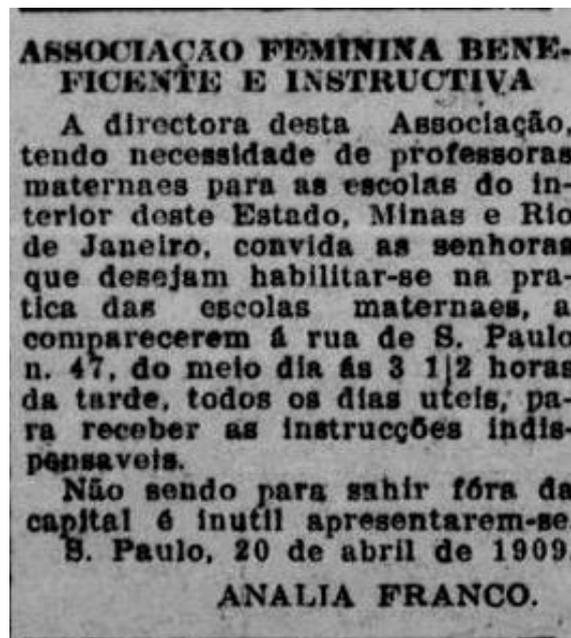


Figura 41 - Notícia sobre a necessidade de professoras para as sucursais

Fonte: Hemeroteca digital da BN <http://memoria.bn.br/DocReader/227900/22675>

Diz o anúncio que essas senhoras receberiam “instruções indispensáveis”, ou seja, a formação para professoras que deveria ser dada pelo Liceu, havia sido substituída por “instruções indispensáveis”. O que nos leva a refletir sobre o objetivo da fundação do Liceu Feminino, que era o de criar um curso de formação de professoras para as escolas maternais e que com esse anúncio constatamos que a formação estava sendo substituída por outro modelo, não mais de formação, mas de “instruções indispensáveis” para o cargo de professora das casas maternais.

Ao encontrar uma solução possível para suprir a falta de professoras das casas maternais é provável que a formação de professores para o segmento atendido tenha tido uma representação negativa quanto a formação profissional docente.

4.6. Identificando nomes de professores da AFBI e as alunas que foram professoras.

A pesquisa junto às fontes primárias, os documentos e o livro da ex-aluna nos trouxeram os nomes de 110 professores que estiveram nas casas maternais, nas oficinas, no Liceu e nas escolas elementares de São Paulo e das cidades do estado. No quadro que organizamos (Apêndice B), vamos encontrar além dos cargos de professoras, os cargos de fiscal e de direção das casas maternais.

Segundo Monteiro (1992, p.85) “as aulas do Liceu eram dadas por professoras diplomadas pela Escola Normal da Praça”, pois Anália Franco esforçava-se para manter o melhor nível possível de ensino. As primeiras professoras foram Rosina Soares, conselheira também da AFBI em 1903, como vimos era responsável pelas Cadeiras de História e francês⁸⁶; Zulmira de Queiroz nas cadeiras de Aritmética e Geometria (Monteiro1992, p. 75), a primeira professora da Escola Normal de São Paulo e a segunda, possivelmente, colega de Anália Franco, pois na pesquisa na hemeroteca encontramos o seu nome como professora do Grupo Escolar do Largo do Arouche, grupo no qual Anália Franco foi também professora. Helena Bulcão aparece como professora do Liceu. No relatório de 1912 da AFBI encontramos no corpo docente o nome de Anna Santos como professora do 1º, 2º e 3º ano do Liceu. Julia Andrade também foi professora do Liceu. Francisca Ramos foi professora no Liceu.

⁸⁶ Essa informação encontramos em Monteiro (1992), mas Rosina Soares era professora de Trabalhos manuais e trabalhos de Agulhas na Escola Normal de São Paulo.

Em Monteiro (1992) encontramos que em 1912, Anna Santos lecionava no 1º ano e Esther Monteiro no 2º e 3º anos. A professora Esther Monteiro havia sido aluna de Anália Franco, segundo o autor e foi a primeira professora de música da Associação. Também teria fundado a casa maternal de Monte Azul.

Na hemeroteca há um registro de Anna Santos como auxiliar da Diretora Emilia Silva, na Creche e Asylo de Brotas, sucursal da AFBI, como apresentamos abaixo:

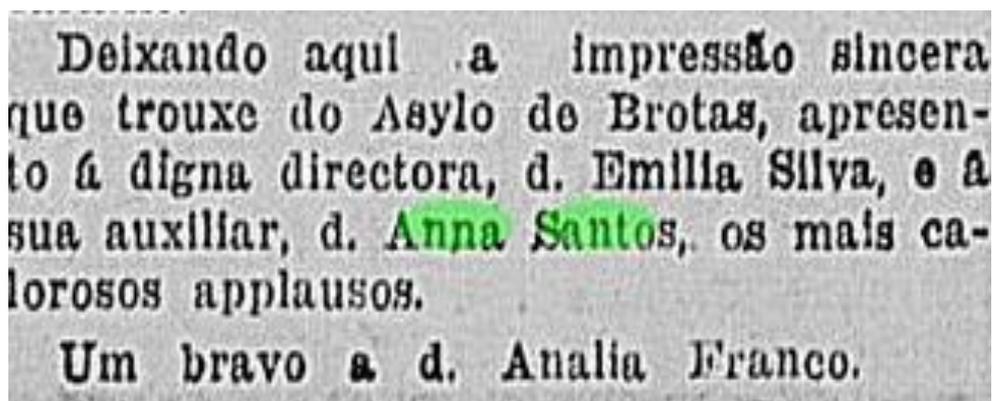


Figura 42 - Notícias sobre uma diretora que foi ex aluna da AFBI

Fonte: Correio Paulistano de 16 de dezembro de 1916

Sobre Esther Monteiro, Barros (1982) afirma que ela veio da casa dos tios, que era de Santa Branca e que assim que chegou à AFBI, procurou o Liceu noturno do Arouche. “Foi aluna e, logo a seguir professora também” (Barros, 1978, p. 83) e continua: “[...] violonista, tendo tido, no colégio, dois dos melhores professores do Conservatório Musical de São Paulo – tornou-se nossa professora de música” (Barros, 1982, p.83).

Na Hemeroteca Digital encontramos Esther Monteiro, como aluna, na cerimônia festiva da formatura das alunas da Associação, no ano de 1910, como vemos abaixo na Figura 43:

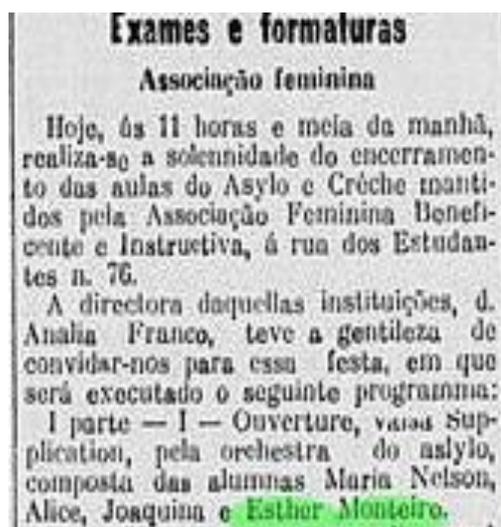


Figura 43 - notícia sobre exames e formaturas da AFBI tendo o nome de Esther Monteiro como aluna da AFBI

Fonte: Hemeroteca Digital, dezembro de 1910
http://memoria.bn.br/DocReader/090972_06/19992

Em outras citações, encontramos seu nome relacionado a concursos no magistério e apresentações musicais. Barros (1982, p.84) cita ainda no capítulo sobre o Liceu, que Julia Andrade foi “outra mocinha que procurou o Liceu. Era de São Paulo, e que, deixando a madrasta, foi aluna e logo depois professora também”. Além de nomes como os de Maria José D’Oliveira, ex-aluna, que além de professora “nossa” (Barros, 1982 p. 84) foi diretora da sucursal de Barretos. Não encontramos, na hemeroteca qualquer citação sobre esta professora. É interessante observarmos que Barros cita como “nossa professora” o que nos leva a pensar que também teria sido aluna do Liceu.

Através das fontes elencadas e das referências bibliográficas citadas, encontramos os nomes de algumas professoras e em que escolas da AFBI trabalhavam. Dentre elas, alguns nomes apareceram como alunas da Associação e que teriam sido professoras das escolas da AFBI, tal como era o plano de Anália Franco quando inaugurou o Liceu.

Encontramos a Sra Alzira Salles, como inspetora do grupo de escolas maternas do Largo do Arouche, Maria Salles como professora auxiliar na escola maternal dos comerciantes e professora da escola primária, Lucia Salles, professora de escola primária da AFBI, Anésia Salles, diretora da escola maternal de São Vicente, Ambrosina Franco Salles, diretora da escola maternal de São Vicente,

Adalgiza Salles como diretora da escola maternal de São Vicente e Alice Salles como diretora da escola maternal de São Vicente. O sobrenome Salles em todas essas citações pode nos indicar que Anália Franco tenha tido a participação de parentes em sua equipe de professoras. Sabemos que Ambrosina Franco Salles era sua irmã (Monteiro, 1992) desta forma podemos considerar que as demais Salles, professoras poderiam ser sobrinhas, filhas de sua irmã.

Do quadro elaborado com 110 professores da AFBI, apenas conseguimos na pesquisa identificar 10 que teriam sido alunas e se formaram professoras das escolas da Associação. Portanto, as alunas Amélia Goes, Anita Santos, Anna Santos, Maria José d'Oliveira, Risoleta Goes, Maria Antonia da Silva, Olívia d'Avila, Esther Monteiro, Amélia de Godoy e Julia de Andrade, foram ex-alunas da Associação que se tornaram professoras das escolas sucursais. Tentamos uma busca de todos esses nomes junto à Hemeroteca Digital, mas filtrando seus nomes não encontramos citação nos jornais, o que pode sugerir que não eram professoras públicas e que possivelmente poderiam ter sido alunas do Liceu.

Os dados obtidos relacionam poucas alunas que foram identificadas como professoras ou diretoras das escolas sucursais da AFBI. O que nos faz compreender a estratégia utilizada por Anália Franco, ao anunciar no Jornal em 1906 uma nota, solicitando “senhoras que desejam habilitar-se na prática das escolas maternais”. O que teria ocorrido com as sucursais? Como Anália Franco conseguiu compor quadro docente para as casas maternais? E se ela tivesse encontrado “as senhoras habilitadas na prática para as casas maternais”, como foram preparadas sem o curso do Liceu da AFBI?

5 Considerações Finais

Na presente tese investigamos o Liceu Feminino, o curso de formação de professoras da AFBI, em São Paulo, durante a direção de Anália Franco ocorrida no período de 1902 a 1919.

Apesar das inúmeras citações sobre Anália Franco e a ABFI nos jornais, especialmente no *Correio Paulistano*, no período de 1900 a 1919 tivemos acesso a poucas fontes primárias sobre a obra da educadora, sua Associação e o Liceu. Tínhamos conhecimento de que a documentação sobre a instituição se encontrava no último endereço da AFBI em Itapetininga, São Paulo. No entanto, no ano de 2021 o prédio foi fechado. Durante a pesquisa obtivemos informações de que o prédio havia abrigado, após o fechamento da AFBI em 2010, uma escola municipal e posteriormente uma escola estadual. Ambas tinham o nome de Anália Franco.

Há registros de acesso à documentação primária da Instituição nos trabalhos de Monteiro (1992), Kishimoto (1988), Lodi-Correa (2009) e Oliveira (2007), apontando que, no momento de suas pesquisas eles tiveram oportunidade de manusear os relatórios, atas e as edições do jornal *A Voz Maternal* da AFBI, fontes primárias que acreditávamos poderem ser encontradas para uma investigação mais detalhada sobre curso, afinal a Associação foi modelar e copiada em diferentes estados, cujas casas maternais eram fundadas com as mesmas finalidades da AFBI. Portanto, nos chamou a atenção a inexistência de documentação sobre a instituição e as ações educacionais criadas por Anália Franco, no período de nossa investigação. O que teria acontecido com esse material? É esperado que quando uma instituição educacional “fecha suas portas”, seus arquivos e documentos escolares sejam encaminhados para a secretaria da educação do município ou do estado, ou para um arquivo público. Que órgão público teria a responsabilidade de recolher essa documentação? Trata-se de uma documentação de uma instituição centenária, portanto de valor histórico. Mas pudemos constatar através dos relatos do funcionário do serviço público da Secretaria de Educação de Itapetininga e das informações da filha da responsável pela última direção, que os documentos estão dispersos, espalhados e, portanto, não foi possível encontrá-los no momento desta pesquisa. As poucas fontes primárias da AFBI que foram minuciosamente

estudadas para a nossa investigação foram as digitalizadas e que se encontram no Arquivo de São Paulo e na Fundação Carlos Chagas.

A análise dessas fontes esteve ao longo da pesquisa entrecruzada aos impressos da época e ao livro de memórias de uma ex-aluna da instituição, Maria Cândida Silveira Barros publicado inicialmente por insistência de suas colegas de infância, em 1959. A edição que conseguimos adquirir em um sebo é de 1982. Através dessa análise pudemos ter indícios da história do curso de formação de professoras do Liceu, as dificuldades encontradas para a manutenção do curso, as matrículas, o currículo, problematizando e levantando questões sobre o trabalho pioneiro de Anália Franco na formação e profissionalização docente para o segmento infantil.

A pesquisa nos levou a compreender o contexto social, político de São Paulo, durante o período da criação do Liceu; a história dos republicanos e os desdobramentos da Reforma Instrutiva Pública planejada pelo Partido Republicano, décadas antes da Proclamação da República. Anália foi presente e atuante nos movimentos ocorridos na cidade no período elencado e criou seu espaço de divulgação através dos impressos publicados por ela, como *Album das Meninas* e *A Voz Maternal*. Desta forma, conhecemos suas ideias e ações pedagógicas que tinham como pilar a inclusão social e pedagógica das crianças “desamparadas”, “marginalizadas”. Um trabalho precursor num momento tão expressivo da história do Brasil, como o da lei do ventre livre e o da mulher no mercado de trabalho. Desta forma ela optou por levar o discurso da educação aos excluídos, uma semente para as futuras gerações que nos fizeram chegar à obrigatoriedade da inserção da educação infantil à educação básica e a da formação técnica e científica dos profissionais que atuam neste segmento.

Anália Franco era filiada ao Partido Republicano e conhecer sua trajetória como abolicionista, escritora e professora pública, antes da inauguração da sua maior obra, a AFBI, foi importante para relacionarmos fatos, circunstâncias, e influências que a fizeram atuar incansavelmente na difusão da inclusão pedagógica aos órfãos, filhos de mulheres abandonadas, filhos de operárias, homens analfabetos, desempregados e viúvas e conseguir reunir à sua causa, uma série de subvenções, auxílios e parcerias para a manutenção de sua obra. Anália Franco não era uma mulher partidária, no sentido restritivo da palavra, ela partilhava dos ideais republicanos e abolicionistas, mas como pedagoga dedicava sua vida a propagar

seu pensamento educacional junto à filantropia. Preferiu a Educação como forma de inclusão, tomando a instrução intelectual e moral como fundamento para uma transformação social. Expressou seu pensamento pedagógico de inclusão através da imprensa, divulgando a AFBI, como instituição “modelo”. Ela publicava em seu jornal *A Voz Maternal* os elogios recebidos pelo trabalho da AFBI dos políticos que visitavam a obra, dos ilustres jornalistas da imprensa de periódicos de diversas localidades do Brasil e divulgava os nomes da elite paulistana de doadores mencionados nos agradecimentos encontrados nas edições. Anália Franco, portanto, soube fazer propaganda de sua obra. Com esta rede de influências visitando e elogiando a AFBI, a diretora recebia constantes solicitações de abertura de casas maternais e de Associações Benéficas nos moldes da AFBI em diversos estados do Brasil, como apresentamos. Desta forma a temática da inclusão ganhava espaço pelo país a fora.

Como membra de uma elite cultural destacada na imprensa, como escritora, conferencista, professora pública e diretora de uma Associação, Anália Franco foi Figura central na divulgação de uma educação para todos. Foi uma mulher que inovou “o olhar” sobre as casas assistenciais, transformando-as em casas que instruíam, educavam e davam um ofício a crianças e jovens marginalizados. Uma mulher precursora na formação de uma educação para o segmento infantil, na formação de professoras para as casas maternais, segmento não contemplado nas reformas republicanas da instrução pública em São Paulo em fins de século XIX e XX e na inclusão da mulher na educação e profissionalização. Suas ideias possivelmente influenciaram as gerações seguintes na criação de creches e pré-escolas em São Paulo na década de 20 do século XX.

Anália Franco propagava a sua obra proficuamente, a ponto de conseguir sensibilizar os poderes públicos, a elite cultural da época e as organizações sociais parceiras do ideal republicano de civilização do povo através da educação. Foi uma época de iniciativas trazendo otimismo para o que se acreditava vir a ser a “ordem e o progresso” da nação, mas que na realidade, inúmeros eram os desafios que se apresentavam para que o projeto republicano fosse implementado, pois na base de sua construção emergia o desconhecimento da imensa desigualdade social que emperrava o ideal da escola pública para todos. Neste sentido, influenciada pelos mesmos ideais, Anália Franco procurou estender o direito à educação aos excluídos, creditando à educação a solução para a miséria e a mendicância.

Anália Franco de certa forma contribuiu com as iniciativas do momento, mas encontrou dificuldades na manutenção de seu projeto, principalmente no de formar professoras para as casas maternais. E o que antes era o objetivo do Liceu, o de formar as asiladas professoras para atenderem as escolas maternais da AFBI, acabou por ser uma nota de classificado, uma chamada em jornal, para recrutamento de senhoras interessadas em atender a emergência de professoras para as casas maternais do interior. De certa forma, a instrução não se faria mais através de um curso com currículo e práticas, constituindo a técnica de um professor de qualidade e eficiência, mas, como nos diz a matéria do jornal, com instruções escritas para o trabalho, sendo essa a estratégia encontrada para a demanda alta de professoras para as casas maternais. Parece que não havia tempo nem interesse para a formação e tal rearranjo serviu como medida possível, em detrimento da preocupação de Anália Franco e dos reformadores da instrução pública, com a formação e profissionalização do professor.

Anália Franco foi pioneira na formação de professoras para o segmento infantil. Ela procurou ajustar o currículo do Liceu ao da Escola Normal de São Paulo. No início, contou com a colaboração de colegas da antiga Escola Normal e do Grupo Escolar onde trabalhava, mas a urgência da formação de professoras para atender as casas maternais da AFBI que iam sendo fundadas se mostrou um desafio, na medida em que havia pouco interesse das alunas asiladas ao curso. Além disso havia o ingresso de alunas que precisavam ser alfabetizadas antes de cursar o Liceu e alunas que apresentavam dificuldades de aprovação durante o curso. Encontramos nas fontes, no jornal *A Voz Maternal* os relatos de falta de material pedagógico e de que as alunas sendo pobres quando cursantes, precisavam até de alimento e vestuário para participarem das aulas.

Os desafios registrados mostraram uma equação de difícil solução: a necessidade de professoras versus a formação em curso, somados as situações circunstanciais financeiras e de manutenção do Liceu e a solução encontrada para resolução naquele momento foi a de recrutar senhoras para serem professoras substitutas, o que de certa forma nos faz refletir sobre o desprestígio da carreira e o desvalor dado a formação docente.

São resquícios de uma representação que persiste, como o visto na matéria do g1 do dia 17 de outubro de 2023⁸⁷ em que cita o professor da pré-escola como a profissão mais desvalorizada no ranking de profissões de piores salários no Brasil. Quem lidera a lista, apesar da exigência de formação em curso superior é o professor da educação infantil. Houve sim o avanço na formação, visto que a LDB exige que o professor tenha curso superior, mas a docência continua sendo uma profissão desvalorizada.

Através da tese encontramos o que foi particular em Anália Franco quando inicia seu projeto pedagógico, o de fazer dos asilos as casas maternais. Seu objetivo era inserir as crianças antes dos 7 anos na pedagogia, um projeto educativo que dava importância aos sentidos, promovendo instruções morais através do diálogo e dos contos infantis, e através do exemplo de uma professora, digna, amorosa, cuidadosa de boa moral e costumes. Desta educação pensava ela, sairia o homem, antecipando de alguma forma os conceitos psicanalíticos como em Freud no livro *A interpretação dos sonhos*, publicado em 1900, consolidando a sua compreensão sobre o lugar da infância na constituição do psiquismo humano.

Na tese, demonstramos como Anália possivelmente conseguia reger uma rede de escolas no início do século XX, sistema que primava por uma unidade pedagógica e administrativa. Nas fontes, a Figura de uma fiscal das escolas poderia apontar a solução para esta questão, elas eram professoras que tinham a função de fiscalizar os registros das escolas, o método intuitivo instituído e que em seus relatórios registravam os avanços e as dificuldades das unidades administrativas da AFBI. O interessante é que esse relatório era assinado pela diretora que acompanhava mesmo de longe, os perfis administrativo e pedagógico das escolas da AFBI.

Identificamos na pesquisa algumas alunas que formadas no Liceu prosseguiram sua carreira como professoras das casas maternais. Registramos seus nomes e das demais professoras da AFBI, cuja procedência não nos foi possível saber (Apêndice B).

⁸⁷ Matéria no g1 - <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2023/10/17/veja-as-profissoes-com-os-piores-salarios-no-brasil-professor-de-pre-escola-lidera-a-lista.ghtml>

Durante a trajetória da AFBI, no período em que Anália Franco foi diretora da instituição, de 1901 a 1919, acompanhamos à míngua dos recursos sendo escasseados, com cada vez menos subsídios do governo doados à instituição. Os anuários de ensino nos dão os registros do quanto foram sendo diminuídos os valores subsidiados ao longo do período para a AFBI e principalmente com as justificativas da 1ª. Grande Guerra e da pandemia da gripe espanhola que acentuaram a pobreza com que se encontrava a AFBI no ano da morte de Anália Franco em 1919.

Ao longo do desenvolvimento da tese respondemos as perguntas que instigaram a pesquisa tais como a importância das casas maternais no contexto histórico elencado, os objetivos do Liceu e quais teriam sido as dificuldades encontradas por Anália Franco para manutenção do curso e para a formação de professoras para as casas maternais, que soluções foram encontradas para os desafios da urgência de professoras que precisavam assumir as instituições fundadas pela AFBI, e de que forma ela conseguia manter uma certa unidade administrativa e pedagógica em sua rede de escolas fundadas na capital e no interior.

Ficam perspectivas de novas possibilidades de pesquisa sobre esta professora e sua ampla obra de inclusão. Por exemplo: sobre as filiais ou sucursais das casas maternais poucas informações obtivemos para avançarmos na pesquisa. Algumas prefeituras nem sabiam, como por exemplo a de Franca, que Anália Franco havia fundado uma sucursal das casas maternais por lá. O que teria acontecido com essas filiais? Através da pesquisa encontramos indícios de falta de professoras para as casas fundadas, o que poderia representar a justificativa do fechamento das escolas.

Em relação ao apoio da Maçonaria para abertura das casas maternais nas cidades, apresentamos, na tese, indícios de que a relação do marido de Anália Franco, Sr. Antonio Bastos, como membro da organização, pode ter facilitado a criação e a manutenção das casas maternais, pois Bastos fazia parte da Maçonaria e o trabalho de assistência social era um dos pilares da ação maçônica.

Quanto a ajuda dos espíritas na fundação de casas maternais pelo interior, não conseguimos encontrar informações sobre quando teria ocorrido sua adesão ao espiritismo, até porque a AFBI propagava ser uma instituição leiga, mas é possível que seu marido tenha sido uma influência na mudança de Anália Franco do catolicismo para o espiritismo e no apoio recebido do movimento espírita em

algumas cidades para a fundação das casas maternais. Antônio Bastos, de acordo com Azevedo (2010) teve seu nome nas páginas do Reformador de 1º de janeiro de 1903, uma revista da Federação Espírita Brasileira, numa lista de pessoas que haviam adquirido antecipadamente junto à Federação, uma edição especial das obras de Allan Kardec cujo lançamento fazia parte das comemorações pelo centenário do seu nascimento. Em 1º de março de 1905, seu nome aparece compondo a diretoria do Centro Espírita de São Paulo, no cargo de 1º tesoureiro. Portanto, era atuante no movimento espírita de São Paulo.

É possível encontrarmos afinidades entre as ideias de Anália Franco sobre uma direção educacional moral na primeira infância e o pensamento doutrinário espírita sobre a infância? Essas informações não fizeram parte da pesquisa, mas são perspectivas para estudos futuros. Analisar seus discursos sobre a infância, suas ideias inatistas⁸⁸, ou construtivistas poderão fundamentar suas escolhas metodológicas ou didáticas. Sobre a educação moral, por exemplo, em um de seus discursos sobre a infância vimos que considerava que a intuição representava a parte nobre da natureza humana. Na revista *Album das Meninas* de maio de 1898 ela diz que a intuição é “tão velha como a humanidade, inata em todos os corações, ancora de todas as consciências, inseparável da humanidade e por si mesma clara e evidente em todo o ser humano; está no domínio da intuição” (p.38).

Mas o meio pelo qual as crianças estavam inseridas mobilizava seu discurso de educação para “regenerar” quem vivia desamparado junto aos “vícios e aos maus exemplos” da vida, a ponto de registrar em suas advertências aos professores no Manual para as Escolas Maternais do ano de 1902 que era uma “terrível responsabilidade o que pesa sobre vós”, diretoras e professoras da primeira infância, pois “ella (a criança) será mais tarde tão somente o que vós della tiverdes feito”.

Outra lacuna que surgiu da pesquisa sobre o Liceu e que não conseguimos aprofundar foi a atuação de Anália Franco na luta social a favor da educação e profissionalização feminina. São inúmeros artigos encontrados no *Album das Meninas* que nos apresentam uma personagem engajada na luta pelo direito das mulheres ao ensino e a profissão.

⁸⁸ Inatismo e Construtivismo as diferentes correntes de pensamento sobre a concepção do homem e seus processos educativos, na história da educação e dos métodos pode ser encontrado em Bigge (1977)

Durante a pesquisa pudemos constatar que ainda há um vasto material a ser pesquisado. Perguntas que apareceram ao longo do trabalho, e que podem representar trabalhos futuros. Em relação as casas maternais na capital, não conseguimos localizá-las nem esclarecer questões sobre seu funcionamento, fechamento e/ou troca de nome.

Neste sentido, ao finalizar esta tese, ressaltamos a necessidade de continuidade de investigação sobre essa educadora e de outros atores intelectuais que conviveram com Anália Franco, compartilhando do cenário dos anos iniciais da República em São Paulo e que podem representar novas visões sobre os desafios da educação pública no período.

Nosso estudo é parte do olhar do pesquisador e da documentação por ele apresentada, sujeita, portanto, a questionamentos sobre as escolhas do autor e a incompletude das hipóteses possíveis levantadas diante de uma história que não existe, mais que foi lida por alguém de um outro tempo.

A tese apresentada pretende colaborar com a historiografia, na medida em que proporciona uma visão sobre a trajetória da professora Anália Franco, educadora que priorizou a inclusão social, na educação de órfãos, meninos filhos de operárias, homens desempregados, viúvas e mulheres abandonadas. Uma visão sobre a sua luta em prol da valorização da formação e da profissionalização docente.

Investigar os esforços realizados em prol da Educação no Brasil, em períodos recuados, por intelectuais e professores como Anália Franco pode se configurar em uma contribuição relevante para o campo da história da educação e para a história da formação e profissão docente e da Educação Infantil.

6

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, F. C. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. **AEDOS Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS**, Santa Maria, 2010.

ALONSO, A. Associativismo avant la lettre: as sociedades pela abolição da escravidão no Brasil oitocentista. **Sociologias**, ano 13, n. 28, p. 166-199, set./dez. 2011.

ALVES, C. Contribuições de Jean-François Sirinelli à história dos intelectuais da educação. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 33, n. 67, p. 27-55, jan./abr. 2019.

AMARAL, G. L. Os maçons e a modernização educativa no Brasil no período de implantação e consolidação da República. **Hist. Educ.**, v. 21, n. 53, p. 56-71, set./dez. 2017.

ANDRADE, G. B. A Emancipação feminina na imprensa carioca: uma análise sobre o Sexo Feminino e Echo das Damas (1875-1889). **Revista Hydra**, v. 3, n. 6, 2019.

ARAUJO, J. C. S.; FREITAS, A. G. B; LOPES, A. P. C. **As Escolas Normais no Brasil: do Império à República**. São Paulo: Alínea Editora, 2018.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Acervo Histórico**, ano V, n. 24, nov./dez. 2019. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/24209_arquivo.pdf Acesso em: 28 jun. 2022.

AZEVEDO, A. R. Os espíritas e Anália Franco: práticas de assistência e escolarização da infância no início do século XX. **Cadernos da História da Educação**, v. 9, n. 2, 2010.

BARROS, M. C. S. **Vida e obra de Anália Franco: 1856-1919**. São Paulo: Copidart, 1982.

BASTOS, M. H. C. Educação infantil e ensino intuitivo contribuição de Marie Pape-Carpantier (1815-1878). **Conjectura: Filosofia e Educação**, v. 15, n. 3, p. 14-46, 2010.

BASTOS, M.H.C. **As conferências pedagógicas dos professores primários do município da Corte: permuta das luzes e ideias (1873 – 1886)** ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – João Pessoa, 2003.

BEDIAGA, B.E.H. **Marcado pela própria natureza: o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura e as ciências agrícolas (1860-1891)**. Tese de Doutorado Programa de Pós-Graduação em Ensino e História das Ciências da Terra Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP) 2011.

BEM, S.F. **Contribuição para estudos das estações ferroviárias paulistas**. Dissertação (Mestrado Arquitetura e Urbanismo) Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

- BERTONHA, V. C. C.; MACHADO, M. C. G. **A Instituição Escolar como fonte da história da educação: um estudo preliminar.** In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, 24 a 26 de setembro de 2008. http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2008/pdf/c007.pdf
- BETTENCOURT, L. Mulheres descobertas no lixo. **Solettras**, v. 17, n. 34, p. 378, 2017.
- BIGGE, M. L. **Teorias da aprendizagem para professores.** São Paulo: EPU – Editora da Universidade de São Paulo, 1977.
- BITTENCOURT, A. **A mulher paulista na história.** São Paulo: Ed. Livros de Portugal, 1954.
- BOURDIEU, J. P. **A ilusão biográfica.** In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. **Usos e abusos da história oral.** 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BOURDIEU, J.P. O capital social. In: NOGUEIRA, M.A., CATANI, A. **Escritos de Educação** 5ª.ed. Editora Vozes, 2003.
- BOURDIEU, J.P. Entrevistado por Maria Andrea Loyola. **Pensamento contemporâneo.** Rio de Janeiro. EdUERJ, 2002
- BRASIL, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (**Estatuto da Pessoa com Deficiência**). Diário Oficial da União 2015; 7 jul.
- BRUNO, E. S. **Histórias e tradições da cidade de São Paulo: Burgo dos Estudantes (1828-1872).** Rio de Janeiro: José Olympio, 1953. v. 2.
- BUFFA, E. Antônio Caetano de Campos (1844-1891): ideias pedagógicas no lugar e no tempo certo. In: PADILHA, Liz Angelis (org.). **Educadores paulistas: histórias de vida e ações no âmbito educacional.** Campinas: Editora Autores Associados, 2022.
- BURKE, P. **História e teoria social.** São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- CAPELATO, M. H. R. **A Imprensa na História do Brasil.** São Paulo: contexto/EDUSP, 1988.
- CAPUTO, M. M. S. **Eunice Caldas: uma voz feminina no silêncio da história (1879-1967).** 2008. Dissertação (Mestrado). Universidade Católica de Santos, Santos, 2008.
- CARULA, K. A imprensa feminina no Rio de Janeiro nas décadas finais do séc. XIX, **Revista Estudo Feministas**, v. 24, n. 1, p. 261, 2016.
- CARVALHO, J. M. de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CARVALHO, M. M. C. **Reformas da Instrução Pública: 500 anos de educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000.
- CASTRO, D. M. **As Dinâmicas Sócio-Espaciais nos bairros operários da Capital Paulista.** 2010. Dissertação de Mestrado Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista. Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Campus de Rio Claro. S.P.

- CASTRO, R. M.; FRANT, B. J. **Modelo de Estratégia Argumentativa: análise da fala e de outros registros em contextos interativos de aprendizagem.** Editora UFPR, Curitiba, 2011.
- CATANI, D. B. **Educadores à meia-luz: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo.** Bragança Paulista: EDUSF, 2003.
- CERTEAU, M. **A escrita da história.** Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.
- CHAGAS, F. G. **Álbum das Meninas: revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras – estudo de um impresso de Anália Franco (1898-1901).** 2016. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- CHARTIER, R. **A História cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: Difel, 1988.
- DALIGUALT. Curso de Pedagogia. Santa Catarina. Typografia de Ribeiro e Caminha. 1879
<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/179927>
- DEL PRIORE, M. (org.) **História das crianças no Brasil.** São Paulo: Ed. Contexto, 2020.
- DIAS, M. H. **Professores da Escola Normal de São Paulo (1846-1890): a história não escrita.** Campinas: Ed Alínea, 2013.
- ELEUTÉRIO, M. L. O lugar da emancipação da mulher no periodismo paulista (1888-1930). **Revista Iberoamericana**, v. LXX, n. 208-209, jul./dez. 2004.
- FARIA FILHO, L. M. **Instrução Elementar no século XIX: 500 anos de educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000.
- FERREIRA, R. M. **O que dizem de nós: o movimento feminino e educacional de Anália Franco publicado na imprensa, de 1875-1919.** 2020. Tese (Doutorado) – Universidade Católica de Santos, Santos, 2020.
- FLORES, L.F. O “lugar” do liberalismo no Brasil do século XIX. **Revista sem Aspas**, vol. 10. Publicação contínua. Araraquara, S.P., 2021.
- FOELKER, R. **Dona Anália: amiga das crianças.** São Paulo: Ed. Comenius, 2013.
- FONSECA, S. C. A regeneração pelo trabalho: o caso do Instituto Disciplinar em São Paulo (1903-1927). **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, n.33, 2008. São Paulo.
- FONSECA, S. C. A interiorização da assistência à infância durante a primeira República de São Paulo a Ribeirão Preto. **Educação em Revista**, v. 28, p. 79-108, mar. 2012.
- FONSECA, S. C.; JOHANSEN, C. C. **Anália Franco, uma referência em matéria de assistência à infância para as cidades do interior de São Paulo? (1901-1923)** *História Unicamp*, v. 5, n. 9, jan./jun. 2018.

FRANCO, A. **Álbum das Meninas**. São Paulo, anno 1, n. 4, 31 jul. 1898a. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/pesquisa/educacaoInfancia/EducacaoInfancia.downloadArtigo.mtw?id=40>. Acesso em: 3 jul. 2022.

FRANCO, A. **Álbum das Meninas**. São Paulo, anno 1, n. 7, 31 out. 1898b. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/pesquisa/educacaoInfancia/EducacaoInfancia.downloadArtigo.mtw?id=43>. Acesso em: 5 jul. 2022.

FRANCO, A. **Álbum das Meninas**. São Paulo, anno 3, n. 18, 1º ago. 1900. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/pesquisa/educacaoInfancia/EducacaoInfancia.downloadArtigo.mtw?id=57>. Acesso em: 17 jul. 2022.

FRANCO, A. **A Voz Maternal**. Órgão da Associação Feminina Beneficente Instrutiva de São Paulo, ano 1, n. 2, 1º jan. 1904a. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/pesquisa/educacaoInfancia/EducacaoInfancia.downloadArtigo.mtw?id=15>. Acesso em: 22 jul. 2022.

FRANCO, A. **A Voz Maternal**. Órgão da Associação Feminina Beneficente Instrutiva de São Paulo, ano 1, n. 3, 1º fev. 1904b. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/pesquisa/educacaoInfancia/EducacaoInfancia.downloadArtigo.mtw?id=16>. Acesso em: 13 jul. 2022.

FRANCO, A. **A Voz Maternal**. Órgão da Associação Feminina Beneficente Instrutiva de São Paulo, 1º ago. 1904c. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/pesquisa/educacaoInfancia/EducacaoInfancia.downloadArtigo.mtw?id=19>. Acesso em: 24 jul. 2022.

FRANCO, A. **A Voz Maternal**. Órgão da Associação Feminina Beneficente Instrutiva de São Paulo, 1º set. 1904d. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/pesquisa/educacaoInfancia/EducacaoInfancia.downloadArtigo.mtw?id=23>. Acesso em: 13 jul. 2022.

FRANCO, A. **A Voz Maternal**. Órgão da Associação Feminina Beneficente Instrutiva de São Paulo, 1º out. 1904e. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/pesquisa/educacaoInfancia/EducacaoInfancia.downloadArtigo.mtw?id=24>. Acesso em: 24 abr. 2022.

FRANCO, A. **A Voz Maternal**. Órgão da Associação Feminina Beneficente Instrutiva de São Paulo, 1º nov. 1904f. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/pesquisa/educacaoInfancia/EducacaoInfancia.downloadArtigo.mtw?id=25>. Acesso em: 15 maio 2022.

FRANCO. Relatório de 1905: apresentado e aprovado em assembleia geral ordinária de 15 de janeiro de 1906. São Paulo: typ. D' A voz maternal, 1906.

FRANCO. Relatório de 1908. Apresentado em assembleia geral ordinária de 15 de janeiro de 1909. <https://www.fcc.org.br/pesquisa/educacaoInfancia/EducacaoInfancia.downloadArtigo.mtw?id=35> Acesso em 28 de março de 2023

FRANCO, A. CALDAS, E. Manual para as Escolas Maternaes da Associação Feminina Beneficente Instrutiva, 1902. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/pesquisa/educacaoInfancia/EducacaoInfancia.downloadArtigo.mtw?id=27>. Acesso em 10 de maio de 2023.

FUNDO DE EMERGÊNCIA INTERNACIONAL DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Situação das crianças e dos adolescentes no Brasil**. Disponível em: [https://www.unicef.org/brazil/situacao-das-criancas-e-dos-adolescentes-no-brasil#:~:text=De%201990%20a%202019%2C%20o,escola%20\(Pnad%2C%202019\)](https://www.unicef.org/brazil/situacao-das-criancas-e-dos-adolescentes-no-brasil#:~:text=De%201990%20a%202019%2C%20o,escola%20(Pnad%2C%202019)). Acesso em: 24 out. 2022.

FUNDO DE EMERGÊNCIA INTERNACIONAL DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Plataforma dos centros urbanos**. Disponível em: https://www.unicef.org/lac/sites/unicef.org/lac/files/2019-10/Folder_Plataforma_dos_Centros_Urbanos_Edicao_2017-2020%20.pdf. Acesso em: 24 out. 2022.

GHIRALDELLI, JR.P. As concepções de infância e as teorias educacionais modernas e contemporâneas. **Educação** v. 26, n. 2, jul./dez. 2000, São Paulo

GIL, N. Analfabetismo da população brasileira nas análises de Giorgio Mortara sobre o censo de 1940. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.39, 1-15, e0213, 2022. R.J.

GINZBURG, C. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOELLNER, S. V. Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história. **Pensar a Prática**, v. 8, n. 1, 2005.

GONDRA, J.; SCHUELER, A. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

GUIMARÃES, C. M. A história da atenção à criança e da infância no Brasil e o surgimento da creche e da pré-escola. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 18, n. 38, p. 81-142, set./dez. 2017.

HUNT, L. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

JACINTO, R. **Anália Franco**: a benfeitora. Rio de Janeiro: Editora FEB, 1973.

JACINTO, R. **Anália Franco**: anjo da caridade. São Paulo: Editora Luz no Lar. 1996.

JOHANSEN, C. C. **A interiorização da assistência à infância e a experiência do Asylo de Orphans Anália Franco em Ribeirão Preto (1901-1925)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Filosofia, Ciências e Letras) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto 2017.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-43, 2001.

- KAMITA, R. C. Revista “A Mensageira”: alvorecer de uma nova era? **Rev. Estud. Fem.**, n. 12 (especial), dez. 2004.
- KISHIMOTO, M. T. **A pré-escola em São Paulo**: das origens até 1940. 1988. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, 1988.
- KISHIMOTO, M. T.; PINAZZA, M. A.; FORMOZINO, J. O. Fröebel: uma pedagogia do brincar para infância. *In*: Oliveira Formosinho, Kishimoto, Pinazza & cols. **Pedagogia(s) da infância**: dialogando com o passado, construindo o futuro. São Paulo: Artmed, 2007.
- KISHIMOTO, T. M. **A Pré-Escola em São Paulo (1877 a 1940)**. São Paulo: Edições Loyola, 1988a.
- KISHIMOTO, T. M. Os jardins de infância e as escolas maternais de São Paulo no início da República. **Caderno de Pesquisa**, v. 64, fev. 1988b.
- KUHLMANN JUNIOR, M. Instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil (1899-1922). **Cad. Pesquisa**, n. 78, p. 17-16, ago. 1991.
- KUHLMANN JUNIOR, M. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- KUHLMANN JUNIOR, M. Educação infantil e currículo. *In*: FARIA, A. L. G.; PALHARES, M. S. **Educação infantil pós LDB**: rumos e desafios. São Paulo: Autores Associados, 1999.
- KUHLMANN JUNIOR, M. A educação infantil no século XIX. *In*: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**: século XIX. Petrópolis: Vozes, 2005, v. 2.
- LAPUENTE, R. S. A Imprensa como fonte: Apontamentos Teórico- Metodológicos iniciais acerca da utilização do periódico impresso na pesquisa histórica. **Revista de História Bilros**. História (s), Sociedade(s), Cultura(s), v.4, n6, p11-29, jan-jun. Fortaleza, 2016.
- LE GOFF, J. Documento/monumento: história e memória. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão, Suzana Ferreira Borges. Campinas: Editora: Unicamp, 2003.
- LELLIS, I.; NASCIMENTO, M. G. Trajetória de professores: a pesquisa com histórias de vida. *In*: MENDONÇA, A. V. (org.). **História e educação**: dialogando com fontes. Rio de Janeiro: Ed Forma e Ação, 2010.
- LEMOS, D. C. A. O Manifesto dos Professores Públicos Primários da Corte Imperial e a emergência do associativismo docente. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 8, n. 15, jan./jul. 2013.
- LEONIDIO, A. Esta palavra socialismo...Ideias socialistas no Brasil no final do século XIX. **Textos de História**, vol. 12, n° 1/1,2004. Periódicos UNB, 2004, São Paulo.
- LIBÂNEA, N. X. Manifestos, caras, educação e democracia. *In*: **A reorganização do campo educacional no Brasil – manifestações, manifestos e manifestantes**. Org. MAGALDI.A.M. e GONDRA.G.J. Rio de Janeiro. Viveiros de Castro Editora. 2003.
- LIMA, Nestor dos Santos. **Um século de ensino primário**. Natal: Typ. da República, 1927.

LIMA, ANA.C.P. **Colégio dos educandos artífices: as crianças pobres e a educação profissional no século XIX (Fortaleza, 1856 – 1866)** . Anais IV Colóquio Nacional e I Colóquio Internacional. A produção do conhecimento em Educação Profissional. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2017.

LODI-CORREA, S. **Anália Franco e a sua ação socioeducacional na transição do império para a república (1868-1919)**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, 2009.

LODI-CORREA, S.; CHRISTO, E. **Anália Franco a educadora e seu tempo**. São Paulo: Ed. Comenius, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. **Mulheres em sala de aula**. In DEL PRIORE, Mary. História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997. p.443-481.

LOPES, E. M. T. História da educação e literatura: algumas ideias e notas. **Revista Educação**. 30, n. 2, jul./dez. 2005.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LUCA, T.R. História dos, nos e por meio dos periódicos. **Fontes Históricas**. Contexto, 2008. São Paulo

MAGALHÃES, F.S. **Maçonaria e educação. Contribuições para o ideário republicano**. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, 2013.

MARCILIO, M. L. **A história da criança abandonada**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1998.

MARTINS, A. L. **Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República – São Paulo (1890-1922)**. São Paulo: Ed. USP, 2001.

MARTINS, J. D. MONTEIRO DE BARROS, S. **Allan Kardec: análise de documentos biográficos**. Rio de Janeiro: Ed. Lachatre, 1999.

MARTINS, J. D. **Os Bezerra de Menezes e o Espiritismo**. A família, o médico, o político, o empresário e o espírita. Novo Ser Editora, 2011, Rio de Janeiro.

MEDEIROS, A. O positivismo no Brasil. **Sabedoria Política**, abr. 2020. Disponível em: <https://www.sabedoriapolitica.com.br/products/o-positivismo-no-brasil/>. Acesso em: 26 jun. 2022.

MEDEIROS, M. **Anália Franco: um candeeiro sobre o alqueire**. Editora: Imp. Oficial. 2001.

MONARCHA, C. **Escola Normal da Praça o lado noturno das luzes**. Campinas: Editora Unicamp. 1999.

MONTEIRO, E. C. **Anália Franco: a grande dama da educação brasileira**. São Paulo: Ed. Eldorado Espírita, 1992.

MORSE, R. **Formação Histórica de São Paulo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

MOTT, M. L. Gênero, medicina e filantropia: Maria Rennotte e as mulheres na construção da nação. **Cadernos Pagu**, n. 24, p. 41-67, jan./jun. 2005.

NOGUEIRA, J.K; SCHELBAUER, A.R. Feminização do magistério no Brasil: O que relatam os pareceres do primeiro congresso da instrução do Rio de Janeiro. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.27, p.78 –94, set. 2007.

NORONHA, O. M. Historiografia das Instituições Escolares. In: NASCIMENTO, M. I. M.; SANDANO, W.; SAVIANI (Org.). Instituições escolares no Brasil e reconstrução histórica. Campinas, SP: Autores Associados: **HISTEDBR**; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007.

NÓVOA, A. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. **Teoria e Educação**, Pannonica, n. 4, 1991.

NÓVOA, A. Inovações e história da educação. **Teoria e Educação**, Campinas, n. 6, 1992a.

NÓVOA, Antônio. Os professores e a história da sua vida. In: NOVOA, Antônio. **Vida de professores**. Porto: Porto Editora, 1992b.

NÓVOA, Antônio. **O regresso dos professores**. Palestra proferida na conferência “Desenvolvimento profissional de professores para a qualidade e para a equidade da Aprendizagem ao longo da Vida”. Lisboa, 27 e 28 de setembro, 2007. Disponível em: <http://escoladosargacal.files.wordpress.com/2009/05/regressodosprofessorasantonionovoa.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2022.

OLIVEIRA, E. C. **Anália Franco e a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva: ideias e práticas educativas para a criança e a mulher (1870-1920)**. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Francisco, 2007.

PANIZZOLO, C. **João Köpke e a escola republicana: criador de leituras, escrita da modernidade**. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

PAULA, A.E.H. **Os operários pedem passagem! - a geografia do operário na cidade de São Paulo (1900-1917)** Dissertação (Geografia) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

PEREIRA, A. M. Uma mulher do século - **Diário de Notícias**. coluna O folhetim de 2 de fevereiro de 1871.

<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=369357&pagfis=597>
acesso em: 28/07/2023

PEREIRA, J.S. VALENTE, V. O. B. Metodologia e Possibilidades: periódicos militantes como fonte histórica. **VIII CIH**. 776, 2017.

PERES, F. A. Entre espíritas, maçons e anarquistas: Anália Franco, João Penteadó e a educação em São Paulo na Primeira República. **Horizontes**, v. 29, n. 2, p. 35-46, jul./dez. 2011.

PEREZ, T.T. **História da formação de professores em São Paulo (1875 – 1894) intersecções entre os ideais de professor e escola.** Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

PESAVENTO, S J. **História & História cultural.** 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 132p.

PINTO, Adriana Aparecida. **A Eschola Pública: uma análise da Pedagogia Paulista no Período Republicano.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 1., 2000, Rio de Janeiro. Anais... Campinas, SP: Autores Associados, 2000. p. 151-153.

PORTELA, D. F. **A trajetória profissional da educadora Anália Emília Franco em São Paulo (1853-1919).** 2016. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

REIS FILHO, C. **A educação e a ilusão liberal.** São Paulo: Ed. Cortez; Autores Associados, 1981. (Coleção Educação Contemporânea. Série Memória da Educação).

RISCARDI, C. M. R. Federalismo e cidadania na imprensa republicana (1870-1889). **Revista Tempo**, Niterói: Ed. UFF, n. 32, 2012.

RIZZINI, I. Assistência a menores: Brasil. In: RIZZINI, I.; RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente.** Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Mulher e educação formal no Brasil: estado da arte e bibliografia.** São Paulo: INEP, Fundação Carlos Chagas, 1990.

SANFELICE, J. L. História das Instituições Escolares. In: NASCIMENTO, M. I. M.; SANDANO, W.; SAVIANI (Org.). **Instituições escolares no Brasil e reconstrução histórica.** Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007.

SANTANA, R. S.; MACIEL, A. R. J.; SOUZA, J. E. “De Volta ao Começo”: a (re)construção da trajetória e contribuições da educadora Anália Franco. **Interespaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 1, n. 2, jul./dez. 2015.

SANTOS, M. A. C. Criança e criminalidade no início do século XX. In: DEL PRIORE, M. (org.) **História das crianças no Brasil.** São Paulo: Ed. Contexto, 2020.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Lei nº 88, de 8 de setembro de 1892. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, 8 de setembro de 1892.

SCHELBAUER, A.R. Método intuitivo e lições de coisas: saberes em curso nas conferências pedagógicas do século XIX- **Coleção Navegando pela História da Educação brasileira** – HISTEDBR, 2006.

SCHUELER, A. Internatos, Asilos e instituições disciplinares na história da educação brasileira. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 4, n. 7, 2009.

SCHWARCZ, L. M.; COSTA, A. M. **1890-1914: no tempo das certezas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, A.D. – Lar Anália /Franco RJ – **Uma história Centenária**. Gráfica Editora Prensa. Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, A. P. P. L.; MELO, P. T. As representações da família na produção midiática do fim do século XIX. **Periódico Científico Projeção e Docência**, v. 5, n. 2, 2014.

SILVA, I. B.; BONTEMPI JUNIOR, B. Elite Maçonica e as Escolas da Loja Sete de Setembro na Revista A maçonaria no Estado de São Paulo (1912-1932). **Rev. Bras. Hist. Educ.**, v. 18, 2018.

SILVA, V.B; PEREZ, T.T. Apropriações dos saberes pedagógicos no início da formação: manuais e provas da escola normal de São Paulo (década de 1870). **História da Educação** on line. v. 18 n. 42 Jan./abr. 2014 p. 93-113. Porto Alegre, 2014.

SIRINELLI, J. F. As elites culturais. *In*: RIOUX, J. F. (org.). **Para uma história cultural**. Trad. Ana Moura. Lisboa: Estampa, 1998.

SIRINELLI, J. F. **Génération intellectuelle**: khâgneux et normaliens dans l'entre deux-guerres. Paris: Fayand, 1988.

SIRINELLI, J. F. Os intelectuais. *In*: REMOND, René (org.). **Por uma história política**. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

SIRINELLI, Jean-François. Impressions: soleil couchant? **Le Débat, Paris: Gallimard**, n. 110, p. 45-52, 2000/3. <https://doi.org/10.3917/deba.110.0045>

SOUTO, L. Ao menos oito crianças são acolhidas após abandono diariamente no Brasil. **Universa UOL**, 24 ago. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/08/24/no-brasil-ao-menos-8-criancas-sao-abandonadas-pelos-responsaveis-por-dia.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 1º nov. 2022.

SOUZA, M.Z.M. **Educar o jovem para ser “útil à si e à sua Pátria”: a assistência pela profissionalização, Rio de Janeiro (1894 – 1932)**. Tese (Doutorado: Educação e Inclusão Social, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, M.G., 2013.

SOUZA, M.Z.M. **Educar, Trabalhar, Civilizar no Asilo de Meninos Desvalidos**. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, R.J.2008

SOUZA, R. F. **Alicerces da pátria**: história da escola primária no Estado de São Paulo (1890-1976). Campinas: Mercado das Letras, 2009.

SOUZA, R. F. **Templos de civilização**: a implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Editora Unesp, 1998.

TAMBARA, E. Educação e positivismo no Brasil. *In*: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil: século XIX**. Petrópolis: Vozes, 2005. v. 2.

TAMBARA, E. Profissionalização, escola normal e feminilização: magistério sul-rio-grandense de instrução pública no século XIX. **História da Educação/ ASPHE** (Associação Sul-rio-grandense de pesquisadores em História da Educação). Pelotas, n.3, p. 35 – 58, abril 1998.

TANURI, L. M. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, maio/ago. 2000.

TELES, R.; TELES, A. **O solar da colina**: a obra de Anália Franco vista por dentro. São Paulo: Editora Edsitora, 2007.

VALDEMARIN, V. T. **Estudando as Lições de Coisas**: análises dos Fundamentos Filosóficos do Método de Ensino Intuitivo. Campinas: Autores Associados, 2004. (Coleção Educação Contemporânea).

VALLE, D. S. **Intelectuais, espíritas e abolição da escravidão**: os projetos de reforma na imprensa espírita (1867-1888). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

VALLE, L. Manifestos, manifestantes e manifestações. In: **A reorganização do campo educacional no Brasil – manifestações, manifestos e manifestantes**. Org. MAGALDI.A.M. e GONDRA.G.J. Rio de Janeiro. Viveiros de Castro Editora. 2003.

VASCONCELOS, M. C. C.; PATROCLO, L. B. “Revista Álbum das Meninas”: literatura infantil e jovial para educar a mocidade brasileira. **Rev. Humanidades e Inovação: Infância, Artes e Patrimônios Educativos**, v. 8, n. 33, 2021.

VEIGA, C. G. Discriminação social e desigualdade escolar na história política da educação brasileira (1822-2016): alguns apontamentos. **História da Educação**, v. 21, n. 53, set./dez. 2017.

VIDAL, D.; MORAES, F. Professores e professoras públicas de Primeiras Letras em Cotia (SP, 1870-1885): trajetórias docentes e estratégias do ofício de ensinar. **Rev. Bras. Hist. Educ.**, v. 18, 2018.

VISCARDI, C. M. R. Federalismo e cidadania na imprensa republicana (1870-1889). **Tempo**, n. 18, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/rDdtmkHB9cb4dFYyLr8VTmd/?lang=pt>. Acesso em: 13 jul. 2022.

WALDMAN, T.C. **O acesso à educação escolar de imigrantes em São Paulo: a trajetória de um direito**. Dissertação (Mestrado em Direito) Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2012.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Feminização do magistério como estratégia de expansão da instrução pública. **Educação Pública**. Cuiabá, v.5, n.7, p. 187 – 200, jan./jun. 1996.

XAVIER, L.N. **A reorganização do campo educacional do Brasil**. Organizadores, Ana Maria Magaldi e José Gondra. Rio de Janeiro: Letras, 2003.

XAVIER, M. E. S. P. **Poder político e educação de elite**. São Paulo: Cortez Editora Autores Associados, 1980.

7 Apêndices

7.1 Apêndice A - Quadro com descrição de fontes primárias

Arquivo: Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional

Descrição	Link
Diário de São Paulo, de 14 de janeiro de 1866	http://memoria.bn.br/DocReader/709557/484
Diário de Minas, 6 de fevereiro 1874	http://memoria.bn.br/DocReader/376523/2556
Correio Paulistano, 7 de dezembro DE 1883	http://memoria.bn.br/DocReader/090972_04/4906
Diário de São Paulo, 9 de fevereiro de 1870	http://memoria.bn.br/DocReader/709557/5139
Noticiador de Minas, 9 de junho de 1871	http://memoria.bn.br/DocReader/767042/1016
Diário de São Paulo 1866	http://memoria.bn.br/DocReader/709557/484
Diário de São Paulo 1870	http://memoria.bn.br/DocReader/709557/5139
Notificador de Minas 1871	http://memoria.bn.br/DocReader/767042/1016
Diário de Minas de Ouro Preto 1874	http://memoria.bn.br/DocReader/376523/2556 .
Correio Paulistano 1883	http://memoria.bn.br/DocReader/090972_04/4906
A Província de São Paulo 1877	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18771229-861-nac-0002-999-2-%20%20%20%20%20not/busca/Amalia+Emilia+Franco
Jornal A época (RJ), 1919	http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720100&pesq=%22An%C3%A1lia%20Franco%22&pasta=ano%20191&pagfis=19201
O estado da Parahyba (PB) – 1890	http://memoria.bn.br/docreader/809160/318...
O Correio Paulistano, 1914	http://memoria.bn.br/docreader/090972_06/32830
Ilustração Paulista, 1911	http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=186848&pesq=%22loja%20sete%20de%20setembro%22&pagfis=568
Almanak Laemmert, RJ, 1891-1940	http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=55412&url=http://memoria.bn.br/docreader# .
Correio Paulistano 1903	http://memoria.bn.br/docreader/090972_06/3720
	http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_06&pagfis=2416

Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 1871	http://memoria.bn.br/DocReader/369357/597
O Jornal do Comercio, 1880	http://memoria.bn.br/DocReader/364568_07/477
O Commercio de São Paulo, 1902	http://memoria.bn.br/DocReader/227900/11028
Correio Paulistano, 1906	http://memoria.bn.br/docreader/090972_06/9617
Correio Paulistano, 1917	http://memoria.bn.br/DocReader/090972_06/42779
Jornal do Brasil, 1907	http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_02&pagfis=23556
A União, 1916	http://memoria.bn.br/docreader/799670/2737
Correio da Manhã (RJ) 1910	http://memoria.bn.br/DocReader/089842_02/227
O Malho (RJ) 1907	http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=116300&pasta=ano%20190&pesq=%22An%C3%A1lia%20Frango%22&pagfis=9775
Revista do jardim de Infância. Vol 1 1896	https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/131071/parte%201_Revista%20do%20Jardim%20de%20Inf%C3%A2ncia%20-%201896%20-%201.pdf?sequence=1&isAllowed=y

7.2

Apêndice B - Quadro com os nomes das professoras, cargos e locais de trabalho:

Professores/ Diretoras/Fiscais	Departamentos	Local	Foram alunas da AFBI
Fernandina Rodrigues da Silva	Escola Maternal (Diretora)	São Manoel do Paraíso	
Helena Bulcão	Liceu Professora 1º ano	São Paulo	
Antonia de Almeida	Liceu Professora 2º e 3ºano	São Paulo	
Julia de Andrade	Escola Maternal de Campinas (Diretora) Professora do Liceu 3º ano Escola Maternal da Classe Médica Curso primário meninos Professora da oficina para meninos de vasos e cestinhas e oficina de flores Diretora da Escola Maternal de Sertãozinho	Campinas São Paulo	Foi aluna da AFBI
Albertina Evangelista	Escola Maternal (Professora)	Campinas	
Ernestina Ferreira	Escolas Maternais Isoladas (Professora)	São Paulo	

Lucilia Rodrigues	Escolas Maternais Isoladas (Professora)	São Paulo	
Almerinda Rodrigues	Escolas Maternais Isoladas (Professora)		
Maria José Fortes	Escola Maternal dos Comerciantes (professora)	São Paulo	
Laura de Castro	Escola Maternal dos Acadêmicos	São Paulo	
Anesia Borba	Escola Maternal dos Empregados do Comércio	São Paulo	
Brazilina Machado	Escola Maternal dos Militares	São Paulo	
Esther de Vasconcellos	Escola Maternal dos Artistas	São Paulo	Foi exonerada da Escola maternal dos acadêmicos em 1906
Olympia Walter	Escola Maternal dos Advogados	São Paulo	
Ignacia Vaz	Escola Maternal Dr. Getulio Monteiro	São Paulo	
Nazaria Bueno	Escola Maternal Guilhermina Rudge	São Paulo	
Amelia de Godoy	Escola Maternal Dr. Germano Vert	São Paulo	Ex-aluna do Liceu (repetiu o 3º ano, na disciplina de Francês. (A Voz Maternal de maio de 1905)
Antonia de Mendonça	Escola Maternal Dr. Carlos Botelho		

Maria Alcida Lobo de Araújo	Fiscal da Escola Maternal de Itapetininga	Itapetininga	
Ernestina Epaminondas	Inspetora geral de todas as escolas maternas do Largo do Arouche	São Paulo	
Alzira Salles	Inspetora de todas as classes do Largo do Arouche		
Brazilia de Lacerda	Professora 1º ano, alunas meninas da escola Elisa de Abreu do Largo do Arouche	São Paulo	
Maria de Moura Azevedo	Professora 1º ano, alunas meninas das escolas do Largo do Arouche	São Paulo	
Francisca Ramos	Professora 1º ano, alunos meninos das escolas Cesario Motta do Largo do Arouche Diretora da escola para meninas analfabetas para prepará-las para o Liceu Professora do Liceu 2º ano	São Paulo	
Esther Monteiro	Professora 2º e 3º anos, alunos meninos da escola Bento	São Paulo	Foi aluna da AFBI

	<p>Bueno do Largo do Arouche.</p> <p>Professora da Creche Dr. Antonio Prado</p> <p>Professora 2º e 3º anos do Liceu</p> <p>Professora da oficina de flores</p> <p>Professora do curso secundário</p> <p>Diretora da Escola Maternal D. Paulina</p> <p>Diretora da Escola Maternal de Salles de Oliveira</p>	Alto da Mooca – São Paulo	
Olivia d'Avila	Professora 2º e 3º anos, alunas meninas da escola Bernardino Campos do Largo do Arouche	São Paulo	Ex-aluna do Liceu em 1905, formou-se com grau 8 (Voz Maternal maio de 1905)
Virginia Carneiro	Escola Maternal D. Paulina (professora)	São Paulo	
Rosina Nogueira Soares	Professora do Liceu		
Luiza Paredes	Diretora da Escola Maternal de Brotas		
Emilia Silva	Creche Dr. Antonio Prado (Diretora)	São Paulo	

	<p>Professora da oficina de bordados, rendas e trabalhos de agulhas</p> <p>Professora das oficinas de Horticultura e floricultura</p> <p>Diretora da Escola Maternal de Brotas</p> <p>Diretora da Escola Operárias do Bem em Ribeirão Preto</p>		
Maria Antonia da Silva	Escola Maternal de Itapetininga (professora)	Itapetininga	Foi aluna do 3º ano do Liceu Feminino
Laura de Castro	Escola Maternal dos Academicos (professora)	São Paulo	
Esther de Vasconcelos	Escola Maternal dos Artistas (professora)		
Agostinho Teixeira	Grupo Dramático Musical (diretor)	São Paulo	
Eduardo Bourdot	Banda Musical (diretor)	São Paulo	
E. Nogueira	Aula de música (direção)	São Paulo	
Magdalena Silva	Aula de declamação (professora escola dramática)	São Paulo	
Anna Santos	1º ano do Liceu	São Paulo	

	(professora) Curso dos analfabetos (professora) Professora Escola Primária	Alto da Mooca- São Paulo	
Francisco Antonio Bastos	Curso de Moral meninos (professor)	São Paulo	
Philomena Begbie	Escola maternal meninos Contra-mestre da oficina de flores meninos	São Paulo	
Maria Ferraz	Professora Oficina de costura	São Paulo	
João de Camargo Penteadó	Professor e diretor da oficina de Tipografia	São Paulo	
Euclides de Sá Lima	Contra-mestre da oficina de Tipografia	São Paulo	
João Cândido da Silva	Professor da oficina de Tipografia	São Paulo	
Matheus Ribeiro	Professora da oficina de carpintaria	São Paulo	
Alfredo Mello	Professora de agricultura	São Paulo	
Elisa de Andrade	Professora de creche	São Paulo	
Iracema Bastos	Professora Escola Maternal	São Paulo	

Ondina Pontes	Professora Escola Maternal	São Paulo	
Maria Salles	Professora Escola Primária Professora auxiliar na Escola Maternal dos Comerciantes de meninos	São Paulo	
Sebastiana Penteadó	Professora Escola Maternal	São Paulo	
Maria Chaves	Professora Escola Maternal	São Paulo	
Alda Daloz	Professora Escola Maternal	São Paulo	
Amelia Vieira	Professora Creche	São Paulo	
Minervina Barros	Professora Creche	São Paulo	
Lucia Salles	Professora Escola Primária	São Paulo	
Leonor Terni Bastos	Professora Escola Maternal Diretora da Escola Maternal de São Vicente	São Paulo	
Risoleta Goes	Professora Escola Primária para adultos	São Paulo	Foi aluna da AFBI
Olivia Acayaba	Professora Escola Maternal de Jahu	Jahu -S.P.	

	Professora do Liceu Feminino de São Vicente		
Maria Acayaba	Professora do Primário de Jahu	Jahu – S.P.	
Hortencia de Mello	Professora Escola Maternal de Jahu	Jahu -S.P.	
Anna Marques	Professora Escola Maternal de Jahu	Jahu -S.P.	
Maria Pinto	Professora Escola Maternal de Dois Córregos	Dois Córregos – S.P.	
Palmyra Pezzi	Professora Escola Maternal de Rio Claro Diretora da Escola Maternal de Rio Claro	Rio Claro- S.P.	
Branca Leite	Professora Escola Maternal de Jaboticabal	Jaboticabal – S.P.	
Jovelina das Dores	Professora Escola Maternal de Sertãozinho	Sertãozinho – S.P.	
Sebastiana Bueno	Professora Escola Maternal de Jahú –	Jahú – S.P.	
Gabriella Acabaya	Professora da Creche de Jahú –	Jahú – S.P.	
Olivia Valle	Professora da Creche de Jaboticabal	Jaboticabal – S.P.	

Antonia Braga	Professora da Creche de Jaboticabal	Jaboticabal – S.P.	
Americo Belfort	Professor Escola Primária	Alto da Mooca – São Paulo	
Maria Belfort	Professora da Creche	Alto da Mooca- São Paulo	
Alfredo de Mello	Professor de Agricultura	Alto da Mooca- São Paulo	
Augusta Andrade	Professora Escola Maternal	Alto da Mooca- São Paulo	
Oscar Cruz	Professor de Música	Alto da Mooca- São Paulo	
Cesira Assolant	Professora da Oficina de Flores	São Paulo	
Marieta Reischel	Professora da Oficina de costuras	São Paulo	
Felizarda de Oliveira	Auxiliar da direção da Escola Maternal D. Palmira	São Paulo	
Elisa L. de Abreu	Professora do Liceu 2º ano		
Maria José de Oliveira	Diretora da Escola Maternal dos Comerciantes Professora do Liceu 1º ano Professora da Escola Maternal de Limeira Professora da Escola de Analfabetas	São Paulo	Foi aluna da AFBI

	Diretora da Escola Maternal de Barretos e de Rio Claro		
Brítes Alvares	Diretora das aulas Dentárias Professora de música		
Eliza Wolsteur	Professora da Oficina de Chapéus		
Maria de Liciena	Diretora da Escola Maternal de Campinas		
Maria de Serqueira	Diretora da Escola Maternal de Campinas		
Elvira de Mello	Professora da Escola Maternal de Cândido Rodrigues e de Dobrada Diretora da Escola Maternal de Rio Claro		
Maria Olimpia	Diretora da Escola Maternal de Dobrada		
Sarah Berrance	Professora da Escola Maternal de Dois Córregos		
Clélia Rocha	Professora da Escola Maternal de Dourado		
Olivia Bezerra de Menezes	Professora da Escola Maternal de Jaboticabal		

Esther Ferraz Paim	Diretora da Escola Maternal de Jaú		
Maria Nardy Barbosa	Diretora da Escola Maternal de Jaú		
Anna Barros	Diretora da Escola Maternal de Jaú		
Francisca de Moraes Barros Ferraz	Diretora da Escola Maternal de Jaú		
Nenê Silache	Professora da Escola Maternal de Jaú		
Ida Telles	Diretora da Escola Maternal de Jundiá		
Alice de Oliveira	Diretora da Escola Maternal de Jundiá Diretora da Escola Maternal de Pederneiras		
Celina Mattos	Professora da Escola Maternal de Limeira		
Rosalina de Araújo	Professora da Escola Maternal de Limeira		
Francisca Palhares	Professora da Escola Maternal de Limeira		
Mariana Baptista Ferreira	Diretora da Escola Maternal de Pederneiras		
Theodora Moura	Diretora da Escola Maternal de Rincão		

Benedita Aragão	Diretora da Escola Maternal de Santa Ernestina		
Alzira Salles	Diretora da Escola Maternal de Santos		
Julietta dos Santos	Diretora da Escola Maternal de Santos		
Hebe Ferreira de Mello	Diretora da Escola Maternal de Santos		
Anita Santos	Professora da AFBI e diretora da Escola Maternal de São José do Rio Pardo		Foi aluna da AFBI
Eliza Rizzo	Diretora da Escola Maternal de São José do Rio Preto		
Amélia Goes	Diretora da Escola Maternal de São José do Rio Preto		Foi aluna da AFBI
Luiza Pompeu Godinho	Diretora da Escola Maternal de São Manuel		
Anésia Salles	Diretora da Escola Maternal de São Vicente		
Ambrosina Franco Salles	Diretora da Escola Maternal de São Vicente Professora do Liceu Feminino de São Vicente		

Alice Salles	Diretora da Escola Maternal de São Vicente		
Aracy Paranhos Forjaz	Diretora da Escola Maternal de São Vicente		
Jacy Paranhos	Diretora da Escola Maternal de São Vicente		
Idacy Paranhos	Diretora da Escola Maternal de São Vicente		
Adalgiza Salles	Diretora da Escola Maternal de São Vicente		
Accacio Marques Leite	Diretor da Escola Maternal de São Vicente		
Alice Pinto	Professora da Escola Maternal de São Vicente		
Braúlia Belfort	Professora da Escola Maternal de São Vicente		
Alice Peter	Diretora da Escola Maternal de Sertãozinho		

Fontes: A Voz Maternal de janeiro a dezembro de 1904, março de 1903 e dezembro de 1905 e Barros (1978)

7.3 Apêndice C - Relação dos emails enviados e que foram respondidos, às prefeituras e, ouvidorias ou secretarias de educação das cidades onde havia as sucursais das casas maternais da AFBI.

- **FRANCA – S.P.**

qua., 30 de mar. de
2022, 18:21

Em 30/03/2022

para arquivohistorico

Sr. Responsável,

Agradeço sua atenção desde já.

Pesquise a educadora Anália Franco em doutorado de história da educação na PUC-Rio. Há fontes que informam que Anália Franco fundou uma escola nesta cidade por volta de 1907.

Gostaria de saber se ainda existe na cidade esta Creche ou escola.

Pela atenção, obrigada

Regina Lucia Silveira Martins

Resposta do Arquivo Historico arquivohistorico@franca.sp.gov.br

seg., 4 de abr. de
2022, 11:06

Em 4 de abril de 2022

Bom dia, Regina,

Fiz as buscas referentes à alguma informação sobre obras da Anália Franco aqui em Franca, especificamente quanto ao seu nome em creche ou escola, mas infelizmente não há nenhum registro. Envio inclusive em anexo os registros de todas as escolas e creches da cidade. Acredito que dificilmente alguém tem ciência desta informação, uma vez que consultei os registros sobre a história da educação em Franca e não há referência a ela. Tenho alguns meses de jornais locais do ano de 1907 e 1908. Vou realizar uma pesquisa nesses materiais pra verificar se há alguma informação sobre ela. Seria muito interessante se conseguíssemos. Há uma instituição espírita aqui na cidade, a Fundação Educandário Pestalozzi, que possui um Salão em homenagem a ela. Foi a única referência que encontrei até o momento. Caso tenha mais alguma informação específica como datas, por favor, me envie que pode facilitar a busca.

Att.

W. D.e P. - Arquivo Histórico de Franca.

- **ITAPETININGA – S.P. para Ouvidoria Publica Municipal**

1º.email **Enviado em:** 06/12/2021 às 11:02:20

Mensagem:

Bom dia

Por favor venho através deste serviço solicitar alguma informação sobre o fechamento da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva de Anália Franco. Soube pelo serviço de atendimento telefônico que esta instituição fechou e que no lugar está uma escola municipal Anália Franco. Faço doutorado no Rio sobre a educadora e seu Liceu Feminino e gostaria de saber sobre o arquivo que havia na Instituição. Será que está ainda na escola inaugurada, se não para onde foi.(?) Necessito desta informação para que eu possa me deslocar daqui de minha cidade para levantar os documentos.

Aguardo

resposta.

Pela atenção, muito obrigada

2º email para Ouvidoria Pública Municipal **Enviado em:** 30/03/2022 às 08:50:42

Mensagem:

Até o presente momento não obtive qualquer resposta desta secretaria. O que surpreende por representar esta instituição traços relevantes da história da educação de São Paulo e por que não do Brasil. Visto que na época São Paulo com sua reforma instrutiva no período da 1a. republica era modelo para o país.

Att

Regina Lucia Silveira Martins

Resposta em 8 de abril de 2022

Regina Lucia Silveira Martins sac156@itapetininga.sp.gov.br

para mim

Enviado em: 08/04/2022 11:05:36 hs

Mensagem: Olá Regina Lucia Silveira Martins, foi feita uma nova interação no seu chamado.

O número do chamado é #OUVIDORIA PÚBLICA MUNICIPAL - 377

Usuário: SAC 156

Mensagem:

Bom Dia!

Referente ao Protocolo N°18.471, informamos parecer da Secretaria de Educação:

Informamos que a referida escola foi fechada em 10/02/2010.

Usuário: Regina Lucia Silveira Martins

Esta é uma mensagem automática, por favor não responda
Atenciosamente OUVIDORIA PÚBLICA MUNICIPAL.

- **CIDADE DE SÃO PAULO – S.P.**

Para Secretaria da Educação do Estado de São Paulo - SP

Olá Regina Lucia Silveira Martins

Em: qua., 2 de fev. de 2022, 09:51

Recebemos a sua solicitação:

Sr. Responsável

Precisei forjar um municipio e uma escola qualquer para poder entrar no sistema.

Sou Professora Federal, ex diretora do Depto de Educação do Instituto Benjamin Constant.

Estive em São Paulo, na secretaria de Educação no último dia 17 de março de 2022. Lá fiquei

sabendo que se precisasse entrar em contato com a secretaria deveria utilizar o endereço do

portal de atendimento. Qual não foi a minha dúvida ao verificar que minha solicitação não teria espaço no portal por ser de outro estado.

Mas vou tentar por aqui.

Faço doutorado na PUC-RIO em História da Educação em profissionalização docente. Minha pesquisa é sobre Anália Franco e seu liceu.

Ela fundou várias escolas na cidade de São Paulo. Cito abaixo o nome delas. Gostaria de saber se há ainda na rede essas escolas, ou se existem com outros nomes, para que eu possa fazer minha pesquisa.

Segue abaixo os nomes:

. Escola Dr. Antonio Parado (A Voz Maternal janeiro de 1904)

- Escola Dr. Bento Bueno*
- Escola Elisa D'Abreu*
- Escola Dr. Bernardino de Campos (largo do Arouche?)*
- Escola Funcionário Público (rua da Graça)*
- Escola dos Comerciantes (rua João Teodoro)*
- Escola Dina Munhoz*
- Escola Dr. Cesário Matta (largo do Arouche)*
- Escola dos Acadêmicos (Rua Rodrigo Silva)*
- Escola dos Operários (rua dos Italianos)*
- Escola Classe Médica (na Ladeira dos Piques)*
- Escola dos Empregados do Comércio (Rua da Alegria)*
- Escola dos Militares (Rua Alegre da Luz) passa para a rua Guarany nº 54 (A Voz Maternal janeiro 1904*
- Escola dos Artistas (rua Rodrigo Silva)*
- Escola dos Advogados (Rua da Alegria)*
- Escola Dr. Figueiredo (rua dos Imigrantes)*
- Escola Dr. Getúlio Monteiro (Av. Independência)*
- Escola D. Paulina (Ladeira dos Piques)*
- Escola Grande Oriente (Rua 21 de abril)*
- Escola Guilherme Rudge (rua dom Gazometro)*
- Escola João Pinto (Largo do Arouche)*
- Escola Dr. Germano Verti (Rua são Caetano)*

Pela atenção, obrigada

Regina Lucia Silveira Martins

Agradecemos o envio da sua manifestação. Encaminharemos para a equipe responsável.

O Número da sua ocorrência é SEE-374378-Y0C4

Atenciosamente,

Secretaria da Educação do Estado de São Paulo

0800 77 00012

Esta é uma mensagem automática. Por favor, não responda este e-mail.

contatode@educacao.sp.gov.br

para mim

De: Regina Lucia Silveira Martins <reginaluciasilveira@ibc.gov.br>

Assunto: pesquisa e documentação

Corpo da mensagem:

Bom dia.

Creio que minha solicitação deverá ser encaminhada ao Centro de Informação e Gestão da Rede Escolar. Sra. Diretora Técnica Solange C.N. da Costa.

Cara Diretora,

Desde o final do ano passado, venho entrando em contato com a Diretoria de Ensino Região de Itapetininga, sendo atendida pelo diretor do Núcleo Escolar, Sr. Alexsandro Oliveira que se prontificou desde o início em responder minhas indagações, mas sem também ele conseguir obter respostas sobre meu interesse.

Tenho um pesquisa em andamento aqui no Rio, na PUC no departamento de Educação na área de

História da Educação. Meu objeto de pesquisa é a obra da educadora paulista Anália Franco. A Associação Feminina Beneficente Instrutiva esteve funcionando em Itapetininga durante algum tempo e foi visitada por inúmeros pesquisadores sobre Anália Franco que registraram dados de documentos obtidos nesta Associação.

Depois que passou a ser escola municipal Anália Franco e posteriormente conveniada junto ao Estado, em 2020 foi fechada. Venho insistentemente buscando informações sobre o acervo que lá se encontrava e gostaria de obter sua intervenção, se possível, sobre esta dúvida.

Onde posso conseguir saber sobre os documentos da antiga associação? Estariam ainda na escola? Estou com viagem marcada para S. Paulo para o dia 14 de março. Ficarei 15 dias e pretendo ir a Itapetininga.

Não sei se posso ir direto ao endereço da antiga Associação que virou uma escola, ou se devo me dirigir a algum acervo para onde foram esses documentos.

Caso possa me orientar, agradeço

Pela atenção, obrigada

Regina Lucia Silveira Martins

noreplysic@sp.gov.br por sp.gov.br

qua., 2 de fev. de 2022, 11:01

para mim

Prezado(a) Sr(a) Regina Lucia Silveira Martins

CONFIRMAMOS O RECEBIMENTO DE SUA SOLICITAÇÃO de acesso a documentos, dados e informações.

Anote o número do seu protocolo: 40165221487 Data: 02/02/2022

Órgão/Entidade: Secretaria Estadual da Educação

SIC: Diretoria de Ensino de Itapetininga

Forma do recebimento da resposta: Consulta pelo sistema

Solicitação:

Gostaria de saber há algum arquivo público nesta diretoria para pesquisa. Também solicito o esclarecimento da seguinte dúvida. Para onde foram os documentos da antiga Associação Feminina Beneficente Instrutiva de São Paulo. Especificamente, Relatórios, Atas e as edições da revista A Voz Maternal que não se encontram no arquivo do estado? Em pesquisas sobre a educadora ou a Associação, sabemos que havia documentação nesta instituição que foi fechada em 2020, mas antes teria sido a Escola Municipal Anália Franco.

Att

Regina

O seu pedido de informação deverá ser processado no prazo de 20 (vinte) dias, conforme estabelecido no § 1º do artigo 15 do Decreto nº 58.052, de 16/05/2012, podendo esse prazo ser prorrogado por mais 10 (dez) dias, mediante justificativa expressa, conforme dispõe o § 2º do mesmo artigo. Aplica-se o disposto nos artigos 91 e 92 da Lei Estadual nº 10.177, de 30/12/1998, conforme previsto no artigo 22 do Decreto nº 58.052/2012.

Dentro deste prazo o interessado será informado, também, sobre a data, local e modo para se realizar a consulta, efetuar a reprodução ou obter a certidão, ou sobre as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido.

Atenciosamente,

SIC.SP

Governo do Estado de São Paulo

Regina Lucia Silveira <reginaluciasilveira@ibc.gov.br>

seg., 13 de dez. de 2021, 11:16

assunto: Visita a antiga Colônia da AFBI de Anália Franco, antiga casa Regente Feijò

Prezada Sr. xxx

Meu nome é Regina Lucia, sou do Rio de Janeiro e faço uma pesquisa atualmente sobre o Liceu Feminino de Anália Franco.

Gostaria de saber quando está aberto para visitantes a Casa Regente Feijó, colônia da Associação Feminina Beneficente Instrutiva de São Paulo durante muitos anos.

Preciso planejar minha ida agora em janeiro para a cidade, a fim de continuar minhas buscas "infundas" aos documentos, muitos, espalhados por diversos acervos, e gostaria de visitar este local.

Aguardo ansiosa, seu retorno.

Pela atenção obrigada

Regina Lucia

Analia Franco <analiafranco@analiafranco.imb.br>

seg., 13 de dez. de 2021, 11:36

para mim

Bom dia.

Em dezembro até o dia 22

Em Janeiro a partir do dia 11

Regina Lucia Silveira <reginaluciasilveira@ibc.gov.br>

seg., 13 de dez. de 2021, 12:18

para <analiafranco@analiafranco.imb.br>visita a Casa Regente Feijó Externa

Muito Obrigada.

Preciso agendar o dia?

Tem algum formulário para preencher? Rg. CPF ou podemos ir direto?

Att

Regina Lucia

Analia Franco <analiafranco@analiafranco.imb.br>

seg., 13 de dez. de 2021, 12:24

para mim

Somente avisar com antecedência qual o dia e horário da visita para obter autorização do proprietário e abertura do portão.

Regina Lucia Silveira <reginaluciasilveira@ibc.gov.br>

seg., 13 de dez. de 2021, 12:30

para Analia

Ok. Muito obrigada.

Entro em contato em janeiro, após o dia 11

Boas Festas!

Saúde!

Att

Regina Lucia

Regina Lucia Silveira <reginaluciasilveira@ibc.gov.br>

seg., 24 de jan. de 2022, 16:55

para

<analiafranco@analiafranco.imb.br>

Prezada Sra xxx

Estive para marcar minha ida para a visitar a Casa Regente Feijo, em janeiro. Mas estou adiando minha ida a São Paulo para março.

Entre 14 e 15 de março.

Avisarei uns dias antes para a confirmar, ok?

Pela atenção, obrigada

Regina Lucia Silveira Martins

Regina Lucia Silveira <reginaluciasilveira@ibc.gov.br>

qua., 2 de fev. de 2022, 11:42

para <analiafranco@analiafranco.imb.br>

Prezada Sra. xxx

Espero que estejas bem de saúde junto a família.

Está agendada minha ida a São Paulo no dia 14 de março. Ficarei 15 dias na cidade buscando minhas fontes para o trabalho sobre Anália Franco.

No email do dia 13 de dezembro, vc me informou que preciso avisar para conhecer a Casa Feijó, um dia antes para que o proprietário possa autorizar a entrada, não é isso mesmo?

Sendo assim devo ligar ou mandar um email nesta semana de 14 a 18. Pretendo ir logo na primeira semana que estarei aí.

Pela atenção, obrigada

Regina Lucia Silveira Martins

- **RIBEIRÃO PRETO – S.P.**

Julio Bim <xxxx@outlook.com>

qua., 9 de fev. de 2022, 18:33

para mim

Prezada Senhora Regina Lucia Silveira Martins,

Primeiramente, gostaria de me apresentar, meu nome é Julio Claudio Bim, sou membro da Augusta e Respeitável Loja Estrêlla D'Oeste Nº 418, federada ao Grande Oriente do Brasil e jurisdicionada ao Grande Oriente do Brasil-São Paulo. Fui seu presidente por duas vezes, presidente do Lar Anália Franco por 6 anos e atualmente sou presidente da AMACLERP – Academia Maçônica de Artes, Ciências e Letras de Ribeirão Preto e Região.

A Loja Estrêlla D'Oeste foi fundada em 20 de novembro de 1885 e é detentora de todos os títulos maçônicos e foi considerada a instituição civil mais antiga de Ribeirão Preto que nunca encerrou suas atividades.

A administração da Loja me encaminhou sua mensagem abaixo para que eu pudesse respondê-la e estou fazendo de forma bem informal.

É um prazer falar de Anália Franco pois a Loja, em 03 de outubro de 1907, fundou o Lar Anália Franco, um asilo de órfãs, por um pedido da maravilhosa educadora.

Infelizmente, não há a possibilidade de sua consulta pessoal aos nossos Livros de Atas, pois há assuntos de interesses apenas a Maçons, mas historicamente, fizemos uma pesquisa em todos os Livros de Atas da Loja sobre a fundação do Lar Anália Franco, dos contatos feitos pelos Veneráveis Mestres (presidentes da Loja) com Anália Franco e tudo que ocorreu desde a sua fundação. Esta pesquisa fez parte inclusive de um livro em comemoração aos 300 anos da Maçonaria lançado por esta Oficina em 2017. Possuo também um pequeno texto em homenagem ao centenário de sua morte e exposto em uma Sessão especial com complementos da pesquisa realizada.

Se desejar, poderemos compartilhar com a senhora esta pesquisa, fotos de época e fotos atuais para auxiliá-la no seu trabalho de Mestrado.

Gostaria de ressaltar que, em 1977, o Lar Anália Franco de Ribeirão Preto passou por um sinistro, um incêndio, que consumiu todas as instalações e todas as órfãs tiveram que ser transferidas para outro local. Em 2017, na minha administração como Venerável Mestre da Loja Estrêlla D'Oeste, compramos um imóvel, reformamos e o Lar Anália Franco se reergueu como a Fênix em 08 de junho de 2018. É chamado de Complexo Anália Franco pois lá, além das instalações do Lar, que não abriga

mais órfãs, mas sim projetos sociais de grande monta com o Tribunal de Justiça de SP, Conselho Nacional de Justiça e outros, temos também a sede da Fraternidade Feminina Amor das Acácias, formada por esposas de maçons que trabalham em uma pequena fábrica produzindo enxovais, lençóis, roupas, cestas básicas e uma série de outros itens para o auxílio a entidades carentes de idosos, crianças e hospitais, inclusive o Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto da USP.

Caso esteja em Ribeirão Preto no período abaixo descrito e desejar visitar a Loja e o Complexo Anália Franco será um prazer recebê-la e conversarmos um pouco sobre a educadora Anália Emília Franco e o Lar Anália Franco.

Finalizando, despeço-me, desejando sucesso em suas pesquisas e ficamos à disposição.

Cordialmente,

Julio Claudio Bim – CIM: 196.116

ARLS Estrêlla D'Oeste – N° xxxx@outlook.com

Regina Lucia Silveira <reginaluciasilveira@ibc.gov.br>

9 de fev. de 2022, 20:22

para Julio

Prezado Sr. Julio Bim

Boa Noite!

Quanta alegria me proporcionou esse seu retorno, relatando material possível a ser pesquisado sobre essa grande educadora. Que bacana também a rede de irmandade entre os membros maçônicos pois prontamente foram identificando quem dos irmãos poderia dar resposta ao meu email.

Gostaria então de ter acesso ao livro em comemoração aos 300 anos da Maçonaria lançado em 2017 e ao seu pequeno texto. Material que muito me interessa no trabalho que pretendo realizar sobre a tese intitulada: O Liceu Feminino de Anália Franco e a formação de professores para as escolas da Associação Feminina Beneficente Instrutiva de São Paulo (1902 - 1919). Sou aluna do doutorado em História da Educação na PUC-Rio e minha relação com esta personagem, objeto de minha pesquisa, é de simpatia e afetividade. Nós aqui no Rio de Janeiro frequentamos, durante algum tempo de minha formação profissional, o Lar Anália Franco fundado por seu marido, em 1922. Instituição que fará este ano 100 anos. Estarei em São Paulo no período de 14 a 28 de março e aceito com prazer sua gentileza em me receber na Loja e no Complexo. Que dia seria conveniente para o Sr.? Estarei com meu marido que irá me acompanhar. A princípio estou com as datas de 15 e 16 comprometidas com o agendamento no Arquivo do Estado, tenho um roteiro para onde preciso ir em busca de fontes para o trabalho, mas sem datas fechadas.

Com meus sinceros agradecimentos pela devolutiva tão promissora de conhecimentos sobre Anália Franco, despeço-me aguardando sua resposta.

Julio Bim <xxxx@outlook.com>

10 de fev. de 2022, 17:24

para mim

Prezada Senhora Regina Martins,

O prazer será nosso em recebê-la com seu esposo e em poder contribuir com sua tese para o doutorado.

Temos o dia 22 de março disponível para que possa conhecer a Loja, inclusive colocando a sua disposição alguns itens sobre o Lar Anália Franco de Ribeirão Preto, e se desejar, conhecer as instalações atuais do Lar Anália Franco.

Com relação ao Livro e demais documentos entreguei pessoalmente um exemplar de cada como lembrança de sua visita.

Caso confirme, colocarei na minha agenda e na agenda da Loja para que um dos Diretores também nos acompanhe.

Agradeço e ficamos à disposição.

Regina Lucia Silveira <reginaluciasilveira@ibc.gov.br>

11 de fev. de 2022, 07:50

para Julio

Prezado Sr Julio

Bom dia.

Será para nós, prazer maior. Grande oportunidade q não posso deixar escapar.

Agradeço o convite.

Que hora podemos marcar? Pretendo estar em Ribeirão Preto logo na parte da manhã.

Aguardo sua resposta.

Grata desde já por sua atenção.

Regina

- **JUNDIAÍ – S. P.**

visita e possibilidade de pesquisa junto ao Lar Anália Franco

Caixa de entrada

Regina Lucia Silveira <reginaluciasilveira@ibc.gov.br>

qui., 17 de fev. de 2022, 10:42

para administrativo

Prezada xxxx

Bom dia!

Após contato telefônico, venho através deste email, esclarecer meu interesse em conhecer o Lar, fundado em 1912 e parte de sua história, especialmente a inicial, tendo como foco, a educadora Anália Franco e seu objetivo quando cria o Liceu Feminino para formar professoras para a suas casas maternas.

Fui voluntária durante muitos anos no Lar Anália Franco aqui do Rio, fundado por Antonio Bastos, viúvo da educadora em 1922. De lá para cá meu interesse sobre sua história vem fazendo parte de meu percurso profissional. Só agora no ano 2020 pude parar para me preparar para o doutorado. Sou doutoranda da PUC-Rio na área da História da Educação e minha pesquisa já aprovada para qualificá-la em 2024, intitula-se " O Liceu Feminino de Anália Franco e a formação de professores para as escolas da Associação Feminina Beneficente Instrutiva de São Paulo (1902 - 1919)".

Estarei em São Paulo entre os dias 14 e 28 de março de 2022. Gostaria de visitar o Lar e se possível, no dia 21 de março, para conhecer suas instalações, seu trabalho e se possível, ter acesso a documentos que indiquem quem foram as primeiras professoras do Lar, quando este foi fundado.

Desde já agradeço a atenção,

Cordialmente

Regina Lucia Silveira Martins

8
Anexos

8.1
Anexo A - Estatuto da AFBI, manuscrito

Estatutos
da
Associação Feminina Beneficente
e
Instructiva
do
Estado de S. Paulo.
Approvados em Assembléa Geral aos
17 de Novembro de 1901.

1. 5

F. I. Margarida
1979

Estatutos

da
Associação Feminina Beneficente e
Instructiva do Estado de São Paulo

Capítulo 1º

Da Associação, sua sede e seus fins

Artigo 1º: A Associação Feminina Beneficente e Instructiva, que terá sua sede na capital do Estado de São Paulo, compõe-se de todas as senhoras, que adherirem a estes estatutos, constando de numero indeterminado de socias de todas as nacionalidades sem distincção de reitas e residentes nesta cidade.

§ 1º: A Associação é unicamente do sexo feminino e além de beneficente, será um exemplo de iniciativa educadora derivada das proprias associadas para si e suas familias.

§ 2º: Para ser socias, requer-se o complemento de idade de 12 annos.

Art. 2º - A Associação compõe-se de socias contribuintes, socias fundadoras e socias honorarias.

§ 1º: As contribuintes pagarão mensalmente uma quota espontanea, ou a substituição

16.

por qualquer trabalho manual.

§ 2: As fundadoras serão as que cooperarem com maiores mensalidades, e esforços a bem da Associação.

§ 3: As sócias honorarias serão as que fizerem generosas doações, ou prestarem relevantes serviços à Associação.

§ 4: O título de sócia honoraria pode ser conferido pela Assembleia Geral às pessoas que por sua actividade e dedicação tiverem contribuído manifestamente pelo desenvolvimento e prosperidade da sociedade.

§ 5: Todos os cavalleiros que beneficiarem a instituição serão considerados seus benfeitores, sendo os seus nomes inscriptos n'um livro especial, ou em cada uma das escolas da Associação.

Art. 3: - Os fins da Associação são: não só distribuir o pão que mata a fome, como o pão dos bons exemplos, da educação e do amor de Deus e do proximo, e que forma boas mães de familias, e que faz o cidadão honrado e o operario laborioso, sem contumdo filiar-se a credo algum, afin de abranger todos as classes sociais.

§ 1: Conceder uma assistencia de medicamentos e facultativo gratis aos pobres enfermos.

§ 2: Prezar, segundo o exemplo da França, onde as escolas maternae têm tido amplo desenvolvimento,

aulas de ensino infantil, onde as crianças de 2 a 7 annos de ambos os sexos recebem os cuidados que reclamam o seu desenvolvimento phisico, moral e intellectual, sem cortar os laços da familia.

§ 3º: Nessas escolas as crianças estão divididas em duas secções, conforme a sua idade e desenvolvimento intellectual.

§ 4º - O seu programma comprehende:

- 1º Os primeiros principios de educação moral;
- 2º Lições de cousas;
- 3º Primeiros elementos de leitura;
- 4º Exercicios de linguagem;
- 5º Escrita e desenhos;
- 6º Noções de historia natural e do Brazil;
- 7º Calculo e Geometria;
- 8º Geographia;
- 9º Cantos apropriados ás crianças;
- 10º Trabalhos manuaes;
- 11º Cantos e exercicios de gymnastica.

Tudo isto alternado com jogos, palestras, recitativos e exercicios do corpo.

§ 5º - O fim a attingir na escola maternal não é propriamente dar á criança noções de leitura ou de calculo, mas amparar-a e submetta-la a um conjunto de salutaes influencias, inculcando-lhes bons habitos

4.

intellectuais, moraes, phyzicas e manueas, e, despertando a sua actividade espirital, regulada & gradualmente.

O methodo e' essencialmente natural e familiar sem nada de rigido e de escolastico.

§ 6: Tem de cultivar harmonicamente todas as facultades das crianças e para esse fim não se subordina a nenhum dos methodos especiais e artificiaes, que se basiam n' um systema exclusivo, coller em todos os methodos o que tenham de appropriado ás diversas necessidades da criança.

Capitulo II.

Art. 4: Fica estabelecida desde já um Lyceu Nocturno, afim de se prepararem directoras para as proprias escolas da Associação.

§ 1: O programma do Lyceu Feminino nocturno e' o mesmo das escolas maternas, sómente mais desenvolvido, acrescentando o estudo da lingua franceza e de historia, principalmente a da pedagogia, com estudo acurado dos methodos de ensino, desde Pestalozzi até nossos dias.

~~§ 2: Sem por fim o Lyceu, ampliar os conhecimentos adquiridos.~~

73 - Progalhães 5
 § 2º Tem por fim o Lyceu, transferir os conhecimentos adquiridos nas escolas preliminares adicionando-lhes os de utilidade e applicação gerais, desenvolvendo-se de preferencia os ramos de educação que forem de importancia pratica para as escolas maternas.

§ 3º Esse ensino deve ser d'uma natureza particular e visar sobre tudo ser rapido e reparador, isto é, deve em um tempo curto prestar o mesmo serviço e produzir os mesmos resultados de qualquer escola ordinaria, n'um espaço de tempo maior.

§ 4º Este Lyceu nocturno modelado pela pedagogia moderna, pela fôrmasão e pelo amor, funcionará no prédio do Largo do Braço nº 58, sendo provisoriamente regido pela professora Anália Emilia Franco, auxiliada por outras professoras normadistas que gratuitamente se prestam a ben da Associação.

§ 5º O seu funcionamento será de 4 a 9 da noite, contribuindo cada aluna matriculada com 2\$000 mensais para a illuminação, accio e materiais das aulas.

§ 6º Nas aulas do Lyceu se realizará leituras publicas e conferencias concitando as alumnas a frequencia pela sanção mais efficaz, a fôrmasão affectuosa, encontrando estas sempre um conselho mesal na aprendizagem redemptora.

6.

§ 7º Como dependência do Lyceu será criada uma biblioteca de livros e jornais de sciencias, litteratura, educação maternal, sendo bibliothecaria uma das professoras adjunctas do mesmo Lyceu.

§ 8º Logo que as circumstancias permittirem serão fundadas as primeiras escolas maternas, e como medida provisoria serão dirigidas pelas alumnas dos cursos nocturnos, que mostrarem maior grão de adiantamento e dedicação, com a clausula, porém, de continuarem a frequentar as aulas nocturnas até receber o seu diploma de habilitação.

Capitulo III

Dores das associadas.

Art. 5º Os seus intuitos devem ser que unidas trabalhem para que a instituição possa largamente suavizar os soffrimentos dos desherdados da sorte e prestar todo o seu concurso na educação da infancia, porque nada ha mais nobre na vida do que concorrer para diminuir as dores dos nossos semelhantes e guiar os creancinhas ao bem pela educação.

§ 1º Promover com efficacia a moralização das classes proletarias e dos prolet da capital.

F. J. Rapalhães

§ 2º Facilitar o ensino do Lyceu ~~estabelecido~~
às senhoras que o quizerem frequentar, e às
meninas que não tiverem dezoito annos para
se tornarem socias

§ 3º Visitar nos domicilios os doentes pe-
bres e enterrados, levando-lhes soccorros, e
com elles as melhoras salutaes e palavras de
consolo.

§ 4º Procurar arrancar da vagalunda-
gem as crianças que vagam pelas ruas
a emolarem, dando-lhes agasalho, protecção
e instrucção. Tendo-se em vista o aryle que
mais tarde a Associação fundaria para
crianças desamparadas.

§ 5º Reunirem-se em um determinado
dia da semana no predio do Lyceu pa-
traherem em fozas para as crianças pe-
bres e saberem os objectos offerecidos á
Associação para distribuirem aos pobres

§ 6º Todos os serviços prestados devem
ser voluntarios e gratuitos, inclusivel au-
gariar donativos e distribuil-os aos in-
digentes, porque a caridade deve ser
espontanea.

Exceptuam-se porém, os prestados
pelas directoras, sub-directoras e vigilantes
das escolas maternaes, e tambem as au-
liars nas visitas aos doentes.

§ 7º Devem desenvolver os senti men-
to de solidariedade entre si, mantendo-se
mais estreita uniao, afim de que tre-
hem todas para augmentar o num-
das contribuintes e benfeytores á

18.

do fundo social; elevando sempre o nível intelectual e moral da Associação.

§ 8.º Procurar, ainda que seja com um pouco de sacrifício, melhorar por todas as formas as condições de existência intelectual e material das senhoras, especialmente as pobres.

§ 9.º Collocarem-se a frente voluntariamente para lutar, para agguemiar soldades de bem e conduzir-as com as armas inoffensivas da persuasão à conquista do mais nobre dos territórios - a da civilização pelo principio do emino e da moralidade, e esta a mais elevada das devoções alcançadas por Deus.

§ 10.º As associadas têm que frequentar o Lyceu nocturno e messas visital-o quando lhes for possível; essas visitas são até ardentemente recommendadas por terem em resultado estabelecer-se excellentes relações entre todas.

Capitulo IV

Da administração.

Art. 6.º A Associação é administrada por uma directoria, composta de oito senhoras eleitas annualmente, cujos cargos são assim distribuidos:

Uma presidente, uma vice presidente, uma 1.ª e 2.ª secretarias, duas auxiliares, uma 1.ª e 2.ª thesoureiras, cujo mandato durará 1.º anno a comecar de Janeiro.

§ 1º A eleição da directoria se fará em assembleia geral para esse fim convocada 8 dias antes da 1ª quinzena de Janeiro.

§ 2º Feita a apuração pela secretaria official ás novas eleições para que se apurarem a tomar posse de seus cargos em uma assembleia para esse fim convocada na mesma sessão.

Art. 7º A directoria compete:

§ 1º Observar e fazer cumprir estes Estatutos, os regulamentos e as deliberações da assembleia.

§ 2º Nomear comissões que representem a Associação.

§ 3º Criar escolas maternas, nomear directoras, sub-directoras, vigilantes e mais empregadas que forem necessarias para a boa execução dos regulamentos.

§ 4º Admittir ou demittir directoras, sub-directoras, vigilantes das escolas maternas e auxiliares, marcar-lhes honorarios e attribuições.

§ 5º Elaborar os regimens internos que forem precisos e submettel-os á approvação da assembleia geral.

§ 6º Admittir socios contribuintes e de acordo com o artigo 2º §§ 1º, 2º e 3º.

§ 7º Resolver as questões e negocios a Associação que forem de exclusiva competencia da assembleia geral.

§ 8º Convocar assembleia geral nos prazos determinados pelos Estatutos e deliberar sobre a convocação das reuniões extraordinarias.

10

mas que forem necessarias.

Art. 8: A directoria se reunirá ordinariamente uma vez por mez, e extraordinariamente sempre que for preciso, a convite da presidente e se resolverá todas as questões sociais pelo voto da maioria dos seus membros.

§ 1º Considerar-se-á constituida a directoria quando se acharem presentes 5 membros, notando-se que na falta da presidente ou vice-presidente, se poderá substituí-las a 1ª secretaria.

Art. 9: No caso de impedimento da 1ª secretaria e na falta da 2ª a presidente convocará uma das auxiliares para exercer provisoriamente esse cargo.

Art. 10: Sendo se a vaga definitiva de qualquer cargo da directoria, se convocará assembleia geral, afim de proceder-se a eleição para o preenchimento d'essa vaga.

Art. 11: A presidente compete:

§ 1º Presidir ás reuniões da directoria, executar e fazer cumprir as suas deliberações.

§ 2º Publicar todos os livros de escripturação da sociedade.

§ 3º Por o pague-se em todas as contas depois de approvadas pela directoria e autorisar as despesas.

§ 4º Submeter á discussões e approvação nas reuniões a acta de sessões antecedente.

M.
F. B. Magalhães

§ 5º Assinar com a secretaria as actas das sessões.

§ 6º Ter o voto de qualidade no caso de empate.

§ 7º Assinar com a secretaria e thereceira as procurações para recebimento de quantias dos estabelecimentos em que se acham depositados os fundos.

§ 8º Autorisar a thereceira a pagamento das directoras, sub-directoras e vigilantes das escolas maternas, auxiliares das visitas e subsídios aos pobres, requeridos por alguma associada, submettendo o seu acto a apreciação da directoria na primeira reunião.

§ 9º Apresentar quando findo o seu mandato um relatório sobre o movimento estado social e medidas necessarias.

§ 10º Representar a Associação activa e passivamente em juizo e nas suas relações com terceiros.

Art. 12º O vice presidente compete

§ 1º unico. Fazer as vezes da presidente em suas faltas e impedimentos assumindo as suas attribuições.

Art. 13º O 1º secretario compete:

§ 1º Substituir a vice presidente em seus impedimentos e faltas, durante n'este caso assumir todos os seus poderes.

§ 2º Pedir as actas das sessões da directoria, escriptural-as nos respectivos livros, proceder a leitura das mesmas, e o espediente.

§ 3º Assinar todos os papeis da

176
secretaria

§ 54: Officiar no prazo de 5 dias as sessões que forem admitidas remetendo-lhes um exemplar dos Estatutos chamando a sua atenção para e que determinam os arts 25 e 26.

§ 5º Dirigir com a thesoureira a escrupulosidade social que deverá ser feita com pontualidade e clareza, extraluz balancetes trimestraes e o balance annual para ser annexado ao relatório.

§ 6º Organizar um registro das socias de acôrde com as respectivas propriedades fazendo nelle todas as declarações precisas.

§ 7º Communicar no prazo de 3 dias as associadas qualquer deliberação da directoria que lhes diga respeito, e officiar dentro do mesmo prazo as que forem nomeadas em sessão da mesma, ou da assembleia geral, para qualquer cargo em commissão.

Art. 14º A segunda secretaria compete:

§ 1º Auxiliar a primeira secretaria

§ 2º Substituí-la em seus impedimentos.

§ 3º Tomar parte nas sessões da directoria.

Art. 15º As auxiliares compete:

§ 1º unico. Coadjuvar as secretarias em seus trabalhos e substituí-las em suas faltas e impedimentos.

Art. 16º A primeira thesoureira

13.

F. F. Magalhães

competê:

§ 1º Arrecadar e fazer arrecadar sob sua responsabilidade todas as quantias e bens da Associação.

§ 2º Pagar as contas da Associação legalizadas pelo presidente e bem assim os curiéis aos pobres por ella autorizadas.

§ 3º Apresentar em sessão da directoria uma lista das ^{socias} propostas que se estiverem em atraso, a fim de providenciar-se.

§ 4º Recallar ao Banco ou a Caixa Economica cada saldo mensal, depois de pagas as despesas, reservando apenas 200000 para as despesas que occorrerem.

§ 5º Prestar contas á directoria do movimento do capital social sempre que esta exigir, apresentar em 31 de Dezembro de cada anno um balance demonstrativo da receita e despesa: balance que depois de approvedo pela directoria será impresso em publico e distribuido ás associadas.

Art. 17º A segunda thesoureira compete:

§ unico - Fazer as vezes da primeira thesoureira quando esta se achar impedida, assumindo todas as suas funções.

Capitulo V

Do Conselho.

Art. 18º Juntamente com a directoria a assembleia geral elegera annu

14.

abente um conselho de 12 associadas.

Art. 19º (do conselho competente):

§ 1º Comparcer as reuniões da directoria representado ao menos por uma associada.

§ 2º Vantar uma vez por semana as escolas da Associação e os pobres enfermos, communicando a directoria qualquer reclamação ou pedido que por ellas se jam feitos.

§ 3º Cuidar por intermedio dos auxiliares se os pobres que reclamam socorros tem d'ella necessidade dando diro conhecimento a directoria.

§ 4º Communicar a directoria as faltas das directoras, sub-directoras e vigilantes das escolas, o estabelecimento dos enfermos, bem como a concessão da qualquer auxilio concedido.

§ 5º Informar mensalmente a directora as occorrencias inherentes ao seu cargo.

§ 6º Propôr as medidas que julgar convenientes ao desenvolvimento da Associação e relar pelo livro cumprimto destes Estatutos.

§ 7º Auxiliar a directoria, no seu trabalho.

Art. 20º Além da directoria de que tratam os artigos antecedente a Associação terá em cada districto da capital uma delegada das associadas d'esse districto.

15.
P. S. Paganini

§ 1.º Estas delegadas serão indicadas pela maioria das associadas existentes nesse districto.

§ 2.º Cada uma das delegadas do districto onde reside será a representante da Associação e tomará parte nas sessões da directora.

Capitulo VI

Da Assembleia Geral

Art 21.º A assembleia geral se reunirá uma vez por anno, e extraordinariamente sempre que for preciso.

§ 1.º As assembleias gerais poderão funcionar com o menor d'um terço das associadas qntas por si ou por suas delegadas para esse fim, quando a convocação tenha sido feita com 8 dias de antecedencia.

§ 2.º Se por falta de numero a assembleia geral não puder constituir-se a presidente ou quem as suas vezes fizer deverá declarar nova convocação, com a declaração de que a assembleia resolverá com o numero que comparecer.

Art 22.º As assembleias tratarão

§ 1.º Dos fins para que forem convocadas.

§ 2.º Das reclamações enviadas á mesa por escripto relativas as infracções destes estatutos.

§ 3.º Das propostas para diversos fins assignados pelas associadas.

Art 23.º Nas decisões poderão votar, além das socias presentes, as que

16.

mandarem seus votos escritos e assignados dentro do envelope fechado e lacrado, com a declaração - Para a eleição da directoria.

Capitulo VII

Das fundos sociais

Art. 24.º Os fundos sociais serão provenientes de amnicidades, doações, subvenções ou auxilios concedidos pelos poderes publicos.

§ 1.º A Associação aceita doações ou legados mesmo por disposição testamentaria, cumprindo a directoria promover os meios para entrar na posse de tais legados e dar-lhes o conveniente destino, caso não seja elle feito com determinação especial.

§ 1.º unico. A retirada dos fundos far-se-a por meio de cheque assignado pela thesauraria e usado pela presidente.

Capitulo VIII

Disposições gerais.

Art. 25.º Todas as socias podem no acto de serem admittidas ou posteriormente reunirem-se das suas mensalidades pagando d'uma só vez 200\$000

Art. 26.º Considerar-se a eliminada a associada que deixar de pagar a importancia de mensalidade por 6 mezes sem apontar motivo legitimo.

§ 1.º unico. A socia eliminada por ser readmittida satisfazendo porin

as mensalidades em débito.

Art. 27. A sociedade não poderá ser dissolvida desde que haja 12 sócias effectivas que a isso se oppoñham.

Art. 28.º Em caso de dissolução a Associação e capital existente será empregado conforme a determinação da assembleia geral convocada especialmente para esse fim e que resolverá com qualquer numero de sócias presentes.

Art. 29.º As associadas não respondem subdivisiamente pelas obrigações contractadas expressa ou intencionalmente em nome da sociedade ou representantes desta sendo tais obrigações satisfeitas pelas bens sociais.

Capitulo IX

Disposições transitórias

Art. 30.º Os presentes Estatutos consideram-se approvados e não podem ser reformados senão por iniciativa da directoria, mediante proposta assignada por duas sócias effectivas e vencida por maioria de dois terços da assembleia geral.

Art. 31.º A primeira directoria e conselho fiscal serão eleitos logo que este Estatuto sejam assignados por 20 sócias presentes a leitura dos mesmos.

§ 1.º unico. Esta directoria tomará por

18.

Logo depois de dita.

Art. 32: Os delegados dos districtos serão eleitos no curso vindouro por propostas das associadas de cada districto.

31: As associadas admittidas devem fazer as entradas das mensualidades a começar de 1º de Dezembro do corrente, até 15 de mesmo mez, e as outras na occasião da sua adheção.

32: Fica a Directoria desde já autorizada a despendir o necessario para a impressão dos presentes Estatutos, que serão distribuidos a todas as socias e a imprensa, bem como a fazer a a demais despesas com a installação da sociedade e do Spec. Lecturno no prédio para esse fim offerecido, que será a vide da directoria.

Em seguida a estes Estatutos inserimos o despacho que foi dado a 29 de Outubro do curso vigente pelo exmo. sr. Secretario dos Negocios do Interior e Justica, em favor d'uma representação assignada por parte de 200 socias da Associação Feminina Beneficente e Instructiva de S. Paulo, eil.:

São Paulo, 29 de Outubro de 1901

Exmos. Sras. Directoras da Associação Feminina Beneficente e Instructiva de São Paulo.

19.

Accusando o recebimento da ⁷⁻¹⁰⁻¹⁹⁰⁸ ~~carta~~ ^{Boletim} representação de 17 do mez findo cabendo-me congratular-me commoço e com o Estado de S. Paulo pela nobre iniciativa de vossa aggrimação em prol das creanças pobres desta capital.

Revelando vosso programma um grau de civilização que honra subremaneira o nosso Estado e preenchendo realmente os reclamos de uma cidade propulsora e industrial como S. Paulo, tenho a satisfação de vos declarar que para realização dell. podem contar com todas as facilitações ao meu alcance.

Nesta data providencio para que, de accordo com os vossos desejos, se ponha á vossa disposição o edificio da escola do 5º districto, para que nelle funcionarem as vossas primeiras aulas.

Saude e fraternidade.

Bento Bueno.

E' o que se continha nos Estatutos, que bem e fielmente aqui transcrevi em sua integra, livro competente, onde foi lavrado.

20.

copiada esta que foi conferida como
fornu original e achada conforme
em todos os seus pontos.

S. Paulo, 27 de Fevereiro de 1902
Eu Tracy Paranhos Secretaria e sub-
crevi e assinou

Analia En	Princo presidente
Tracy Paranhos	secretaria
Ophelia Enoc	Vice-presidente
Levina Ser	2 ^a secretaria
Maria de Abocera	1 ^o Thesauraria
Brasilia Machado	2 ^a "

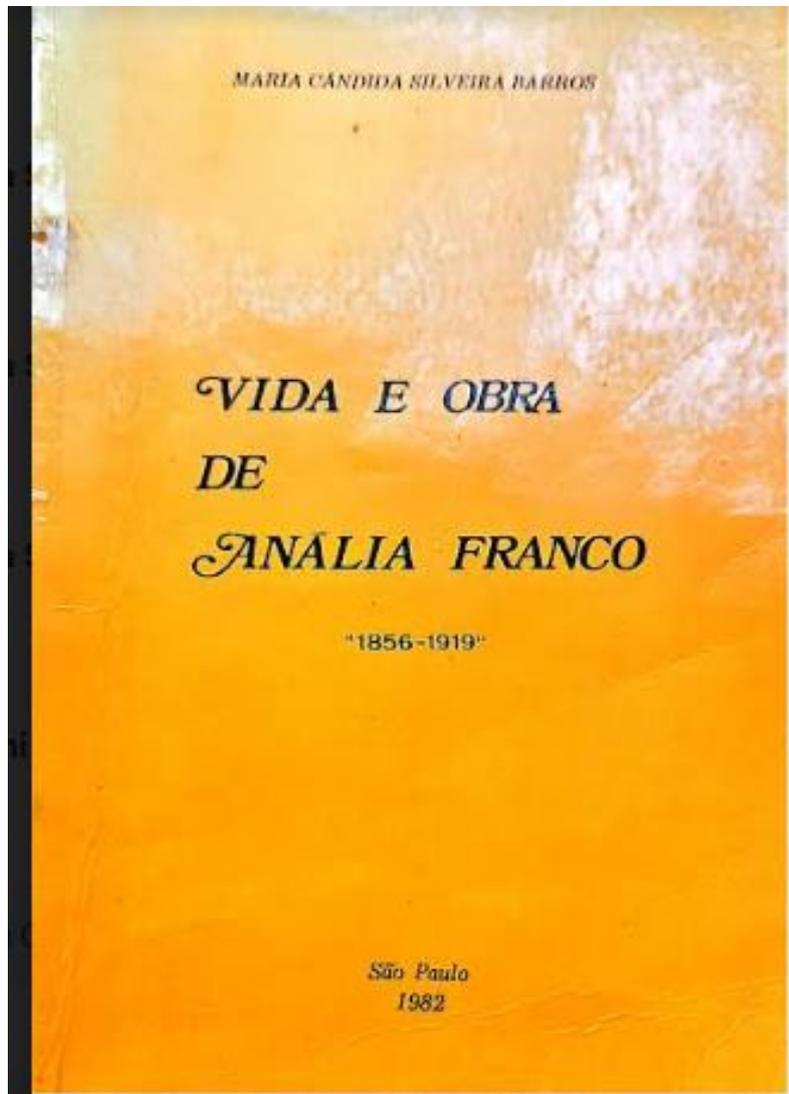


Recorreu as firmas supra
S. Paulo, 27 de Janeiro de 1903
Eu Est^a A. A. da veid^a
Oy tabellim Turque a tempo
Juntas by 1000

Transcripta de correspondencia com o Decreto n.º 173 de 10 de
Setembro de 1903, art. n.º 114, par. 81. Dos termos 3 de Janu-
rio de 1903. Official, intercluso Rodolpho Magalhães

8.2

Anexo B - Capa, Prefácio e Sumário do livro de Maria Cândida Silveira Barros ed. 1982



PREFÁCIO

Dona Maria Cândida:

Li, de um fôlego, o original de "Vida e Obra de Anália Franco".

É encantador.

Repassado de sentimento e de objetividade, constitui, não só um preito de gratidão e justiça a essa figura ímpar de nossa história, mas um verdadeiro compêndio de pedagogia da infância e da adolescência no início deste século.

Parabéns pelo trabalho que escreveu, onde aparecem vigorosas as origens de nossa educação pré-escolar, da orientação vocacional, do ensino profissionalizante, enfim da educação no que ela tem de mais fecundo como instrumento de promoção humana.

Sobretudo, um livro escrito com muito amor sobre uma mulher que dedicou sua vida a derramar amor às crianças mais necessitadas de ternura e de carinho.

Grato pelo prazer que me ofertou com a leitura dessa obra primorosa e de tanto calor humano.

HILÁRIO TORLONI

S. P. 11/12/78
Hilário Torloni
Secretário de Educação do
Município de São Paulo

ÍNDICE

Primeiro Prefácio	7
Essas Outras Crianças	9
Segundo Prefácio	11
Palavras da Autora	13
Uma Narrativa	15
As Três Silveiras	17
Um Jornalzinho	25
Dona Genebra de Barros	27
Adeus, Adeus, Vovó	30
Caridade	33
Colônia Regeneradora Dom Romualdo de Seixas	42
Algumas Apresentações	45
Excursões	51
Banda de Música	56
“Guarda as Alianças”	58
Tournées Artísticas	62
Lucília	64
Chica do Teatro	71
Emiliana	73
Maria Rita e Carmozina	75
Ramiro	79
Liceu	83
Fim de Uma Vida Proveitosa	90
Uma Ruazinha	94
Súmula Biográfica de Anália Franco	98